BOLETIM DO
INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO
NOVA SÉRIE | ANO 2018 | N.º 12

ROTEIROS

Migrantes e refugiados reflexões do Papa Francisco e do Secretário-geral da ONU

◆ ◆ ◆

A Marinha de guerra portuguesa: Oito operações navais modernas

◆ ◆ ◆

Democracia e Populismo na Europa e na América: Equilíbrio Instável

◆ ◆ ◆

Portugal e o Mar

◆ ◆ ◆

Cooperação entre a República Portuguesa e o Imamat Ismaili

BOLETIM DO
INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO

ROTEIROS

NOVA SÉRIE | ANO 2018 | N.º 12

BOLETIM DO
INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO
ROTEIROS
NOVA SÉRIE | ANO 2018 | N.º 12

Conselho Editorial
Adriano Moreira
Maria Regina Mongiardim
José Fontes

Director
António Rebelo Duarte

Editor
José Silva Carreira

Propriedade
Instituto D. João de Castro

Redacção e Administração
Rua D. Francisco de Almeida, 49
1400-117 Lisboa

Contactos
Telefone: 213 032 150
Fe-mail: geral@idjc.pt
site: www.idjc.pt

Execução gráfica
ACD PRINT, S.A
www.acdprint.pt

Depósito Legal
212775/05

Índice

Nota Editorial

Um final da segunda década do século XXI onde a democracia volta a enfrentar riscos e desafios sérios 5
Pel´Direcção

Destaque

Migrantes e refugiados – reflexões do Papa Francisco e do Secretário-geral da ONU 13
Sua Eminência o Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. Manuel Clemente

Ensaio

A Marinha de guerra portuguesa: Oito operações navais modernas..... 21
Prof. João Moreira Freire

Geopolítica

Um Mundo em Armistício 65
Prof. Adriano Moreira

Democracia e Populismo na Europa e na América: Equilíbrio Instável 75
Prof. José Filipe Pinto

Europa

Na Encruzilhada entre a Minha Tribo e a Nova Atenas? Reflexões sobre impacto da 4ª Revolução Industrial na Emergência dos Populismos Europeus 85
Prof. Bernardo Ivo-Cruz

África

Nelson Mandela – referência e legado recordados no centenário do seu nascimento 113
Prof. Adriano Moreira

CPLP

A Língua Portuguesa e as Línguas Maternas de Angola 119
Prof.ª Fátima Roque

Minha Pátria é a Língua Portuguesa 131
Eng.º Álvaro M. de Aragão Pereira de Athayde

Portugal

Portugal e o Mar 147
Prof. Miguel Mattos Chaves

Segurança e Defesa

A "ONU da Paz" - Cidadania e Direitos Humanos 175
Prof. Adriano Moreira

Religiões, Ideologias e Utopias

Cooperação entre a República Portuguesa e o Imamat Ismaili 183
Prof. Adriano Moreira

História

A Marinha portuguesa na Grande Guerra 199
Comandante José Rodrigues Pereira

Homenagem ao herói Soldado Milhões 277
Dr. Guilhermino Pires

Depoimentos

José Barata-Moura, o Humanismo do "Militante anónimo comunista" 291
Prof. Adriano Moreira

Prof. José Barata-Moura, um adversário no futebol universitário e um amigo na vida 293
V/Alm. REF Rebelo Duarte

Um final da segunda década do Século XXI onde a democracia volta a enfrentar riscos e desafios sérios

Havendo recursos, ciência e técnica para tornar a vida humana mais feliz, temos este mundo atolado em fomes, doenças, guerras horríveis e conflitos espúrios. A época em que vivemos é de crescente investigação científica, de capacidades tecnológicas espantosas, mas, observando o que acontece em todos os povos, é também um tempo de desperdiçada sabedoria. Não raras vezes se constata que a aplicação da ciência e da técnica tanto pode realizar os bons sonhos da humanidade como transformar-se numa ameaça.

Esses bons sonhos vieram com a queda do Muro de Berlim em 1989, depois de eleições relativamente livres na área soviética. Mas a alegria da "meia-Europa Ocidental", feliz com a subsequente reunificação alemã, parece atingida na actualidade circunstancial pelo enfraquecimento do sentido de resistência e espírito de solidariedade que agregou os Estados do Leste na adesão à União Europeia (UE), fortalecidos, durante a guerra fria, pelo ocidentalismo de resposta que teve os EUA como proeminentes na segurança da NATO e na ajuda à recuperação das destruições da guerra.

Esse foi um tempo que não se repetirá, como o atestam mais um ano de perduráveis crises, mais graves ainda porque estão a danificar os três pilares da sustentabilidade europeia, sem que se prevejam melhorias assinaláveis. No ano que deixámos para trás, talvez a marca mais relevante tenha sido a instabilidade, para dizer o mínimo, que vivem os países da UE habitualmente designados por "três grandes", aqueles que, por força da sua dimen-

são, da sua economia ou da sua influência política, revelaram um peso quase sempre determinante no destino europeu: por força da sua história recente, a relutante potência alemã (83 milhões de pessoas e 4ª economia mundial), a França de Macron, em queda depois de atingido por protestos populares a retirarem-lhe o ímpeto refundador da Europa e reformador interno de que a economia precisa (perda de competitividade com a globalização e modelo social em grande tensão) e a estranha deriva do Reino Unido (RU), no sentido de um Brexit dilacerante do tradicional sistema político-partidário (e de cujo desfecho só se sabe ser com convulsivas dores para ambas as partes, porque dois pilares não representam o mesmo equilíbrio tripartido, agravado pelo facto de a "relação especial" com os EUA ter sido posta em causa pelo seu anacrónico presidente).

Esta circunstância não ajuda nada e, apesar da salvação *in extremis* do euro e da recuperação económica, os sinais de desunião e de fragmentação da Europa não podem deixar de ser, no mínimo, preocupantes, como os nacionalismos e populismos certificam.

Nesta circunstância, não é difícil nem inoportuno percepcionar os desafios que a UE terá de enfrentar, para além da defesa, nesta entrada em 2019, um tempo cheio de inquietações, quer quanto às eleições políticas nacionais, quer europeias, também económicas, bastando pensar nas consequências de um Brexit de má formação, do enfraquecimento dos poderes vindos da solidariedade franco-germânica, da problemática geopolítica do ambiente, dos efeitos da relação da demografia mundial com o crescimento dos desfavorecidos, das migrações desordenadas ("*sem disciplina eficaz nem piedade suficiente*", como as retrata o Prof. Adriano Moreira), das ambições da autocracia russa, da aparente improbabilidade de saída do conflito israelo-palestiniano, das ameaças das alterações climáticas e fenómenos extremos, do Continente africanos com diversas divisões e lutas do Cabo ao Cairo, como traçado por Cecil Rhodes, no seu projecto de ferrovia, tudo isto envolto numa multiforme e difusa ameaça, onde se vislumbra espionagem informática, sabotagem informática e manipulação da informação que já ensombrou e continuará, presumivelmente, a influenciar os processos eleitorais no Ocidente.

Infelizmente, damo-nos conta que neste ainda jovem século XXI, a democracia e a liberdade voltam a enfrentar riscos e desafios sérios e a juventude tem razões para se inquietar na interpelação do futuro. Não obstante a salvação *in extremis* do euro e recuperação económica, mantêm-se os sinais de desunião e de fragmentação, numa mistura explosiva com o mal-estar europeu decorrente do desgaste do regime demoliberal e do que está na

origem do sucesso dos radicalismos populistas, nacionalistas e de extrema-direita um pouco por toda a parte. Órfã da América, com a crescente pressão militar da Rússia junto à sua fronteira Leste e a capacidade de desestabilização de Moscovo em demasiados países, sem uma liderança forte e uma visão estratégica, a Europa continuará vulnerável, no próximo ano, aos ventos internacionais e às debilidades das suas democracias, com a emergência de um futuro prenhe de incerteza e instabilidade, na medida em que a Europa parece ter chegado a uma encruzilhada que já não permite muitos mais compromissos entre opostos (leste, com as novas ditaduras emergentes; Norte, com o seu intestino egoísmo; Báltico, cuja maior preocupação é o reforço da NATO; Itália com escolhas perigosas; etc.), condição indispensável para restaurar a sustentabilidade do euro, a coesão social e a convergência económica, no duplo eixo geográfico. Por isso alguns analistas europeus advogam apenas duas saídas para este tempo de multi-crise: desistência e desintegração (cada país por si outra vez; ou avanço integrador com os "crentes" do projecto fundador.

Na envolvente geopolítica global, também deparamos com "cisnes negros", contando com Trump a declarar guerra comercial e Putin a aproveitar as guerras que o desconcertante e errático presidente americano declara a tudo e a todos, para se infiltrar cada vez mais nos assuntos europeus e imiscuir imperialmente no M-O, como acontece na Síria, após a polémica decisão da Casa Branca de abandonar esse despedaçado país e com isso a coligação com os curdos, numa movimentação bem reveladora de que a notícia do "*fim da História*" foi manifestamente exagerada. Ao contrário, damos conta de um mundo em mudança acelerada. Até as mais refinadas previsões políticas são todos os dias desmentidas, provando que a História é um processo em aberto, precisamente na medida da sua fabricação humana.

Como consequência desta preocupante "normalidade anárquica", os próximos anos serão cada vez mais hobbesianos e cada vez menos kantianos. Num mundo sem uma potência ordenadora assistiremos ao proliferar de crises, conflitos e guerras em várias partes. A nova Estratégia de Segurança Nacional norte-americana, de 2017, anunciou já uma competição entre os EUA, a China e a Rússia, sendo que esse ambiente "agónico" será dominante nas relações internacionais nas próximas décadas. E, já hoje, para os lados de Washington, com o arrefecimento do mercado imobiliário e a contração das condições financeiras nos EUA, não está posta de parte uma recessão nos EUA. Também foi delineada por Trump uma visão profundamente errada da política externa que desconfia dos aliados dos EUA, despreza as instituições internacionais e é indiferente, senão claramente

hostil, à ordem internacional liberal que os Estados Unidos têm vindo a sustentar há quase oito décadas. A verdadeira tragédia não é que o presidente tenha trazido à luz esta visão falhada; é que ela é apenas uma interpretação distorcida daquilo que está rapidamente a emergir como o novo consenso à direita e à esquerda: que os Estados Unidos devem aceitar um papel mais modesto nos assuntos mundiais. Quiçá o sinal mais perturbante para o futuro será que, embora Trump tenha tornado piores praticamente todos os aspetos da política externa americana, ele não é a única causa do comportamento cada vez mais errático, míope e egoísta dos EUA, mas sim, ter limitado a acelerar uma tendência — a do abandono por Washington das suas responsabilidades globais — que já se estava a desenvolver na altura em que ele assumiu o cargo, e que lhe sobreviverá.

Essa tendência só pode continuar, dado que as suas raízes não têm que ver com eventos políticos passageiros mas com a extinção da memória viva da Segunda Guerra Mundial, um evento histórico global que revolucionou a política externa americana e determinou o seu curso durante a maior parte do século XX.

A geração de homens de Estado americanos que criou a ordem do pós-guerra tinha aprendido algumas lições duras com a guerra. Da sua experiência com o Japão Imperial, a Alemanha nazi e, mais tarde, a União Soviética, extraíram a lição de que competia às nações livres enfrentarem as ideologias e os governos hostis à liberdade individual. Com a Grande Depressão e o nacionalismo económico dos anos 30, aprenderam que políticas para incomodar o vizinho, bem como o foco em vantagens para o Estado em vez um sistema de regras, podiam gerar condições para o florescimento de ideologias totalitárias.

E com o caos geopolítico dos anos entre as guerras aprenderam que, para que a paz fosse assegurada, os Estados Unidos teriam de a garantir através de um conjunto de alianças permanentes e instituições internacionais. Estas últimas poderiam nem sempre favorecer as políticas dos EUA, mas os líderes americanos reconheceram que favoreciam os interesses americanos a longo prazo.

Essa geração aprendeu as lições certas, como provam a paz e a prosperidade dos últimos 70 anos. Mas a política externa que produziu era estranha às tradições pré-1940 dos Estados Unidos, onde o país era visto primariamente como uma potência comercial, com pouco interesse nas políticas globais de poder, exceto enquanto meio de se proteger e de preservar a sua esfera de influência no hemisfério ocidental. Abandonar essas tradições requereu a experiência vivida dos que haviam testemunhado em primeira

mão a pobreza da Depressão e a destruição dos anos de guerra. Hoje, no entanto, essas lições já não são verdades vivas; são dogmas mortos, como diria o filósofo John Stuart Mill. As elites de política externa americana esqueceram como defender uma ordem global que existe há mais tempo do que a maioria delas têm de vida; muitas esqueceram até que ela precisa de ser defendida. E assim, quando Trump apareceu a gritar "*Make America Great again*!" e a exigir saber porque é a manutenção da ordem global justificava o tempo e o esforço de Washington, as elites não souberam como responder.

Quanto a Portugal, não deixam de existir razões para nos desafiarmos sempre a pensar sobre o que queremos ter no futuro. Porque o futuro acontece, muitas vezes de forma condicionante e condicionada, e nós, nem sempre temos revelado o melhor discernimento para o enfrentar, com entusiasmo e confiança, com a pecha de querermos todos os direitos cumpridos e ainda mais, alguns deles absolutamente justos, como o direito ao planeta, ao ambiente, o direito a nascer sem dívidas que nos restrinjam.

Ainda que olhando para o futuro sem certezas absolutas, teremos de nos fixar nele com vontade e capacidade estratégica de o tornar promissor, conseguir um país um pouco melhor do que aquele em que estamos a viver, e isso acontecerá na medida em que tivermos condições para dele cuidar agora, em vez de lhe reagir daqui por uns anos.

De tudo isto, nos falam um pouco e de modo directo ou nas entrelinhas, os nossos convidados e conferencistas que, ao longo de 2018, nos disponibilizaram os seus trabalhos e comunicações, e que desde já agradecemos, com a gratidão proporcional à valia dos conteúdos e a lembrada circunstância desses textos significarem a matéria-prima fundamental e imprescindível para a edição anual do nosso Boletim.

E porque o presente precisa da história para se formular mais consistentemente as ideias de futuro, também não faltam os trabalhos sobre os eventos que marcaram a nossa historiografia, como é o caso de Portugal na I GM (do nosso conferencista-convidado Comandante Rodrigues Pereira) e do Prof. João Moreira Freire, que teve a gentileza de nos oferecer para publicação exclusiva neste Boletim, o seu ensaio referente às principais intervenções militares das forças de Marinha, desde a batalha do Cabo de S. Vicente, de 05JUL1833, até à controversa operação "Mar Verde", na Guiné-Conakry, em 22NOV1970.

À semelhança dos anteriores, o presente número abre, em destaque, com uma dissertação muito interessante e profunda do nosso Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. Manuel Clemente, acerca da questão pungente e

actual das migrações – "*Migrantes e refugiados: homens e mulheres em busca de paz*", a partir da mensagem dirigida pelo Papa Francisco no primeiro dia de 2018, intitulada *"Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz*" e cujo conteúdo nos interpela sobre a razão do movimento de tantos homens e mulheres neste mundo convulsionado pela guerra e a consequente pobreza e fome.

Ainda na esteira do desejado entendimento entre os crentes das várias religiões, surge-nos, mais adiante, um relato circunstanciado, da autoria do Prof. Adriano Moreira, promotor da aproximação e formalização do acordo de cooperação entre Portugal e a comunidade ismaelita liderada pelo príncipe Aga Khan. Ainda do mesmo autor, salienta-se no capítulo "Geopolítica" a análise que o "*Mundo em Armistício*" sugere acerca da geografia política do mundo actual, marcado pela infracção das mais elementares e fundamentais premissas de ética e legalidade que deviam inspirar a governança em prol da paz e do desenvolvimento. Nesse capítulo encontramos ainda o candente problema europeu e ocidental do populismo, desenvolvido no trabalho do Prof. José Filipe Pinto, com o título *"Democracia e Populismo na Europa e na América: Equilíbrio Instável"*, que suportou a sua excelente comunicação, na sessão de 22FEV2018, do nosso Instituto.

Este tema recorrente dos populismos foi igualmente objecto de exortação, desta feita na sessão do mês seguinte (29MAR2018) e agora centrado no epifenómeno europeu em articulação com o processo da 4ª revolução industrial e o inerente aproveitamento do ciberespaço e redes sociais que o preenchem, tendo como conferencista o Prof. Bernardo Ivo-Cruz, cuja intervenção – "*Na Encruzilhada entre a Minha Tribo e a Nova Atenas? Reflexões sobre impacto da 4ª Revolução Industrial na Emergência dos Populismos europeus*" –, suscitou compreensível curiosidade e real interesse da audiência.

Nas rubricas relativas a África e à CPLP, apresentam-se, respectivamente, um texto-suporte da conferência do Prof. Adriano Moreira, realizada no Instituto em 25OUT2018 (salvando a sessão, comprometida pela ausência de última hora do palestrante convidado, e aproveitando a efeméride do centenário do nascimento do homenageado), sobre uma figura mundial incontornável do século XX, Nelson Mandela, que o autor emparceira com outras de igual gabarito, Mahatma Gandhi e Luther King, a par de dois magníficos textos disponibilizados pelos autores – "*A Língua Portuguesa e as Línguas Maternas de Angola*", da Prof.ª Fátima Roque, procedendo a uma avaliação da realidade linguística angolana (línguas etnicamente maternas *vs*. língua oficial, bem como o português específico dos diversos

países da CPLP) e, em segundo lugar, a *"Minha Pátria é a Língua Portuguesa",* do Eng.º Álvaro de Athayde, deduzindo a sua expansão para países vizinhos dos falantes da tal língua que Vergílio Ferreira descreveu como "… *O lugar donde se vê o Mundo e em que se traçam os limites do nosso pensar e sentir. Da minha língua vê-se o mar. Da minha língua ouve-se o seu rumor, como da de outros se ouvirá o da floresta ou o silêncio do deserto. Por isso a voz do mar foi a da nossa inquietação …*"

Os dois restantes capítulos respeitam ao Mar e à Segurança e Defesa, com trabalhos relacionados com a janela de liberdade e oportunidade que o "mar português" proporciona ao país (objecto de uma robusta comunicação apresentada pelo Prof. Miguel Mattos Chaves, na sessão de 28JUN2018) e, na segunda rubrica, a associação da ONU e o seu papel na consolidação dos Direitos Humanos, infelizmente ainda não respeitados em largas comunidades políticas, matéria esta tratada pelo Prof. Adriano Moreira em texto que nos cedeu com vista a integrar o Boletim, sob o título "*A "ONU da Paz" - Cidadania e Direitos Humanos*".

A concluir esta edição, reproduzem-se dois pequenos depoimentos que a comissão de homenagem ao docente e antigo Reitor da Universidade de Lisboa, por ocasião da sua jubilação a coincidir com o aniversário dos 70 anos de idade (JUN2018), pediu a vários membros de uma tertúlia de colegas e amigos daquela proeminente figura de humanista e académico. Com esta reprodução, que é mais uma homenagem que lhe dedicamos, encerra-se um novo número dos "Roteiros", que desejamos seja do vosso agrado e que volta a dever-se à prestimosa colaboração dos nossos associados e convidados que lhe dão nome e credibilidade. Um sentido OBRIGADO a todos.

Restelo, 18 de Janeiro de 2018

A Direcção do IDJC


Justitia et pax osculatae sunt

Migrantes e refugiados – reflexões do Papa Francisco e do Secretário-geral da ONU[1]

D. Manuel Clemente[2]

Como acontece desde o pontificado de Paulo VI, também o Papa Francisco nos dirigiu uma *Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz*, a 1 de janeiro deste novo ano de 2018. Intitula-se *Migrantes e refugiados: homens e mulheres em busca de paz*.

Um título esclarecedor. Não apenas por ser um dia particularmente dedicado à paz, mas porque acentua nesta mesma o que principalmente move tantos homens e mulheres por esse mundo além e aquém.

Pode acontecer que, em países como o nosso, em que a segurança está basicamente garantida, este motivo não pareça tão mobilizador assim. A grande emigração de portugueses para a Europa e outros destinos, como aconteceu a partir dos anos sessenta, tinha como motivo sobretudo a procura de melhor vida, aí mesmo onde ela mais se desenvolvera depois da segunda guerra mundial.

[1] Conferência proferida pelo Senhor Cardeal-Patriarca de Lisboa, na sessão de 17JAN2018, do Instituto Dom João de Castro;

[2] Após a elevação a Cardeal D. Manuel Clemente assumiu o título de D. Manuel III, Cardeal-Patriarca de Lisboa. O rito de imposição do barrete e da entrega do anel e da bula de criação cardinalícos decorreu a 14FEV2015, na Basílica de São Pedro, em Roma. O Patriarca de Lisboa, 44º cardeal da história da Igreja Portuguesa, foi investido com o título de Santo António in Campo Marzio, vinculado à Igreja de Santo António dos Portugueses, e que havia sido atribuído ao seu antecessor, D. José Policarpo;

Claro que esta motivação também está presente nos atuais migrantes e refugiados. Motivação aguçada pelo facto novo do conhecimento mediático que obtêm das melhores condições de vida noutros países. Mas, em muitos casos, a procura de melhor vida associou-se à fuga da morte certa ou quase certa, se permanecessem nas suas terras, assoladas por conflitos prolongados e devastadores.

Aliás, como lembrou Paulo VI na encíclica *Populorum progressio* (1967), «o desenvolvimento é o novo nome da paz», tratando-se de realidades conexas. (Já cantava José Afonso no seu "Bairro negro, bairro negro, onde não há pão não há sossego...»)

Com tudo isto, os números apresentados pelo Papa são esmagadores: «quero recordar de novo os mais de 250 milhões de migrantes no mundo, dos quais 22 milhões e meio são refugiados».

Como sabemos, a reação dos povos demandados tem sido diversa, consoante as predisposições e as políticas. Há países com tradição de acolhimento, concretamente antigas potências coloniais como a Inglaterra ou a França, onde muitos dos que emigram são absorvidos pelo mercado de trabalho e o têm sustentado, quer como mão-de-obra quer como consumidores. Foram e são em muitos casos os que chamam ou acolhem os respetivos familiares e compatriotas, em busca de sobrevivência física e económica.

Há também países em que o receio de abrir fronteiras provém em parte de historiais mais ou menos bem retidos de incursões estrangeiras e ameaças identitárias. Gentes doutras etnias e outros credos que se ligaram mal com quem já estava. Já estava, mas anteriormente também chegara... Onde isto acontece ou se alega, o acolhimento é mais difícil, sobretudo onde o desenvolvimento ainda demora.

Juntam-se os problemas de segurança. Tão reais como negativos e muito agigantados pela intensa mediatização de atentados acontecidos ou gorados. Em estado de sobressalto não há disposição para o acolhimento, antes para o retraimento e a desconfiança.

O Papa não propõe ingenuidades, mas não desiste do apelo, citando também João Paulo II: «Praticando a virtude da prudência, os governantes saberão acolher, promover, proteger e integrar, estabelecendo medidas práticas, "nos limites consentidos pelo bem da própria comunidade retamente entendido, [para] lhes favorecer a integração"».

Praticando a virtude da prudência… Fixemo-nos um pouco nela e na sua relação com as outras virtudes cardeais, aquelas que suportam a existência pessoal e coletiva. Numa apresentação pedagógica: «Tornamo-nos

prudentes quando aprendemos a distinguir o essencial do secundário, a definir metas acertadas e a escolher os meios para as atingir. A virtude da prudência dirige todas as outras virtudes, porque a prudência é a capacidade de conhecer o que está correto. […] Só quando uma pessoa é prudente consegue empregar a justiça, a fortaleza e a temperança para fazer o bem» (*Youcat português. Catecismo jovem da Igreja Católica*, Lisboa, Paulus, 2011, nº 301).

O enunciado liga a prudência às outras virtudes; e logo à justiça, que nos manda prestar a cada um o que lhe é devido, seja pessoa, grupo ou nação. É bom recordar os direitos humanos, que ligam a dignidade de cada pessoa ao usufruto dos bens que a sustentam. Bens que a cada um são devidos, antes de quaisquer fronteiras e entre elas partilháveis. É este o "essencial" a garantir, em prudência tão lúcida como ativa. Na verdade, esquecê-lo é lesar a justiça e pôr em causa a paz.

Tanto mais quanto as carências dos outros se prendem muitas vezes com bens transfronteiriços como a quantidade da água, a qualidade do ar e os recursos naturais em geral. Carências agravadas por usos e abusos de quem os explora, tantas vezes de fora e com prejuízo dos autóctones. Daqui que o essencial que a prudência busca tenha de incluir o prioritário que a justiça requer.

O Papa não deixa de lamentar a demora do século XXI em resolver as causas de tantas migrações e levas de refugiados. Causas que elenca: conflitos armados, desejo de vida melhor, degradação ambiental. E de anotar que, se a maioria o faz por percursos legais, outros não o conseguem, «quando a pátria não lhes oferece segurança nem oportunidades, e todas as vias legais parecem impraticáveis, bloqueadas ou demasiado lentas».

Chegam – os que chegam – depauperados de tudo menos dalguma esperança que ainda persista. Mas nem sempre encontram o que esperam. Por vezes, exatamente o contrário, sobretudo quando – continua o Papa - nalguns países de destino se generalizou «uma retórica que enfatiza os riscos para a segurança nacional ou o peso do acolhimento dos recém-chegados, desprezando assim a dignidade humana que se deve reconhecer a todos, enquanto filhos de Deus».

De tudo isto temos sucessivas provas – que para migrantes e refugiados são outras tantas provações. Todavia, se tivermos bem presente o conjunto das virtudes cardeais, à prudência e à justiça ligam-se a fortaleza e a temperança. A fortaleza que nos faz persistir no caminho do bem e a temperança que nos fará reparti-lo.

Começando pelo espaço em que os incluamos, para o bem comum de todos. Neste ponto, o Papa Francisco, que tantas vezes denuncia demoras e contradições nacionais e internacionais na resposta aos migrantes e refugiados, olha o futuro com doses iguais de realismo e esperança: «Todos os elementos à disposição da comunidade internacional indicam que as migrações globais continuarão a marcar o nosso futuro. Alguns consideram-nas uma ameaça. Eu, pelo contrário, convido-vos a vê-las com um olhar repleto de confiança, como oportunidade para construir um futuro de paz».

Há grande realismo nesta previsão. A humanidade entrou numa fase acelerada de concentração urbana, muito além do que alguma vez se viu. Desde 2007 que vivemos mais em cidades do que fora delas, no conjunto mundial. Até meados do presente século vão somar-se cidades de várias dezenas de milhões de habitantes.

Naturalmente, isto mesmo tanto poderá concorrer para um ainda maior abandono do campo como para a rarefação social da cidade, concretizando o dito de que "a multidão é um deserto". Um deserto de relações, onde tanta gente se torne gente estranha, levando mais ao autoisolamento do que à vizinhança.

Desafios concretos, certamente, que também motivaram a encíclica *Laudato si'* (2015), em que o Papa Francisco nos propôs uma "ecologia integral" em que a nossa relação com os outros e a natureza em geral cresça em atenção e competência.

Mas é verdade também que o isolamento mútuo de populações e países, como tem prevalecido, é fator de desconhecimento, preconceito e conflito. E que, pelo contrário, a presença crescente de pessoas de várias proveniências no espaço mais concentrado de nós todos, também pode tornar-se um fator sociocultural positivo e criativo.

Todos queremos que o Papa tenha razão, quando vê nas migrações uma «oportunidade para construir um futuro de paz». E, como crente, pode acrescentar, citando Bento XVI: «A sabedoria da fé nutre este olhar, capaz de intuir que todos pertencemos "a uma só família, migrantes e populações locais que os recebem, e todos têm o mesmo direito de usufruir dos bens da terra, cujo destino é universal, como ensina a doutrina social da Igreja. Aqui encontram fundamento a solidariedade e a partilha" (Bento XVI)».

No documento programático do seu pontificado, o Papa Francisco propôs-nos um outro olhar sobre a cidade. Um olhar que consiga ver para além da aparência imediata, que se detenha realmente em cada um e nele descubra o que mais profundamente deseja. Exatamente por se tratar de

"pessoas", ou seja, de seres em relação. Na densidade de cada pessoa, descobre-se a humanidade de todos. Um crente, como o Papa Francisco, lançará mesmo sobre a cidade um "olhar contemplativo", ou seja, «um olhar de fé que descubra Deus que habita nas suas casas, nas suas ruas, nas suas praças […] promovendo a solidariedade, a fraternidade, o desejo de bem, de verdade, de justiça» (exortação apostólica *Evangelii gaudiu*m, nº 71).

Tal olhar, que só se exerce de perto, aquém e além do que a parafernália mediática nos entrepõe, será atento e disponível para apurar e valorizar o que os outros nos trazem de próprio, para com eles também nós sermos mais e melhor.

Não bastam cidades pluriculturais e aglomerados de autoguetos. Certamente haverá lugar para tradições próprias e ritmos grupais. Mas a topografia da cidade há-de confluir em espaços compartilhados, com mais praças abertas do que ruas ou becos fechados sobre si. Topografia aberta que, com as escolas e demais serviços, nos congregue em intercultura humanizante e criativa. Porque, esclarece o Papa Francisco, «detendo-se sobre os migrantes e os refugiados, este olhar saberá descobrir que eles não chegam de mãos vazias: trazem uma bagagem feita de coragem, capacidades, energias e aspirações, para além dos tesouros das suas culturas nativas, e deste modo enriquecem a vida das nações que os acolhem».

Em Portugal, não podemos ter dúvidas quanto a este ponto. Bem pelo contrário, pois, se na fundação do país contámos com tanta gente vinda de fora - como a nossa toponímia ainda assinala, entre "galegos" e "francos", que se juntaram aos moçárabes, árabes e judeus que já cá estavam -, hoje somos o que a expansão ultramarina ocasionou, das primeiras levas de africanos no século XV aos retornados de 1975: ambos forçados por circunstância diversas, mas todos portadores da humanidade que traziam. Eles e os que vieram de outras latitudes, da Ásia ao Brasil, ou os que chegaram mais recentemente, por emigração ou fixação sénior (em 2016 a população estrangeira residente em Portugal atingia os 397 731). Tenhamos tudo isto bem presente quando dizemos o que somos - e certamente queremos ser, ainda mais e melhor, juntando prudência e justiça.

Bem no seu estilo de sublinhar em palavras incisivas o que quer deixar gravado nos seus ouvintes e leitores, o Papa Francisco adianta quatro características do acolhimento devido a migrantes e refugiados: acolher, proteger, promover e integrar.

"Acolher" é ampliar as entradas legais, não afastar ninguém para lugares de perseguição e violência e equilibrar a segurança nacional com

o respeito pelos direitos humanos. "Proteger" é respeitar ativamente a dignidade de quem nos procura e impedir a sua exploração. "Promover" é apoiar-lhe o desenvolvimento integral e, muito especialmente, proporcionar instrução a crianças e jovens, em todos os graus de ensino. "Integrar" é possibilitar a integração de migrantes e refugiados na vida da sociedade, que assim mesmo se enriquece e desenvolve.

O Papa Francisco deseja «que seja este o espírito a animar o processo que, no decurso de 2018, levará à definição e aprovação por parte das Nações Unidas de dois pactos globais: um para migrações seguras, ordenadas e regulares, outro referido aos refugiados». Estou certo de que o acompanhamos no propósito, para que tudo se certifique na ação.

Entretanto, o Secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Eng. António Guterres deixou-nos importantes indicações sobre o tema, numa recente entrevista (cf. *Expresso*, 13 de janeiro de 2018).

Lembra que neste mesmo ano os Governos dos Estados-membros da ONU negociarão um Pacto Global para a Migração, tão inaugural como oportuno. Será «o primeiro acordo internacional abrangente deste género».

E nem o facto de não ser um tratado formal e de não impor obrigações vinculativas para os Estados lhe retira o acréscimo de consciência que certamente trará a todos.

Nesta perspetiva, adianta três considerações fundamentais: 1) Reconhecer os benefícios da migração. 2) Reforçar o Estado de Direito em relação aos migrantes. 3) Aumentar a cooperação internacional a favor de migrantes e refugiados.

Reconhecer os benefícios da migração, pois os que chegam também respondem a necessidades dos Estados que os acolhem; e impulsionam a economia internacional com as remessas enviadas para os seus países de origem.

Reforçar o Estado de Direito em relação aos migrantes, pois com o seu acolhimento generoso e regulado evitar-se-ão derivas ilegais que, além de desumanas, prejudicam a todos.

Aumentar a cooperação internacional a favor de migrantes e refugiados, superando práticas fronteiriças que tanto contradizem os nossos valores coletivos como perpetuam tragédias intoleráveis.

Para concluir com um voto que não podemos senão compartilhar em consciência e ação: «A migração não pode ser sinónimo de sofrimento. Devemos ambicionar viver num mundo em que podemos celebrar o contributo da migração para a prosperidade, para o desenvolvimento e para a

unidade internacional. O nosso poder coletivo pode alcançar este objetivo. Este pacto global pode ser um marco histórico para que a migração seja verdadeiramente benéfica para todos».

Não sendo de agora os movimentos migratórios – nem mesmo de refugiados – o facto tem nos nossos dias uma dimensão global inédita.

Porque inclui grande quantidade de seres humanos e grande variedade de situações e motivos. Tudo dimensionado com a mediatização própria dos nossos dias, que tanto pode oferecer miragens aos que partem como aumentar receios e reservas aos que podem acolher.

Quase como sucedeu no século V, aquando das invasões germânicas, a migração vai acentuar-se e até poderá irromper. Na altura, acabou por originar uma nova civilização e foi um dos fatores a criar a

Europa que conhecemos. Refresquemos a memória e façamos melhor desta vez.




Justitia et pax osculatae sunt

Marinha de guerra portuguesa: Oito operações navais modernas[1]

Prof. João Moreira Freire[2]

Este é um ensaio de análise trans-temporal. Olhando retrospectivamente para os últimos 180 anos ou mesmo um pouco mais, podemos identificar apenas **8 ocasiões em que a Armada nacional concebeu e executou operações de guerra naval** de alguma envergadura, a saber: durante a guerra civil dos "liberais" contra os "absolutistas" que culminou na batalha do Cabo de S. Vicente em 1833; no norte do país, aquando do levantamento da "Patuleia" (1846-47); a ocupação militar da baía de Tunguè em Moçambique em 1887; a importante guerra contra os insubmissos guineenses travada em 1894; a ofensiva do Inverno de 1919 contra a "Monarquia do Norte"; a expedição armada contra a revolta republicana na Madeira em 1931; os combates ocorridos no Estado Português da Índia em Dezembro de 1961; e a operação "Mar Verde" contra forças alojadas na Guiné-Conakri em 1970.

Perante tal evocação de longo período, as *operações de guerra naval* foram acontecimentos excepcionais, circunscrevendo aqui o conceito à existência cumulativa dos seguintes **seis elementos**: 1º, presença de uma força naval táctica de dimensão significativa, composta por navios oceânicos; 2º, efectivação de acções bélicas, pela manobra e (eventualmente) pelo fogo, perante um inimigo identificado; 3º, cumprimento de um objectivo estratégico, planeado antecipadamente; 4º, conjunto de meios logísticos e de apoio mobilizados expressamente; 5º, existência de um comando naval

[1] Ensaio destinado, pelo autor, à sua publicação no Boletim anual do Instituto Dom João de Castro, na edição dos "Roteiros", referente a 2018, e que a Direcção muito agradece;

[2] Sociólogo. Professor catedrático aposentado e Professor Emérito do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Membro-correspondente da Academia de Marinha;

superior no campo de batalha, dirigindo a acção táctica de conjunto; e 6º, resultado militar concreto da operação, além de outros de natureza eventualmente diferenciada (geoestratégica, política, diplomática, etc.) e de efeitos mais dilatados no tempo.

Os oito casos seleccionados parecem cumprir estes critérios, e serem mesmo os únicos que os cumprem, neste longo lapso de tempo.

Outras operações navais importantes aconteceram, que não consideramos para esta análise por lhes faltarem uma ou outra das condições definidas como necessárias, nomeadamente uma oposição armada. Por exemplo, o desembarque da expedição de D. Pedro IV no Mindelo em 1832 foi uma grande manobra náutica e militar mas o "exército libertador" foi posto em terra sem combate. Também a acção de assenhoreamento do Ambriz feita em 1855[3] acabou por resultar em uma demonstração de força para "arvorar a bandeira" e uso diplomático perante a Inglaterra sem verdadeiros afrontamentos bélicos, enquanto a expedição naval que em 1860 acorreu a Angola sob o comando do capitão-de-mar-e-guerra (SAR[4]) D. Luís Filipe de Bragança[5] para repor a ordem no "Congo português" resultou numa operacção militar puramente terrestre. E as duas expedições enviadas de Moçambique a Timor (entretanto posto sob ocupação militar japonesa) no decurso e no fim da Segunda Guerra Mundial, por importantes e arriscadas que se previa que fossem, não chegaram a assumir qualquer acção de guerra[6]. Pelo contrário, em Maio de 1916 na foz do rio Rovuma (fron-

[3] Sob o comando do governador-geral de Angola tenente-coronel Coelho do Amaral, que envolveu a fragata *D. Fernando* (tendo como comandante o capitão-de-mar-e-guerra graduado Vicente Lima, e que escalara Luanda, em viagem de Lisboa para Moçambique), o brigue *Serra do Pilar* (capitão-tenente João Silva Rodovalho) e a polaca *Esperança* (segundo-tenente José Baptista de Andrade) e implicou bombardeamento e desembarque em armas.

[4] Sua Alteza Real.

[5] Que levava como chefe do estado-maior o capitão-de-fragata António Sérgio de Sousa e integrava as novas corvetas *Bartolomeu Dias* (do comando de D. Luís) e *Estefânia* (capitão-de-fragata João Rodovalho) e a canhoneira *Maria Ana* (primeiro-tenente Sousa Rodrigues), todos já navios de propulsão mista, a vapor e à vela, além dos vapores mercantes África e *D. Antónia*, transportando três batalhões de caçadores e secções de artilharia e saúde.

[6] No início de 1942 o aviso *Gonçalves Zarco* largou de Moçambique comboiando o transporte de tropas *João Belo* para tentar repor a soberania portuguesa em Timor, onde entretanto haviam desembarcado tropas australianas. Mas tendo então ocorrido a ocupação militar japonesa da ilha, voltaram para trás após quase um mês no mar junto a Ceilão, à espera de ordens. Em Setembro e Outubro de 1945, após a derrota do Japão, chegou a Dili a expedição militar composta pelos avisos *Bartolomeu Dias*, *Afonso de Albuquerque* e *Gonçalves Zarco*, mais o transporte *Angola* e outros paquetes, para a retomada de posse da colónia pelo governo de Portugal.

teira norte de Moçambique), há um intento de ofensiva por marinheiros e soldados portugueses a partir de Quionga sobre a margem oposta alemã: mas, sem qualquer informação credível sobre o inimigo nem um mínimo de planeamento, a acção é duramente repelida e mesmo dizimada pelas metralhadoras dos postos germânicos com dezenas de baixas do lado português, de nada valendo o apoio de artilharia do cruzador *Adamastor*[7] e da modesta canhoneira *Chaimite*[8].

Naturalmente, em muitas outras ocasiões os navios da Armada realizaram acções de força em que as armas foram usadas, ou apenas exibidas como ameaça, para lograr o cumprimento de diversas missões no mar, ao serviço do poder político nacional: na escolta de navios de transporte de tropas ou suprimentos (incluindo em situações de guerra declarada, sendo ou não Portugal parte beligerante no conflito); no exercício dos direitos de soberania marítima face a navios estrangeiros, pesca ilegal e outras perturbações do seu uso ou aproveitamento pacíficos; na repressão da pirataria ou de tráficos ilícitos (de escravos, contrabandos, droga, etc.); no socorro ou ajuda a cidadãos ou interesses portugueses postos em risco em países estranhos, em momentos de crise; e ainda, eventualmente, para impor o respeito das normas internacionais respeitantes ao uso do *mare liberum*, quer no que toca à segurança da navegação, aos socorros a náufragos ou à protecção ambiental. Estas são actividades correntes em que o recurso à força é apenas potencial e inerente à autoridade do Estado nacional, ou então derivada de uma ordem supra-nacional a que o país tenha voluntariamente aderido.

Ao longo deste tão dilatado período, foram também diversas as ocasiões em que forças de Marinha em terra fizeram uso das suas armas para cumprir missões e objectivos que lhes foram ditados pelas autoridades legais, nomeadamente em acções de polícia, conflito militar doméstico ou guerras não-declaradas nos territórios do antigo império ultramarino. Mas, na ausência dos navios, faltava-lhe o elemento primordial da sua vocação própria.

Pode dizer-se mesmo que o *desideratum* acima evocado – o da batalha vencedora que punha fim ou abreviava o desenlace de uma guerra – era a razão de ser última da própria marinha militar: geralmente com perdas – mortos, feridos e estragos materiais – de ambos os lados; mas não necessariamente, pois, como sabemos desde Sun Tze, o cúmulo da arte bélica

[7] Do comando do capitão-tenente José de Freitas Ribeiro, que já desempenhara o cargo de Ministro da Marinha em governo de Afonso Costa.

[8] O seu comandante, primeiro-tenente Matos Preto, foi ferido e aprisionado pelos alemães.

estaria na capacidade de fazer render o inimigo pela desmoralização ou reconhecimento da sua inferioridade, sem ter necessidade de terçar armas, e isso algumas vezes foi logrado; mas, em geral, travando-se a batalha com as inerentes perdas, ambas as potências beligerantes sentem a necessidade de honrar simbolicamente as vítimas e os mais heroicos dos actos praticados perante as suas comunidades, para reconforto moral dos atingidos, homenagem ao mérito e como exemplo reforçador da identidade colectiva das gerações vindouras.

Adiante, então, com o desenvolvimento do exercício de análise proposto! Em primeiro lugar, com base na bibliografia disponível[9], faremos o relato abreviado de cada uma destas operações, procurando identificar concretamente os seis planos de análise que concebemos. No final, tentaremos alguma interpretação de conjunto sobre estas acções de guerra e o seu lugar nas missões, na preparação e na auto-produção de uma doutrina naval própria da Marinha de Guerra Portuguesa, mesmo se apenas implícita.

Análise:

1. Acções navais no âmbito da guerra civil dos liberais contra os absolutistas, culminando no desembarque no Algarve e na batalha do Cabo de S. Vicente em 5 de Julho de 1833

A guerra civil entre os partidos dinásticos dos irmãos D. Pedro e D. Miguel de Bragança foi dobrada por um ríspido confronto ideológico entre as doutrinas liberais-constitucionalistas adoptadas pelo primeiro e as referências absolutistas-tradicionalistas do segundo, além de que veio a desencadear dinâmicas mal controladas de excessos de violência, atingindo tanto a plebe como as elites nacionais[10]. O certo é que, passado o primeiro choque do "grito do Ipiranga", da guerra de independência[11] e do reconhecimento do Brasil imperial (1822 a 1825), dos episódios internos da "vilafran-

[9] O autor agradece as ajudas recebidas dos comandantes Luís Costa Correia e Adelino Rodrigues da Costa.

[10] Entre um total de 143 nobres titulares então recenseados, 87 terão tomado o partido de D. Miguel contra 33 aderidos à causa de D. Pedro (Lousada & Ferreira, 2006: 139).

[11] Estas campanhas não produziram qualquer batalha naval significativa, mas o Brasil deve estar reconhecido ao almirante contratado, o inglês Thomas Cochrane, que conduziu os seus navios de forma táctica e estrategicamente superior aos portugueses, nos rios, na costa brasileira e mesmo no mar largo do Atlântico.

cada" (1823) e da "abrilada" (1824, com a consequente saída do infante D. Miguel para Viena), do falecimento de D. João VI mais a outorga da Carta Constitucional e o casamento por procuração da criança D. Maria com seu tio Miguel (1826), este último regressou ao reino e convocou na primavera de 1828 umas Cortes "à antiga" – as quais o aclamaram como «rei absoluto» – e desencadeou em seguida uma "caça dos traidores" que lançou o país para a aventura da guerra civil: «Nunca mais, na História portuguesa dos séculos XIX e XX, uma perseguição política teve tamanha amplitude» – escreveu recentemente um nome reconhecido da historiografia caseira[12].

A vertente naval destas "guerras liberais" – como ficaram sendo conhecidas – apresenta várias facetas e micro-conjunturas: a "Belfastada" do Porto, em Maio-Junho de 1928; a submissão da ilha da Madeira, que se lhe seguiu; a acção desencadeada pela esquadra miguelista sobre os Açores que se encerrou com a tentativa de desembarque na Vila da Praia (da Vitória, depois chamada) em Agosto de 1829, deixando a ilha Terceira sempre sob controlo dos liberais; a humilhação praticada pela esquadra francesa do almirante Roussin no Verão de 1831 em Lisboa, levando como presas para Brest 3 fragatas, 2 corvetas e 3 brigues portugueses; em 1832, depois do assenhoreamento do arquipélago, a concentração de forças liberais na ilha de S. Miguel, com o embarque de cerca de 7500 homens em armas em meia centena de embarcações, a sua travessia oceânica e o desembarque nas praias de Pampelido (a sul de Mindelo, Vila do Conde) em 8 de Julho desse ano e com a imediata ocupação da cidade do Porto, por retirada do exército miguelista, que depois lhe deitou cerco; e o irresoluto combate naval frente a Vigo, em Outubro. Todas estas foram decerto acções relevantes (além de várias outras) mas não cumprem completamente os propósitos desta análise, que pressupõe sempre uma grande operação naval, uma oposição armada com credibilidade e consistência, e um resultado de inequívoco significado para a campanha em que se insere.

Assim, neste primeiro caso de estudo, concentramos a nossa atenção sobre os acontecimentos militar-navais que ocorrem em Junho-Julho de 1833, que incluem a ausência de bloqueio à foz do rio Douro por parte da esquadra de D. Miguel, a expedição para sul da força liberal comandada pelo duque da Terceira[13] e escoltada pela esquadra do almirante Charles Napier (recém-empossado) com o desembarque de cerca de 2000 soldados

[12] Rui Ramos, 2010: 483.

[13] António Severim de Noronha, antes conde de Vila Flor, marechal do exército.

entre Cacela e Monte Gordo no dia 24 de Junho e, finalmente, o combate naval do cabo de S. Vicente travado a 5 de Julho.

Apliquemos então a nossa grelha de análise, explicitando de maneira sintetizada cada um dos seus pontos:

1º - as forças envolvidas, onde e quando

Neste caso de guerra civil, temos uma esquadra miguelista mais poderosa do que a liberal (9 navios oceânicos, incluindo 2 naus e 2 fragatas, contra 6 incluindo 3 fragatas; e 376 peças de artilharia contra apenas 172), mas mal empregue por decisões do estado-maior governamental. A esquadra liberal, tendo assegurado o desembarque em Alagoa, ficou disponível e com liberdade de acção para tentar afrontar a adversária em condições favoráveis, apesar da sua inferioridade de fogo e do factor aleatório que era o vento e o estado do mar.

2º - acções bélicas, papel do comando directo e da motivação dos combatentes

Depois de quase dois dias de aproximação na costa vizinha de Lagos, com vento norte e rumando ambas as forças para ocidente, as duas frotas encontram-se à distância de tiro e dão-se as primeiras trocas pelas 14 horas do dia 5 de Julho, com a esquadra liberal por barlavento. Então, numa manobra ousada, as fragatas liberais *Rainha de Portugal* (comandada pelo *captain* MacDonough mas onde embarcava o comodoro Wilkinson e o comandante-em-chefe Napier) e *D. Pedro* (do comando do *captain* Goble) manobraram numa operação de abordagem da nau *Rainha* ("*de Portugal*", do capitão-de-mar-e-guerra Manuel Barreiros), a primeira por barlavento e seu BB contra o EB do adversário, prolongando-se com ele a travando combate ao fuzil e à arma branca no convés e na 1ª coberta, logrando a sua rendição, enquanto por ordem do almirante inglês a outra fragata abortava a atracação e se lançava no encalce na nau *D. João VI* (do capitão-de-mar-e-guerra Marcelino Pereira, mas onde embarcava o seu almirante, chefe-de-esquadra Torres de Aboim), que acabou por se render com pouco combate. Quase ao mesmo tempo daquela primeira abordagem, a fragata liberal *D. Maria II* (do comando do *captain* Peak) atirou-se à fragata inimiga *Princesa Real* (capitão-tenente Nolasco da Cunha), bandeou-a e abordou-a também à cutilada, mas por sotavento, prolongando o seu EB com o BB do adversário, contribuindo assim decisivamente para a derrota e rendição de toda a esquadra adversária, que se consumou pelas 22 horas com a rendição da fragata

Martim de Freitas (do capitão-de-fragata graduado Manuel de Carvalho), aquela que mais resistiu aos assédios contrários. Evidenciou-se a combatividade das guarnições liberais, estimulada pela atitude dos oficiais britânicos que as comandavam, incluindo o próprio almirante Napier que saltou para o convés da nau abordada e saiu ferido da contenda, sem gravidade.

3º - objectivo estratégico perseguido

A operação da expedição ao sul foi votada por maioria em conselho de guerra e decidida por D. Pedro nos primeiros dias de Junho. Tratava-se de desfazer a situação de impasse criada com o cerco do Porto pelo exército miguelista mediante uma manobra ousada de envolvimento marítimo, desembarque nas calmas praias algarvias e avanço rápido de um pequeno exército pelo Alentejo até Lisboa esperado sem grande oposição, pois o grosso das forças adversárias e o próprio D. Miguel estavam no norte. Os riscos maiores situavam-se em três momentos: intercepção naval na costa atlântica; resistência oposta ao desembarque; e concentração de forças no Alentejo forçando a uma batalha campal. Nenhum deles se verificou, por falta de informações seguras e decisões atempadas e acertadas dos comandos adversários. A capital ficou assim como uma "cidade aberta" às tropas de Terceira, chegadas a Cacilhas a 24 de Julho.

Diz um estrategista actual que «a esquadra bicolor, já única esquadra portuguesa, entrou no rio e veio fundear em frente da cidade. Para além do caso específico português em que o controlo de Lisboa se constituiu sempre em objectivo decisivo, não será descabido relembrar o pensamento de Clausewitz quanto aos 'centros de gravidade': "nos estados agitados por dissensões internas, escreve o autor de *Da Guerra*, este centro de gravidade reside em geral na sua capital". […] Para os miguelistas, a fixação do Porto era agora uma ilusão, perdido o poder naval; D. Pedro descia à capital a 28 de Julho, deixando Saldanha no comando. […] A situação apresenta algumas analogias com a que se viveu em 1810 por alturas da 3ª invasão francesa. Dispunham os liberais – que no fundo tinham uma composição, atitude e postura que lhes dava um carácter próximo das forças anglo-lusas de então – de total superioridade no mar, permitindo-lhe não só a movimentação estratégica, mas também proteger totalmente Lisboa a partir do estuário do Tejo»[14].

No plano mais amplo da condução da guerra depois do desembarque no Mindelo, os miguelistas, descurando o bloqueio naval ao Porto, nunca

[14] Nogueira, 2004: 262, 265 e 267.

conseguiram ter a iniciativa no mar (mesmo quando a esquadra liberal era comandada pelo inglês Sartorius, causa e porta-voz de outras insatisfações), limitando-se a apoiar logisticamente as tropas que cercavam aquela cidade, enquanto os liberais ali sitiados puderam continuar a ser abastecidos por suprimentos vindos de França e de Inglaterra, cujos governos passaram entretanto a tolerar as actividades dos partidários de D. Pedro. Depois da incursão algarvia e da batalha do Cabo de S. Vicente, as forças miguelistas só conseguiram adiar por alguns meses a sua capitulação.

4º - meios logísticos mobilizados

Com o contratado Napier, no dia 1 de Junho chegaram ao Porto 5 vapores trazendo de Inglaterra homens e material para os sitiados e para a prevista expedição ao sul. No dia 12 começou o embarque, saindo a frota para o mar a 21, suficientemente abastecida para toda a operação. Pôde assim dispensar quaisquer novas entradas em portos, evitando o risco de aí poder ser encurralada. A paragem da esquadra em Lagos no dia 30 foi meramente táctica, aí ficando os vapores de transporte de tropas, que se recusaram a intervir na batalha como eventuais rebocadores das fragatas para posições mais convenientes, argumentando tal estar fora do contrato.

5º - actuação do comando táctico

A força naval miguelista foi comandada tacticamente de modo pouco feliz pelo chefe-de-esquadra Aboim: usufruindo de uma boa disposição inicial, com dupla coluna de navios e forte superioridade em força de canhoneio no bordo ameaçado, apesar de este surgir por barlavento, deixou seccionar a sua linha-de-batalha pela cunha penetrante das duas fragatas adversárias, permitiu a abordagem de duas das suas principais unidades e perdeu a vantagem da sua nau-capitânia que, seguindo em frente, ficou isolada do cerne do combate. Pelo contrário, Napier aproveitou ao máximo a vantagem do vento, manobrou no melhor momento aproando para se furtar à barreira de fogo adversária, teve a ousadia da abordagem e tirou todo o partido da combatividade dos seus homens nas refregas corpo-a-corpo, reduzindo a pouco a superioridade artilheira dos miguelistas.

6º - resultados da operação e seus efeitos

Com todos os principais navios adversários apresados nesse mesmo dia (excepto duas corvetas que escaparam para Lisboa com a infeliz notícia e um brigue que procurou refúgio na Madeira) e o domínio completo do mar

(e da terra) dos Algarves, pode dizer-se que aqui se deu o *turning point* de toda a guerra civil, a favor do partido liberal.

Pode também pensar-se que o facto da batalha naval do Cabo de S. Vicente ter sido finalmente decidida por destemidas abordagens aos navios adversários, com o emprego de fuzilaria e armas brancas, tenha subjectivamente contribuído para que a instrução do sabre de abordagem continuasse a ser feita no Corpo de Marinheiros até praticamente ao final do século, quando a evolução técnica dos navios tinha já tornado obsoleta tal forma de combater.

2. Operações navais no norte do país, aquando do levantamento da Patuleia (1846-47)

Neste segundo caso de estudo temos, de novo, uma situação de guerra civil, desta vez corporizada por um levantamento em armas anti--governamental focado na cidade do Porto, na sequência dos turbulentos acontecimentos do "Setembrismo" (1836-38), da "revolta dos marechais" do Verão de 1837, da efémera vigência de Constituição de 1838, da governação autoritária de António Bernardo da Costa Cabral[15] (sobretudo em 1842-46) e da revolta camponesa dita da Maria-da-Fonte que aquele gerou (1846), sob fundo de um sentimento reaccionário católico-miguelista ainda muito vivaz no Norte minhoto. Por isso se disse que a Patuleia – ou revolta dos "pata-ao-léu" – foi a circunstancial aliança do conservadorismo aldeão com o radicalismo liberal.

No plano político-militar, a 9 de Outubro de 1846 os Setembristas do Porto constituem uma Junta Provisória do Supremo Governo do Reino onde pontificam os condes das Antas e do Bonfim, o liberal-de-esquerda José Passos, Sá da Bandeira[16], etc., em dissidência perante o governo do marquês, agora duque, de Saldanha[17] que a Rainha acabara de nomear chefe do governo, numa manobra que ficou conhecida como "Emboscada" (teleguiada desde Madrid por Costa Cabral, ali refugiado). Várias outras Juntas se constituem no país (no norte, em Coimbra, no sul, nas ilhas e até na Índia)

[15] Inicialmente um radical, feito conde de Tomar, ministro da Justiça e "modernizador-à-força" de um país ainda muito atrasado e divido em facções políticas.

[16] Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, militar e político liberal com múltiplos desempenhos no séc. XIX, marechal-de-campo, ao tempo visconde de Sá da Bandeira,

[17] João Carlos de Saldanha de Oliveira e Daun, marechal do Exército Libertador e figura política proeminente do liberalismo português.

com idêntico propósito. Segundo observadores da época, o exército regular contaria com 4.000 elementos favoráveis à Rainha, 6.500 partidários da Junta e 1.400 "vacilantes"[18]. O governo solicita aos países signatários da Quadrupla Aliança a sua intervenção, alegando tratar-se de uma rebelião miguelista[19], cujas negociações se arrastam durante meses, também afectadas por alterações de governo naqueles países. Mas o executivo de Saldanha envia uma força naval para estabelecer bloqueio à barra do Douro (para impedir o reabastecimento dos rebeldes e asfixiar o seu comércio externo)[20]; há também movimentações de tropas no terreno e ocorrem alguns combates: em Novembro, Santarém cai para os revoltosos mas Sá da Bandeira é batido em Valpaços pelos governamentais e vê-se atacado por uma forte guerrilha de saudosos miguelistas comandados pelo inglês MacDonell, que só são destroçados em Braga no final do ano. Entretanto, em Dezembro as forças leais à Rainha obtêm importantes sucessos, com o Batalhão Naval a ser posto «debaixo das ordens imediatas do Major-General da Armada»[21] e os marinheiros do capitão-de-fragata Francisco Soares Franco (comandante da fragata *D. Maria II* e das forças navais de bloqueio do Porto) a tomarem as praças de Valença, Caminha e Viana, esta última após combate sustentado pelo brigue *Vouga* contra as forças rebeldes; e, em terra, a ter lugar uma importante batalha em Torres Vedras que travou qualquer ofensiva directa sobre Lisboa.

Nos primeiros meses de 1847, o conflito arrasta-se, com uma Inglaterra reticente em intervir militarmente e preferindo a mediação diplomática para uma saída política sem vencedores nem vencidos. Mas, falhado um primeiro armistício, a Junta Governativa do Porto consegue enviar uma expedição ao Algarve comandada por Sá da Bandeira, o qual, juntando-se às tropas do conde de Melo, só são travados em meados de Abril às portas de Setúbal no combate do Alto do Viso (popularmente ali chamado "alto

[18] Números citados por Bonifácio, 1993: 41; e Valente, 2005: 51.

[19] Recorde-se que esta aliança internacional – de Inglaterra, França, Espanha e Portugal – se constituiu após a Convenção de Évora-Monte em 1834, que selou o fim da guerra civil entre os partidários de D. Pedro IV e de D. Miguel, velando por uma estabilização política na Península Ibérica (mas que se mostrou impotente perante a guerra dinástica Carlista que se desencadeou em Espanha).

[20] A esquadra contava então 2 naus, 5 fragatas, 5 corvetas e outros navios menores, num total de cerca de 40 unidades (incluindo meia-dúzia estacionando em África e no Oriente), mas a maior parte estava inoperacional e faltavam muitos oficiais, sobretudo subalternos, pois a Escola Naval só reabrira em 1845.

[21] O Barão de Lazarim, então chefe-de-esquadra graduado Manuel Pereira de Melo.

da guerra"), com intervenção apaziguadora do comandante inglês do HMS *Polyphemus*, que pairava na foz do Sado.

Embora já meses antes tivesse havido várias defecções para os revoltosos – com 9 oficiais e 12 aspirantes demitidos e outros julgamentos em conselho de guerra – é em Abril-Maio que ocorrem no Porto os acontecimentos mais graves afectando a Armada: nomeadamente, a 17 de Abril, dão-se sublevações na corveta *Oito de Julho*, no brigue *Serra do Pilar* e no vapor *Duque do Porto*, com as guarnições a prenderem os seus comandantes e outros oficiais e pondo-se às ordens da Junta rebelde, movimento a que se juntam também os vapores *Mindelo* e *Royal Tar* (futuro *Infante D. Luís*), pelo menos, embora encurralados dentro de barra do rio pelo bloqueio naval.

Por fim, enquanto um exército espanhol entra por Trás-os-Montes e se dirige ao Porto sem oposição, uma nova intervenção inglesa acontece a 31 de Maio, quando a sua esquadra aprisiona os navios rebeldes que saíram do Douro para levar novas tropas de reforço para o estuário do Sado. O golpe foi tão profundo que a Junta Governativa do Porto aceitou de imediato as condições da paz propostas pelo governo de Londres, assinando a Convenção de Gramido (Gondomar) no dia 29 de Junho. Os seus termos eram humilhantes para a soberania portuguesa mas ditaram consequências muito benévolas para os vencidos: por exemplo, o Artº 6 estipula que «O Exército da Junta será tratado com todas as honras da guerra sendo conservadas aos oficiais as espadas e cavalos de propriedade sua»; e os oficiais do Exército que tinham sido deportados para Angola a bordo do brigue *Audaz*, em breve puderam regressar ao reino. Por seu lado, a Rainha decretou uma amnistia geral e aceitou a realização de eleições, que deram a vitória ao partido "cartista", dos Cabrais e do governo presidido por Saldanha.

1º - as forças envolvidas, onde e quando

O Norte insurgido contra o governo de Lisboa justifica o lançamento de uma operação da esquadra nacional para bloquear a costa minhota – com a fragata *D. Maria II*[22], a corveta *Oito de Julho*[23], o brigue *Vouga*[24] e outros navios –, que vai durar desde Outubro de 1846 até Junho de 47, com uma fase de acções de guerra mais intensas em Novembro-Dezembro, uma acalmia no Inverno e um recrudescimento em Abril-Maio, quando os revoltosos

[22] Navio-chefe, do comando do capitão-de-fragata Francisco Soares Franco.

[23] Do comando do capitão-tenente António Sérgio de Sousa.

[24] O seu comandante era o capitão-tenente Andrada Pinto, que veio a ser substituído pelo capitão-tenente Carlos Craveiro Lopes.

rompem o bloqueio conseguindo enviar algumas tropas para o Algarve (26 de Março-1 de Abril), na já clássica manobra de envolvimento marítimo à capital do reino, e uma parte da frota se bandeia para a Junta do Porto (17 de Abril). Nesta última fase, à força naval às ordens do governo vem adicionar-se a acção de uma esquadra inglesa, a pedido de Lisboa, nos termos do tratado internacional então vigente.

2º - acções bélicas, papel do comando directo e da motivação dos combatentes

Registam-se três acções de combate naval: a 1 de Maio a corveta rebelde *Oito de Julho* (do capitão-tenente Salter) tenta sair e realiza uma troca de artilharia com navios ingleses, sendo forçada a voltar ao Porto; a 23 de Maio, a mesma corveta e 3 vapores voltam a sair mas, logo que o vento o permite, a fragata *D. Maria II* e o brigue *Douro*[25] contrariam a manobra de posicionamento táctico daqueles adversários e, fazendo uso da sua superior artilharia, obrigam o adversário a recolher ao Douro; finalmente, no dia 31 do mesmo mês, a força rebelde faz-se ao mar escoltando 8 navios mercantes onde embarcavam cerca de 2.500 soldados para reforçar a ofensiva terrestre do sul sobre Lisboa, mas é logo interceptada pela esquadra inglesa, que aprisiona o próprio conde das Antas que os comandava e reconduz todos para a capital. No partido do governo, a acção da esquadra foi prejudicada pela referida revolta e dissensão que bandeou alguns navios para o partido oposto, numa fase já avançada da crise; no lado da Junta Governativa nortenha, as principais dificuldades internas vieram das diferentes motivações políticas dos que aí se juntaram (isto é, setembristas e miguelistas) e das precárias condições de comando dos seus navios.

3º - objectivo estratégico perseguido e alcançado

Os insurrectos consolidaram-se no Porto mas detinham outras posições no norte do país, Beiras, Alentejo e Algarve; e tentaram mais de uma vez partir daí para o assalto à capital, sem nunca a aproximarem. À esquadra governamental foi cometida a missão de efectivar um bloqueio naval ao norte, recuperando pela força das armas várias posições fortificadas da costa, o que foi conseguido. Mas não impediu totalmente a saída de forças adversárias para o sul e teve que ser a esquadra inglesa aliada a resolver definitivamente esse objectivo, que levou logo ao fim da guerra.

[25] Agora do comando do capitão-tenente Porfírio Caminha.

4º - meios logísticos mobilizados

À esquadra de bloqueio não terão faltado os suprimentos essenciais, sendo os seus pontos mais fracos a escassez de navios disponíveis e a falta de oficiais subalternos para preencher as respectivas lotações. Os navios rebeldes terão obtido no Porto todos os aprestos de que necessitavam (incluindo o carvão para os vapores e as embarcações que requisitaram para o transporte de tropas) mas não a artilharia nem o pessoal de enquadramento superior necessários para o combate naval.

5º - actuação do comando táctico

A acção do comandante-em-chefe da força de bloqueio Francisco Soares Franco (que foi então promovido a capitão-de-mar-e-guerra e recebeu outras distinções) parece ter sido determinante e muito valiosa – ali inaugurando, aliás, uma carreira de enorme importância para a corporação da Armada[26] no período da Regeneração, ele que tinha acabado de sofrer o embaraçoso encalhe do navio que comandava, no Rio da Prata[27]. Do outro lado, o comando táctico de Eduardo Salter, cujos detalhes se desconhecem, não foi ao ponto de conseguir superar as difíceis condições em que tinha de actuar.

6º - resultados da operação e seus efeitos

Em síntese, pode dizer-se que a acção da Armada fiel à Rainha contribuiu fortemente para a contenção do movimento de revolta política desencadeado no norte do país, mas só com ajuda naval estrangeira pôde, ao fim de alguns meses, executar um golpe decisivo para encerrar esta crise nacional com características de guerra civil.

A clivagem partidária instaurada no interior da corporação entre setembristas e cartistas em breve foi superada pelas medidas de reconciliação tomadas e pelo lançamento de uma política de modernização e rearmamento naval virada para o império colonial.

[26] Foi Major-General da Armada, ou função equivalente, desde 1859 até 1885.

[27] Com a corveta *D. João I*, em 19 de Novembro de 1845 (Ver a *Ordem da Armada* nº 146 de 31 de Agosto de 1846).

3. A ocupação militar da baía de Tunguè no norte de Moçambique em 1887

No último quartel do século XIX as potências europeias coloniais convencionaram demarcar os territórios da sua posse ou preponderância para aí desenvolver novos processos de exploração económica que eram supostos também trazer progressivamente para a civilização (ocidental) os povos aí residentes.

Na costa oriental de África, a arbitragem do presidente americano Ulisses Grant em 1870 a favor de Portugal resolveu a pendência com os ingleses acerca da posse de Alagoa Bay, onde se desenvolveu a cidade de Lourenço Marques (Maputo, depois da independência moçambicana) e era o porto natural de acesso (ferroviário) à região mineira do Rand britânico. Sofala, (ilha de) Moçambique, Pemba (mais tarde denominada Porto Amélia) e as ilhas de Cabo Delgado há muito que içavam a bandeira portuguesa. Angoche foi mais difícil de submeter devido à tenaz oposição do pequeno sultanato local, exportador de escravos para norte. O estatuto do grande rio Zambeze, de antiga colonização lusa (ou indo-portuguesa), ficou definido na conferência de Berlim de 1884-85: português desde o Zumbo até à foz, mas com liberdade de navegação para acesso comercial dos ingleses ao Chire e à região da Niassalândia (hoje Malawi). A cidade da Beira, junto à foz do rio Púnguè, só surgiria mais tarde, na altura da 2ª guerra anglo-*boer*, com a concessão quase-majestática à Companhia de Moçambique e a construção do caminho-de-ferro para a Rodésia.

Porém, embora o rio Rovuma tivesse sido reconhecido internacionalmente como fronteira norte da então chamada África Oriental Portuguesa, subsistia na posse de gente do Sultanato de Zanzibar uma língua de cerca de 80km de costa (e profundidade indeterminada) entre a povoação de Mocímboa da Praia e a foz daquele rio quando o capitão-tenente Augusto de Castilho assume o cargo de governador-geral da província de Moçambique. Depois de ter ido a Zanzibar em Janeiro de 1887 negociar com o Sultão a entrega a Portugal desse território, sem sucesso, foi decidido entre Lisboa e o governador que se deveria passar à acção de força, cuja direcção superior foi confiada ao próprio Castilho. O objectivo traçado foi o de realizar uma operação militar-naval para se assenhorear da baía de Túnguè, que funcionava como porto de exportação de escravos e trânsito de outras mercadorias (sujeitas a alfândega) para Dar-es-Salam e Zanzibar.

Eis a sumária análise que pode fazer-se desta operação:

1º - as forças envolvidas, onde e quando

A Divisão Naval do Índico reuniu então ali todos os navios oceânicos de que pôde dispor, nomeadamente a corveta *Afonso de Albuquerque*[28] e as canhoneiras *Douro*[29] e *Vouga*[30], às ordens de Augusto de Castilho, o governador-geral de Moçambique. Os navios no dia 15 de Fevereiro de 1887 tomaram posição na baía de Túnguè, apresando o vapor zanzibarista *Kilwa* que ali chegou no mesmo dia. A operação de assenhoreamento territorial decorreu em Fevereiro-Março, favorável aos portugueses. Mas havendo informações de que uma contra-ofensiva poderia estar a ser preparada, uma nova força de marinheiros foi desembarcada dos navios a 26 de Março[31] enquanto nas semanas seguintes a corveta *Bartolomeu Dias*[32] veio reforçar o dispositivo naval.

Para garantir a continuidade da situação criada, as corvetas *Mindelo*, *Afonso de Albuquerque* e *Rainha de Portugal* e as canhoneiras *Liberal*, *Rio Tâmega*, *Zaire* e *Quanza* ali fizeram base nos dois anos seguintes, assegurando uma presença naval incontestada pela potência oponente[33].

2º - acções bélicas, papel do comando directo e da motivação dos combatentes

Numa operação conjunta com tropas do Exército sob o comando do coronel Palma Velho, governador das Ilhas (de Cabo Delgado), o bombardeamento naval começou no dia 18 de Fevereiro de 1887, realizando-se o desembarque a partir do dia 23, em escaleres dos navios oceânicos ali presentes. Um segundo desembarque teve lugar no dia 27, sempre por soldados do Batalhão de Caçadores nº 1 e forças de marinheiros. Houve resistência armada das autoridades de Zanzibar mas sem baixas do lado português. Arriada a bandeira pelo adversário e cessado o fogo, instalaram-se as forças no terreno e iniciou-se logo a construção de um forte na foz do rio Meningane, ao qual foi dado o nome de Palma, tal como à povoação vizinha (que ainda hoje o sustenta, talvez por desconhecer a sua origem e o

[28] Comandante, capitão-de-fragata Cipriano Lopes de Andrade.

[29] Comandante, capitão-tenente Augusto Marques da Silva.

[30] Comandante, capitão-de-mar-e-guerra Silva e Costa.

[31] Comandada pelo primeiro-tenente Wenceslau de Moraes.

[32] Comandante, capitão-de-fragata Fernando da Costa Cabral.

[33] No total, as guarnições destes navios perfaziam um total superior a 1.400 homens, mas durante este período ali permaneceram sempre, em média, efectivos da Armada da ordem dos 500 militares.

atribuir aos palmares existentes naquela costa). Foi ali instalada a sede de um novo comando militar.

3º - objectivo estratégico perseguido e alcançado

Desde pelo menos 1862 que gente do Sultanado de Zanzibar dominava a baía de Túnguè, possuindo aí a sua alfândega. Várias missões navais portuguesas tentaram remover este facto, sem sucesso. Em 1879, foi assinado um tratado entre Portugal e o Sultanato (então reconhecido internacionalmente), ratificado em Junho de 1883 pelo capitão-de-fragata Gregório Ribeiro, comandante da Estação Naval do Índico e da corveta *Mindelo*, que reconhecia a Portugal a posse do território até à foz do Rovuma. Aquele oficial ficou como cônsul-residente, mas faleceu logo no ano seguinte, o que prejudicou as relações diplomáticas, mantendo-se a mesma situação no terreno.

Fruto das deliberações da Conferência de Berlim, por ordem de Castilho a canhoneira *Quanza*[34] estabelecera em Dezembro de 1885 um posto fiscal na ilha de Tecomagi, à entrada da baía de Túnguè. Mas, não conseguindo este manter-se, foi aquele navio reforçado logo em Janeiro seguinte com a ida da canhoneira *Vouga*, do comando do capitão-de-mar-e-guerra Silva e Costa (que também chefiava a agora designada Divisão Naval da África Oriental e Mar da Índia), desembarcando "em guerra" e ocupando a margem direita do rio Meningane, sem oposição dos zanzibaristas.

Após a operação decisiva de Fevereiro-Março de 1887, o Sultão de Zanzibar pediu a paz, por intermédio da Inglaterra e da Alemanha, e a abertura de novas negociações. A corveta *Bartolomeu Dias* chegou ao Túnguè a 4 de Abril e em Julho partiu para Zanzibar conduzindo o comandante Hermenegildo Capelo como representante de Portugal para a fixação diplomática da fronteira. Em gesto de boa-vontade, o vapor *Kilwa* foi devolvido ao Sultão a 22 de Maio.

Nominalmente, pelo menos, o Rovuma ficou então a ser reconhecido como fronteira norte da província de Moçambique, o que não impediu que os alemães – que em Julho de 1887 assinaram com Portugal um acordo de delimitação de fronteiras mas entretanto se haviam instalado na sua nova colónia do Tanganica – tivessem atravessado o rio e ocupado militarmente o chamado "triângulo de Quionga" em Junho de 1894, com menos de 400km2 de superfície mas furtando aos portugueses o controlo da sua embocadura; e, em contraste, tivessem cooperado lealmente em 1907 para

[34] Comandante em funções, o primeiro-tenente Francisco Vieira.

pôr no terreno uma missão mista de demarcação da fronteira administrativa, seguindo o paralelo desde a confluência do rio M'singe com o Rovuma até ao lago Niassa, a qual foi chefiada do lado português pelo capitão-tenente engenheiro hidrógrafo Augusto Neuparth.

4º - meios logísticos mobilizados

A base logística da operação naval de bombardeamento e desembarque-em-força foi a vila da ilha do Ibo, onde se situava a sede do governo do distrito de Cabo Delgado. Foi também aí que embarcaram os soldados necessários à ocupação.

5º - actuação do comando táctico

Pode inferir-se da documentação existente que o comandante superior da força naval (capitão-de-mar-e-guerra Silva e Costa) dirigiu o posicionamento da frota e o bombardeamento, em estreita ligação com o coronel Palma Velho, que comandou a tropa que desembarcou e ficou ocupando a povoação. Descontando os panegíricos habituais destas mensagens, pode aceitar-se a satisfação do governador-geral ao comunicar para Lisboa o sucesso da operação: «Telegrama. Do Governador-Geral de Moçambique a S.Exª. o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, 3 Março 1887. Baía de Túnguè toda nossa. Meningane norte incendiada, destruída por forças de Caçadores 1 e canhoneira *Douro* em 23 de Fevereiro. Túnguè idem Caçadores 1 e corveta *Afonso de Albuquerque*, 27. Palma dirigiu ambos os ataques. Resultado brilhante: duas bandeiras, três peças tomadas. Ninguém perdemos. Permanecem ali *Vouga*, *Douro* coadjuvar instalação. Comandante Costa tem ordem vigiar até Rovuma para final submissão. Felicito V.Exª.».

6º - resultados da operação e seus efeitos

Com a excepção do "triangulo de Quionga" (facilitado por insuficiência de nossa ocupação efectiva, administrativa e militar) e que só veio a ser resolvida no quadro da Grande Guerra de 1914-18, Portugal assegurou com esta operação militar-naval a sua soberania na costa norte de Moçambique até à foz do rio Rovuma, como lhe era reconhecido pelas outras potências.

Mas, além disso, sendo ainda importante o combate contra o tráfico marítimo de escravos vindos da região do Niassa e da alta-Zambézia, por proposta de Castilho e articulada com esta operação, o ministro Barros Gomes publicou um decreto a 6 de Dezembro de 1888 proibindo «a impor-

tação, exportação, reexportação e venda de armas e quaisquer munições de guerra nos distritos de Cabo Delgado, Moçambique, Angoche, Quelimane, Sofala e Inhambane» e avisou a comunidade das nações de que havia sido «declarado em estado de bloqueio, pelas forças navais portuguesas da divisão respectiva, todos os portos, baías e enseadas da costa oriental de África, bem como as ilhas adjacentes, desde 10º 28' de latitude sul, foz do Rovuma, até 12º 58', extremo da ponta sul da baía de Pemba, no que respeita à importação de armas e munições de guerra, bem como à exportação de escravos»[35]. Depois da exoneração do governador-geral em 1889, por desacordo com Lisboa quanto à colonização da Zambézia, estas medidas foram revogadas. Foi provavelmente a última vez que Portugal decretou um bloqueio marítimo internacional.

4. A importante guerra contra os insubmissos guineenses travada em 1894

O território da Guiné-Bissau foi aquele onde se tornou mais demorada e conflitual a imposição da soberania portuguesa, nos termos coloniais em que se colocavam na segunda metade do século XIX. Entre 1842 e 1878 houve 3 grandes levantamentos e 9 revoltas menores de diferentes etnias habitando naquela região. De 1879 a 1891 registaram-se 20 revoltas, a últimas das quais infligiu uma pesada derrota às tropas portuguesas. A partir daí, a política ultramarina de Lisboa mudou, tanto na maneira de enfrentar as resistências opostas pelos nativos (nomeadamente agora perante o "imposto de palhota") como nas relações diplomáticas e de acerto de fronteiras com as potências coloniais concorrentes.

A "3ª guerra de Bissau" é a primeira operação naquele território decorrente de tal política. Decorreu entre Dezembro de 1893 e Maio de 1894 e para aí convergiram sobretudo forças de Marinha, que se juntaram às tropas de guarnição e aos reforços de Cabo Verde e de Angola já presentes no território. O governador da Província era então Luís Vasconcelos e Sá, oficial do Exército, que assume a liderança das operações.

Passamos à desmontagem dos vários planos de análise da operação:

[35] *Ordem da Armada* nº 23 de 15 de Dezembro de 1888.

1º - as forças envolvidas, onde e quando

A revolta foi protagonizada sobretudo por indígenas Papeis e também por Grumetes de Bissau e alguns Balantas que, a 7 de Dezembro de 1893, desencadearem um ataque de surpresa com armas de fogo à fortaleza de S. José de Bissau, em especial sobre o fortim de Pigiguity e os baluartes da Balança, da Onça e da Puana. O número de guerreiros africanos foi estimado em cerca de 3.000.

Da Marinha, as duas lanchas-canhoneiras *Flecha* e *Zagaia* já ali presentes[36] e a canhoneira oceânica *Zaire*[37], há pouco chegada de Cabo Verde, ajudaram à defesa da cidade; e a elas vieram juntar-se as canhoneiras (igualmente oceânicas) *Rio Lima*[38] e *Mandovi*[39], o grande transporte de guerra África[40] e uma companhia de marinheiros[41] embarcados em Lisboa neste último navio.

As operações de guerra prolongaram-se até finais de Maio de 1894, com a ofensiva de uma coluna militar terrestre na ilha de Bissau e regresso a quarteis a pretexto de condições meteorológicas desfavoráveis.

2º - acções bélicas, papel do comando directo e da motivação dos combatentes

O ataque de surpresa a Bissau foi respondido pela tropa portuguesa ali aquartelada com canhoneio e fogo de metralhadora. Mas os tiros de flagelação dos rebeldes prosseguiram quase diariamente até finais de Fevereiro, respondendo os navios ali presentes com a sua artilharia e metralhadoras, quer no rio Geba, quer no Mansoa, do outro lado da ilha de Bissau, além de terem desembarcado pessoal para guarnecer posições fortificadas da cidade.

A fase ofensiva da resposta portuguesa decorreu entre Março e Maio de 1894. Os relatórios de operações e os louvores dados parecem mostrar a efectividade das acções da Armada, quer no bombardeamento e metra-

[36] Do comando respectivamente dos segundos-tenentes Constantino Lima e Herculano da Cunha.

[37] Foi sucessivamente comandada pelo capitão-tenente José Maria da Silva, primeiros-tenentes Artur dos Reis e Luís da Câmara Leme (interinos), e capitão-tenente Eduardo da Costa Oliveira.

[38] Do comando do capitão-tenente visconde de Silva Carvalho.

[39] Do primeiro-tenente Bernardo Costa Macedo 'Mesquitela'.

[40] Capitão-de-fragata Carlos Pereira Viana.

[41] Comandada pelo primeiro-tenente Pedro de Azevedo Coutinho e com um efectivo da ordem dos 250 homens, inicialmente previstos para constituírem duas companhias.

lhamento das margens, quer nos transportes fluviais armados e protegendo as embarcações de comércio, quer ainda participando na coluna de operações terrestre com a companhia de marinha e uma secção de metralhadoras[42], e o bom desempenho dos seus comandos. De referir também: o habitual serviço de correio (sobretudo entre Bolama-capital, Bissau, Cacheu, Mansoa, Buba e Cacine); a evitação dos cabos atravessados nos cursos de água que o inimigo usava para bloquear e avariar as embarcações; e o notável salvamento de um palhabote encalhado no rio Mansoa com soldados a bordo encurralados pelo inimigo, feito pela *Mandovi*. Apenas um relatório de Mesquitela deixa questões interrogativas sobre o comportamento do comandante da *Zagaia*, reportada como «encalhada e com a roda de BB desmantelada»[43], e que, quando lhe foi prestar socorro, a encontrou já navegando pelos seus próprios meios.

3º - objectivo estratégico perseguido e alcançado

As acções navais executadas foram essencialmente de resposta aos ataques a Bissau e de flagelação das margens em zonas de rebeldia. Mas, para submeter os insurgentes, era necessário ocupar-lhes militarmente o terreno e dominar povoações como Intim, Bandim, Safim e Antula, todas situadas na ilha de Bissau, que só assim ficaria razoavelmente controlada.

Ora, a coluna militar terrestre comandada por Vasconcelos e Sá que desenvolveu a sua acção de marcha, combate e ocupação – integrando as referidas forças de marinha na sua vanguarda e sofrendo algumas baixas – só consegue realizar a tomada em força das duas primeiras povoações, desistindo o governador dos outros dois objectivos. A despeito da elevada concentração de tropas regulares (cerca de 1.000 homens, além dos "auxiliares"), a vitória portuguesa foi assim apenas parcial e, alguns anos passados, haveria ainda uma "4ª guerra de Bissau". A "pacificação" da Guiné, essa só foi conseguida mais de três décadas depois.

4º - meios logísticos mobilizados

Como se disse, a pedido do governo local, Lisboa enviou reforços militares de Cabo Verde, de Angola e da metrópole (incluindo municiamento e provisões). Em Bissau se concentrou todo o necessário para a coluna de operações terrestres, que dali marchou e cuja «secção de admi-

[42] Do comando do segundo-tenente João Dinis.

[43] Biblioteca Central de Marinha-Arquivo Histórico: Doc. Avulsa, Cx. 321.

nistração militar»[44] foi fornecida pela Marinha, bem como parte da "ambulância"[45]. E no fronteiro ilhéu do Rei se fizeram os exercícios de preparação elementar de infantaria e treino de tiro de espingarda *Kropatschek* para os marinheiros de desembarcados.

5º - actuação do comando táctico

O comando superior da força naval (6 navios e uma força de desembarque totalizando cerca de 670 homens) foi sendo confiado ao mais graduado dos oficiais ali presentes: o capitão-tenente Silva Carvalho (da *Rio Lima*), o capitão-tenente Eduardo da Costa Oliveira (da *Zaire* e comandante da Estação Naval de Cabo Verde, sendo além disso um profundo conhecedor da geografia da Guiné) e por fim o capitão-de-fragata Pereira Viana (do África), não havendo notícia de dificuldades em tal rotação: os relatórios de missão, muito completos e atempados, parecem confirmar esta impressão. E, com os importantes meios mobilizados[46], a Armada terá desempenhado as missões que lhe cabiam naquele território de maneira bastante satisfatória.

6º - resultados da operação e seus efeitos

A análise da documentação existente permite considerar que o resultado final da campanha foi uma vitória parcial e mitigada da parte portuguesa, com especiais responsabilidades do comando superior exercido pelo governador. O historiador francês Pélissier considerou-o «um balanço irrisório e dispendioso». E, de facto, a estratégia político-militar seguida posteriormente na Guiné para a sua "ocupação efectiva" foi substancialmente diferente, tendo como principais intérpretes a partir de 1900 os governadores Júdice Bicker e Oliveira Muzanty e o chefe do estado-maior da colónia Teixeira Pinto, que apostaram principalmente no aproveitamento das conflitualidades inter-étnicas e na "africanização" na guerra.

[44] Com 22 elementos, assegurando a alimentação da força, etc.

[45] Com um médico, 3 enfermeiros e 6 maqueiros.

[46] De lembrar que, por esta época, o governo de Lisboa teve de mobilizar também importantes expedições militares coloniais para Moçambique e para Goa.

5. A força naval de operações no Inverno de 1919 contra a "Monarquia do Norte"

A instável situação política vivida nos primeiros anos da República sofreu como que um interregno de expectativas com o prólogo e finalmente a entrada de Portugal como beligerante na Grande Guerra. Mas, o seu epílogo foi de novo trágico e avassalador, sob a pressão reivindicativa operária, com a desmobilização/desorganização das estruturas nacionais que haviam sido criadas para atender àquela excepcionalidade, o assassinato do Presidente Sidónio Paes com a queda do regime que ele quisera fundar e, em Janeiro de 1919, a tentativa armada de reimplantação da Monarquia. Resolvida a situação em Lisboa/Monsanto (no dia 24), foi no Porto (e quase toda a região norte envolvente) que se concentrou o nó do problema, face à acção da Junta Governativa presidida por Paiva Couceiro, as tropas que lhe obedeciam e as suas formações de "trauliteiros" (mantendo-se o exilado ex-Rei D. Manuel num prudente recolhimento), contra as quais o governo despachou todos os meios militares disponíveis para também aí repor a "ordem republicana", incluindo uma força naval de apreciável capacidade de acção bélica.

Apreciamos de seguida os vários planos em que se pode decompor esta operação.

1º - as forças envolvidas, onde e quando

Os revoltosos do norte contaram com as unidades militares dos distritos do Porto, Viana, Braga, Vila Real, Bragança, Aveiro, Viseu e Coimbra; apenas Chaves ficou isolada do lado da República. Mas não tiveram adesão de nenhuma unidade da Armada. Esta situação soube-se em Lisboa no dia 17 de Janeiro de 1919 e foi tornada pública a 19, por uma proclamação de restauração da Monarquia feita por Paiva Couceiro e a publicação de um decreto do governo presidido por João Tamagnini Barbosa instaurando do estado-de-sítio em todo o país, com a concordância do Presidente da República almirante Canto e Castro[47].

A ofensiva terrestre governamental terrestre[48] teve a sua primeira frente de combate em Aveiro (dia 21), onde o capitão-do-porto capitão-

[47] Por sinal, um homem de ideologia monárquica que, sendo ministro de Sidónio, lhe sucedera interinamente em Belém.

[48] Acelerada a nomeação de um novo governo no dia 27, chefiado por José Relvas.

-tenente Silvério Rocha e Cunha desempenhou um papel importante[49], e sucessivamente em Albergaria-a-Velha (a 23), Águeda (26-27), Lamego (8-10 de Fevereiro) e Estarreja (11 de Fevereiro). Nesta ofensiva, ao lado de tropas do Exército vindas do sul, participaram dois batalhões de marinheiros[50] e até um batalhão de voluntários constituído por operários do Arsenal de Marinha. Igualmente importantes foram os hidroaviões da base aero-naval de S. Jacinto, até há pouco operados por franceses e que a Armada aprontou em poucos dias para intervirem no conflito.

Mas a participação mais significativa da Marinha contra a "Monarquia do Norte" consistiu na constituição de uma Força Naval de Operações sob o comando do contra-almirante Borja de Araújo, a qual integrou o cruzador *Vasco da Gama*[51], os contra-torpedeiros *Guadiana*, *Douro* e *Tejo*, as canhoneiras *Ibo*, *Beira* e *Limpopo*, os caça-minas[52] *Açor*, *Bérrio*, *Celestino Soares* e *República*, e o cruzador-auxiliar *Pedro Nunes*[53] – ou seja, praticamente todo o efectivo da esquadra disponível.

As operações de guerra concluíram-se no dia 13 de Fevereiro, com a rendição dos revoltosos e a entrada das tropas republicanas no Porto.

2º - acções bélicas, papel do comando directo e da motivação dos combatentes

A missão atribuída à força naval foi a seguinte: «a) O estabelecimento do bloqueio tão efectivo quanto possível da cidade do porto e duma zona compreendida entre Aveiro e caminha; b) Efectuar sobre a cidade do Porto, como meio de preparação para o ataque das forças de investimento, um intenso bombardeamento que será iniciado sobre a Serra do Pilar, poupando a ponte sobre o Douro, se daí não vier qualquer manifestação de hostilidade»[54]. De forma mais específica, nas Instrução dadas pela Majoria-General

[49] Utilizando os recursos da Marinha na defesa da cidade de da ria de Aveiro, como chefe do estado-maior das tropas agrupadas na linha do Vouga e oficial de ligação às forças navais, tendo sido por isso louvado e agraciado com a Torre-e-Espada, e ainda nesse ano entrado no governo republicano como Ministro da Marinha.

[50] Comandados pelos indefectíveis republicanos capitães-de-fragata Afonso de Cerqueira e Aníbal de Sousa Dias.

[51] Do comando do capitão-de-mar-e-guerra Francisco Eduardo dos Santos.

[52] Navios de pesca que haviam sido requisitados e adaptados para estas missões por causa da guerra.

[53] Grande navio de transporte de tropas, armado com alguma artilharia para operações de guerra e que fez inúmeras viagens a França no período 1916-1919.

[54] BCM-AH: núcleo 419, nº 346A.

da Armada ao comandante do *Guadiana*[55], dizia-se: «1ª- Deverá o navio do seu comando aprontar com a máxima urgência e seguir para o Norte. 2ª- Nas alturas do porto de Leixões e rio Douro, fará uma demonstração de força, bombardeando com algumas granadas a bateria do Sul do Douro (Lavadores) e a bateria do Norte de Leixões (Ródão). […] 3ª- Deverá fazer a sua navegação de modo a efectuar estes bombardeamentos de surpresa, pondo-se a salvo da resposta destas baterias que possuem peças de mais alcance. […] 6ª- Ao bom critério desse comando se confia o êxito desta missão, na certeza de que o principal objectivo é a desmoralização dos rebeldes e causar o maior dano possível nas baterias e quartéis, evitando sempre que possa dano na cidade […]»[56]. Pode supor-se que estas ordens de operações (e outras semelhantes) terão sido cumpridas pelos comandantes da força e dos navios.

Por outro lado, há notícias de que os hidroaviões de S. Jacinto efectuaram missões de observação, reconhecimento, bombardeamento de posições adversárias e lançamento de panfletos de influenciação psicológica destinados à população e aos combatentes.

Segundo actas de reuniões havidas no Estado-Maior Naval, foi aí discutido no dia 30 de Janeiro qual o ponto de desembarque de tropas leais à República a norte do Douro, para uma eventual manobra de envolvimento das tropas terrestres avançando sobre a cidade do Porto, que não terá chegado a ser executada.

Segundo diversas fontes, o moral dos combatentes republicanos era elevado e de forte indignação contra os dirigentes monárquicos e as milícias que os apoiavam.

3º - objectivo estratégico perseguido e alcançado

Embora empregando meios de guerra, em menos de um mês as autoridades governamentais isolaram e levaram à rendição da cidade do Porto, efectuando-se grande número de detenções de oficiais, padres e outros indivíduos que, nos meses seguintes, foram levados a julgamento em tribunais militares especiais.

No plano internacional, então com as diplomacias mobilizadas para a Conferência de Paz que pela mesma altura abrira os seus trabalhos em Versalhes, a curta duração do conflito não terá chegado a provocar conse-

[55] Do comando do capitão-tenente Manuel Quintão Meireles.

[56] BCM-AH: núcleo 419, nº 345.

quências negativas para o país, mais do que aquelas que já vinham sendo habituais devido à instabilidade política interna.

4º - meios logísticos mobilizados

Não foi possível recolher informações detalhadas sobre este tópico, além da intensa utilização do caminho-de-ferro para o transporte e reabastecimento das tropas em campanha, bem como de algum emprego do transporte marítimo para o mesmo efeito e, posteriormente, a utilização de navios de guerra para o transporte de presos políticos, como já várias vezes ocorrera em anos anteriores.

5º - actuação do comando táctico

Ignoram-se detalhes sobre o assunto mas, pelo menos, foram evitados desastres marítimos sempre possíveis naquela costa em tal época do ano, como acontecera em Novembro de 1911 quando se perdeu por encalhe o cruzador *S. Rafael*[57] nas operações contra as incursões monárquicas no Alto-Minho e Trás-os-Montes.

6º - resultados da operação e seus efeitos

O esmagamento da revolta foi rápido, em termos de conflito bélico, a crédito do governo de República. Mas as consequências políticas foram profundas, pela forte repressão que se seguiu sobre os implicados e muitos supostos adversários do regime, pelas alterações ocorridas nos sistemas partidário e constitucional, pela crise económica e financeira que o fim da guerra também gerou afastando ainda mais as classes trabalhadoras da política republicana e, finalmente, pelo clima de golpismo e indisciplina social que se foi instalando na sociedade portuguesa, abrindo caminho para o ressurgimento de forças muito conservadoras e para a adesão a projectos de liderança política nacionalista-autoritária.

[57] Comandado pelo capitão-de-fragata João Martins Ludovice.

6. A expedição armada contra a revolta republicana na Madeira em 1931

Em Fevereiro de 1927 dá-se, em Lisboa e no Porto, aquele que foi o primeiro e o mais expressivo levantamento armado dos sectores republicanos contra o governo da Ditadura Militar, movimentos que vieram a ficar conhecidos pelo epíteto de "reviralho"[58]. Vencidos, muitos dos implicados são deportados para as ilhas atlânticas, outros para Angola e mesmo para Timor. O general Adalberto Sousa Dias, que havia liderado a revolta no Porto, encontrava-se nessa situação no Funchal na Primavera de 1931 quando, perante notícias da possibilidade da queda da Monarquia em Espanha[59] e outros sinais encorajadores, assumiu a chefia de uma revolta militar (apoiada pela população e deportados políticos ali homiziados) contra o governo de Lisboa[60] e pela reposição plena da Constituição de 1911. O movimento estendeu-se rapidamente aos Açores e à Guiné[61], por acção dos deportados locais, mas extinguiu-se aqui ao fim de poucos dias, com a evasão ou prisão dos sublevados, sem chegar a haver acções de guerra.

1º - as forças envolvidas, onde e quando

No dia 4 de Abril de 1931, sábado de Páscoa, os conjurados tomaram conta do Palácio de S. Lourenço e de outros pontos-chave da ilha da Madeira, sem encontrarem resistência. Tendo do seu lado o Regimento de Infantaria 13 e a bateria de Artilharia da guarnição, mais a companhia de Caçadores 5 e a força de Metralhadoras 1 ali destacadas, além de alguns civis armados, Sousa Dias prendeu o delegado especial da Ditadura, nomeou o coronel Fernando Freiria como seu chefe de estado-maior (o que desagradou a alguns republicanos) e lançou uma proclamação "Ao Exército e à Nação", na expectativa de que isso fosse o rastilho para um movimento nacional. Não contou, porém, com nenhum navio da Armada do seu lado.

Em Lisboa, o governo mobiliza em grande força duas expedições com destino aos arquipélagos. Uma primeira expedição sai a 7 com o vapor

[58] Uma segunda insurreição importante teve lugar em 20 de Julho de 1928 em Lisboa, que ficou conhecida pelo nome de "revolta do Castelo".

[59] Que se concretizou a 14 de Abril, dois dias depois de eleições municipais cujos resultados levaram à demissão do governo e à renúncia do rei Alfonso XIII.

[60] Então chefiado pelo general Domingos de Oliveira e com o doutor Salazar na pasta das Finanças.

[61] E falhou a tentativa feita em S. Tomé.

Pedro Gomes transportando perto de 700 soldados comandados pelo coronel Fernando Borges sob escolta do cruzador ligeiro *Carvalho Araújo*[62] mas, chegados a Porto Santo, recebem ordem de seguir para os Açores, onde se lhes juntaram o cruzador *Vasco da Gama*[63], a canhoneira *Zaire* e o vapor mercante *Cubango* improvisado em porta-hidroaviões da aeronáutica naval (6 *Cams*). Perante tal demonstração de força, renderam-se ali os revoltosos a 18 (S. Miguel) e 19 de Abril (Terceira), navegando em seguida os navios para a Madeira onde se reuniram ao resto da força governamental.

No dia 23 sai da capital o corpo principal da expedição, sob o comando do próprio titular da pasta da Marinha, contra-almirante Magalhães Correia, içando o seu distintivo a bordo do paquete *Carvalho Araújo* armado em cruzador-auxiliar[64], com o contra-torpedeiro *Vouga* e o transporte de tropas *Niassa*[65]. As canhoneiras *Ibo*, *Limpopo* e *Bengo* foram saindo de Lisboa para Porto Santo[66] com a missão de bloquear o porto do Funchal (enquanto a *Damão* permanecia nos Açores); o mesmo com quatro vapores de pesca requisitados para o efeito[67]. A 25, toda esta força – que somava cerca de 2500 homens – encontrava-se nas águas da Madeira sendo feito um ultimato para a rendição, que não foi atendido. Até o navio-escola *Sagres*[68] ali chegou a 18 de Abril, no início de uma viagem de instrução, tocando o Funchal logo após a crise, seguindo depois para Cabo Verde e Açores.

As acções de guerra iniciaram-se a 26 de Abril e prosseguiram até ao dia 2 de Maio, data em que o general Sousa Dias[69] e a sua Junta revolucionária se renderam.

2º - acções bélicas, papel do comando directo e da motivação dos combatentes

O bloqueio marítimo pretendido por Lisboa não foi efectivo, continuando os navios mercantes estrangeiros a frequentar o porto do Funchal. A ameaça do governo de inutilizar os cabos submarinos também não foi concretizada, face ao mau acolhimento da ideia pela Inglaterra e à disponi-

[62] Comandado pelo capitão-de-fragata Parry Pereira.
[63] Do comando do capitão-de-mar-e-guerra Coutinho Garrido.
[64] Indicativo de chamada E.
[65] Também armado em cruzador auxiliar, com o indicativo de chamada F.
[66] As duas primeiras com idas às Canárias, possivelmente para se reabastecerem.
[67] Aos quais foram atribuídos os indicativos de chamada A, B, C e D.
[68] Comandado pelo capitão-de-fragata António Cisneiros e Faria.
[69] Que foi em seguida demitido do Exército e deportado para Cabo Verde, onde veio a falecer.

bilidade do novo governo republicano espanhol, que facilitou aos rebeldes um "*by pass*" pelas Canárias.

As hostilidades iniciaram-se no dia 26, um domingo, com apoio aero-naval e um primeiro desembarque de tropas no Caniçal (tipo "golpe-de-mão"), com escassa oposição e a destruição de um posto de TSF, depois de na véspera os hidroaviões terem largado panfletos apelando à rendição. A 29, precedida por fogo de artilharia de bordo do *Vouga* e do *Pedro Gomes*, uma primeira tentativa de desembarque na Calheta é repelida mas finalmente as tropas conseguem pôr pé em terra e, com apoio aéreo, iniciam o movimento em direcção à cidade. O canhoneio prosseguiu noite fora pelos referidos navios e, na zona oeste do Funchal, pelos canhões de 203mm do velho *Vasco da Gama*, com destruição de edifícios no Gorgulho e na Ajuda, embora ineficazes. Ainda a 29, desembarcam novas forças governamentais no Caniçal que avançam em direcção ao Machico e Santa Cruz, travando-se no dia 30 duros combates (com vários mortos e feridos) que são favoráveis aos expedicionários. Finalmente, a 1 de Maio há um terceiro desembarque, maciço, de tropas no Caniçal, ao mesmo tempo que o *Vasco da Gama* e outros navios bombardeiam pesadamente a estrada que sai do Funchal para leste. A última "linha de resistência" mostra-se, porém, já impotente para conter a invasão e na madrugada seguinte o estado-maior republicano decide-se pela rendição.

Do lado dos revoltosos, terá havido uma compreensível improvisação de meios e descoordenação de acções, mas também um estado anímico muito elevado e valentia no combate, até que a sua derrota se tornou inevitável, fundindo-se então rapidamente aquela atitude a benefício dos comportamentos de fuga e dissimulação de responsabilidades, habituais em tais circunstâncias. Por banda dos governamentais, não houve notícias de falta de cumprimento de ordens nem de vindictas sobre os vencidos, o que terá levado Magalhães Correia a, no regresso, mandar içar o sinal nº 100: "A Armada Nacional cumpriu o seu dever."

3º - objectivo estratégico perseguido e alcançado

Circunscrever a revolta à ilha da Madeira e empregar todos os meios de força para obter a rendição dos revoltosos, terá sido a estratégia definida pelo governo, ao mesmo tempo que desenvolvia especiais diligências diplomáticas junto da Inglaterra para limitar os prejuízos do alarme internacional.

Segundo o cronista Maurício de Oliveira, havia o receio fundado de que a Armada se dividisse perante este novo caso de guerra civil geograficamente limitada. Para que tal não tivesse acontecido, terá contado o pres-

tígio do ministro Magalhães Correia e o penhor pessoal que constituiu ao assumir o comando directo da operação, bem como, em tal álgida ocasião, o ter conseguido arrancar do "ditador das Finanças" o desbloqueamento dos dinheiros para a construção da nova esquadra que estava prometida e projectada.

Estes diferentes objectivos foram atingidos, no essencial.

Foram também importantes as medidas políticas tomadas pelo governo, que procedeu de imediato à extinção legal de todas as unidades militares revoltadas (furtando assim aos seus comandos a legitimidade para obrigar os subordinados ao cumprimento das suas ordens) e demitiu, à maneira ditatorial, os principais chefes militares e funcionários públicos envolvidos na sedição. Complementarmente, legislou também no sentido de dar satisfação parcial às queixas da população madeirense relativas ao abastecimento e preço do pão, que havia suscitado um movimento de indignação e revolta popular em Fevereiro.

Do lado dos republicanos, o movimento armado para tentar derrubar o governo da Ditadura falhou mais uma vez, e daí o regime tirou proveito.

4º - meios logísticos mobilizados

Foi necessária uma rápida e articulada combinação da actuação dos serviços dos ministérios da Guerra e da Marinha (militar, mas também com capacidade para requisitar de imediato navios civis) para viabilizar uma expedição marítima de tal envergadura em combatentes, equipamentos e abastecimentos – o que terá acontecido com resultados satisfatórios. A ilha de Porto Santo serviu de base avançada para os ataques à Madeira, dispondo-se ali de uma embarcação para o reabastecimento de carvão.

5º - actuação do comando táctico

Deve referir-se a actuação das autoridades inglesas (com os conhecidos interesses na ilha), ao enviarem o cruzador *London* que chegou ao Funchal a 8 de Abril[70], protegeram o seu consulado e certas empresas britânicas com pelotões de marinheiros armados (tendo em vista a criação de uma zona de segurança neutra, em caso de necessidade[71]), mostrarem-se disponíveis para

[70] No dia 25 chegou também o cruzador HMS *Carlew*, vindo de Gibraltar.

[71] Que ficou planeada para os edifícios e terrenos circundantes do Reid's Palace Hotel, do Savoy Hotel e do Atlantic Hotel.

facilitar o asilo ou o exílio de alguns militares sublevados e tentarem mediar o conflito, diligência que também foi feita pelo bispo do Funchal.

Nos combates terrestres, impôs-se naturalmente a superioridade numérica e em armamento dos governamentais, a despeito da forte resistência oposta, que incluiu o emprego de artilharia pesada, vocacionada para a defesa da costa mas que foi empregue desse modo.

Do lado aero-naval, a actuação das unidades envolvidas terá decorrido conforme os planos de operações. Há, porém, a registar a perda do contra-torpedeiro *Vouga*[72] quando operava nas águas da Ribeira Brava com o *Pedro Gomes*, que o abalroou e afundou sem remissão na noite de 30 de Abril.

6º - resultados da operação e seus efeitos

A oposição republicana à ditadura não logrou agregar a si o movimento operário (então também já dividido em linhas políticas incompatíveis e que veio a ser batido sozinho na greve geral revolucionária de 18 de Janeiro de 1934) e foi de novo vencida no terreno das armas pelas forças da Ditadura Militar, mas conseguiu pôr na agenda noticiosa internacional a natureza autoritária do regime. No entanto, o governo saiu, globalmente, reforçado desta difícil prova, dada sobretudo a natureza insular do levantamento. E a Marinha viu resgatada, de alguma maneira, a má imagem que adquirira ao longo dos anos da República parlamentar, o que lhe serviu para justificar o esforço financeiro da nação para a constituição de uma esquadra, pequena mas tecnicamente actualizada para o seu tempo.

7. Os combates ocorridos no "Estado Português da Índia" em Dezembro de 1961

Portugal era potência soberana de algumas posições costeiras na Índia desde os inícios do século XVI, de que sobraram para os tempos modernos os enclaves fortificados de Diu (no Guzarate) e de Damão (à entrada do golfo de Cambaia, a norte de Bombaím) e o território de Goa, já mais a sul na costa de Malabar, com alguma dimensão (3.600km2 e 600 mil habitantes, entre hindus, muçulmanos e cristãos) e interesse económico (minério e um bom porto), onde tinha havido uma efectiva colonização lusa, da qual restou um património histórico apreciável e uma cultura indo-portuguesa de

[72] Comandado pelo capitão-tenente Álvaro Marta.

matriz católica, exótica na região, mas também expandida para outras partes do império, nomeadamente em África.

Depois da independência da Índia, em 1947, o governo de Nova-Delhi começou de imediato a reclamar que esses territórios lhe fossem entregues, encontrando algum apoio na ONU. A partir de 1954, estimulou o uso de tácticas gandhianas de invasão pacífica do território (*satiagrahi*), apoderando-se dos enclaves interiores de Dadrá e Nagar-Aveli, o que gerou uma queixa que Portugal veio a ganhar no Tribunal Internacional de Haia.

A partir daí, o governo de Lisboa, enviou importantes reforços militares para Goa e criou as Forças Navais do Estado da Índia (FNEI), com um razoável conjunto de navios. Porém, a partir de 1959, este dispositivo foi muito diminuído e mostrou-se incapaz de se opor à invasão militar (por terra, mar e ar) que a União Indiana liderada por Nehru resolveu desencadear em Dezembro de 1961, num momento de especial fragilidade do governo de Salazar.

1º - as forças envolvidas, onde e quando

Entre 1954 e 1960, as FNEI[73] dispuseram sempre de dois, no mínimo, até 5 navios oceânicos adaptados à função ultramarina (entre avisos de 1ª classe e de 2ª classe de risco inglês, e avisos de 2ª classe de projecto português mas com o mesmo tipo de armamento) em permanência naquelas águas (salvo alguma viagem ao Extremo-Oriente ou irem docar a Karachi)[74]. Também desde 1955 dispuseram de 4 lanchas de fiscalização da costa (classe *Altair*, ex-inglesas), que em 1959 foram substituídas por 3 novas, construídas em Inglaterra (classe *Antares*, com casco em fibra de vidro). Em 1961, pela primeira vez desde o início da crise, encontrava-se em Goa apenas o aviso de 1ª classe *Afonso de Albuquerque* como navio oceânico.

2º - acções bélicas, papel do comando directo e da motivação dos combatentes

O ataque indiano desencadeou-se na madrugada de 17 para 18 de Dezembro de 1961. No plano naval, três fragatas indianas (duas das quais recentíssimas)[75] surgiram nas imediações do porto de Mormugão, onde

[73] Do comando de um comodoro ou capitão-de-mar-e-guerra.

[74] Em 1954-55 também ali acorreu o caça-minas *Faial*, ainda de propulsão a carvão.

[75] Da classe *Leopard* (da *Royal Navy*), de 2500t, 103m e 25 nós, armada com 4 peças de 114mm de dupla aplicação, entradas ao serviço em 1960. A terceira era também de origem inglesa mas mais antiga, de 1943, com 4 peças de 101mm.

se encontrava fundeado o *Afonso de Albuquerque*[76], enquanto a *Task Unit* formada por cruzador antiquado e uma fragata moderna foi bombardear e ocupar a ilha de Angediva, um pouco a sul de Goa, próximo da costa, em cujas águas tinham ocorrido frequentes incidentes nos últimos anos.

Depois de várias manobras preparatórias, cerca do meio-dia as fragatas abriram fogo sobre o aviso português, que picou a amarra, começou a navegar dentro da baía por entre os navios cargueiros ali estacionados e a responder ao tiroteio com as suas 4 peças de 120mm[77], sendo várias vezes atingido, com avarias diversas e a morte de um marinheiro, ferimentos graves do comandante e ligeiros em outros homens. O oficial imediato[78] assumiu o comando, prosseguiu ainda as evoluções e, já sem controlo directo sobre as máquinas, deixou seguir o navio até encalhar, para as bandas de Dona Paula, a 150m da praia; porém, continuando ainda a disparar duas das peças da bateria principal até se esgotarem as munições dos parques[79]. O combate havia durado cerca de meia-hora e o pessoal da guarnição começou a abandonar o navio, enquanto alguns procuravam avariá-lo o mais possível, sob a orientação do imediato[80]. Nestas condições, e sem ordem superior, um militar içou uma bandeira branca que foi arriada em seguida, mas provocou uma suspensão do fogo das fragatas, que o retomaram ainda durante mais algum tempo, mesmo depois do navio ter sido abandonado.

Também em Goa e perante este quadro, o comandante da lancha de fiscalização *Sirius* resolveu encalhá-la junto a Dona Paula, indo para terra com os seus homens apresentar-se às autoridades navais e depois refugiando-se em um navio mercante grego que os levou a Karachi[81].

---

[76] Do comando do capitão-de-mar-e-guerra António da Cunha Aragão. Era navio construído em 1933-35 em Inglaterra, de 2000t, 103m e 21 nós, com 215 homens de guarnição.

[77] Já antiquadas, sobretudo pelo carregamento manual que implicava um lento ritmo de fogo e pela falta de um sistema de direcção de tiro centralizado, à ordem do oficial artilheiro primeiro-tenente Machado Rebelo (além de outras insuficiências).

[78] Capitão-tenente Pinto da Cruz.

[79] Estima-se que terão sido feitos 250 a 300 disparos da bateria principal. Embora assistisse à distância aos bombardeamentos aéreos sobre o aeroporto de Dabolim, a estação rádio-naval, as antenas dos CTT e outros alvos, o navio não foi atacado por aviões, pelo que a artilharia anti-aérea (2 peças de 76mm antigas e 8 de 20mm, manuais e só para curtas distâncias) não foi utilizada.

[80] O chefe de máquinas, capitão-tenente engenheiro maquinista naval Soares Felner, veio a ser castigado por alegadamente não ter sabotado o aparelho propulsor com a eficácia desejada. De facto, algum tempo depois, os indianos conseguiram pôr o navio a flutuar e levaram-no a reboque para Bombaím como trofeu de guerra.

[81] O seu comandante, segundo-tenente Marques da Silva foi, por esta acção, castigado com a pena de demissão da Armada. Como Felner e outros oficiais então punidos, foram reabilitados depois de 25 de Abril de 1974.

Em Damão, a idêntica lancha *Antares*[82] não foi atacada mas, sem qualquer comunicação com terra, resolveu empreender uma arriscada viagem até Karachi (passando ao largo de Diu), o que realizou com êxito. O navio foi entregue pelas autoridades paquistanesas a Portugal e veio a servir em Moçambique durante vários anos.

Finalmente, em Diu, o segundo-tenente Oliveira e Carmo movimentou a sua lancha *Vega* como pôde perante o ataque aero-naval de que este território foi alvo[83], acabando por ser afundado em combate, dispondo apenas a sua *Oerlikon* de 20mm contra os aviões caças-bombardeiros que o atacaram repetidamente à metralhadora. Morreu o oficial e dois marinheiros, conseguindo salvar-se os restantes cinco, agarrados a uma balsa que deu à terra.

A atitude dos comandantes das unidades navais portuguesas foi, em geral, corajosa, estando as suas guarnições suficientemente motivadas para o combate. Oliveira e Carmo, Cunha Aragão e outros militares da Armada foram agraciados com as mais altas condecorações nacionais.

Do lado indiano, as suas Forças Armadas (totalizando cerca de 50.000 homens mobilizados para a operação) ter-se-ão comportado de maneira bastante profissional, denotando traços da cultura militar inglesa herdada dos seus recentes colonizadores.

3º - objectivo estratégico perseguido e alcançado

A União Indiana resolveu militarmente a "questão colonial" que constituía o Estado Português da Índia em dois dias: ao final do dia 19 de Dezembro todos queles territórios estavam sob o seu completo controlo – e os nacionalistas goeses festejaram a entrada das tropas na cidade de Pangim.

Portugal não conseguiu o objectivo que em 1955 fora definido como orientador para a defesa militar de Goa: conseguir retardar por alguns dias uma invasão das tropas indianas (em alternativa à estratégia *satiagrahi*), dando tempo a que Lisboa interpusesse uma forte acção diplomática e jurídica junto dos seus aliados (principalmente a Inglaterra e a França), na ONU e no Tribunal Internacional de Haia.

4º - meios logísticos mobilizados

As principais falhas do dispositivo militar português ter-se-ão situado na inexistência de qualquer meio de acção aérea e na redução dos efectivos

[82] Do comando do segundo-tenente Fausto Brito e Abreu.

[83] Por parte do cruzador *Delhi* (ex-inglês *Achilles*, protagonista da batalha do Rio da Prata em 1939).

militares efectuada em 1959 (na previsão de que guerras independentistas iriam eclodir em África). No plano naval, a correspondente redução da frota oceânica e a inexistência de qualquer arma submarina (minas, ou até mesmo navios submersíveis) provocou idêntico efeito de uma flagrante desigualdade de meios face à esquadra adversária.

5º - actuação do comando táctico

A desorganização e descoordenação dos meios militares foi patente e tornou-se álgida naquelas horas que precederam e seguiram o início da evasão. A despeito do esforço de certos comandos para dinamitar pontes, activar campos de minas terrestres, oferecer algumas bolsas de resistência aproveitando os acidentes geográficos e destruir material de guerra antes que ele pudesse cair em mãos do inimigo, o que parece certo é que tudo isso foi, em geral, muito mal feito e em grau insuficiente. Para o resto, bastava a superioridade militar dos indianos. Daí também alguns castigos que foram aplicados.

No caso da Marinha, o Comando Naval de Goa (criado em 1958)[84] não terá escapado a este género de críticas, pois, como comando superior de forças navais (não embarcado mas com área geográfica atribuída), praticamente não existiu[85], deixando os comandantes dos navios entregues à sua própria iniciativa. No plano estritamente táctico e segundo a análise de um especialista como o comandante Saturnino Monteiro, vários erros terão também sido cometidos na actuação do *Afonso de Albuquerque*, sem desfazer a coragem com que se bateu, em tais condições.

6º - resultados da operação e seus efeitos

O governo de Salazar[86] apostou na dramatização responsabilizadora do governador-geral[87] e do conjunto dos militares portugueses que compunham a guarnição do território (cerca de 3.500 homens). Preocupado com a guerra que começara meses antes em Angola e com a situação política interna do país (assalto ao paquete *Santa Maria*, agitação estudantil, tenta-

[84] Então exercido pelo comodoro Raul Viegas Ventura, em funções desde Maio de 1960.

[85] Apesar de ter uma rede de comunicações própria, a sua estação radio-naval foi destruída pela aviação indiana logo ao romper da manhã.

[86] Na altura também ministro da Defesa Nacional, com o contra-almirante Fernando de Quintanilha e Mendonça Dias como Ministro da Marinha, o general Gomes de Araújo como Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e o vice-almirante Joaquim de Sousa Uva como Chefe do Estado-Maior da Armada.

[87] General Manuel António Vassalo e Silva.

tiva de "golpe" pelo seu ministro Botelho Moniz, etc. – a que de imediato se iria seguir o assalto ao quartel de Beja, à maneira castrista de La Moncada) o governo elevou ao máximo as expectativas de resistência e heroicidade dos militares, perante a população portuguesa. Quando depois de dias de arrebatamento emocional pelos meios de comunicação por ele controlados ("Os canhões de Diu e os sinos de Velha Goa serão sempre portugueses!..."; ou «[…] apenas pode haver soldados e marinheiros vitoriosos ou mortos») começaram a surgir nas listas dos prisioneiros divulgadas pela Cruz Vermelha os nomes da quase totalidade dos que compunham os efectivos orgânicos das unidades, o efeito foi de estupefacção e descrédito, tanto para o governo como para os militares. E ao velho ditador já só restou mandar encontrar uns tantos "bodes expiatórios" que foram tornados responsáveis de uma derrota bélica que (para além das suas insuficiências próprias) era fundamentalmente uma sua derrota política.

8. A operação "Mar Verde" contra forças alojadas na Guiné-Conacri em 1970

Na Guiné, a administração portuguesa enfrentava desde 1963 uma guerra de guerrilhas por parte dos independentistas do PAIGC[88], à qual o governo foi respondendo com um aumento de meios militares e a adopção de técnicas de contra-insurreição já testadas por franceses e norte-americanos em diferentes teatros de operações. Ali, naquele território multi-étnico e tão estruturado pelas condições fluviais da sua geografia, a Marinha foi chamada a assumir um papel de especial relevo; e, como na mesma época em Angola e Moçambique, a aviação foi um elemento crucial da campanha. Mas a nenhuma delas se podia pedir que "ganhasse a guerra": nem sequer ao Exército, sozinho, a quem competia a "ocupação" e o controlo do terreno, bem como a acção "psico-social" sobre as populações indígenas.

Nestas condições e sob a mais dinâmica condução da guerra introduzida pelo governador António Ribeiro de Spínola[89] a partir de 1968, em Novembro de 70 tem lugar a 'Operação Mar Verde', concebida e comandada pelo capitão-tenente Guilherme Alpoim Calvão, que consistiu num

[88] Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, fundado por Amílcar Cabral e quase toda a liderança anti-colonialista cabo-verdeana. Da parte propriamente guineense, destacou-se sobretudo a acção do chefe guerrilheiro Balanta de nome Nino Vieira.

[89] Em breve promovido a general, também comandante-chefe das Forças Armadas na província.

ataque de surpresa (tipo raide ou golpe-de-mão, mas feito a partir do mar) a Conakri, capital da República da Guiné que, sob a liderança de Sekou Touré, era hostil à colonização europeia (e portuguesa, na ocasião) e auxiliava os guerrilheiros do PAIGC.

1º - as forças envolvidas, onde e quando

Ao anoitecer do dia 21 de Novembro de 1970, um sábado, chegaram à vista do objectivo os seguintes navios ligeiros da Armada[90]: as lanchas de fiscalização (LFG) *Orion*, *Dragão*, *Cassiopeia* e *Hidra*, e as grandes lanchas de desembarque (LDG) *Bombarda* e *Montante*, a bordo das quais seguiam 3 unidades especiais de combatentes, todos eles africanos: os fuzileiros do DF21[91], uma companhia de 'Comandos' e cerca de 200 homens armados do FLNG[92], oposicionistas ao regime político de Sekou Touré e que haviam sido treinados pelos portugueses na ilha de Soga durante vários meses.

A operação iniciou-se já na madrugada de 22, com céu limpo e luar, mar chão e próximo da preia-mar, com a LFG *Orion* fundeada a meia milha de distância do quebra-mar do porto a dirigir a acção, duas LFG lançando ferro e a LDG *Montante* tomando posição a norte perto da costa, e a restante LFG e a LDG *Bombarda* a sul da cidade – com as suas respectivas Equipas de assalto prontas a saltar nos botes de borracha rápidos.

Cerca das quatro horas da manhã, muitos dos objectivos estavam cumpridos. Porém, alguns dos fracassos foram determinantes para que o comandante da operação desse esta por finda perto das cinco horas da manhã, estando recolhido todo o pessoal cerca das nove. O regresso à Guiné (ilhas dos Bijagós) fez-se sem novidade com chegada na tarde do dia 23.

2º - acções bélicas, papel do comando directo e da motivação dos combatentes

A Equipa 'Victor'[93], saída do navio-chefe *Orion*, executou perfeitamente uma acção de surpresa, destruindo as 7 vedetas-torpedeiras rápidas[94]

[90] Constituíam o *Task Group* TG27.2. Nenhum navio ia de bandeira içada e foram ocultados os "números de amura" identificadores.

[91] Comandado pelo primeiro-tenente fuzileiro Cunha e Silva.

[92] *Front de Libération National Guinéen*.

[93] Do comando do segundo-tenente fuzileiro Rebordão de Brito, composta por 14 fuzileiros especiais guineenses.

[94] Quatro *P6* do PAIGC e três *Komar* da marinha da República da Guiné – provavelmente todas de modelo soviético.

que se encontravam atracadas a um cais (abatendo os homens que nelas se encontravam), sem sofrer qualquer baixa.

Da *Task Unit* fundeada a norte da cidade, a equipa 'Zulu' desembarcou em botes e foi libertar 26 militares portugueses presos na cadeia *La Montaigne*, destruir edifícios e viaturas do PAIGC, e um outro campo militar junto à residência secundária do Presidente; e a Equipa 'Oscar' atacou um quartel donde foram libertados cerca de 400 presos políticos locais, após dura refrega. Entretanto, numa hábil manobra, o comandante da *Montante*[95] tinha abicado ao cais do clube náutico e daí (acompanhados dos políticos oposicionistas que tencionavam assumir o poder) saíram as Equipas 'India' e 'Mike' que foram sabotar a central eléctrica e ocupar o campo de Samory, onde travaram combate com uma coluna motorizada, podendo todos regressar com baixas ligeiras e pesados danos para a outra parte.

Com a *TU* fundeada a sul da capital, as coisas correram bem pior. A destruição da estação de radiodifusão não foi efectuada; o palácio presidencial foi encontrado vazio; e os caças *Mig*, de fabrico russo, também tinham sido deslocados do aeroporto. Mas, ainda assim, foram atingidos diversos objectivos secundários no interior da cidade, travando-se rijo combate no quartel da *Gendarmerie*, a qual sofreu pesadas baixas.

Do ponto de vista da disposição anímica dos combatentes, as reacções do adversário foram sempre fugazes e desconexas. Do lado português, houve grande determinação e eficácia, mas também quebra de expectativas: o alferes guineense comandante da Equipa 'Alfa' falhou (ou quis falhar?); um outro tenente guineense desertou a meio da operação com vinte soldados; e as forças locais oposicionistas a Sekou Touré eram bem menores do que aquilo que tinham prometido a Calvão e Spínola. O que mostrou também as falhas e erros do *intelligence* e da contra-espionagem, em boa parte a cargo da PIDE.

A reacção das forças adversárias sobre os nossos navios consistiu apenas, já de manhã, no disparo de algumas granadas de morteiro sobre a LDG *Montante*, que não a atingiram e motivaram pronta intervenção das *Bofors* daquela LDG, bem como da LFG *Dragão*, o que fez calar os seus autores. O temido ataque aéreo por *Mig* na viagem de regresso não se verificou.

[95] O primeiro-tenente Luís Costa Correia.

3º - objectivo estratégico perseguido e alcançado

Sim, a operação constituiu um golpe significativo no PAIGC e na impunidade que julgava ter naquele país seu amigo. Mas o facto de Calvão ter querido associar a isto o derrube do regime de Sekou Touré alterou completamente o cariz desta intervenção, incorrendo num acto hostil em alto grau contra as instituições de um estado soberano reconhecido pela ONU. De resto, a exigência colocada por Marcelo Caetano e Spínola[96] foi justamente a que da operação não restasse qualquer "assinatura" ou prova que pudesse ser em seguida usada contra nós no plano diplomático. E a sua preparação foi sujeita ao maior sigilo: os comandantes das unidades navais envolvidas só tiveram conhecimento do destino no momento da partida, tendo um deles[97] exposto as suas discordâncias, consciente que estava da violação do direito internacional em que iria colaborar.

4º - meios logísticos mobilizados

Dada a relação de especial proximidade entre Spínola e Alpoim Calvão e a sua aceitação por Luciano Bastos, todos os meios de preparação, abastecimento, aprontamento e acompanhamento[98] terão sido postos à disposição do CTG para o sucesso da operação. Aliás, Spínola não deverá ter previsto outro cenário que esse, confiado no seu "*2ème bureau*" e na capacidade militar que reconhecia em Calvão.

5º - actuação do comando táctico

Pelo que atrás se disse, percebe-se que a operação dos navios correu sem qualquer falha, assim como a maior parte das Equipas que actuaram em terra, honrando a qualidade do planeamento e a sua execução, apesar das deficiências nos sistemas de comunicações. Mas houve aquelas que não cumpriram os seus objectivos ou, pior, que se passaram para o inimigo e mistificaram as suas potencialidades, coisa que o *intelligence* não soube prevenir nem detectar.

[96] Não consta que o Comandante da Defesa Marítima, comodoro Luciano Ferreira Bastos da Costa e Silva, tivesse levantado objecções ou colocado condições à participação dos seus navios nessa operação.

[97] O primeiro-tenente Costa Correia.

[98] Aéreo, inclusivamente, por um aparelho de patrulha marítima P2V-5. E os próprios aviões *Fiat G-91* estariam prontos para uma eventual intervenção.

6º - resultados da operação e seus efeitos

Alpoim Calvão considerou-a um "meio-sucesso". Spínola verberou de vários modos o falhanço do "golpe-de-estado". Na ONU, foi rapidamente investigada e condenada a acção-de-força. A imprensa internacional falou abundantemente da agressão portuguesa ao estado vizinho da sua Guiné. O regime de Sekou Touré procedeu a uma repressão impiedosa dos seus opositores internos. E o PAIGC recompôs-se rapidamente do golpe sofrido, a ponto de nos anos seguintes ter logrado interditar novas zonas à presença das tropas portuguesas, ter modernizado o seu armamento[99] e em Setembro de 1973 ter feito uma declaração unilateral de independência em Madina do Boé, numa região do Leste da Guiné já considerada "território libertado", mesmo depois do seu líder Amílcar Cabral ter sido assassinado em Janeiro na cidade de Conakri.

Síntese interpretativa provisória:

Vamos concluir tentando uma breve e esquemática análise comparativa/diferencial dos oito casos identificados.

- Em alguns dos conflitos armados – internos e externos – em que o Estado Português se viu envolvido nos últimos dois séculos, a frente marítima exigiu uma intervenção robusta da esquadra, envolvendo acções de guerra e as inevitáveis perdas humanas e materiais. E quase sempre ela foi decisiva para superação da crise específica que então afectava o país.

- Dos oito casos estudados, quatro deles referem-se a crises políticas domésticas, não resolvidas pelos meios pacíficos habituais e que redundaram em situações de guerra civil, felizmente nunca muito prolongadas: conflito dinástico/ideológico no advento do liberalismo (1833); "Patuleia" (1847); "monarquia do Norte" (1919); e revolta da Madeira (1931). Dois outros tiveram lugar no quadro das campanhas coloniais para a imposição da soberania portuguesa em territórios africanos: Túnguè (Moçambique, 1887) e Guiné (1894). Finalmente, os dois casos restantes situaram-se já na fase final do império ultramarino, envolvendo porém potências estrangeiras oponentes a essa política: Índia (1961) e Guiné-Conakri (1970).

- A natureza do poder político nacional variou consideravelmente no decurso deste longo período: monarquia constitucional nos quatro primei-

[99] Incluindo pequenos mísseis anti-aéreos *Strela*, de fabrico soviético.

ros casos (1833, 1847, 1878 e 1893); república parlamentar no quinto (1919); e regime ditatorial/"estado-novista" nos três últimos (1931, 1961 e 1970). Mas, além da legalidade de facto, pode pensar-se que, em todas estas conjunturas, a actuação do governo se estribava em razões pertinentes possivelmente aceites por um sector importante da sociedade portuguesa, se não mesmo a maioria da sua população (a quem todavia nunca foi dada a oportunidade de se pronunciar sobre o assunto).

- A envolvente externa destas conjunturas foi obviamente sempre importante, dado Portugal ser já então um "país pequeno", no concerto das potências mundiais. Até ao caso de 1931, inclusive, a Inglaterra foi o parceiro internacional mais relevante (seguido a distância pela França), colocando-se ora como apoiante (ou neutro-colaborante) do "partido" vencedor, ora como mediador do conflito (mas não desinteressado da forma do seu desenlace).

- No plano técnico-naval, muito se foi alterando ao longo deste período: nos quatro casos supervenientes durante o século XIX (dois no território continental europeu, dois em África), estávamos ainda com navios de construção em madeira (ou compósita, de madeira e ferro) e de velas, só supletivamente já com alguma propulsão mecânica a vapor (e carvão como combustível), exigindo por isso perícia marinheira na manobra e bom conhecimento do mar e das costas (ainda mal hidrografadas); nos outros quatro casos ocorridos no século XX, é exclusiva a existência de construções metálicas, de máquinas propulsoras (cada vez mais com combustíveis líquidos) e de equipamentos eléctricos (e, por fim, electrónicos). Por outro lado, a artilharia de carregar pela boca e almas lisas existente até 1847 (com alcance de poucas centenas de metros), vai rapidamente dar lugar a peças estriadas, mecanismos de movimentação mecânica, alimentações e cadências de tiro mais rápidas, e aparelhos ópticos de pontaria que permitem alcances de vários quilómetros – tudo isto (incluindo os meios de comunicação e as ameaças/vantagens que constituiu o desenvolvimento das novas armas submarinas e aéreas) configurando esquemas tácticos da batalha naval muito diferentes.

- Todavia, nesse plano da táctica, só em dois casos, extremados no tempo, se verificaram verdadeiros combates entre forças navais: no cabo de S. Vicente (em 1834) e na Índia (em 1961). Nas operações de Túnguè (1887), Guiné (1894), Madeira (1931) e Conakri (1970) tratou-se antes de operações navais de bombardeamento e desembarque-em-força contra um adversário instalado em terra (no último caso sob a forma subreptícia do "toca e foge", porventura adequada às formas de "guerra revolucionária"

então vividas). Finalmente, nos episódios da Patuleia (1847) e da monarquia do Norte (1919) a figura fundamentalmente usada foi a do bloqueio marítimo, uma velha táctica naval concebida para isolar um porto (ou uma zona costeira, ou um país), impedindo o seu reabastecimento e, neste caso, facilitando o desenvolvimento de operações terrestres que progredissem e ocupassem o terreno, até à rendição do adversário.

- Para além dos factores estratégicos (políticos e militares) ligados ao espaço e ao tempo, à preparação e à diplomacia, aos efectivos em "ordem de batalha" e às disponibilidades em armamento, o resultado final de cada uma destas operações foi – uma vez mais – também determinado pelo estado anímico dos combatentes e pela qualidade do seu comando directo.

- É curioso também identificar como nos casos das nossas guerras civis, três delas assumiram a configuração de um duelo "Norte contra Sul" (ou Porto *versus* Lisboa), incluindo tentativas (conseguidas ou falhadas) de envolvimento militar por via marítima, nomeadamente com os desembarques no Algarve para depois acercar a capital. Diferentemente, no quarto caso (1931), a estratégia dos contestatários do poder político assente em Lisboa foi a dos "focos periféricos múltiplos" (ilhas atlânticas e Guiné), não para lançar uma qualquer ofensiva sobre a metrópole (pois não tinham meios para isso), mas para uma maior chamada da atenção da comunidade das nações: estávamos a entrar na era da "opinião pública internacional".

Bibliografia:

1.

- BASTOS, (General) João Pereira (2006), *Da Revolução de 1820 à Convenção de Évora-Monte e morte de D. Pedro IV: Resumo cronológico-histórico*, Lisboa, Academia de Marinha (s/d do original, provavelmente c. 1930)
- LOUSADA, Maria Alexandre & FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo (2006), *D. Miguel*, Mem-Martins, Círculo de Leitores.
- MONTEIRO, Saturnino (1997), *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, Vol. VIII (1808-1975), Lisboa, Sá da Costa.

- NAPIER, Charles (2005), *A Guerra da Sucessão: D. Pedro e D. Miguel*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.
- NOGUEIRA, José Manuel Freire (2004), *As Guerras Liberais: Uma Reflexão Estratégica sobre a História de Portugal*, Lisboa, Cosmos/IDN, 2004.
- PEREIRA, José Rodrigues (2011), *Batalha Naval do Cabo de São Vicente, 1833: A Marinha Portuguesa nas Guerras Liberais*, Parede, Tribuna da História.

2.

- BONIFÁCIO, Maria de Fátima (1993), *História da Guerra Civil da Patuleia, 1846-47*, Lisboa, Estampa.
- ESPARTEIRO, António Marques (1985), *Três Séculos no Mar* – Vols. 15 e 19, Lisboa, (Min.) Marinha.
- FREIRE, João (2016), *Jornal da Marinha: Chefias, mudanças, permanências e desempenhos nos últimos 180 anos*, Lisboa, Colibri.
- MONTEIRO, Saturnino Monteiro (1997), *Batalhas e Combates da marinha Portuguesa* – Vol. VIII 1808-1975, Lisboa, Sá da Costa.
- VALENTE, Vasco Pulido (1997), *Os Militares e a Política (1820--1856)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

3.

- COSTA, Adelino Rodrigues da (2004), *As Ilhas Quirimbas*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha.
- ESPARTEIRO, António Marques (1985), *Três Séculos no Mar* – Vols. 24, 25 e 26, Lisboa, (Min.) Marinha.
- FREIRE, João (2013), *Do Controlo do Mar ao Controlo da Terra: A Marinha, entre o combate ao tráfico negreiro e a imposição de soberania no norte de Moçambique, 1840-1930*, Lisboa, Ed. Culturais da Marinha.

4.

- ESPARTEIRO, António Marques (1985-1986), *Três Séculos no Mar* – Vols. 21, 25, 26 e 32, Lisboa, (Min.) Marinha.
- FREIRE, João (2017), *A Colonização Portuguesa da Guiné, 1880--1960*, Lisboa, Comissão Cultural de Marinha.

- FREIRE, João (2016), *Jornal da Marinha: Chefias, mudança, permanências e desempenhos nos últimos 180 anos*, Lisboa, Colibri.
- PÉLISSIER, René (2001), *História da Guiné* – Vol. II, Lisboa, Estampa (2ª ed.).

5.

- FREIRE, João (2010), *A Marinha e o Poder Político em Portugal no Século XX*, Lisboa, Colibri.
- OLIVEIRA, Maurício de (1944), *O Drama de Canto e Castro: um monárquico presidente da república*, Lisboa, Edª Marítimo-Colonial.
- WEELER, Douglas (1978?), *História Política de Portugal, 1910--1926*, Mem-Martins, Europa-América.

6.

- FARINHA, Luís (1998), *O Reviralho: Revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo, 1926-1940*, Lisboa, Estampa.
- FREIRE, João (2010), *A Marinha e o Poder Político em Portugal no Século XX*, Lisboa, Colibri.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1975), *O General Sousa Dias e as revoltas contra a Ditadura, 1926-1931*, Lisboa, D. Quixote.
- OLIVEIRA, Maurício de (1943), *A Bordo do Navio-Chefe: Episódios políticos e militares da vida da Armada Nacional (1925-1935)*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira.
- SOARES, João, org. (1979), *A Revolta da Madeira: Documentos*, Lisboa, Perspectivas & Realidades.

7.

- COSTA, Adelino Rodrigues da, coord. (2011), *Estado Português da Índia: Memória sobre os acontecimentos de Dezembro de 1961*, Lisboa, Ed. Culturais da Marinha
- GATTO, Nelson (1963), *O Dia em que Goa Caiu*, S. Paulo, Exposição do Livro.
- MONTEIRO, Saturnino (1997), *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, Vol. VIII (1808-1975), Lisboa, Sá da Costa.
- SILVA, Manuel José Marques da (2015), *A Última História de Goa*, Lisboa, Colibri.

8.
- CALVÃO, Alpoim (1976), *De Conakry ao MDLP: dossier secreto*, Lisboa, Intervenção.
- CANN, John P. (2009), *A Marinha em África: Angola, Guiné e Moçambique, 1961-1974*, Lisboa, Prefácio.
- HORTELÃO, Rui *et al.* (2012), *Alpoim Calvão: Honra e dever*, Porto, Caminhos Romanos.
- MARINHO, António Luís (2005), *Operação Mar Verde: Um documento para a história*, [Lisboa], Círculo de Leitores.
- MONTEIRO, Saturnino (1997), *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, Vol. VIII (1808-1975), Lisboa, Sá da Costa.

Bibliografia geral:

- COSTA, Adelino Rodrigues da (2006), *Dicionário de Navios e Relação de Efemérides*, Lisboa, Edições Culturais da marinha.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1977), *História de Portugal – Vol. II, Das revoluções liberais aos nossos dias*, Lisboa, Palas (4ª ed.).
- RAMOS, Rui, coord. (2010), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros (3ª ed.).
- RODRIGUES, António Simões, coord. (2007), *História de Portugal em Datas*, Lisboa, Temas e Debates (4ª ed.).
- *Ordem da Armada* – vários anos
- *Lista da Armada* – vários anos
- *Wikipedia*



Um Mundo em Armistício[1]

Prof. Adriano Moreira[2]

Uma inquietação permanente, mas guardando frequentemente picos de inquietação pública, é a de compatibilizar, como regra, a coincidência entre a legalidade e a ética, o que em geral significa que a autenticidade da governança, em qualquer dos modelos vigentes, foi atingida em termos de alarmar a sociedade civil. Isso revela que, na sociedade que se mostra atingida, persiste a adesão a paradigmas, que o direito não reproduz necessariamente, mas que se espera não serem violados, sobretudo pelos guardas dos guardas.

Entre os que mais se distinguiram modernamente pela busca do que chamam "paradigmas", isto é, valores que significam um normativo respeitado por essas definições legais, distinguiu-se Hans Küng que foi um teólogo participante, como especialista, no Concílio Vaticano II, e a quem, em 1979, "foi retirada pelo Vaticano a licença eclesiástica", por ter duvidado da infabilidade do Papa. Contribuiu para a importância dos princípios da "terra única", isto é sem guerras, e da "terra morada de todos os homens", onde – como disse à Assembleia Geral da ONU, Paulo VI, o desenvolvimento sustentado seria o novo nome da paz.

A Fundação Ética Mundial, que Hans Küng fundou, é animada por este seu pensamento, hoje de novo posto no centro da discussão sobre o que chamou "Uma Boa Morte", ensaio que contrario, mas já traduzido

[1] Trabalho disponibilizado pelo autor, para inserção no Boletim anual do Instituto Dom João de Castro, os "Roteiros", na sua edição de 2018;

[2] Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa. Presidente da Academia Internacional de Cultura Portuguesa. Presidente e co-fundador do Instituto Dom João de Castro. Membro Honorário da Academia de Marinha. Presidente Honorário da Sociedade de Geografia de Lisboa;

para português pela Relógio d'Água, e que não pode ser ignorado. Não teve a projeção que merecia, na indispensável opinião pública, a reunião na Assembleia da República, em 13 de Abril deste ano, da "Universal Peace Federation", International Association of Parliamentarians For Peace, com um debate centrado sobre as "Perspetivas para a Paz sustentável na Europa e no mundo: a responsabilidade dos parlamentares", um evento inscrito em 24 Conferências realizadas entre 2016-2017, em 24 Estados, incluindo os que têm sido mais problemáticos, designadamente a Coreia do Sul e os EUA, respetivamente em 2016, e 28 de Novembro a 1 de Dezembro do mesmo ano, o que significa que os responsáveis não ignoram que o globalismo conduziu a uma arena de conflitos armados, que o direito internacional e as suas instituições não controlam de acordo com os princípios que as últimas pretenderam direcionar para a autenticidade, de modo que já se fala sobre a urgência de construir uma "ONU da Paz".

A fundação desta Federação Para a Paz Universal, devida ao Rev. Dr. Sra. Sun Myung Moon, já em Dezembro de 2005, incluiu agora a sessão da nossa Assembleia da República, que teve intervenções de importância a respeitar, destacando, entre iguais, a que foi moderada pela Presidente da Federação das Mulheres para a Paz Mundial, Dr.ª Marta Rodrigues.

O problema da ética, que tem mergulhado a Assembleia em profunda e esperançosa e proveitosa meditação, não é uma situação singular neste globalismo desregulado. A crise financeira mundial não resultou de um respeito pela legalidade esperada da democracia americana, longe de continuar com segurança a ser a Casa no Alto da Colina, e basta a situação do Brasil para compreender a oportunidade e importância com que, pelos "Serviços da Política Legislativa para os Média", se ocupou da XLVII reunião ordinária do "Centro Latino Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), em Novembro passado, e onde Portugal "votou favoravelmente a metodologia para aprovação da "Carta Ibero-Americana de Ética e Integridade na Função Pública".

Do que se trata é de conseguir diagnósticos fiáveis sobre a "integridade nacional", em "todos os pilares fundamentais da estrutura sociopolítica e económica do país". De cada país. O aviso é sobre a generalizada falta de autenticidade na *governança mundial*, a violação do sistema jurídico imaginado para uma "ONU da Paz" no fim da segunda guerra mundial, e em consequência o crescente risco para o "mundo único".

O apelo à ética apoia-se na convicção de que no princípio era o verbo, que tem de impor aos governos a substituição do "verbo eu" pelo progressivamente abandonado "verbo nós". É de sublinhar a proliferação da litera-

tura que lida com a intervenção das Igrejas, sem distinção de matrizes, mas com evidente unanimidade, mas não confessada, da necessidade de paradigmas que presidam com eficácia às regulamentações jurídicas imperativas, respeitadas, com renovação, como se fez no fim da segunda guerra mundial, das jurisdições dos tribunais supranacionais.

A experiência de Nurembergue não é necessariamente para esquecer, ao ter a coragem de inovar no que toca à retroatividade das leis. A minha conclusão é que estamos num "mundo de armistício", e vou tentar explicar, neste Centro de investigação e devoção aos interesses nacionais e sua relação com o globalismo, recordando antecedentes essenciais.

Jean Jacques Rousseau, que viveu entre 1712 e 1778, teve como premissa do seu famoso *O Contrato Social*, este conceito revolucionário em relação à estrutura social e política do seu tempo: "o homem nasceu livre e em toda a parte vive aprisionado", o que Robespierre teve como inspirador da sua revolucionária e sangrenta intervenção na Revolução Francesa (1789) para quebrar as correntes que os ricos haviam imposto aos pobres (Warburton).

Embora a lógica de Rousseau incluísse diferenciar entre a "vontade de todos", que significa o que "cada um quer", e a "vontade geral", esta a que correspondia áquilo que "deveriam querer", e por isso assumisse a legitimidade de obrigar à liberdade os que os que não obedeciam à chamada "vontade geral", é difícil admitir que, tendo morrido antes da Revolução, viesse a aprovar as violências do seu percurso. Quarenta anos depois nasceu Carlos Marx (1818-1883), ele próprio tendo passado uma vida pobre, concluiu que no sistema capitalista quem nascia rico estava destinado a ser mais rico, violando o princípio da dignidade que exigia igual para todos, enquanto os que apenas tinham o seu trabalho para vender tendiam para maior miséria, e identificando-se com os operários, condenados a uma vida alienada, acreditava que o capitalismo acabaria por se autodestruir.

Quando escreveu o Manifesto Comunista (1848) de parceria com Engels, incitando os trabalhadores à união, estava convencido de que o progresso ocorre em consequência da evolução das forças económicas, e que a revolução restituiria a todos a dignidade, sendo esta solução a forma de o conseguir. Não é fácil imaginar que tivesse previsto que seria invocado como inspirador do que foi a violência do sovietismo, cujo percurso, descrito com independência, está semeado de crueldades monstruosas. Alguém escreveu que as mensagens foram entregues em direção errada, assumidas por poderes despóticos, que os doutrinadores do pacifismo não conseguiram corrigir os percursos, e por tal erro entramos neste século com

um mundo de desigualdades e ruturas, depois de duas guerras mundiais separadas por um armistício e não pela paz, aquela que até hoje não é a prometida paz sonhada: o globalismo em que nos encontramos está, pelo que toca às ameaças da guerra global, em regime de armistício.

As previsões dos grandes teóricos da mudança revolucionaria que eventualmente recorreria à violência, mas finalmente tornaria realidade a imaginada Ilha Perfeita que serviu ao Monge Gaunilo de Matmoutiers para contrariar a necessidade da existência de Deus avançada por Anselmo (1033-1109), Arcebispo da Cantuária, continuam a multiplicar as razões para apoiar a má opinião de Thomas Hobbes (1588-1679), mais companheiro intelectual de Maquiavel (1469-1527), o qual tinha uma opinião desfavorável sobre o género humano, que necessitaria de um governo forte, ao qual, por "contrato social", abandonariam as liberdades em troca de "segurança", o famoso Leviatã (1651), o monstro Bíblico, imaginado como um Gigante, armado de uma espada e um cetro, figura composta de pequenos seres humanos, todos submissos ao Estado poderoso que o monstro figurava. Apareceu quando a Armada Espanhola tentava invadir a Inglaterra, aventura em que se perdera a parte que era a esquadra portuguesa: não acreditava na democracia, não acreditava na bondade das decisões individuais, não acreditava na alma, fiava-se do que hoje chamaríamos um Estado Totalitário.

É extremamente importante, pelo que toca ao património imaterial da Humanidade, hoje entregue para inventário, defesa, e efetividade à UNESCO, que o homem eleito em nossos dias para Presidente dos EUA repudia, esquecendo a voz contra a vida social, que Thomas Hobbes considerava "sórdida, brutal e curta" (Warburton – 2015), e que a hoje chamada Escola Ibérica da Paz, onde foram reunidos os contributos de Coimbra, de Évora, de Salamanca, trabalho devido aos professores Pedro Calafate e Ramon Emílio Mandado Gutierres, criticou, e que mereceu ao Juiz António Augusto Cansado Trindade, da Corte Americana de Direitos Humanos, este comentário: "no decurso dos séculos mudaram os vitimizadores, mas as vítimas continuam a ser as mesmas: os povos indígenas em situação de elevada vulnerabilidade.

Mas houve uma evolução da consciência humana que hoje faz toda a diferença: a existência de uma jurisdição internacional sobre os direitos humanos… Uma vez mais, o despertar da consciência jurídica universal… possibilita aos esquecidos e abandonados do mundo alcançarem a instância judicial internacional, em busca da realização da justiça" (Sentença de 19 de Março de 2006).

É verdade que, ao lado deste tribunal, pode lembrar-se o Tribunal Penal Internacional, as várias Declarações de Direitos Individuais, todas hoje referidas à da ONU, até as variadas organizações internacionais que se ocupam das iniquidades internacionais, mas a realidade, neste ano da graça de 2018, é que os doutrinadores de uma Humanidade Justa, obtida pelo pacifismo de Rousseau ou pelo revolucionarismo de Robespierre ou Marx, que passaram pela violência extrema na mudança tentada da vida interna dos Estados, e pela desconstrução e reconstrução ensaiada da ordem internacional, ao que até agora conduziram foi a um "mundo de desigualdades", ainda que os progressos científicos e técnicos, a cultura, o saber, tenham entretanto crescido: nesta data, infelizmente assistindo à celebração da inteligência artificial, isto é, a ciência sem consciência, o que temos é uma sociedade internacional fortemente hierarquizado, a começar pela enfraquecida Carta da ONU com o veto do Conselho de Segurança.

Mas o mais grave de tal desigualdade é que se traduz em que mais de metade dos Estados inscritos na ONU não tem sequer recursos para responder aos desafios da natureza (terramotos, tufões, pestes), sendo certo que muitos deles podem encontrar as raízes da sua débil situação económica e financeira na história da colonização, de tal modo que, como foi dito, "a luta pela igualdade ocupa hoje um lugar central nas mobilizações populares dos nossos dias". As preguntas que ocupam os analistas, que não são confundíveis com os titulares e servidores dos Estados Extrativos, dizem respeito à credibilidade debilitada das organizações internacionais, cujo desenvolvimento consente que os pobres morram mais cedo, compreender porque é que a fome é um inimigo vencedor, como é possível que as migrações sejam desafiadoras do cumprimento dos deveres humanitários com a fundada alegação da segurança dos países destinatários em perigo.

Não são já as desigualdades sociais internas de um passado que na Europa inspirou a luta social, é o facto de a hierarquia dos próprios Estados, mais dependentes do saber dos Estados Extrativos a agir no globalismo mal sabido, que levam já a falar numa burguesia "híper-burgueses" globalizada. De facto, o conceito europeu do século XIX, quando a Europa era considerada a "Luz do Mundo", e os EUA "A casa no alto da colina", no século e meio que vai de Westefália até ao invocado conceito europeu do século XIX, foi inspirado, sem esquecer os conflitos militares, pela igualdade das soberanias, mas ocidentais, isto é, europeias e atlânticas.

A realidade globalista, não foi resultado do reconhecimento dos valores democráticos, porque a libertação colonial não foi de Nações, foi de territórios cuja população, libertada, tornou visível que o poder herdado era

extrativo, não democrático, e que a arena mundial da competição era entre desiguais, que os próprios poderes regentes do globalismo não são todos conhecidos nem titulados por órgãos constitucionais. A divisão Norte-Sul do Globo, não atingiu apenas, com a desigualdade, os antigos componentes do chamado Terceiro Mundo, atingiu a Europa, atingiu o sul em desordem do continente americano, preocupando-nos especialmente o caso do Brasil, e feriu o próprio Atlantismo, com a política da "América First", que já começou a romper a solidariedade atlântica. Enfim, para simplificar, a desigualdade dos povos já não opõe, na arena mundial, apenas o Norte-Sul, mas agravam-se em todas as latitudes, incluindo os ricos do norte já temerosos do turbilhão migratório.

Tais migrações levam a decisões contraditórias para dentro dos hospedeiros, criando um grupo de pobres mesmo em territórios de ricos, fazendo reviver as contradições étnicas, religiosas e culturais, ao mesmo tempo que a técnica anima o progresso do mercado dos complexos-militares-industriais, sobre os quais Eisenhower deixou um lamento doloroso ao pronunciar o seu discurso do adeus, permitindo inesperadamente que o fraco vença o forte, com o nome de Terrorismo. No Portugal in European and World History, traduzido entre nós em 2012 (Grupo Leya), escreve, Malin Newitt na introdução, que "quatro capítulos (deste livro) debruçam-se sobre a expansão marítima portuguesa e, qual foi a importância evidente de Portugal no despertar daquilo a que hoje se chama "globalização" que não pode ser ignorado.

Três capítulos abordam a importância da estratégia de Lisboa e a luta pelo controlo global desta importante cidade portuária. Três capítulos focam o importante papel de Portugal nas principais guerras europeias – a Guerra dos Cem Anos, a Guerra dos Trinta Anos, e as guerras napoleónicas – e dois oferecem um comentário sobre episódios da história social e cultural da Europa, a Inquisição e o Iluminismo". Adianta que "a adesão de Portugal ao Pacto de Defesa do Atlântico Norte reveste-se de grande importância. Não só os seus 840 quilómetros de linha da costa cobrem a maior parte da Península Ibérica como é também de grande importância a posse dos Arquipélagos dos Açores, da Madeira e das ilhas de Cabo Verde e as suas bases em África". Acrescenta que "a NATO fechou os olhos à duvidosa democracia de Salazar devida à importância estratégica de Portugal e das suas ilhas".

Talvez seja de anotar que a geografia política do texto é já outra, e que a famosa "neutralidade colaborante da guerra" foi resultado de um ultimato americano com base e limite nos seus interesses, um pouco cobertos de dignidade pela invocação do Reino Unido da velha aliança, e pelos seus

interesses, limitada tal neutralidade em termos de ignorar o genocídio que os seus inimigos japoneses praticavam em Timor. E recordo isto para não esquecer as palavras imperecíveis de Henry Morre Stepheus no seu "Portugal – A História de uma Nação" (Alma dos Livros, Lisboa, 2017), quando aprecia a circunstância excecional de Afonso de Albuquerque ser ao mesmo tempo tão notável chefe militar, como justo governador, escrevendo: "A sua memória ficou em tal veneração que os Índios, e até os mouros, costumavam acudir a seu túmulo e ai expor os seus agravos como se estivessem diante do seu vulto, pedindo a Deus que os livrasse da tirania dos seus sucessores".

Albuquerque, ele próprio deixou expresso nas suas cartas para o Rei, a advertência para que fosse cultivada a justiça, que não fossemos tomados como apenas exploradores. Infelizmente, a relação dos ocidentais que nos seguiram no oriente, não escutaram este conselho que foi também objeto, segundo a narrativa de Fernão Mendes Pinto, das palavras de um eremita chinês, que confrontou os atos injustos de portugueses, com estas palavras: "trabalhais por vos pordes em salvo, porque vos afirmo que a terra, o mar, os ventos, as águas, as gentes, os gados, os peixes, as aves, as ervas, as plantas, e tudo o mais que hoje é criação, vos há de enfraquecer e morder-vos tanto sem piedade que só aquele que vive no Céu vos poderá valer".

A Escola Ibérica da Paz deixou iguais palavras, eloquentes e mal escutadas. E por isso, falharam os pressupostos que orientaram a Carta da ONU, escrita apenas por mãos ocidentais, e que Paulo VI, na Assembleia Geral que o convidou para ali pregar, disse, sem êxito, significarem que "o progresso sustentado é o novo nome da paz", que João Paulo II ali pregou, duas vezes, contra a situação de perigo do confronto dos Pactos Militares que diminuem a liberdade da ONU, e que finalmente o Papa Francisco ali foi pregar em nome do principio de que, na oração que nos ensinou, Jesus não disse "Meu Pai", mas sim "Pai Nosso" para a "Terra casa comum dos homens", estão em suspenso.

O que acontece é que a União Europeia enfrenta uma crise que a obriga a organizar a "segurança e defesa comum", alertada pela vice-presidente da Comissão, a solidariedade atlântica está ameaçada pela incompetência de um presidente que ainda sugere que os EUA são "A casa no alto da Colina, com a terra ameaçada, pela primeira vez na história da Humanidade de ser destruída pela cascata atómica nas mãos de dois homens que nunca ouviram a advertência de Bismarck, segundo o qual uma simples leviandade pode causar uma catástrofe, países como a Rússia regressam à memória do passado para recordar que a sua fronteira de interesses é mais vasta do que a fronteira geográfica, com a Alemanha a ajudar à falta de um conceito

estratégico da União por não decidir, também pelo peso da memória, se quer uma Alemanha Europeia ou uma Europa Alemã, com a China a incorporar no seu projeto nacional recuperar as águas territoriais que deixou faz séculos de navegar, com centenas de milhares de crianças a entrarem em combates do Cairo a Cabo, com a irradicação da fome chamada já de "voto piedoso", com os mitos raciais acrescentados pela crescente islamofobia, com o turbilhão muçulmano a transformar o Mediterrâneo num cemitério, com o ocidente a substituir "o credo dos valores" pelo "credo do mercado", com o desenvolvimento da inteligência artificial a esquecer a necessidade de manter a relação entre ciência e consciência, embora ainda seja visível o esforço do uso pacifico da submissão da energia atómica, mas repudiando o parecer e aviso dos sábios que fizeram a primeira experiência, a competição pela terra arável, as mudanças físicas assustadoras do planeta, a desordem na América Latina, a falta de segurança organizada do Atlântico Sul, tudo enfim demonstra que o "Mundo Único" é uma ilusão à procura da "ilha maravilhosa", e que a situação mundial é de "armistício", não é de "paz da Humanidade".

Por isso me tem parecido que o sentido de responsabilidade ocidental, sempre no que respeita ao poder, levou ao erro de adotar o Testamento de Luís XIV que deixava ao herdeiro a certeza da paz na Europa. Nestas circunstâncias é que se torna mais evidente a necessidade de, não apenas as organizações supranacionais terem conceitos estratégicos coerentes, mas que os Estados membros igualmente os definam.

O Presidente da Comissão Europeia, na apresentação ao Parlamento Europeu de O Estado da União em 2017, com a proposta de ministros da União, e de fundir a presidência da Comissão com a presidência do Eurogrupo (que não tem cobertura legal), de um Ministro das Finanças, e do reforço das relações internacionais, inevitavelmente, não deixando de citar o Brexit do Reino Unido, também espera organizar uma verdadeira União Europeia de Defesa. Tudo corresponde ao facto, bem-vindo, de finalmente a União ter descoberto que tem circunstância. Mas isto tem como corolário que os Estados membros, com larga experiência histórica da sua própria circunstância, tenham que repensar pelo menos duas questões: que mudanças serão necessárias no seu irrenunciável "conceito estratégico de conteúdo variável" para se articular com o que venha a ser reformulado no que respeita à União, o sentido da governança, e na medida em que o proclamado seja cumprido com anuência dos Estados membros, e com autenticidade de todos os participantes que, diferentes na hierarquia do poder real, respeitem e defendem a igual dignidade. A experiência histórica,

que espanta os historiadores que hoje avaliam a distância entre a dimensão de Portugal e a grandeza da tarefa mundial que levou a cabo, aconselha a não deixar apagar, seja qual for a evolução da União, as fidelidades às entidades exteriores a esta, como a CPLP, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, e até a dispendiosa aliança inglesa, com Brexit ou sem ele, pelo menos pela exposição exógena em que nos encontramos no Atlântico Sul. Estamos seguramente numa época em que o imprevisto está sempre à espera de uma oportunidade.

E todavia, nesta situação global de armistício, não de paz, está ao alcance dos nossos deveres saber que a democracia, como regime político, não tem apenas que definir e assegurar os direitos e deveres individuais, tem igualmente que definir e assegurar a dignidade e especificidade cultural das instituições, como são as Forças Armadas. Recentemente, e referindo-se a reformas do internacionalismo regional europeu, o General Ramalho Eanes declarou o seguinte, em entrevista à Revista do Expresso, de 3 de Fevereiro de 2018: "a sua preparação é notável, visando a competência, a responsabilidade, a eficácia. Mas não se olha para as Forças Armadas, o seu perfil institucional ou as suas capacidades disponíveis, que podem ser utilizadas no país". Isto não tem apenas que ver com as Forças Armadas, tem que ver com o igual respeito pela entidade e especificidade ética, das instituições, tal como é exigido para os cidadãos. Terminarei com um exemplo que julgo inteligível para todos os cidadãos, hoje com múltipla cidadania, segundo a evolução internacional, porque são desejadamente *cidadãos europeus*, e cidadãos da "terra casa comum dos homens".

Cada unidade Nação-Estado precisa de um conceito estratégico nacional, eixo da roda das diferenças, e daqui o "interesse estratégico permanente, de conteúdo variável". O Hino Nacional foi do partido republicano contra a afirmada defesa insuficiente da Monarquia contra "os bretões", que nos agrediram com o Ultimato, apagando a "legitimidade histórica da expansão colonial" com o princípio da "ocupação efetiva", apelando nós aos Heróis do Mar. Transformando-o em Hino Nacional da República Democrática, diplomaticamente substituiu-se a referências aos Bretões pelos "canhões" contra os quais era necessário lutar, e foi cantando a Portuguesa dos Heróis do Mar que sofremos os sacrifícios da guerra de 1914-1918, em França, em Moçambique, em Angola; foi cantando o hino dos Heróis do Mar que, na II Guerra Mundial sofremos novo ultimato que levou à criação da categoria, sem passado nem futuro, da neutralidade colaborante, que serviu a aliança ocidental, mas com total esquecimento do genocídio dos timorenses pelos japoneses; foi cantando o Hino dos Heróis do Mar que se fez a guerra do

ultramar, parcela do Império Euromundista, sem que a gestão política aproveitasse o tempo que a instituição militar apenas garantia para as reformas necessárias; foi cantando o Hino dos Heróis do Mar que se instalou, e hoje se celebra em todas as instâncias oficiais, o 25 de Abril. O Hino dos Heróis do Mar exprime o eixo da roda que é o interesse nacional permanente, de conteúdo variável mas assegurando e convergência na unidade institucional das diferenças, com um comportamento qua a Pátria contemple.

Na circunstância da "terra casa comum dos Homens", que não é de paz, e parece antes de armistício, é dever não esquecer o imperativo do Hino dos Heróis do Mar, que a Pátria contempla.



Democracia e Populismo na Europa e nos EUA: Equilíbrio Instável[1]

Prof. José Filipe Pinto[2]

Resumo

O populismo é um fenómeno antigo, uma vez que acompanha a democracia desde o seu berço grego, embora a sua teorização só tenha sido iniciada por Herzen no século XIX na Rússia dos czares. No entanto, foi no século XX que o populismo conheceu protagonismo, uma vez que os regimes que marcaram a vida política, designadamente o sovietismo, o fascismo e o nazismo, eram populistas. Um protagonismo que pareceu esmorecer após a II Guerra Mundial, mas que voltou a emergir no final do século passado e no início do atual.

Esta comunicação reflete sobre as realidades populistas na União Europeia e nos Estados Unidos da América e mostra que o populismo não representa uma alternativa coerente para o exercício do Poder, razão pela qual não existe democracia sem populismo, mas pode haver populismo sem democracia.

Palavras-chave: Democracia, Populismo, União Europeia e Estados Unidos da América.

[1] Conferência proferida no Instituto Dom João de Castro, em 22FEV2018;

[2] Professor Catedrático com Agregação, na Universidade Lusófona. Investigador Coordenador do CICPRIS onde é coordenador de projecto financiado pela FCT. Director da licenciatura e do Mestrado em Sociologia. Autor de várias obras, com destaque para as questões relacionadas com os populismos e a Europa;

Contextualizando a Temática

A palavra populismo é usada com uma ampla panóplia de significados que, em comum, remetem para uma conotação negativa do conceito. De facto, quer seja visto como uma ideologia (Laclau 1977), ainda que fraca (Mudde 2004), um estilo de política (Knight 1998), um discurso específico (Hawkins 2009) ou uma estratégia política (Weyland 2001), o populismo funciona como uma degenerescência da democracia representativa.

Woods (2014) e Kriesi (2014) afirmam que "the rise and persistence populism in Western European democracies [...] is an indication of an institutional crisis of representation". Uma posição que, no entanto, não explica a razão de haver países onde essa modalidade de democracia funciona quase na perfeição, apesar da existência de partidos populistas que gozam de forte implementação.

De facto, em 2016, a Dinamarca era para o Índice de Populismo Autoritário o país com o sétimo valor mais elevado e o sexto entre os países da União Europeia – 28,9% - mas o Índice de Democracia colocava-a no grupo dos países de democracia plena e concedia-lhe a quinta posição com 9,20, numa escala de zero a dez. Aliás, todos os parâmetros que compõem o índice eram elevados: 9,58 para o processo eleitoral e pluralismo; 9,41 para as liberdades civis; 9,38 para a cultura política; 9,29 para o funcionamento do governo e 8,33 para a participação política. Uma cidadania interventiva que vinha de trás porque, como Fukuyama (2012, p. 637) reconheceu, desde 1848 que "o movimento dos agricultores e os liberais nacionais que representavam a burguesia começaram a exigir participação direta" na vida política.

O exemplo dinamarquês prova que a democracia representativa e o populismo podem coexistir, desde que a democracia consiga controlar os avanços populistas. Aliás, talvez seja possível afirmar que não há regime democrático onde não seja identificável o populismo. Uma marca que vem do berço grego onde a democracia de assembleia convivia com a demagogia. Daí a importância concedida ao ensino sofista, mais propenso ao domínio da retórica passível de levar à vitória pessoal – o homem é a medida de todas as coisas, como defendia Protágoras – do que à descoberta da verdade. Por isso, a necessidade de criar instrumentos de suporte à vida democrática. Como o ostracismo que condenava o logro intencional que punha em causa o normal funcionamento político da polis.

Platão considerava que a mentira era desnecessária aos deuses, mas podia ser útil aos homens desde que tomada como remédio pontual. Por

isso fez questão de esclarecer que se a alguém era lícito mentir seria aos dirigentes da cidade para a defesa da mesma.

Porém, como a moeda tem duas faces, é pertinente reconhecer que, quando um partido populista toma conta do Poder, a qualidade da democracia representativa começa a deteriorar-se e, a curto prazo, a democracia acabará por ser posta em causa. Basta atentar na situação vivida na Hungria desde que o FIDESZ de Orbán chefia o governo ou na Polónia dominada pelo Ordem e Justiça (PiS). Um partido cuja atuação não faz jus à denominação. Daí a decisão recente de reescrever a História da II Guerra Mundial no que concerne à participação polaca no extermínio levado a cabo pelo nazismo.

No entanto, antes de entrar no estudo das dinâmicas populistas na União Europeia e nos Estados Unidos da América, importa avançar a minha ideia relativa ao conceito de populismo. Assim, na senda de Laclau, considero que o populismo representa uma forma de articulação do discurso visando a criação de um antagonismo inegociável entre dois corpos pretensa e abusivamente considerados como homogéneos: o povo e a elite. Duas construções e não dois dados reais. Um antagonismo que rejeita a lógica diferencialista, pois deixa de reconhecer autoridade aos detentores do Poder, preferindo a lógica equivalencial suscetível de conduzir o líder populista ao governo. Trata-se, afinal, de uma luta pela hegemonia feita em nome do povo, qualquer que seja o condutor do elemento coletivo. Como a História ensina, em vários casos o fenómeno foi desencadeado desde a base social, mas também são múltiplos os exemplos de populismo desencadeado pela parte da elite não-governante quando considera reunidas as condições para se apoderar do poder político.

Trump simboliza o segundo modelo, como se verá mais à frente. Por agora fixemo-nos nas dinâmicas populistas na União Europeia.

As Dinâmicas Populistas na União Europeia

Os partidos populistas constituem uma realidade inquestionável na UE, uma vez que três deles já dirigem os governos dos respetivos países – Hungria, Polónia e Grécia – e em quatro outros – Áustria, Letónia, Finlândia e Eslováquia – integram a coligação governamental. Em relação a 2016, apenas num país, a Lituânia, um partido populista – Ordem e Justiça (TT) – deixou de fazer parte do Governo.

Neste ponto, parece justificável a individualização de alguns casos. Assim, a coligação que governa a Finlândia englobava uma força populista,

o Partido dos Finlandeses, até Timo Soini ser substituído na presidência do partido por Jussi Halla-aho**,** anteriormente condenado por práticas discriminatórias em relação aos muçulmanos e aos somalis. O populismo exacerbado do novo Presidente não era compatível com a manutenção da coligação governamental. Porém, como forma de evitar eleições antecipadas, os ministros e vários deputados separaram-se do partido e formaram um grupo próprio que evolucionaria para o partido Blue Reform. Uma alteração que não invalida que a nova força política se afirme defensora do controlo da imigração e dos direitos dos finlandeses na política da UE. Uma espécie de evolução na continuidade.

Além disso, para desassossego da comunidade, a Áustria que já tinha contado, entre 2000 e 2005, com um Governo de que fazia parte o Partido da Liberdade da Áustria (FPÖ), liderado por Jörg Haider, situação que conduziu à suspensão do direito de voto do país no Conselho Europeu, voltou, na sequência das legislativas de 2017, a ter esse partido como parte integrante da coligação atualmente no Poder.

De assinalar, ainda, que em Portugal o governo socialista é respaldado por uma maioria parlamentar assente num partido populista totalitário – PCP – e em dois partidos populistas autoritários – BE e PEV – e que em alguns países, como a França, a Bélgica, a Holanda e o Reino Unido, os partidos populistas marcam a vida social e política, apesar de não frequentarem as salas do Palácio do Poder. No caso francês convirá tomar em consideração o sistema eleitoral, pois os resultados finais seriam outros se o sistema fosse proporcional e utilizasse o método D´Hondt, uma vez que não seria possível repetir a estratégia atual que permite erguer uma espécie de cordão sanitário que isola a Frente Popular na segunda volta dos atos eleitorais. Uma estratégia também em curso na Holanda, pois o Partido da Liberdade (PVV) de Geert Wilders, o único partido unipessoal existente na comunidade, não é visto como parceiro de qualquer coligação.

O Índice de Populismo Autoritário, que usa como indicadores a participação no governo e o número de eleitos, em 2016, identificava apenas dois países da UE – Luxemburgo e Malta – sem registos de populismo. Um leque que, nos 33 países europeus analisados pelo índice, também incluía a Islândia e Montenegro, curiosamente, os quatro países menos populosos do estudo.

Populismo de esquerda e de direita, embora não seja consensual a catalogação de acordo com essa dicotomia porque a análise do programa de um partido populista permite identificar elementos contraditórios. Para

além de haver forças partidárias – como o MoVimento 5 Stelle ou o Podemos – que não se reveem na classificação anterior.

Takis Pappas, na inventariação que fez dos mitos do populismo, identificou três, sendo um deles a existência de um líder carismático. Alguém com carisma suficiente para dispensar a intermediação. Uma realidade que conta com exemplos e exceções. Por um lado, falar do FIDESZ é pensar em Vítor Orbán e o mesmo se passa com a Frente Nacional e Marine LePen, o Syriza e Tsipras, o MoVimento 5Stelle e Beppe Grillo, ou Geert Wilders e o Partido da Liberdade. Por outro lado, há partidos populistas cujos líderes quase só são conhecidos a nível interno. É o que se passa, por exemplo, com a Alternative für Deutschland, a Liga do Norte, a Frente Nacional Popular no Chipre, os Democratas Suecos, o Partido do Povo da Dinamarca…

Um dado que obriga a questionar o protagonismo que os meios de comunicação social concedem aos líderes populistas, embora não deva ser olvidado o papel que a rede desempenha na propagação da mensagem populista. Uma realidade que Grillo e Casallegio souberam antecipar. Daí o crescimento exponencial do M5S.

De luta pelo protagonismo não pode ser acusado o líder da República Popular da China, Hu Jintao, que, no caminho para reunir "nas suas mãos e vontade a herança do pensamento legado pelo inovador Deng Xiaoping" (Moreira, 2016, p.201) recorreu a uma estratégia que Mathieu Duchâtel denominou como "culto da impersonalidade". Apesar de todos os partidos comunistas serem populistas totalitários, talvez seja caso para dizer que o populismo oriental privilegia o partido e o coletivo em detrimento do individual, embora haja quem considere que os resultados práticos não se afastam daqueles que se registam noutras longitudes.

Voltando às relações entre o populismo e a democracia, importa traçar a realidade atual em toda a União Europeia.

Os ainda 28 países da UE integram-se nos dois mais elevados níveis de democracia. Assim, das 19 democracias completas existentes no Mundo, 11 pertencem à UE: Suécia – 9,39, Dinamarca – 9,22, Irlanda – 9,15, Finlândia – 9,03, Holanda – 8,89, Luxemburgo – 8,81, Alemanha – 8,61, Reino Unido – 8,53, Áustria – 8,42, Malta – 8,15 e Espanha – 8,08. Quanto aos restantes membros fazem parte do grupo das democracias incompletas, sendo que a Itália, com 7,98, está próxima das democracias perfeitas e a Roménia – 6,44, a Croácia – 6,63 e a Hungria – 6,64 não se afastam muito dos regimes híbridos.

No que concerne ao Índice de Populismo Autoritário, Andreas Heino lembra que "on average, around a fifth of the European electorate now vote

for a left or right-wing populist party". Por isso, se os valores do índice já eram elevados em 2016, depois das eleições realizadas ao longo de 2017, ainda aumentaram. Por exemplo, registou-se um crescimento de 6,4% na França e 6,8% na Holanda. Sem contar que a populista Alternative für Deutschland deixou de ser vista como um partido de professores universitários e passou a constituir uma alternativa real para 12,6% dos eleitores.

Apresentada a realidade europeia, é tempo de passar para a terra do Tio Sam. Um país onde o populismo já conta com um longo historial. A exemplo do que se passa na parte sul do continente. Um paraíso – ou um inferno – de populismos: peronismo, varguismo, lulismo, kirchnerismo, chavismo…

Trump e o Regresso do Populismo nos Estados Unidos da América

Quando em 16 de junho de 2015, Donald Trump anunciou a sua candidatura presidencial, não faltaram analistas que consideraram que esse anúncio não era para levar a sério, pois não passava de mais uma jogada promocional do empresário. Aliás, o *Político* adjetivou o ato como um dos "more bizarre spectacles of the 2016 political season thus far" (MacWilliams, 2016, p. 2).

Nenhum desses analistas tomou em boa conta o protagonismo televisivo de Trump e a circunstância de, há várias décadas, integrar a lista Gallup como uma das 10 personalidades que os norte-americanos mais admiravam. O enfoque foi colocado na sua falta de experiência política e no populismo e xenofobia das suas declarações.

Porém, ao contrário do previsto, Trump conseguiu a nomeação como candidato presidencial do Partido Republicano. Uma campanha durante a qual se limitou a dizer o que sabia que a maioria do partido queria ouvir. Uma tendência mantida no passo seguinte quando conseguiu colar a opositora, Hillary Clinton, ao pântano que era preciso drenar. Uma elite política que não defendia os interesses norte-americanos. Uma campanha durante a qual ameaçou que, mal chegasse à Casa Branca, mandaria prender Hillary.

Uma decisão que não constava no seu contrato com os eleitores, ou seja, no *100-day action plan to make America great again,* uma repetição das ideias presentes no livro que tinha escrito em 2015 – *Crippled America: how to make America great again.* Ao contrário de outras ideias igualmente preocupantes, como a conclusão do muro na fronteira com o México ou quando prometeu remover "the more than 2 million criminal illegal immi-

grants from the country and cancel visas to foreign countries that won't take them back".

Uma narrativa assente no nacionalismo – «nós» contra «eles» para preservar a cultura norte-americana e os postos de trabalho – e no populismo – a responsabilização da elite sedeada em Washington por não ouvir os apelos do povo.

Trump sabia que não estava sozinho nessa cruzada. De facto, os dados recolhidos por Jon Huang, Samuel Jacoby, Michael Strickland e K. Rebecca[3] mostraram que 84% daqueles que votaram em Trump consideravam que "most illegal immigrants working in the U.S.A should be deported". Além disso, "86% supported Trump's idea of building a wall along the entire U.S. border with Mexico".

Como é óbvio, essas intenções não foram bem recebidas pelas comunidades que pressentiram nelas um perigo a curto ou médio prazo. Por isso, apenas 8% dos negros, 29% dos hispânicos ou latinos e 29% dos asiáticos votaram em Trump. Um dado que não inviabilizou a vitória do candidato republicano, mesmo que algumas figuras proeminentes do seu partido lhe tivessem recusado publicamente o voto.

Não é seguro que Trump tivesse lido Charles Wright Mills, até porque a obra já é antiga[4]. No entanto, tal não invalida que Trump desconhecesse que na sociedade americana o maior poder residia "in the economic, the political, and the military domains" (1956, p.75). Por isso, embora fazendo parte da elite económica, ou mais exatamente da elite financeira, Trump fez da luta contra a elite política a bandeira da sua campanha. Não perdeu tempo com os eleitores – e inclusivamente com os Estados – que sabia perdidos. Dirigiu-se aos outros. Àqueles que tinham sido deixados para trás pela deslocalização das fábricas e pelo encerramento das minas. Prometeu-lhes trazer os empregos de volta, mesmo que tal implicasse o regresso à fonte de energia do século XIX. Daí a posição que viria a assumir na cimeira de Paris.

Aproveitou-se da insegurança, relacionando-a com a imigração, e tirou partido da quebra de confiança dos cidadãos nas instituições. Afinal, o populismo quando é do seu interesse não hesita em recorrer a procedimentos próprios de outros fenómenos, como o terrorismo.

[3] Available in https://www.nytimes.com/interactive/2016/11/08/us/politics/election-exit-polls.html

[4] Mills, C. (1956). *The power elite.* New York: Oxford University Press.

O populismo colheu junto desse eleitorado e Trump tornou-se o 45.º Presidente da casa no alto da colina. À preocupação interna adicionou-se a inquietação externa, tanto de aliados como de adversários.

A composição do Gabinete, as sucessivas demissões e abandonos, e uma presidência que usa os *tweets* como canal de comunicação não têm contribuído para o restabelecimento da paz interna. Trump governa os Estados Desunidos da América. Um país dividido ao meio. Uma parte sensível ao populismo. Outra parte receosa de que o modelo tradicional de exercício do poder – *checks and balances* – não seja suficiente.

A nível internacional começa a ser lembrada a frase de Lord Palmerston quando afirmou que a Inglaterra não tinha aliados eternos nem inimigos perpétuos. De facto, se o *lobby* judeu levou Trump a reconhecer Jerusalém como capital de Israel, uma marca da confiança num aliado tradicional, a venda de armas à Arábia Saudita representa o outro lado da moeda. Contribuir para a paz na região através da venda de armamento a um país que patrocina o terrorismo religioso pode representar uma estratégia semelhante à anterior aposta estadunidense no armamento dos talibãs.

Quanto à guerra de *tweets* com a Coreia do Norte, ao relacionamento com a Rússia e à posição relativamente ao acordo nuclear com o Irão só constituem manifestações de uma política externa realisticamente definida para alguns dos membros da sua equipa. Afinal, no balanço do primeiro ano de Trump na Sala Oval, Mike Pence elogiou-o durante três minutos em nome de toda a equipa, antes de, a título individual, fazer catorze elogios ao desempenho presidencial.

Finalmente, no que concerne ao discurso, a moderação inicial foi sol de pouca dura. Trump aprendeu rapidamente que o Poder não gosta de ser contrariado. Na sua perspetiva, é pena que, como Brecht ironizou, não lhe seja possível dissolver a metade do povo norte-americano que não se revê nas suas decisões.

A apresentação da realidade populista na União Europeia e nos Estados Unidos da América já vai longa. Importa, por isso, terminar a exposição. Terminar, um verbo que o populismo não cultiva em causa própria. Mesmo quando passa despercebido.

Conclusão

Innerarity (2002, p. 187) reconhece que "a complexidade apresenta à política a necessidade de estabelecer procedimentos para governar tão

ampla riqueza de opções". O problema é que, como Adriano Moreira avisa, na conjuntura atual marcada pelo globalismo, os governos não dispõem de referência anterior. Por isso, a ampla diversidade de opções não significa necessariamente uma riqueza.

O populismo, depois de uma longa fase durante a qual se recusou a responder pelo nome, voltou a assumir protagonismo num Mundo ainda à procura de uma Nova Ordem Mundial. Muitos dos regionalismos e nacionalismos independentistas que se fazem sentir na União Europeia não hesitam em recorrer a essa forma de articulação do discurso. Por outro lado, a dificuldade manifestada pela Europa quando se viu obrigada a conviver com os trópicos em casa potencializou a xenofobia e o racismo e, através da crítica à elite no Poder, o populismo. Além disso, o enclausuramento claustrofóbico dos partidos afastou-os da realidade com a consequente repercussão negativa na qualidade da democracia representativa.

Na União Europeia o populismo já não faz questão de esconder as suas reais motivações, embora as justifique sempre como forma de garantir a identidade nacional. Por isso, o populismo autoritário, com 15,4%, já constitui a terceira força ideológica na Europa, atrás somente dos Conservadores e da Democracia Cristã – 27,9% - e Social-Democracia – 23%. Com a agravantes de estes dois últimos grupos estarem a decrescer e o populismo a subir.

Nos Estados Unidos da América, o sonho passa por fazer a América grande outra vez. Um desejo já de si expansionista. Identificar os Estados Unidos com a América.

Num caso e no outro, erguer muros numa aldeia global dificilmente representará um projeto exequível.

Stiglitz (2006, p. 352) lembra que "las epidemias jamás han respetado los limites nacionales pero, ahora que los viajes internacionales han aumentado, viajan com mayor rapidez". A difusão das ideias é ainda mais célere. A comunicação *many to many* viaja pela rede. O populismo, ao contrário da democracia, foi lesto a tirar proveito da nova realidade.

À guisa de conclusão convirá deixar duas breves sínteses. Primeiro, o populismo não é um filho bastardo da democracia, mas um quase gémeo cuja visibilidade, na maioria dos casos, é inversamente proporcional à qualidade da democracia representativa. Maioria e não totalidade dos casos porque, como ficou presente na contextualização, há democracias completas onde o populismo, apesar de não dirigir os destinos do país, detém uma posição impossível de ignorar.

Segundo, o populismo, seja de esquerda ou de direita ou uma mescla de ambos, uma vez chegado ao Poder nunca representa uma solução estável numa sociedade que se quer democrática. Maquiavel ensinou ao príncipe que a natureza dos povos era inconstante e que era fácil persuadi-los de uma coisa, mas era difícil mantê-los firmes nessa persuasão. O problema é quando o populismo consegue capturar o Poder.

Na Polónia, na Hungria e na Grécia o Índice de Democracia de 2017 revela uma queda em relação ao ano em que os partidos populistas ganharam as eleições. Na Hungria, isso aconteceu em 2010, ano em que o Índice de Democracia era 7,21. Em 2017 desceu para 6,64. Na Polónia em 2015 era 7,09 e em 2017 apenas 6,67. Além disso, naa Grécia, os 7,45 de 2015 passaram para 7,29 em 2017. Por isso, apresentar o incremento do populismo de esquerda como estratégia para controlar o avanço do populismo de direita não passa de uma tentativa de valorizar o populismo que tem origem na base em detrimento daquele que deriva do topo da pirâmide. Na essência, o populismo não é uma ideologia.

São estas sínteses que justificam o título da comunicação.



Na Encruzilhada entre a Minha Tribo e a Nova Atenas? Reflexões sobre impacto da 4ª Revolução Industrial na Emergência dos Populismos Europeus[1]

Prof. Bernardo Ivo-Cruz [2]



[1] Conferência proferida no Instituto Dom João de Castro, na sessão de 29MAR2018;

[2] Doutorado em Ciência Política pela Universidade de Bristol (RU) e membro eleito do respectivo Senado. Representante da Federação do Comércio de São Paulo na Europa. Foi docente e investigador nas Universidades britânicas de Bristol, Cardiff e Loughborough. Presidente da Câmara de Comércio Portuguesa e Director da AICEP no RU, Irlanda e América Latina; e Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro dos Negócios Estrangeiros;

Programa

- O que nos diz o Brexit e a Frente Nacional na França sobre o Populismo Europeu?
- Da Lucy à Sophia
- O que se segue?
- Na encruzilhada entre a Minha Tribo e a Nova Atenas? Algumas reflexões finais

Gidron N, Bonikowski B. Varieties of Populism: Literature Review and Research Agenda, in Harvard University Weatherhead Working Paper Series, No. 13-0004; 2013

Inglehart R, Norris P. Trump, Brexit and the Rise of Populism: Economic Have-Nots and Cultural Backlash, Harvard University Kennedy School Working Paper No. RWP16-026; 2016

Cas Mudde (*Populist Radical Right Parties in Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007) argumenta que as muitas formas de Populismo partilham 4 características:

- Democracia radical (vs. Democracia Liberal)
- Anti-elitismo (considerado corrupto)
- Nativismo ou Nacionalismo (considerado puro)
- Autoritarismo (interprete da vontade do povo)

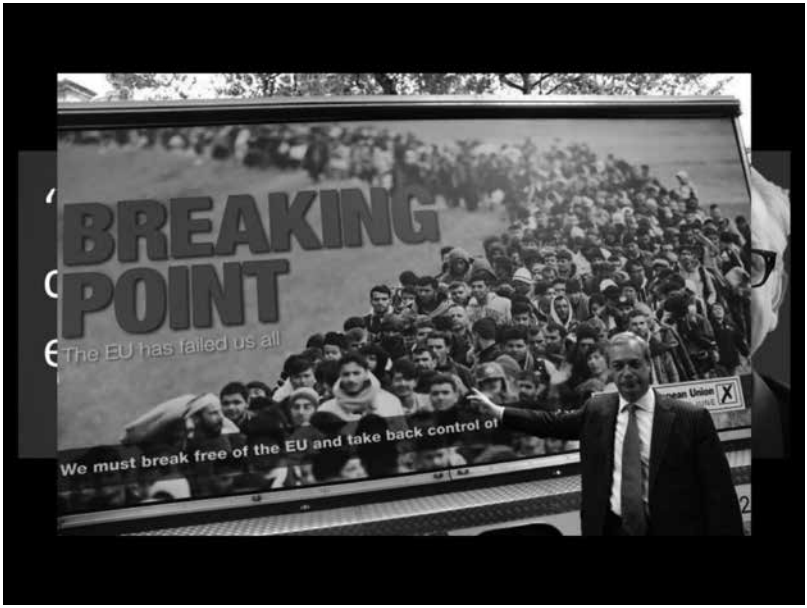
MARINE LE PEN

(Discurso em Fréjus, Setembro 2016)

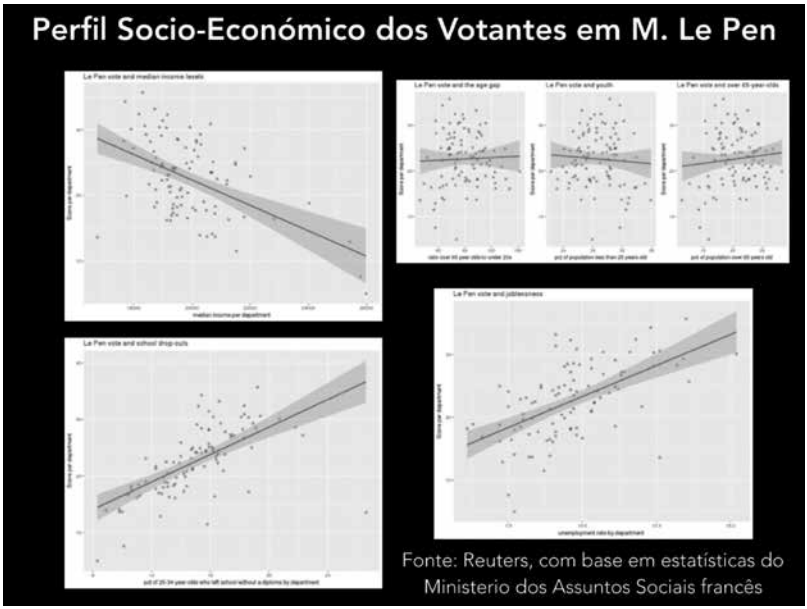
- "A divisão (política) não é entre a direita e a esquerda. A divisão é entre os patriotas e os cosmopolitas"
- A Frente Nacional representa o povo contra a elite económica e cosmopolita
- Fechar as fronteiras, expulsar emigrantes, reforçar as penas de prisão para estrangeiros que cometam crimes num esforço de "proteger a cultura francesa"




‘The people of this country have had enough of experts’
Michael Gove, then secretary of state for Justice


BREAKING POINT
The EU has failed us all
We must break free of the EU and take back control of


The EU has
We must bre
Union


Perfil Socio-Económico dos Votantes em M. Le Pen
Fonte: Reuters, com base em estatísticas do Ministerio dos Assuntos Sociais francês

Perfil Socio-Económico dos Votantes no BREXIT

	Leave (52%)	Remain (48%)
Escolaridade	3º Ciclo do Ensino Básico	Ensino Superior
Grupo Socio-Económico	C2, D, E	A, B, C1
Situação Profissional	Trabalho indiferenciado, aposentado ou desempregado	Estudante, trabalho diferenciado ou muito diferenciado
Idade	Mais de 55 anos	Menos de 44 anos
Cosmopolitismo	Não viajou nos últimos 3 anos	Viajou nos último 3 anos

Fonte: Autor com base em estudos da LSE

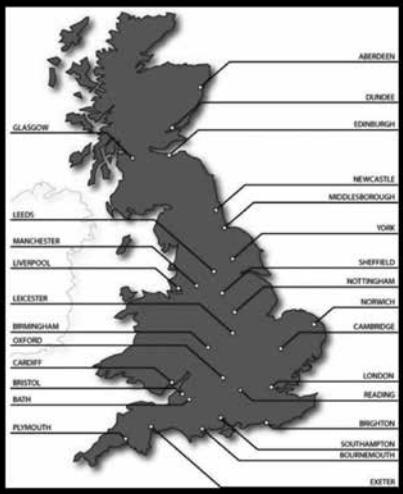
Resultado do Referendo sobre a participação do Reino Unido na UE



Amarelo - Remain
Azul - Leave

Fonte: BBC

Principais Universidades na Grã-Bretanha



DA LUCY À SOPHIA



Changes in Life Expectancy

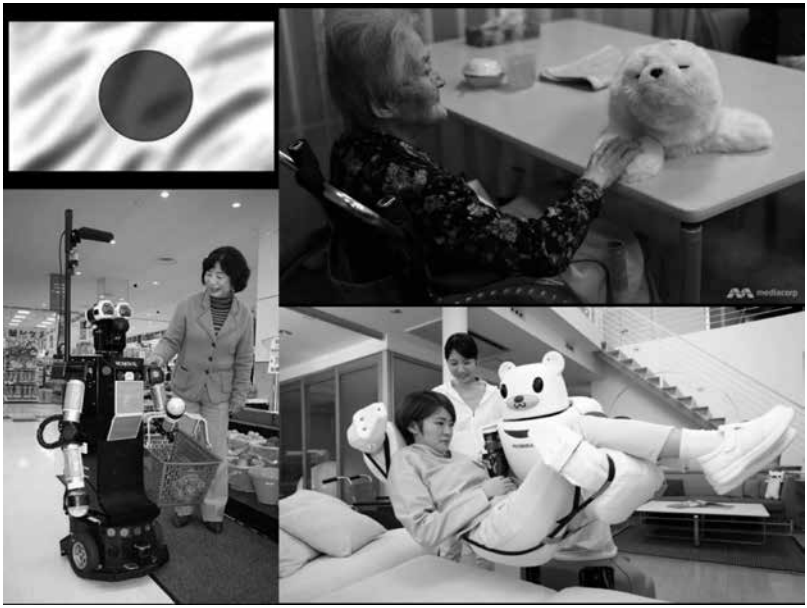
	1900	1950	1980	2000	2030
Japan	<43	62.1	62.1	82.1	85.3
USA	49.3	68.9	74.1	77.4	81.2
Brazil	< 30	50.9	63.3	71.1	77.4
China	≈ 30	40.8	65.5	72.0	77.4
India	< 25	37.4	56.6	62.9	72.6
LDCs		40.8	58.8	64.1	71.5

Ref: The 2006 Revision and World Urbanization Prospects: The 2005 Revision, http://esa.un.org/unpp
Wednesday, March 12, 2008

Atenção dada ao impacto da robótica, automação e inteligência artificial no mercado de trabalho:

- 7 milhões de páginas na internet e 2.6 milhões de artigos científicos
- Estudos realizados pelos governos dos Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Austrália, Holanda, Japão, Coreia do Sul, entre outros
- Estudos realizados pela OCDE, Banco Mundial e World Economic Forum, entre outros
- O Banco Central Europeu organizou uma reunião de todos os Reguladores europeus para debater o assunto em 2015



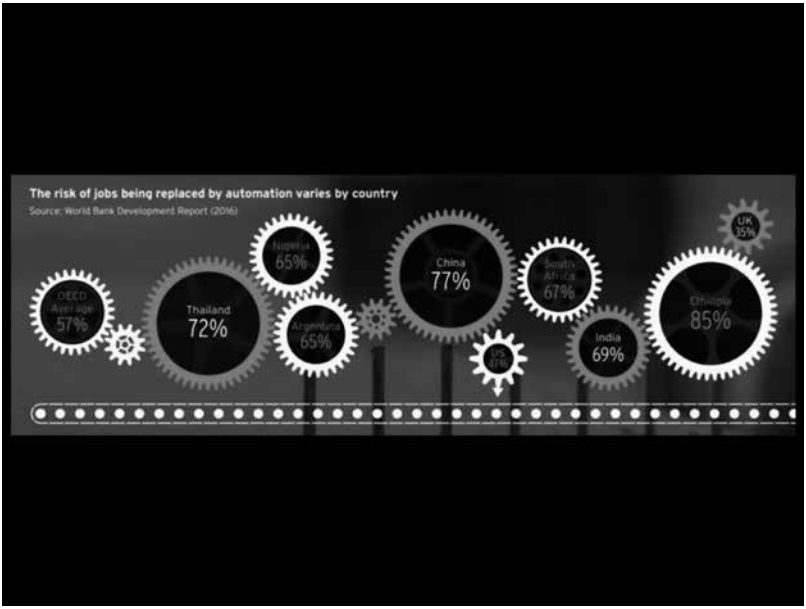


A OCDE prevê que 9% dos empregos nas economias desenvolvidas desaparecerão por efeito directo da robótica e automação

O World Economic Forum fala no desaparecimento de mais de 7 milhões de empregos, contra a criação de pouco mais de 2 milhões nos países do G20. Segundo a FFMS, existiam em Portugal 4.6 milhões empregos em 2016

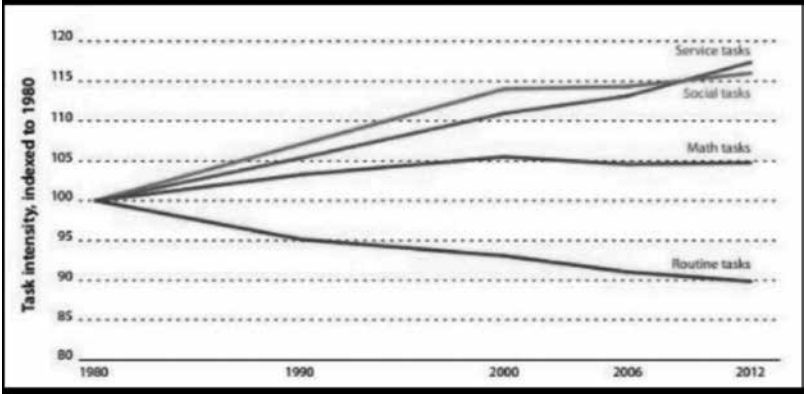
O Institute for Public Policy Research afirma que 3/4 dos trabalhadores não qualificados britânicos não têm capacidade para se adaptarem à robótica e automação

Japan Research Institute sugere que 50% dos empregos poderão ser substituídos em 2035

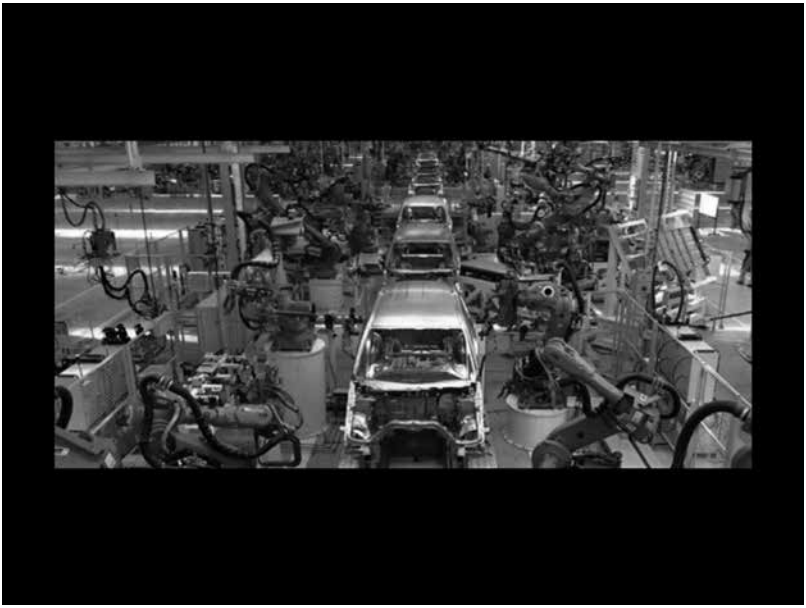

The risk of jobs being replaced by automation varies by country
Source: World Bank Development Report (2016)
OECD Average 57%
Thailand 72%
Nigeria 65%
Argentina 65%
China 77%
South Africa 67%
India 69%
Ethiopia 85%
UK 35%

A Organização Internacional do Trabalho afirma, no entanto, que as previsões mais pessimistas são, de facto, muitos pessimistas, pois a maior parte dos trabalhos da segunda metade do Séc. XXI ainda não foram inventados.

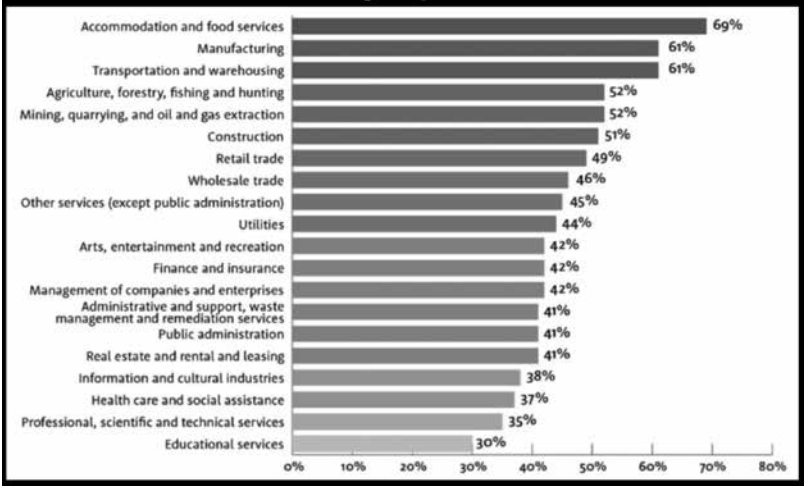
Evolução da Necessidade de Tarefas no Mercado de Trabalho (1980-2012)



Fonte: Hamilton Project in the Brooklin Institute



Percentagem de Atividades com Potencial de Automação por setor



Fonte: McKinsey Global Institute (2017)

Velocidade de Automação Prevista

- Traduzir qualquer idioma	2024
- Montar Legos	2025
- Escrever um trabalho para o Ensino Secundário	2026
- Guiar um caminhão	2027
- Correr 5km em posição vertical	2029
- Trabalhar no atendimento ao público	2031
- Escrever um romance original	2049
- Conduzir operações cirúrgicas	2053

Há 50% de hipóteses da IA ultrapassar os Seres Humanos em todas as tarefas dentro de 45 anos

Há 50% de hipóteses de todas as tarefas estarem automatizadas dentro de 120 anos

Fonte: World Economic Forum



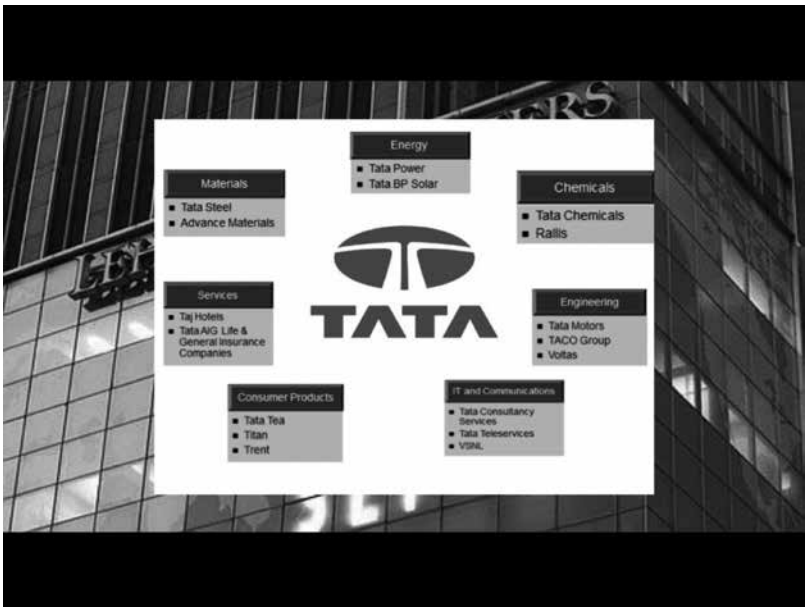
Ludismo


JOB
INTERVIEW
THIS WAY


CICLO
VIRTUOSO




LEHMAN BROTHERS
SEP 15



O QUE SE SEGUE?

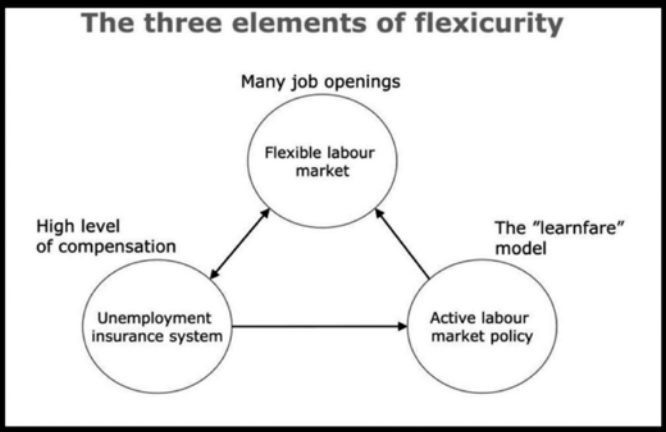
A semana de trabalho deveria ser invertida. Em vez de se trabalhar 5 dias e descansar 2, devíamos trabalhar 2 e descansar 5.

Isso multiplicaria o número de empregos disponíveis

Carlos Slim, Grupo Carso e Fundación Carlos Slim Helú

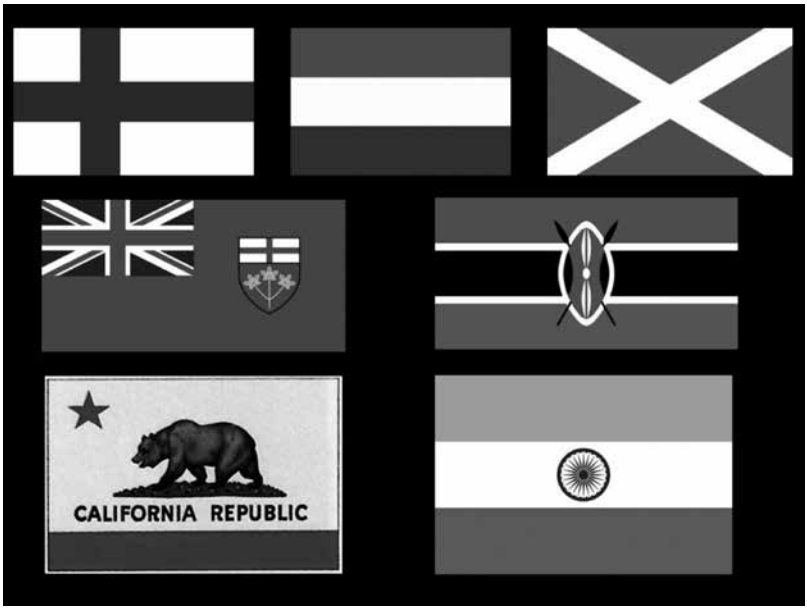


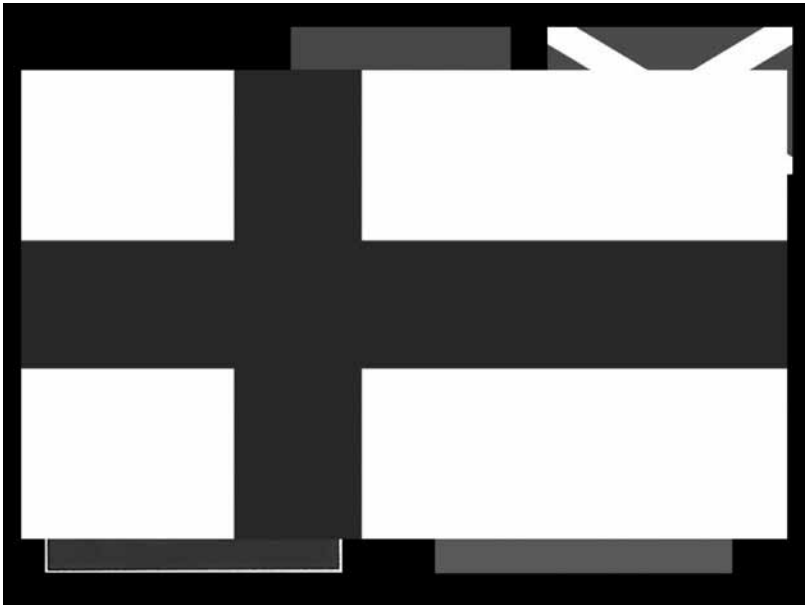
Modelo Nórdico



Fonte: Madson (2001)


Bill Gates*#
Microsoft
Elon Musk*#
Tesla
Marc Benioff*#
SalesForce
Chris Hughes*#
Facebook
Sam Altman*#
Y Combinator
Ross Baird#
Village Capital
* Bilderberg Group
World Government
Summit


CALIFORNIA REPUBLIC



Críticas ao Universal Basic Income

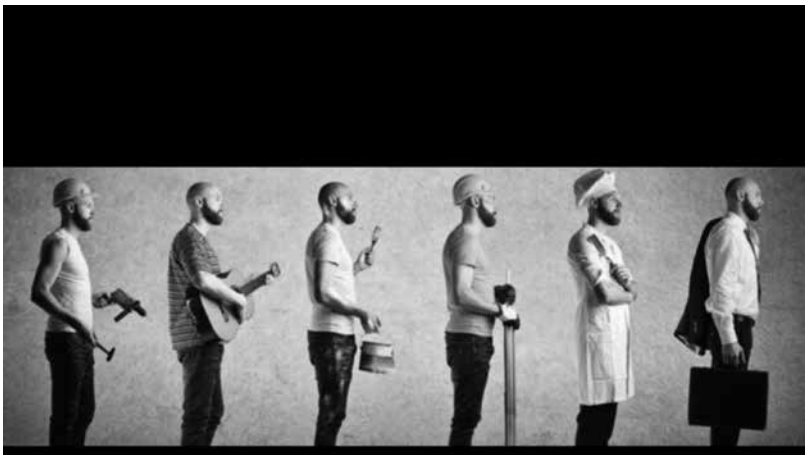
Um UBI - mesmo modesto - exigiria mais recursos que todo o orçamento federal dos Estados Unidos - Cato Institute

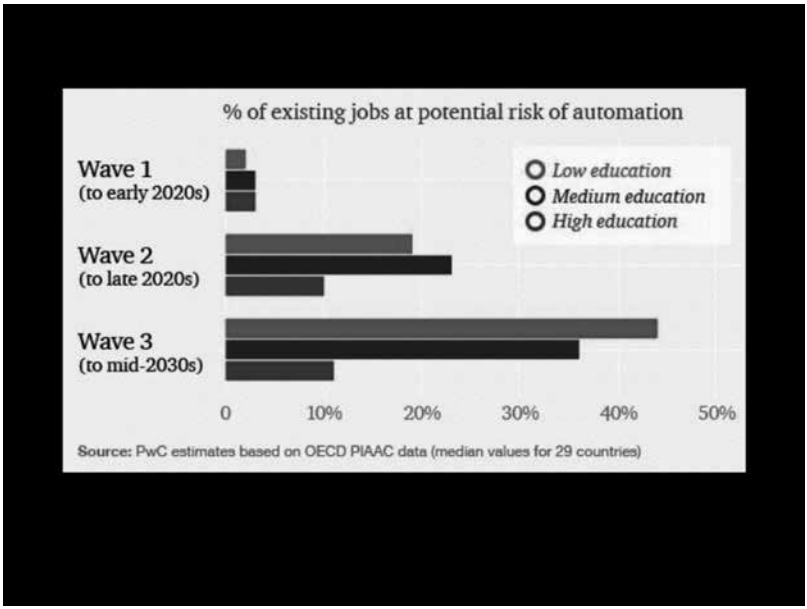
UBI dividiria a sociedade em dois grupos: os que trabalham e os que nada fazem, criando tensões insuportáveis numa democracia - Dan Nidess in The Wall Street Journal

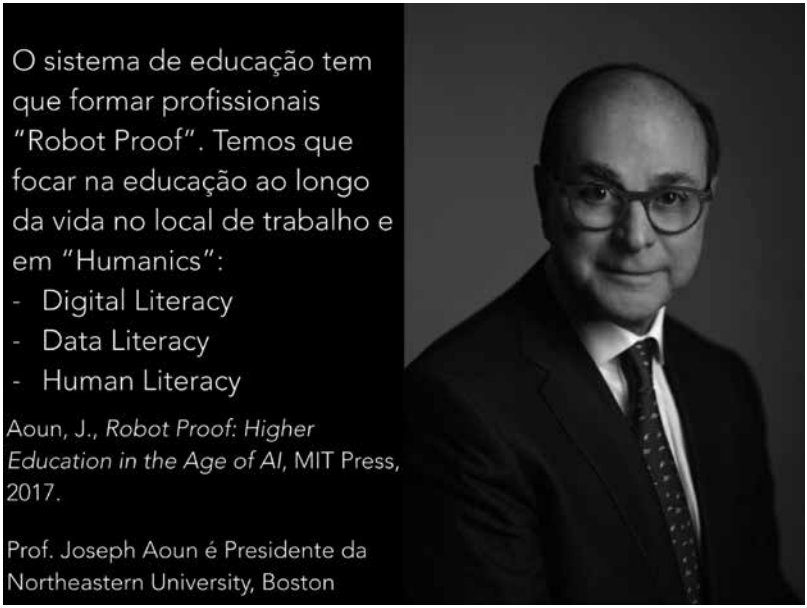
Elogios ao Universal Basic Income

UBI leva a uma mais eficiente distribuição de recursos, dando-os às famílias diretamente - Shanta Devarajan, World Bank and Brooklin Institute

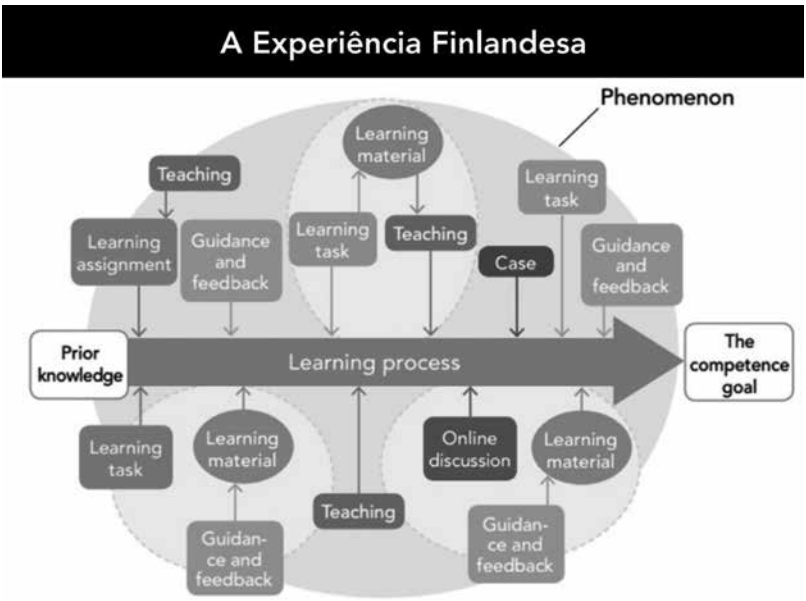
Os benefícios do UBI na qualidade de vida dos mais pobres; na possibilidade de seguir programas de educação ao longo da vida; na criação de uma rede de apoio social efetiva; e na diminuição dos riscos associados ao empreendedorismo ultrapassam os riscos - The Economist

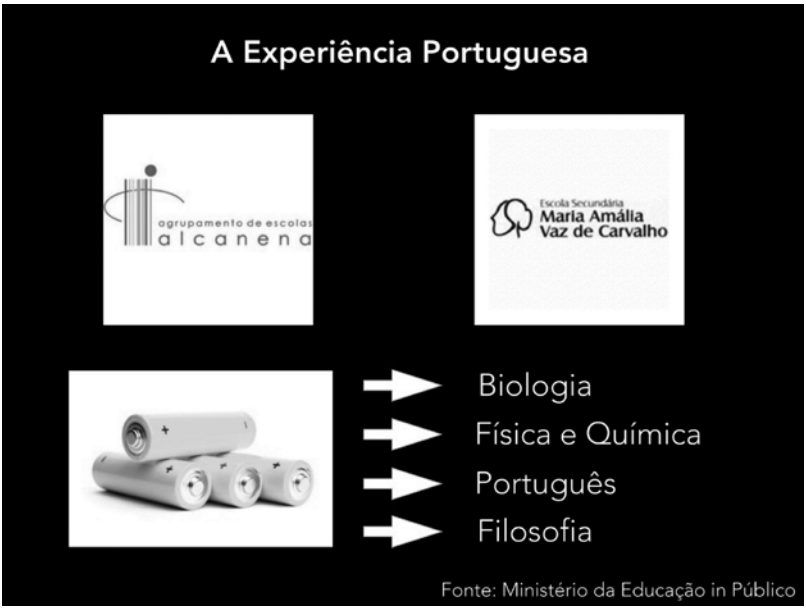



% of existing jobs at potential risk of automation
Wave 1
(to early 2020s)
Wave 2
(to late 2020s)
Wave 3
(to mid-2030s)
Low education
Medium education
High education
0
10%
20%
30%
40%
50%
Source: PwC estimates based on OECD PIAAC data (median values for 29 countries)


O sistema de educação tem que formar profissionais "Robot Proof". Temos que focar na educação ao longo da vida no local de trabalho e em "Humanics":
- Digital Literacy
- Data Literacy
- Human Literacy
Aoun, J., *Robot Proof: Higher Education in the Age of AI*, MIT Press, 2017.
Prof. Joseph Aoun é Presidente da Northeastern University, Boston


Programação informática como matéria obrigatória para alunos com 5 anos de idade
Em alguns Estados, programação informática como matéria obrigatória para alunos com 8 anos de idade
Programação informática como matéria obrigatória para alunos com 4 anos de idade


A Experiência Finlandesa
Phenomenon
Learning material
Teaching
Learning task
Learning assignment
Guidance and feedback
Learning task
Teaching
Case
Guidance and feedback
Prior knowledge
Learning process
The competence goal
Learning task
Learning material
Online discussion
Learning material
Teaching
Guidan-ce and feedback
Guidan-ce and feedback


A Experiência Portuguesa
agrupamento de escolas
alcanena
Escola Secundária
Maria Amália
Vaz de Carvalho
Biologia
Física e Química
Português
Filosofia
Fonte: Ministério da Educação in Público

NA ENCRUZILHADA ENTRE A
MINHA TRIBO E A NOVA ATENAS?



Perfil Socio-Económico dos Votantes no BREXIT

	Leave (52%)	Remain (48%)
Escolaridade	3º Ciclo do Ensino Básico	Ensino Superior
Grupo Socio-Económico	C2, D, E	A, B, C1
Situação Profissional	Trabalho indiferenciado, aposentado ou desempregado	Estudante, trabalho diferenciado ou muito diferenciado
Idade	Mais de 55 anos	Menos de 44 anos
Cosmopolitismo	Não viajou nos últimos 3 anos	Viajou nos último 3 anos

Fonte: Autor com base em estudos da LSE



Algumas reflexões finais

- O impacto da 4ª Revolução Industrial será profundo, será global e está próximo
- Se nada for feito, as suas consequências para o modelo de organização de mercado e para os sistemas democráticos ocidentais serão severas, com o potencial aumento dramático dos excluídos económicos e sociais
- Organizações Internacionais, Estados e organizações da Sociedade Civil terão que trabalhar em conjunto para fazerem face ao impacto da 4ª Revolução Industrial
- A curtíssimo prazo, teremos que encontrar soluções para minorar o impacto social da Robótica, Automação e IA como, entre outras, a reorganização do modelo de trabalho e/ou o Rendimento Universal Garantido
- A curto prazo, teremos que repensar o modelo educativo para desenvolver as qualificações nas áreas onde as máquinas não são concorrenciais e tornar a Educação ao Longo da Vida uma realidade corriqueira
- A médio prazo, teremos que repensar o que a sociedade considera uma cidadania produtiva, que hoje está ligada a resultados econométricos e mensuráveis
- Atendendo à velocidade das mudanças, não há longo prazo…



OBRIGADO




Justitia et pax osculatae sunt

Nelson Mandela – referência e legado recordados no centenário do seu nascimento[1]

Prof. Adriano Moreira[2]

Quando falamos de "santidade", no âmbito de uma tradição religiosa, temos a tendência para consagrar o sentido da palavra ao conjunto daqueles que reconhecidamente, pelas instâncias competentes, se dedicaram "exclusivamente à oração", tendo um comportamento de autenticidade da relação dela com a intervenção no mundo em que lhes aconteceu viver. De facto, aquilo que reconhecidamente necessitamos hoje, perante a falta de governança do que chamamos globalismo, e do encontro inevitável de todas a etnias, culturas, crenças, e falta destas, é que tal virtude, no dizer do Dalai Lama, é mais necessária do que apenas a prática reconhecida pelas "religiões tradicionais".

Para tentar manter o tema com uma dimensão que ultrapassa o âmbito da doutrina e da ação católica, começarei por recordar palavras do lembrado Dalai Lama, que me levaram a juntar os nomes de Mandela, do Mahatma Gandhi, e em nossos dias mais recentes, de Luther King, o último assassinado ao pregar o seu – I Have a dream, o penúltimo assassinado quando e porque pregava a união da igualdade entre hindus e muçulmanos na Grande Índia, e Mandela dando o exemplo de pregar e praticar a igual dignidade dos

[1] Comunicação apresentada na sessão de 25OUT2018 realizada no Instituto Dom João de Castro;

[2] Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa. Presidente da Academia Internacional de Cultura Portuguesa. Presidente e co-fundador do Instituto Dom João de Castro. Membro Honorário da Academia de Marinha. Presidente Honorário da Sociedade de Geografia de Lisboa;

homens, com o perdão intimo de todas as amarguras que sofrera pela vigência do regime que se chamou apartheid na África do Sul. Serão certamente inspiradoras de meditação estas palavras de Dalai Lama, que há anos tive a honra de apresentar no auditório da Reitoria da Universidade de Lisboa, e que retiro da entrevista que concedeu a Franz Alt, publicada com o título "Um Apelo ao Mundo" (20-20 Editora, 2018) e que são os seguintes: "O Mahatma Gandhi era um homem profundamente religioso, mas também tinha uma mente secular. Nas suas sessões diárias de oração liam-se e cantavam-se textos de todas as grandes religiões e fontes de saber.

Gandhi era um grande amigo de Jesus e do pacifismo que revelou no Sermão da Montanha. É o meu modelo porque incorporou essencialmente a tolerância religiosa. Esta tolerância possui raízes ancestrais na Índia. A Índia alberga hindus, muçulmanos, cristãos, sikhs, jainistas, budistas, zoroastrianos, agnósticos, e ateus, e vivem juntos pacificamente – com poucas exceções". É por isso que não são inoportunas, e exclusivamente inspiradas pela fé católica de que é Papa, estas palavras do Francisco, Bispo de Roma, recolhidas por Paulo Neves da Silva (*Papa Francisco, Frases e Reflexões*, 20/20 Editora, Lisboa, 2017): "Não são as coisas exteriores que nos fazem santos ou não santos, mas é o coração que expressa as nossas intenções, as nossas escolhas, as atitudes exteriores são a consequência do que decidimos no coração, mas não o contrário… A fronteira entre o bem e o mal não passa fora de nós, mas sim, dentro de nós".

Não obstante tal doutrina ter herdado o legado da chamada Doutrina Ibérica da Paz, resultante do ensino das Universidades de Coimbra, de Évora, de Salamanca, o contexto das etnias e culturas diferentes produziu uma teoria de *mitos raciais*, que certamente tiveram mais de uma manifestação da relação de subordinação que na expressão mais severa foi a *escravatura*, praticada por europeus, africanos, orientais, este ajudando a construir, sob a direção dos Brancos, o que são hoje os EUA, que se povoaram de emigrantes europeus depois de extinguirem os nativos em que avultava a grande Nação dos Iroqueses, e a escravatura que exigiu uma guerra civil para ser extinta, e mais tempo para terminar com a descriminação de que foi vitima o também santo Luther King. Tais mitos raciais, que incluíram os mitos dos negros, dos mestiços, dos judeus, dos arianos, têm relevo nas memórias dos vivos no exercício brutal do nazismo, que tornou esdruxula a tradição antiga da própria Europa, mas sobretudo na África e, nesta, pelo regime do Apartheid que Mandela teve de enfrentar.

A superioridade que os brancos se atribuíam tem não apenas, neste caso, motivações económicas, mas é menos explicável que os atingidos

pelos mitos de superioridade branca tenham em muitas regiões considerado que tal cor era preferível à sua. Recentemente, Martin Jacques, "visiting fellow at the London School of Economics", dedicou parte das suas longas investigações à busca das razões pelas quais as tendências ocidentais da moda, do vestuário, da estética feminina, sejam facilmente adotadas pelas regiões que foram colonizadas pelos ocidentais, procurando aproximar a cor das peles diversas, das técnicas embelezadoras das mulheres brancas (Martin Jacques, *Quando a China Mandar no Mundo*, Circulo de Leitores, Lisboa, 2012). Trata-se de um escritor que evidentemente não dá apoio a nenhum mito racial, mas este tema passou a ter interesse quando os europeus tendem para ser uma minoria nesta "terra casa comum dos homens" se a demografia continuar no sentido atual. É a destes homens, aos quais atribuo santidade, que também me parece existir nos lideres europeus que procuraram, depois de viver a guerra de 1939-1945, organizar a Europa e o Ocidente sob o sonho de "nunca mais".

Mas foi esse sonho de "nunca mais" que marcou a intervenção de Mandela no mundo em que lhe aconteceu viver. Membro de uma família nativa, mas da nobreza local, advogado de profissão, começou por se envolver nos movimentos contra a discriminação racial quer na África do Sul, membro da Comunidade Britânica, assumiu a maior gravidade, num território com grande tradição de nacionalismo de brancos, como já notei há anos, até contra a Inglaterra considerada potência conquistadora de um território já então dominado por brancos. O artigo XI do Estatuto do Herenigda Nazionale Partis declara o seguinte: "O partido considera-se o mandatário cristão da raça europeia e faz desta princípio da sua política, em face das raças não europeias. De acordo com este princípio, dará às raças não europeias a oportunidade de se desenvolverem no seu próprio território segundo as suas aptidões e capacidades naturais e assegurar-lhes um tratamento razoável e justo por parte da administração do país, mas é absolutamente oposto a qualquer mistura de raças europeias e não europeias". O partido declara-se ainda a favor da separação territorial e política dos indígenas, assim como da separação dos europeus e dos não europeus em geral no domínio residencial e, quanto possível, no domínio industrial. Propondo, por outro lado, proteger todos os grupos de população contra a imigração e contra a concorrência asiática, entre outras, impedindo novas intervenções e aplicando um plano prático de "segregação asiática".

Pretendeu assim que "o apartheid" é a garantia da paz racial, indo ao ponto de assegurar que a sua política nascera da experiência da população estabelecida no país, e que era fundada sobre os princípios cristãos da

justiça e da equidade: "ela tem por objetivo a manutenção e a proteção da população branca do nosso país enquanto raça branca pura, a movimentação e a proteção dos grupos raciais indígenas enquanto entidades nacionais separadas, tendo a possibilidade de se desenvolverem nos limites do seu setor em sociedades nacionais independentes, e o encorajamento da fidelidade nacional, do respeito mutuo no seio das diversas raças do país…".

Em suma, a subordinação perpétua. Foi aqui que Gandhi teve a primeira experiência do que era a subordinação racial-colonial, e não posso deixar de recordar uma experiência pessoal (Adriano Moreira, *Política Ultramarina*, Junta de Investigação do Ultramar, 1961, Lisboa). Quando, nas funções de Ministro do Ultramar, visitei Moçambique, existia a prática diplomática de o Ministro Português fazer uma visita de cortesia ao Governo da África do Sul. Tinha já revogado o Estatuto dos Indígenas. Recebi a visita do Embaixador da África do Sul em Lisboa, pedindo-me que omitisse a visita: e isto porque a revogação do estatuto dos indígenas arriscava uma revolta da população muita dela emigrante de Moçambique, mas a trabalhar desumanamente nas minas. Respondi-lhe que esperava, deixando uma nota escrita no arquivo do português Ministério do Ultramar, que nenhum futuro Ministro português visitasse por cortesia a África do Sul enquanto vigorasse o regime do Apartheid.

Anos antes, em visita apenas de estudo, acompanhado pelo meu condiscípulo, amigo, e futuro colaborador, Vicente Loff tinha visto o espetáculo dos bancos separados, das entradas por exemplo para a estação do Caminho de Ferro separadas, da numerosa mão de obra negra que de manhã entrava na cidade para os serviços indispensáveis mas modestos, a saída ao fim da tarde para os seus serviços específicos. Também assisti ao espancamento de um negro pelo dono de uma pastelaria, onde tomamos o pequeno almoço, porque, fascinado pela exposição dos bolos na montra, se distraíra a dar um passo dentro do estabelecimento. Mas a recordação mais viva que tenho, foi a de, quando pisando o Adamastor, vendo a linha de encontro do Atlântico com o Índico, pude ver a Ilha e cadeia onde Mandela passou toda a juventude, pregando muitas vezes pelo silêncio, sempre pelo exemplo, e progressivamente pela santidade.

Vencedor da luta política, sempre orientado pelo espírito de santidade, afastado da família, dos filhos, do mundo, saiu da cadeia proclamando – somos todos sul-africanos. Os EUA tiveram de esperar por Obama para terem um chefe de Estado negro a proclamar – somos todos americanos. É notável, e talvez único em relação à ação não triunfadora de Gandhy, a Política de Perdão e Reconciliação que desenvolveu.

Como notou o seu Biógrafo Anthony Sampson (Mandela, Harper Collins Publishers, Harper Collins, Londres, 1999), "certamente o testemunho de Mandela revela um profundo político muito além do antes sonhado. Sob a pressão da sua apreciação e a triunfadora tempestade política, ele respondeu ao desafio com total contento". Nunca esquecendo a sua aristocrática ascendência, tendo sido preso depois de conhecer e se comprometer com os guerrilheiros, ao tomar o poder, em 1994, lidou tranquilo com a frieza de Klerk que vencera, visitou, honrando, a estátua de Hendrik Werwoerd e a sua viúva, visitou o Presidente P. W. Botha que o tinha mantido décadas na prisão, não lhe escapou festejar o triunfo de Springbok, clube de brancos, no desafio de rugby para a Copa Mundial, tratou humanamente a sua ex-mulher Winie, conviveu com Clinton como amigo, fez a sua visita de Estado, cordialmente, à Rainha de Inglaterra, e reconstituíra a sua humana sentimental idade casando com Graça Machel, e deixando com grandeza o poder como presidente do ANC, em Dezembro de 1997, a Thabro Mbeki.

Nas suas três décadas de prisão, a santidade marcou a conduta do estadista quando, em 29 de Março de 1999 fez o discurso de adeus no Parlamento, definindo a sua geração como "uma para a qual a realização da democracia era o desafio definidor"; e o seu considerado mais acérrimo crítico, Constand Viljoen, no Freedom Front, viu-o como um líder, como Gandhi ou Dalai lama, "nascido com uma espécie de carisma que parece transcender os políticos desse tempo". Finalmente parece-me oportuno ler parcela significativa do livro de memórias de Zelda Grange, uma jovem branca, educada em família partidária do Apartheid, e que, feita secretária de Mandela se converteu ao seu extraordinário fascínio, e escreveu o seguinte depois da sua morte:

"Quando voltei de carro de Qunu para Umtata, já depois das 10 da noite, uma Lua maravilhosamente bela ergueu-se por cima das colinas de Umtata. A Lua cor de laranja mais brilhante que vi na vida. Dei-me conta de que naquele momento era apenas uma rapariga africânder a conduzir o seu carro de Qunu para Umtata sozinha. Madiba teria insistido que um agente me acompanhasse, preocupado como andava sempre com a minha segurança. Pensar nisso fez-me sorrir. Mas continuei de olho na Lua e constatei que ele tinha eliminado todo o medo que havia em mim. Eu tinha finalmente crescido. Há 20 anos seria incapaz de percorrer aquela estrada sozinha a meio da noite. Mas o Transkei, como antigamente lhe chamavam, infiltra-se em nós. Passa a fazer parte de nós. Há 20 anos tinha medo de tanta coisa – da vida, de negros, daquele negro e do futuro da África do Sul – e agora já não me deixava convencer nem influenciar pelas ideias de medo dominan-

tes. Era a minha própria pessoa. Madiba dera-me paz e também liberdade. Livrara-me dos grilhões dos meus próprios medos. Ele tinha libertado o negro, mas o branco também. Sentia-me leve, livre e agradecida por ter tido por professor Nelson Mandela. Sofrera muito com a perda dele, mas ganhara igualmente muito e conduzi até Umtata a conversar com ele e a olhar para a Lua brilhante."

IDJC, 25/10/2018



A Língua Portuguesa e as Línguas Maternas de Angola[1]

Prof.ª Fátima Moura Roque[2]

Introdução
Da Colonização à Independência de Angola
Pluralidade Linguística em Angola – um país pluricultural e pluriétnico
O Português adaptado à realidade de Angola
O Ministério da Cultura de Angola e as Línguas Maternas

1. Introdução

Como podemos observar em qualquer cultura, atravessando épocas e lugares geográficos, a língua não é apenas uma forma de veicular informação, é igualmente um instrumento de poder, de desafios, bem como de registo de memórias e de novos caminhos a serem construídos e experimentados com liberdade.

"Ao longo da história da humanidade, é possível observar o domínio de um grupo social sobre os outros por estratégias diferenciadas de imposição de uma língua. Quem domina procura regular mecanismos linguísticos expressivos da cultura para fazer (re)significar a realidade de outra maneira" (Quinta, Brás e Gonçalves, 2017, p. 139 e 141). As línguas evoluem e adaptam-se ao longo do tempo, "daí a possibilidade de se escrever uma

[1] Comunicação apresentada na Academia das Ciências de Lisboa, no Colóquio sobre a "Unidade e Diversidade da Língua Portuguesa", realizado em 10SET2018;

[2] Professora convidada da Universidade Católica Portuguesa; Membro da Academia das Ciências de Lisboa;

história da liberdade e da escravatura a partir das línguas" (Foucault, 1998, p. 141); e, como refere Kristeva (1999, p. 13), a linguagem é a "chave do homem e da história social, como via de acesso às leis do funcionamento da sociedade".

A língua portuguesa chegou a Angola em 1492 com as caravelas de Diogo Cão, tendo ali passado por diferentes fases: língua de exploração, língua de escravização, língua de dominação, língua de colonização e língua de vivência comum entre todos os angolanos…

Aprender a falar línguas maternas é uma condição fundamental para a afirmação da identidade cultural de um Povo. Significa também contribuir para a consolidação da independência alcançada, muitas vezes de forma cruel e sangrenta e muitas outras com esforço e sacrifício. O conhecimento dessas línguas pode ajudar a curar feridas profundas abertas durante conflitos e guerras civis, facilitando a verdadeira reconciliação nacional, e pode ainda revelar-se uma característica positiva da globalização, desde que as línguas nacionais sejam inseridas no processo de desenvolvimento das regiões – pois várias dessas línguas são regionais.

2. Da Colonização à Independência de Angola

Desde a época dos Descobrimentos que a língua portuguesa foi "imposta" em todo o território angolano.

Na 1.ª República Portuguesa (1910-26), o então governador de Angola, José Mendes Ribeiro Norton de Matos, através do Decreto n.º 77, com o objectivo de expandir e fixar/enraizar a língua portuguesa, proibia o ensino das línguas angolanas nas escolas – o que traduzia uma **política da eliminação** das línguas nacionais.

> "Art. 1.º – É vedado na catequese das missões, nas suas escolas e em quaisquer relações com os indígenas, o emprego das línguas indígenas por escrito;
>
> Art. 2.º – Não é permitido ensinar, nas escolas das missões, línguas indígenas;
>
> Art. 3.º – O uso da língua indígena só é permitido, em linguagem falada, na catequese."
>
> (Decreto n.º 77, de 9 de Dezembro de 1921)

Mais adiante, de 1920 a 1958, verifica-se a implementação de uma **política de segregação**. Existia uma separação entre escolas reservadas aos civilizados (brancos, alguns mestiços) e escolas para indígenas. "Na fase de 1958 a 1960, é possível observar uma nova situação no ensino colonial, que teve como antecedentes a assinatura, em 1941, do Acordo Missionário. Este Acordo entregava às Missões Católicas a responsabilidade integral do ensino para indígenas, então designado como "ensino rudimentar" e, mais tarde, como "ensino de adaptação". As suas escolas foram reconhecidas como oficiais.

No período pós-Segunda Guerra Mundial, as potências colonizadoras vão dando independência às colónias. A Organização das Nações Unidas (ONU) vai nesse sentido e recomenda que Portugal siga o mesmo caminho. A admissão de Portugal na ONU, em 1955, foi atrasada devido à Guerra Fria. Quando essa admissão se verificou – através do *package deal* que permitiu a entrada de novos membros –, o Secretário-Geral da ONU enviou em 1956, ao governo português e aos outros 15 Estados Admitidos, uma carta, questionando a cada país "se administra territórios que entrem na categoria indicada no artigo 73.º da Carta [das Nações Unidas]". A resposta foi analisada e ponderada por Salazar e pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Cunha. Para ultrapassar a questão, na resposta, declararam que "Portugal não tem colónias mas sim províncias ultramarinas" (Quinta, Brás e Gonçalves, 2017, p. 145).

Em 1961, começava a luta armada pela independência de Angola. Em 1962, era abolido o **Estatuto de Indigenato de 1878,** reconhecendo que todos os negros teriam o estatuto de cidadão.

O chamado Estatuto do Indígena definia os direitos e os deveres dos indígenas nas colónias portuguesas e foi abolido na sequência das reformas preconizadas em 1962 por Adriano Moreira, então Ministro do Ultramar. O grande objectivo era um acesso mais fácil à cidadania portuguesa, sendo que a nova lei estabelecia três grupos populacionais: os indígenas, os assimilados e os brancos.

O Português de Angola era considerado pelos seus cidadãos uma língua de prestígio, de relações sociais e de transações económicas, *i.e.*, atribuía peso social e dava poder a quem o falava correctamente.

Angola tornou-se independente de Portugal a 11 de Novembro de 1975 e iniciou-se a guerra civil (1975-1992).

3. Pluralidade Linguística em Angola – um país pluricultural e pluriétnico

Angola é um país de multiplicidade e da pluralidade linguística, um país pluricultural e pluriétnico. Esta complexidade exige políticas que enfrentem o desafio de construir e consolidar a unidade nacional, com base no respeito pela diversidade.

O primeiro presidente de Angola foi Agostinho Neto (1922-1979). Já na sua tomada de posse como presidente da fundação da União dos Escritores Angolanos, em 1977, Agostinho Neto afirmou a importância da defesa do multilinguismo e das línguas africanas em Angola.

Décadas depois, a Constituição da 3.ª República angolana, aprovada em 5 de Fevereiro de 2010, prevê no artigo 19 a seguinte política linguística:

> "1. A língua oficial da República de Angola é o português.
>
> 2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional."
>
> (Cristine Görski Severo, 2015, p. 7, NUER-Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas).

Este processo de adopção da língua do país colonizador como língua oficial foi comum a quase todos os países africanos. Em Angola, disseminou-se de tal maneira que muitos tiveram o Português como a única língua. Vários factores contribuíram a favor desta situação: a política assimiladora da colonização, a presença maciça de colonos portugueses em todo o território e a fixação de militares no interior do País.

(ver em Edmundo o desenvolvimento deste tema, 2014)

No período pós-Independência, especialmente nas décadas subsequentes (devido ao conflito armado), a língua portuguesa transformou-se num elo de consolidação da unidade nacional, devido à da fuga de populações rurais para as cidades – em particular, para Luanda – levando ao seu desenraizamento cultural e motivando a rápida adopção do português.

Apesar de o Estado angolano defender as línguas nacionais como "suporte e veículo das heranças culturais" que "exigem um tratamento privilegiado, pois constituem um dos fundamentos importantes da identidade cultural do povo angolano" (lê-se no preâmbulo da Resolução 3/87, de 23 de Maio de 1987, do Conselho de Ministros da então R.P.A.), o Estado nacional reforçou o uso do Português, o que se verificou no exército, no sistema escolar, no sistema administrativo, nos meios de comunicação, no

sentido de valorizar, portanto, a unificação do país – permanecendo o português como a língua unificadora.

O Ministério da Administração do Território (MAT), de Angola (lê-se na mesma resolução) – cujo titular da pasta era o professor universitário Bornito de Sousa (hoje Vice-Presidente de Angola) – ficou então responsável pelo instrumento legal de eliminar os "ruídos" na grafia dos nomes das localidades do interior, muitas vezes relacionados com nomes em línguas bantu, bem como de estabelecer bases legais sobre as escrita e o alfabeto das línguas nacionais. (ver Embaixada de Angola em Portugal)

O Instituto de Línguas Nacionais (ILN), foi criado em 1978, sendo uma das suas atribuições o estudo científico das línguas nacionais faladas em Angola. Dois anos mais tarde, a resolução nº 3/87 de 23 de Maio de 1987 aprovou os alfabetos das seis línguas bantu na sequência do trabalho realizado pelo ILN.

"As línguas nacionais angolanas foram introduzidas no sistema oficial de ensino a partir do ano lectivo de 2006, começando pelos primeiros anos de escolaridade, segundo o [então] vice-ministro da Educação, Pinda Simão."

Em 2011, foi aprovada a Lei do Estatuto das Línguas Nacionais de Origem Africana, que teve como principal objectivo promover a inclusão social, fortalecer a unidade na diversidade e o pluralismo cultural e linguístico.

As principais línguas nacionais em Angola são: umbundu, kimbundu, kikongo, chókwe, kwanyama e nganguela. Estas línguas pertencem a duas famílias diferentes: Bantu (englobando a maioria das línguas angolanas) e Khoisan (não-bantu, uma minoria em cuja língua são usados cliques como fonemas). Além das línguas, há centenas de dialectos falados em Angola. As línguas angolanas são faladas principalmente nos meios suburbanos e no interior do país, sendo grande parte dos angolanos bilingues ou multilingues. A língua mais falada é umbundu, seguida do kimbundo, do kikongo e chókwe. Segundo Daniel Sassuco, coordenador e professor do Departamento de Línguas Angolanas da UAN – Universidade Agostinho Neto, a situação etnolinguística de Angola pode ser resumida da seguinte forma:

A língua **umbundu** é falada pelo povo **Ovimbundu**; a língua **kimbundu** é falada pelo povo **Ombundu**; o terceiro grupo, **Bakongo**, fala a língua **kikongo**; a quarta população é **Tutchokwe**, cuja língua é o **chókwe**. O quinto é o grupo **Kwanhama**, cuja língua é o **kwanhama**, com ocorrência na província do Cunene, com uma incursão no Kuando Kubango. Seguem-se os **Vanhaneca**, que têm dois grupos maioritários, **Vanhaneca**

e **Vacumbi**, na província da Huíla. A língua deste grupos é o **nhaneca**, registando-se as variantes **kumbi** e **lunhaneca**, entre outras, no interior. Temos ainda outro grupo populacional, os **Vanganguela,** no Kuando Kubango, cuja língua é o **ngangela**

(Professor Zavoni N'tondo em 2006, tese de doutoramento sobre a morfologia e a sintaxe da língua Nganguela. Entrevista com Professor Daniel Sassuco, em 2014, por Cristine G. Severo no contexto do projecto de investigação "Kadila: Culturas e Ambientes", coordenado pela Professora Ilka Boaventura Leite – NUER/UFSC).

Os **Ovimbundo**, o grupo etnolinguístico mais numeroso (língua **umbundu**), são oriundos do sul e do centro de Angola. O planalto central que representam inclui as três províncias maioritárias: Benguela, Huambo e Bié. A língua umbundu tem algumas incursões nas províncias da Huíla, Namibe, bem como em Kuando Kubango, Kuanza-Sul, Malange e Moxico.

O segundo grupo etnolinguístico, **Ombundu** (cuja língua é **kimbundu**), ocupa o centro-norte – no interior temos Malange, Kuanza--Norte e Bengo. É a língua da capital do País e do antigo Reino dos N'gola, com incursão na parte maioritária do Kuanza-Norte e do Kuanza-Sul e pequenas incursões nas regiões dos Bakongo.

A terceira língua é o **kikongo,** do grupo etnolinguístico **Bakongo**, que ocupa todo o norte de Angola, das províncias de Cabinda, Zaire e Uíge. A língua kikongo era a língua do Reino do Congo, sendo falada nas regiões transfronteiriças, *i.e.*, na República Democrática do Congo (Kinshasa), na República do Congo (Brazzaville) e numa parte da República do Gabão.

A quarta população, constituída pelos **Tutchokwe**, tem como língua o **chókwe**. Este grupo etnolinguístico encontra-se na parte leste de Angola, nas províncias da Lunda-Norte, da Lunda-Sul e do Moxico, e a sua língua tradicional tem ganhado preponderância, em relação a outras línguas faladas no leste do país. É também falada em outros países africanos, como é o caso da RDC e da República da Zâmbia.

Os **Kwanhama**, cuja língua é o **kwanhama**, são um outro grupo etnolinguístico, de origem bantu, cujas línguas são faladas nas províncias da Huíla, do Namibe, do Cunene e numa zona do Kwando Kubando. É um povo transfronteiriço, encontrando-se numerosas populações na República da Namíbia.

Os **Vanheca**, que apresentam dois grupos maioritários, **Vanheca** e **Vacumbi**, na Província da Huíla, falam a língua **nhaneca**, com as variantes **Kumbi** e as variantes **Lunhaneca**, no interior. Temos ainda outro grupo, os **Vanganguela** no Kuando Kubando, cuja língua é o **nganguela**.

A esmagadora maioria dos angolanos (perto de 90%) é de origem bantu, havendo no entanto mais dois grupos os **Khoisan** (não-bantu) e os **Kuvale**, nas regiões sul e sudoeste de Angola, respectivamente.

Também conhecidos por bosquímanos, os representantes do povo **Khoisan** habitam no sul de Angola e falam línguas específicas desse grupo etnolinguístico, chamadas "san". Ainda preservam hábitos, usos e costumes do nomadismo. Subdividem-se em cerca de 15 subgrupos e estão dispersos nas províncias da Huíla, do Namibe, do Cunene e do Kuando Kubango.

Há ainda grupos transumantes, como o caso dos pastores do sul, os **Kuvale**, cuja língua tem o mesmo nome, que se encontram no deserto do Namibe, no sudoeste de Angola.

Cada região tem uma língua representativa. E é através dessa língua que o povo comunica diariamente, juntamente com a língua portuguesa. Temos, assim, nove grupos etnolinguísticos principais, cujas línguas têm o estatuto de línguas nacionais. Numa primeira fase foram sendo divulgadas na comunicação social, numa rádio exclusiva, a "Ngola Yetu" ("Nossa Angola"), cujos programas são todos falados em línguas nacionais.

Numa outra vertente, o Professor Sassuco, Coordenador do Departamento de Línguas e Literaturas / Línguas Angolanas da Universidade Agostinho Neto, tem investigado e ensinado desde 2004 as línguas chókwe, umbundu, kimbundu e kikongo. Estas línguas têm sido também alvo de políticas de ensino nas regiões leste (chókwe), sul (umbundu), centro-oeste (kimbundu) e norte (kikongo). Há também outras iniciativas de difusão das línguas angolanas, inclusivamente através de plataformas digitais, como o projecto EVALINA, criado em 2013 e divulgado inclusivamente numa página de uma rede social (https://www.facebook.com/projectoEvalina)

(Cristine Görski Severo, 2015, n.º 13, NUER, p. 9).

Embora as línguas nacionais continuem a ser as línguas maternas da maioria da população angolana, o português é a primeira língua de cerca de 36% dos angolanos – sendo muito superior em Luanda – e 78% afirmam usá-lo como segunda língua, de acordo com o censo de 2014.

"A população caucasiana, maioritariamente de origem portuguesa, povoa densamente as grandes cidades e tem o português por língua materna, com uma predominância de, aproximadamente, 3% da população angolana." (Nzau, D. *et al.,* 2002, in *Chicumba*, 2014, p. 245)

Segundo Nzau, D. *et al.* (2002), "a existência de um número considerável de falantes das línguas francesa e inglesa [é] explicada pelas migrações relacionadas com o período de luta de libertação nacional e pelas afinidades com as vizinhas Repúblicas do Congo (Brazzaville) e Democrática do

Congo (Kinshasa), e falantes de espanhol, como consequência da presença cubana e de quadros angolanos formados (…) naquele país".

Já em 2009, o Relatório Mundial da UNESCO apontava para (entre outros aspectos relacionados com o desaparecimento de muitas outras línguas a nível mundial) o crescimento das línguas veiculares (particularmente o inglês) aos processos de globalização.

4. O Português adaptado à realidade de Angola

O português sendo a língua oficial e do ensino e um dos factores de unificação e integração social, também se encontra em permanente transformação, devido ao contacto com as línguas nacionais e a criação de novas palavras e expressões, adaptando-se cada vez mais à realidade angolana. Alguns exemplos: "kota", "caçula" ou "bazar" que advêm de vocábulos kimbundu, "dikota" (mais velho), "kasulé" (o filho mais novo) e "kubaza" (fugir), respectivamente. Há outros já dicionarizados na língua portuguesa como, por exemplo, "batuque", "bué", "gingar", "ginguba", "missanga", "moleque", "machimbombo", "bunda", "catinga", "mocambo", "tanga", "xingar", "geleira", "mata-bicho"…

"Angola não desenvolveu uma única língua de comunicação nacional homogénea, à semelhança do crioulo (…) preservando este papel à hegemonia da língua portuguesa que é caracterizada por uma estratificação regional (…) (português Benguelense, Huambense, Luandense e Sulista)" (Chicumba, 2014, p. 245). Ou seja, "dependendo da região vamos ter crianças a falarem o Portukikonguês, o Portumbundês, Portukimbundês" (conversa entre Eugénia Kossi e Pedro Ângelo, sobre o Dia Internacional das Línguas Maternas, in *Jornal de Cultura*, 23/05/2016).

Alguns exemplos de palavras das línguas nacionais no léxico do português angolano (Quinta, 2016, p. 88, adapt.)

banda	mata-bicho	sanzala	comuna
funge	baza	cubata	musseque
candengue	maka	canuco	pirão
capim	fuba	batuque	machimbombo

Exemplos da influência da língua portuguesa no Umbundu (Quinta, 2016, p. 88)

usar	oculesala
hospital	osipitali
cidade	ocitate
escola	osikola
igreja	igelecha
bairro	obailo

Presença de Umbundismos na língua portuguesa (Costa, 2015, pp. 103,104, adapt.)

Umbundu	**Umbundismos na língua portuguesa**	**Significado em português**
osoma	soba	regedor de uma aldeia
ondende	dendém	fruto da palmeira para extracção do óleo de palma
kota	cota	mais velho
kambuta	cambuta	anão, alguém de baixa estatura
ekamba	camba	amigo
kalunga	calunga	mar

5. O Ministério da Cultura de Angola e as Línguas Maternas

Desde 1991, o Ministério da Cultura tem vindo a realizar Encontros sobre as Línguas Nacionais: O 1.º decorreu de 25 de Fevereiro a 2 de Março de 1991; o 2.º de 1 a 3 de Setembro de 2004; o 3.º de 15 a 17 de Outubro

de 2008; o 4.º de 18 a 21 de Outubro de 2010; o 5.º de 7 a 10 de Agosto de 2014 (*Jornal de Cultura*, 23/05/2016).

Em Setembro de 2006, o III Simpósio sobre Cultura Nacional, em Luanda, realçou novamente a problemática das "Línguas Nacionais". O próprio Presidente da República lançou para o debate a seguinte reflexão: "Devemos ter a coragem de assumir que a Língua Portuguesa é hoje a língua materna de mais de um terço dos cidadãos angolanos e se afirma tendencialmente como língua de dimensão nacional em Angola. Isso não significa (…) que nos devemos alhear da preservação e constante valorização (…) das diferentes Línguas Africanas de Angola até aqui designadas de 'línguas nacionais', talvez indevidamente, pois quase nunca ultrapassam a região".

Esta reflexão de José Eduardo dos Santos foi muito criticada pelos intelectuais em Angola, tendo esta crítica um exemplo no seguinte comentário: "optou-se por dar continuidade ao legado da colonização (…) Então o que resta para as outras línguas? Apenas um ínfimo papel de sobrevivência exótica nos bastidores da nossa vivência (…), o estatuto do assimilado não passou" (Pedro Ângelo, in *Jornal de Cultura*, 23/05/2016).

Tem também havido iniciativas sobre aspectos como a transcrição e fixação da grafia das línguas nacionais, entre as quais seminários sobre a harmonização da escrita.

> "De Fevereiro de 2011 a Junho de 2012, o Instituto de Línguas Nacionais de Angola, em parceria com o Centro de Estudos Avançados para a Sociedade Africanas (CASAS, sigla em inglês) – órgão académico com sede na Cidade do Cabo, África do Sul – realizou três seminários que culminaram com a publicação de uma pequena obra intitulada *Harmonização Ortográfica das Línguas Nacionais de Angola*.
>
> Esta obra apresenta duas partes, a primeira das quais trata da revisão e da actualização dos alfabetos das seis línguas locais e respectivas regras de transcrição.
>
> A segunda parte trata, pela primeira vez, das regras que comandam as divisões de palavras e da sua ortografia que se aplicam a todas as línguas bantu do país e constituem um código económico e prático que facilita a leitura e a escrita dessas línguas, utilizáveis nos vários domínios da vida nacional, bem como respondem a uma necessidade real de se substituírem as várias transcrições paralelas por uma escrita uniforme" (Embaixada de Angola em Portugal).

O Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE; no âmbito do Ministério da Cultura) tem dados recentes sobre o número de crianças, jovens, escolas, províncias, formadores, línguas nacio-

nais e universidades envolvidas no ensino da cultura nacional, através das línguas nacionais e a aplicação do bilinguismo, permitindo que se comunique em português e numa das línguas nacionais.

O Instituto de Ciências Religiosas de Angola (ICRA) assume-se como "uma referência" no ensino das línguas nacionais. Desde 1993 que a instituição leccionava kimbundu, umbundu e kikongo no curso médio de educadores sociais, que tem a duração de três anos – da 10.ª à 12.ª classe. Nos primeiros anos, a ICRA "obrigava" os alunos a optarem por uma língua nacional diferente da etnia a que pertenciam, com o objectivo de "fomentar a unidade nacional". "Quando um Ovimbundu aprende a falar kimbundu, em princípio, adquire coragem e motivação para se relacionar com quem pertence à etnia da língua que aprendeu" (Santiago, 2014).

Passados anos, o ICRA teve de rever as suas políticas depois de verificar que havia muito alunos que não conheciam sequer a sua própria língua nacional.

A actual ministra da cultura de Angola, Dra. Carolina Cerqueira, em 21 de Fevereiro de 2018, no Dia Internacional da Língua Materna ou Nacional, afirmou que "ao defender o uso da língua materna nos primeiros anos de educação, reafirma-se a pertinência de o ensino ser feito na língua materna das crianças, para que sejam possíveis a comunicação, a compreensão, a criatividade, a aplicação, o conhecimento, ou seja, numa aprendizagem de qualidade".

Esta data de 21 de Fevereiro, Dia Internacional da Língua Materna, foi instituída em 1993 pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), com o objectivo de reconhecer a importância a diversidade linguística no mundo para o desenvolvimento das sociedades contemporâneas.

"A UNESCO, em 2016, escolheu o tema 'Quality education, language(s) of instruction and learning outcomes' para defender o uso da língua materna na escolarização, particularmente nos primeiros anos de educação, para que as crianças consigam envolver-se de forma plena no processo de comunicação, melhorando a compreensão, a criatividade, a aplicação do conhecimento, primando por uma aprendizagem de qualidade (Creio que a UNESCO está atenta ao que de bom se tem feito por esse Mundo fora em termos do uso da língua nativa no sistema de ensino)".

"Acrescente-se a todas estas questões que deveremos enfrentar que o professor Kukanda, no mesmo III Simpósio, falou sobre a expansão do lingala [língua já falada por um número considerável de crianças em Angola como língua primeira] que muito para além de ser um língua falada corren-

temente em alguns bairros (municípios) de Luanda e de outras cidades do Norte de Angola, já como primeira língua das crianças" (Eugénia Kossi e Pedro Ângelo, ambos investigadores da Universidade Jean Piaget, *Jornal de Cultura*, 23/05/2016).

Não há dúvida que a realidade linguística de Angola é tudo menos fácil. É complexa e rica, combinando atitudes políticas, académicas, institucionais e de valorização das línguas africanas, no contexto de uma crescente expansão do uso da língua portuguesa.

Muitos autores e escritores angolanos, usando termos e expressões das línguas nacionais, como Luandino Vieira, Ruy Duarte de Carvalho, José Eduardo Agualusa, Pepetela, Ondjaki, Uanhenga Xitu e muitos outros, tornam o conjunto das suas obras numa realidade literária presente, híbrida e rica, aproximando-a da realidade angolana, passada, presente e futura.

Diversos trabalhos recentes analisam as transformações estruturais e político-conjunturais da língua portuguesa em Angola, como a dissertação de doutoramento de Domingos Ndele NZau (2011) sobre *A Língua Portuguesa em Angola*, para dar apenas um exemplo.

Outros autores estudam e comparam o português angolano, o português brasileiro e o português moçambicano, como é o caso de Margarida Petter (2008) ou por Eliana S. Teixeira, com o estudo *A indeterminação do sujeito no português angolano: uma comparação com o português do Brasil* (2011), o que sinaliza, de facto, a interligação línguas maternas angolanas e da língua portuguesa e a crescente riqueza de todas elas.

Mapa das Regiões de Angola



Minha Pátria é a Língua Portuguesa[1]

Eng.º Álvaro Aragão de Athayde[2]

Minha pátria é a lingua portuguesa escreveu *Fernando Pessoa*.

Com a mátria, e na língua mátria, preocupou-se e ocupou-se *Natália Correia*.

Minha pátria é minha língua escreveu e cantou *Caetano Veloso*.

Mas seja a língua portuguesa fátria, mátria, pátria, o facto é que é hoje a língua oficial de nove estados que, no seu conjunto, possuem uma população total estimada em trezentos milhões de almas, população essa que se encontra em crescimento.

[1] Trabalho datado de 01DEZ2018 e disponibilizado pelo autor para integrar o Boletim;

[2] Universidade de Coimbra

Lusofonia estatal

estimativa das populações em valor absoluto

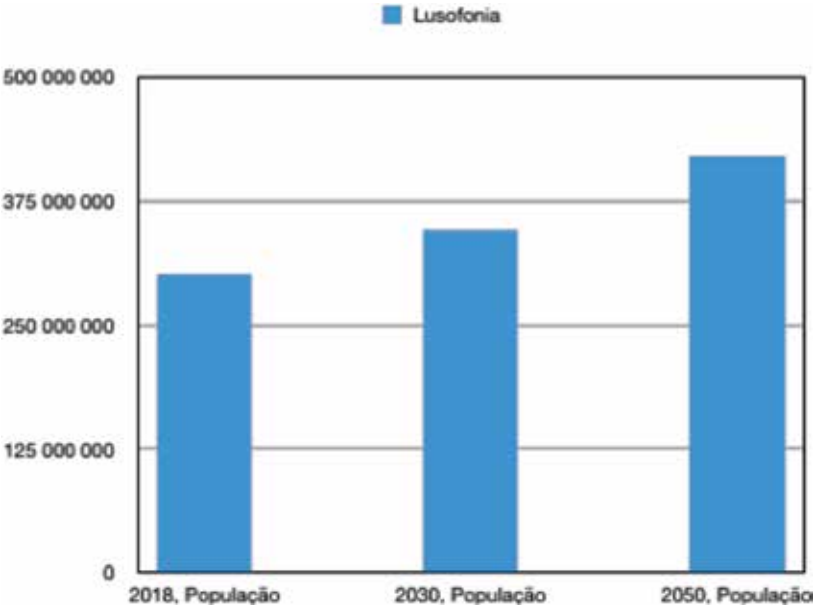


Figura 1 – Estimativa da população dos nove estados de língua oficial portuguesa em 2018, 2030 e 2050.

Nos gráficos abaixo **Portugal** é Portugal; **Brazil** é o Brasil; **Ex-colónias** – os territórios que foram descolonizados em 1974-75 – são Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste; **PALOPs** – os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – são Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Portanto as **Ex-colónias** incluem Timor Leste mas não a Guiné Equatorial e os **PALOPs** incluem a Guiné Equatorial mas não Timor Leste.

estimativa das populações em valor relativo

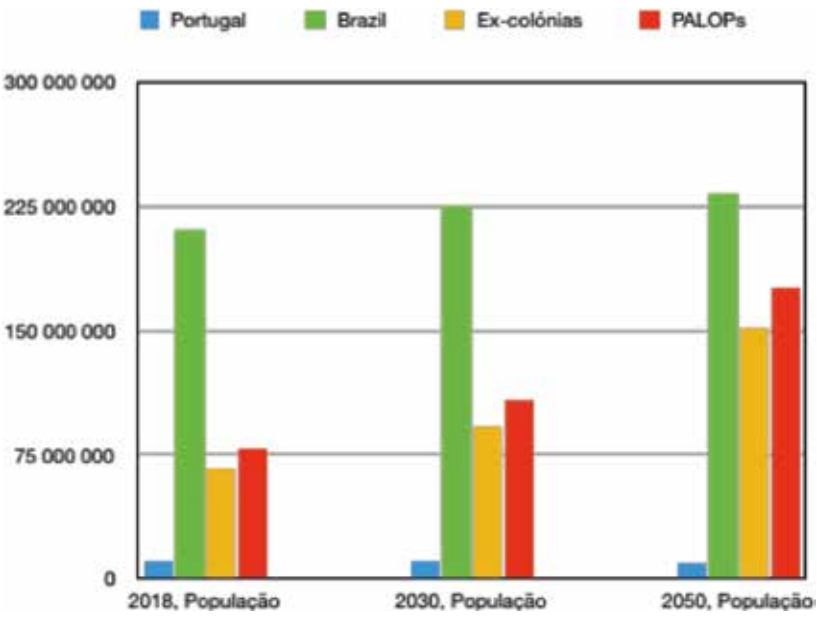


Figura 2 – Estimativa das populações
de Portugal, Brasil, Ex-colónias e PALOPs em 2018, 2030 e 2050.

estimativa das populações em valor relativo

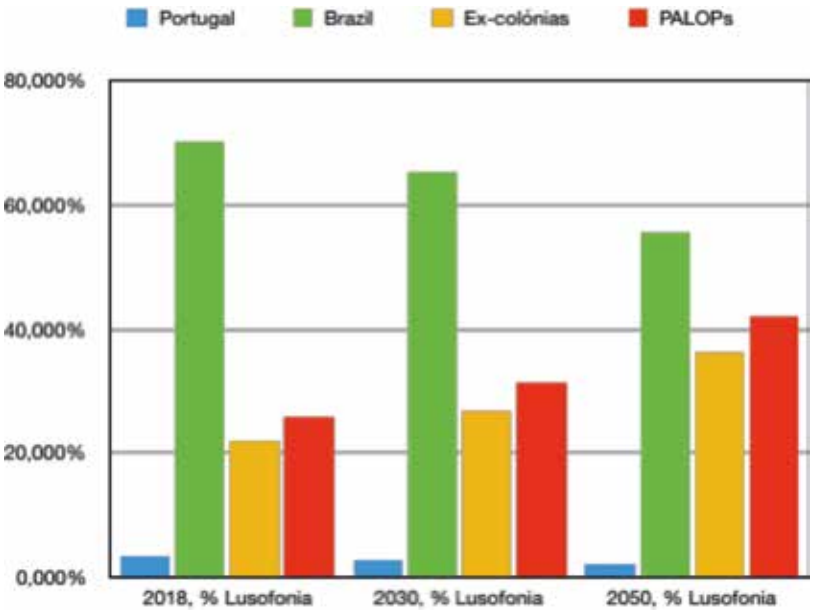


Figura 3 – Estimativa das populações
de Portugal, Brasil, Ex-colónias e PALOPs em 2018, 2030 e 2050.

2018

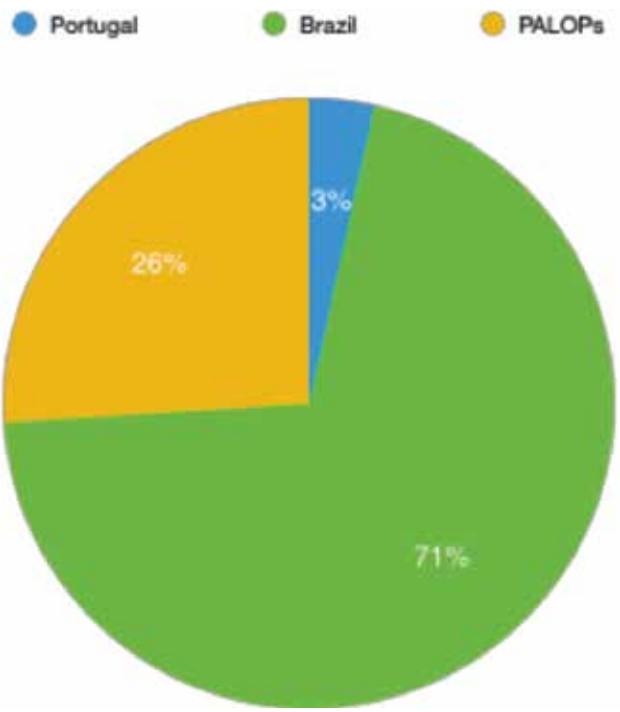


Figura 4 – Estimativa do peso relativo
das populações de Portugal, Brasil e PALOPs em 2018.

2018

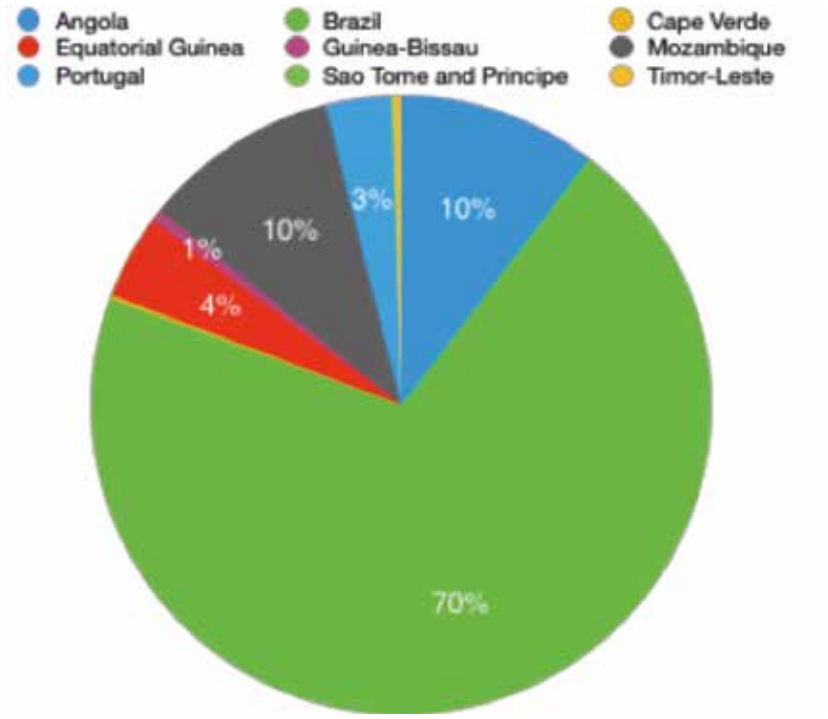


Figura 5 – Estimativa do peso relativo
das populações dos Estados da Lusofonia Estatal em 2018.

2030

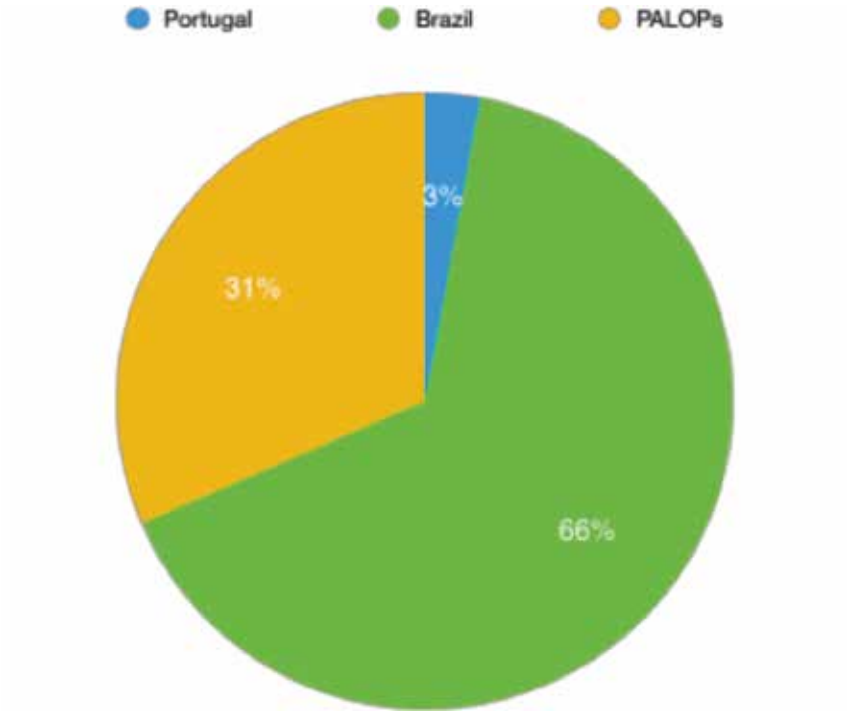


Figura 6 – Estimativa do peso relativo
das populações de Portugal, Brasil e PALOPs em 2030.

2030

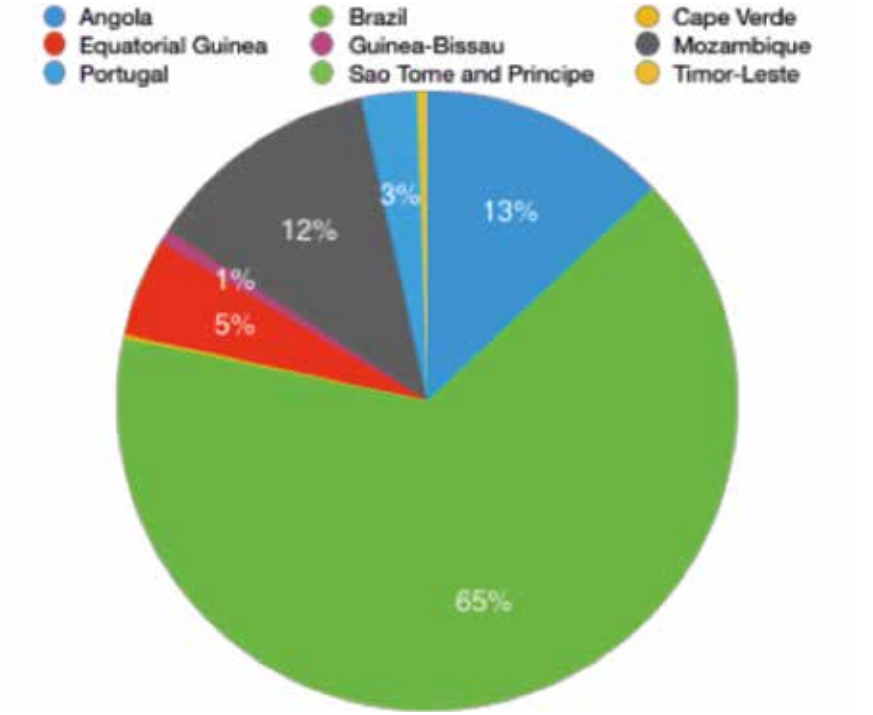


Figura 7 – Estimativa do peso relativo
das populações dos Estados da Lusofonia Estatal em 2030.

2050

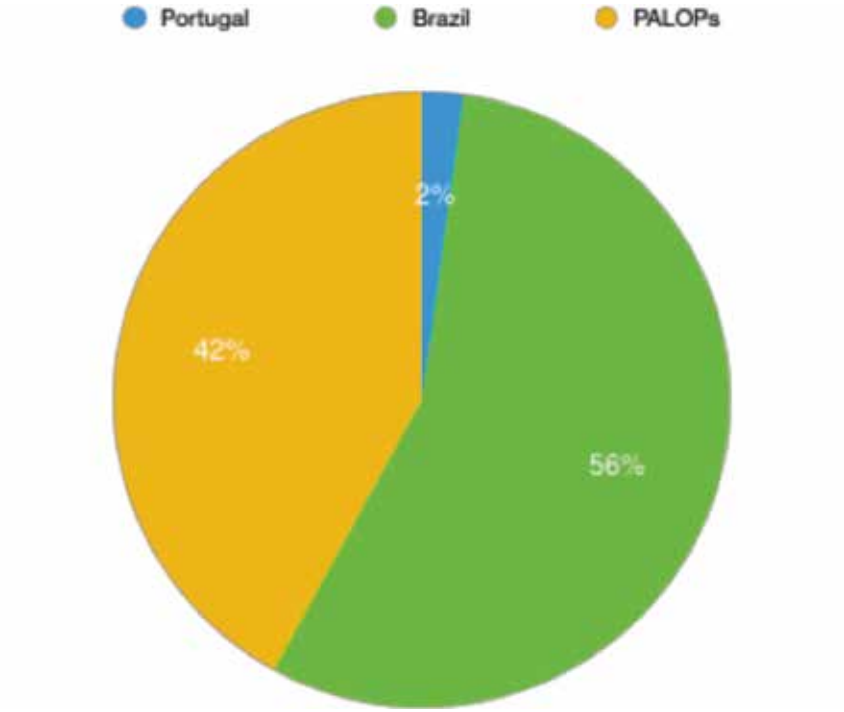


Figura 8 – Estimativa do peso relativo
das populações de Portugal, Brasil e PALOPs em 2050.

2050

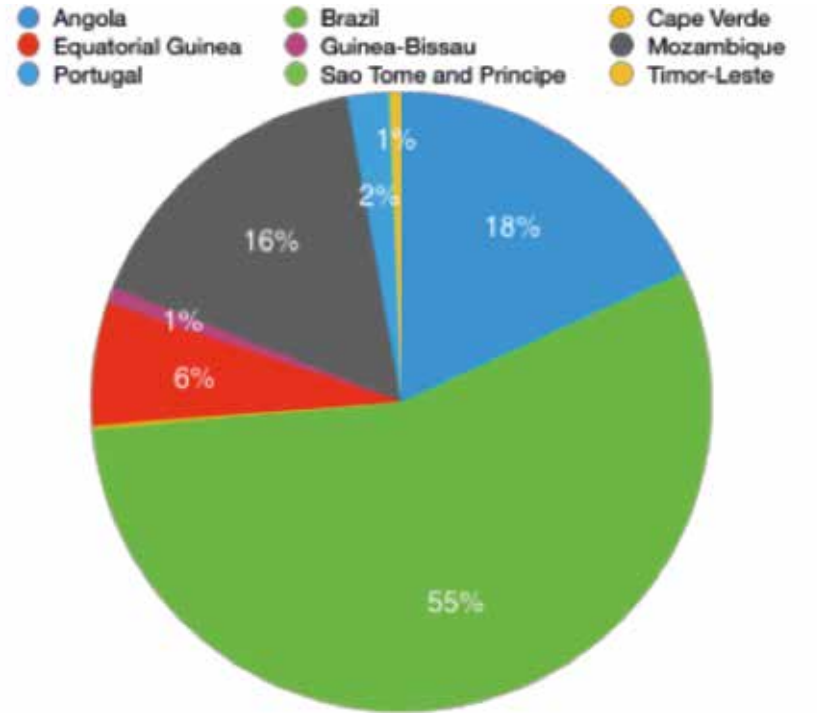


Figura 9 – Estimativa do peso relativo
das populações dos Estados da Lusofonia Esatal em 2050.

2018 – 2030 – 2050

PORTUGAL – BRASIL – PALOPS

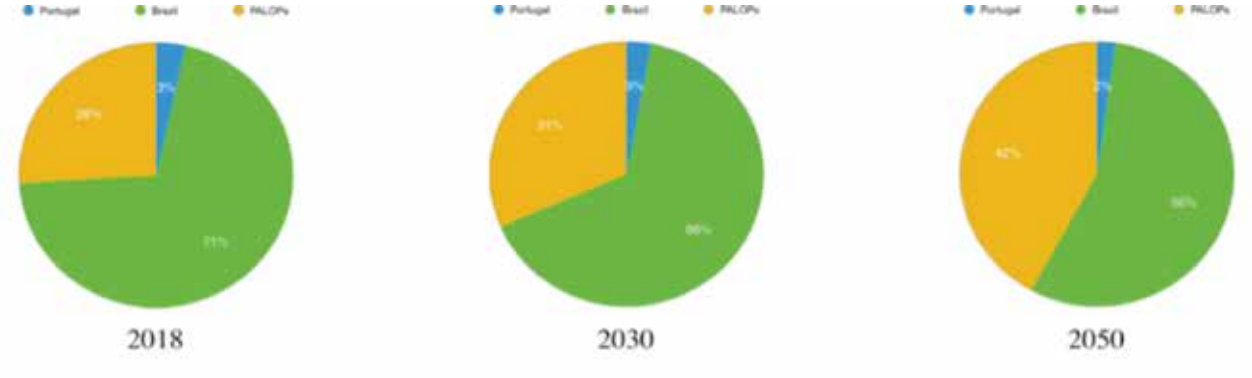


Figura 10 – Estimativa do peso relativo
das populações de Portugal, Brasil e PALOPs em 2018, 2030 e 2050.

2018 – 2030 – 2050

PORTUGAL – BRASIL – PALOPS

ESTADOS DA LUSOFONIA ESTATAL

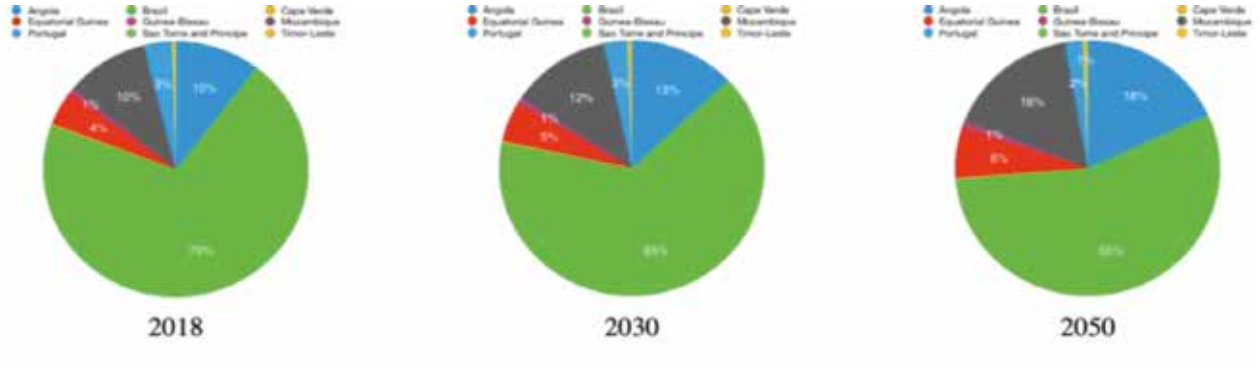


Figura 11 – Estimativa do peso relativo
das populações dos Estados da Lusofonia Estatal em 2018, 2030 e 2050.

Lusofonia não estatal

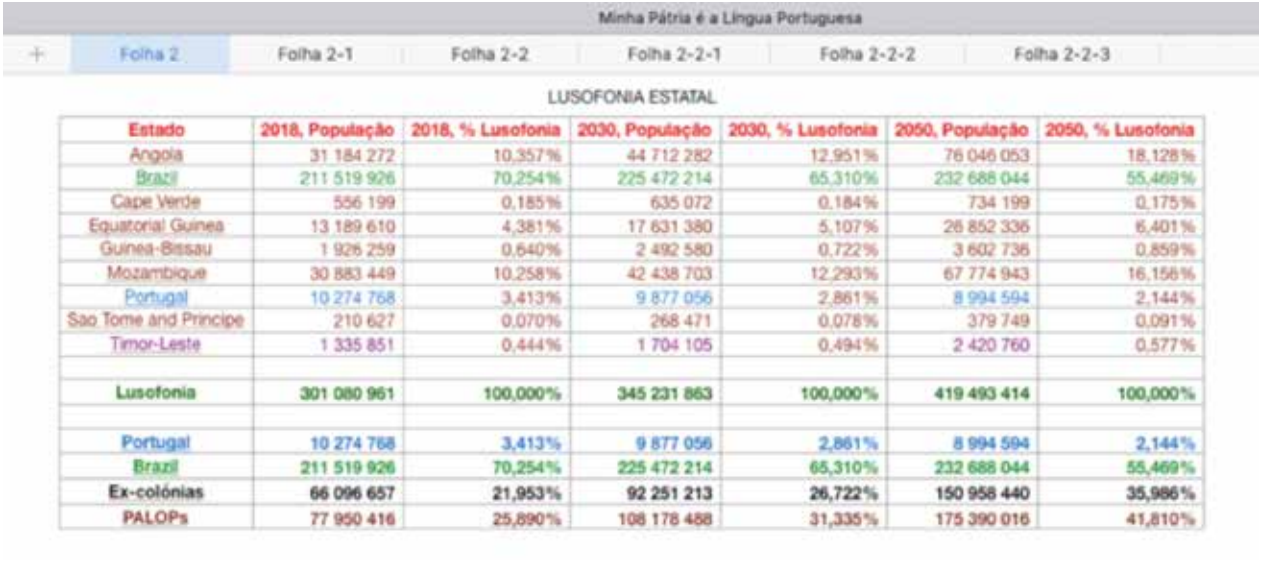
É sabido que existem territórios cujas populações têm a Língua Portuguesa, ou um dos seus muitos Crioulos, como língua materna. É também sabido que a Língua Portuguesa se está expandindo para os estados limítrofes dos que a têm como língua oficial. Mas, tanto quanto é do meu conhecimento, este fenómeno não está estudado, menos ainda quantificado.

Conclusão

Não faço ideia do que terá levado Ant**ó**nio de Oliveira Salazar a afirmar que ***Portugal não é um país europeu e tende cada vez mais a sê-lo cada vez menos.*** Mas, tivesse sido o que tivesse sido, **acertou**.

Anexo

Os gráficos foram construídos a partir de uma folha de cálculo na qual introduzi os valores das estimativas populacionais recolhidas de **2018 World Population by Country (Live)**, *vide* referência 6.



Minha Pátria é a Língua Portuguesa

Folha 2 | Folha 2-1 | Folha 2-2 | Folha 2-2-1 | Folha 2-2-2 | Folha 2-2-3

LUSOFONIA ESTATAL

Estado	2018, População	2018, % Lusofonia	2030, População	2030, % Lusofonia	2050, População	2050, % Lusofonia
Angola	31 184 272	10,357%	44 712 282	12,951%	76 046 053	18,128%
Brazil	211 519 926	70,254%	225 472 214	65,310%	232 688 044	55,469%
Cape Verde	556 199	0,185%	635 072	0,184%	734 199	0,175%
Equatorial Guinea	13 189 610	4,381%	17 631 380	5,107%	26 852 336	6,401%
Guinea-Bissau	1 926 259	0,640%	2 492 580	0,722%	3 602 736	0,859%
Mozambique	30 883 449	10,258%	42 438 703	12,293%	67 774 943	16,156%
Portugal	10 274 768	3,413%	9 877 056	2,861%	8 994 594	2,144%
Sao Tome and Principe	210 627	0,070%	268 471	0,078%	379 749	0,091%
Timor-Leste	1 335 851	0,444%	1 704 105	0,494%	2 420 760	0,577%
Lusofonia	**301 080 961**	**100,000%**	**345 231 863**	**100,000%**	**419 493 414**	**100,000%**
Portugal	10 274 768	3,413%	9 877 056	2,861%	8 994 594	2,144%
Brazil	211 519 926	70,254%	225 472 214	65,310%	232 688 044	55,469%
Ex-colónias	**66 096 657**	**21,953%**	**92 251 213**	**26,722%**	**150 958 440**	**35,986%**
PALOPs	**77 950 416**	**25,890%**	**108 178 488**	**31,335%**	**175 390 016**	**41,810%**

Figura 12 – Imagem da folha de cálculo que usei.

Referências

1. PESSOA, Fernando – "A minha pátria é a língua portuguesa". Wikisource. [Em linha]. (20h59min de 10 de Junho de 2014). [Consult. a 01.12.2018]. Disponível em https://pt.wikisource.org/wiki/A_minha_pátria_é_a_l%C3%ADngua_portuguesa.
2. SARAIVA, Arnaldo – "Minha Pátria é a língua portuguesa". Acta Semiótica et Lingvistica. [Em linha]. 15:1 (2010) 15-22. [Consult. a 01.12.2018]. Disponível em http://periodicos.ufpb.br/index.php/actas/article/viewFile/14643/8294.
3. NASCIMENTO, Josyane – "A mátria de Natália Correia: uma utopia libertária". Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas. [Em linha]. 26 (Julho-Dezembro 2016) 16-35. [Consult. a 01.12.2018]. Disponível em https://revistaveredas.org/index.php/ver/article/view/365/383.
4. VELOSO, Caetano – "Língua". Letras. [Em linha]. (2013). [Consult. a 01.12.2018]. Disponível em https://www.letras.mus.br/caetano-veloso/44738/.
5. A canção "Língua" de Caetano Veloso – um minucioso tratado da Língua Portuguesa por Luisa Bertrami D'Angelo em *NotaTerapia*.
6. D'ANGELO, Luisa Bertrami – "A canção "Língua" de Caetano Veloso – um minucioso tratado da Língua Portuguesa". NotaTerapia. [Em linha]. (21 de Janeiro de 2016) 3-11. [Consult. a 01.12.2018]. Disponível em http://notaterapia.com.br/2016/01/21/a-cancao-lingua-de-caetano-veloso-um-minucioso-tratado-da-lingua-portuguesa/.
7. "Língua portuguesa". Wikipédia. [Em linha].(00h10min de 22 de Novembro de 2018). [Consult. a 01.12.2018]. Disponível em https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=L%C3%ADngua_portuguesa&direction=prev&oldid=53756751.
8. 2018 World Population by Country (Live) by Country at *World Population Review*.
9. "2018 World Population by Country (Live)". World Population Review. [Em linha]. (2018). [Consult. a 01.12.2018]. Disponível em http://worldpopulationreview.com.


Justitia et pax osculatae sunt

“Portugal e o Mar”. Contributo para o estudo da relação de Portugal com o Mar[1]

Prof. Dr. Miguel Mattos Chaves[2]



Teorias do Poder Marítimo. Aplicação ao caso Português

INDICE

Introdução
Plano Estratégico Nacional – uma necessidade
Enunciados de Geografia Política, Geopolítica, Geoestratégia
O Universalismo de Portugal
Situação geográfica e geopolítica de Portugal face ao Mar
Passado da relação de Portugal com o Mar
O Séc. XX
O Presente e o Futuro - Interesses de Portugal de médio e longo prazo
Bibliografia

[1] Texto-suporte da Conferência realizada pelo autor na sessão ocorrida em 28JUN2018, no Instituto Dom João de Castro;

[2] Mestre e Doutorado em Estudos Europeus, pela Universidade Católica Portuguesa;

Introdução

O objecto deste trabalho é a descrição, de forma resumida, da relação entre Portugal, enquanto centro de decisão, e o Mar.

Os objectivos são - tratar o Mar como factor de poder dos Estados no Sistema Internacional; em segundo lugar, proporcionar uma pequena panorâmica sobre a forma como Portugal tem aproveitado, ou não, esse factor geográfico e geopolítico, para se afirmar no concerto das nações e blocos políticos; por último, dar uma contribuição prospectiva sobre quais os caminhos que Portugal deve percorrer para aproveitar e potenciar o facto de possuir grandes fronteiras marítimas.

Metodologicamente seguiu-se o esquema de, em primeiro lugar, fazer um enquadramento do tema, descrevendo algumas das principais teorias **([3])**, de alguns reputados autores, sobre Geopolítica, sobre o Mar e a sua influência na projecção de poder dos Estados; em segundo lugar, descrever algumas das posições e os resultados obtidos por Portugal perante esse factor; guardando para o final do texto uma tentativa de, prospectivamente, apontar caminhos para Portugal de forma a que **o país aproveite esta especificidade geográfica para uma necessária afirmação no sistema político internacional ou que, pelo menos, evite a sua possível irrelevância no mesmo.**

[3] *VER BIBLIOGRAFIA UTILIZADA, em ANEXO a este trabalho.*

Plano Estratégico Nacional – uma necessidade

Estratégia **([4])** de um Estado tem a ver com a concepção, organização, desenvolvimento e aplicação de Poder para fazer face e ultrapassar os obstáculos que se apresentem, em cada momento, e que dificultem a realização dos objectivos do mesmo.

Qualquer Estado deve possuir, portanto, um instrumento que, por de cima dos diferentes ângulos de visão política partidária e sectorial, estabeleça os objectivos permanentes da nação, que representa, e a estratégia a seguir para os alcançar. Um Plano Estratégico Nacional.

Os formuladores desse Plano Estratégico Nacional **([5])** devem tomar em consideração, a situação geográfica do/s território/s, os recursos disponíveis (morais, humanos, materiais e naturais), a vontade política nacional, a organização existente e potencial, por outras palavras, identificar e organizar os meios de que o Estado dispõe para atingir os objectivos da Nação.

Um Estado (território, povo e poder político que o representa) vive enquadrado, geograficamente, por outros Estados que também têm os seus próprios objectivos e ambições e que estão dispostos territorialmente sobre a superfície do planeta de forma mais ou menos organizada.

Esses objectivos são ou não coincidentes entre si, entre os diversos Estados.

E um qualquer Estado tem que estudar atentamente os seus iguais, que no seu conjunto formam o Sistema Internacional de Estados Soberanos, de forma a, em última análise, poderem sobreviver de forma autónoma no mesmo. Isto é, manterem a sua capacidade de Auto governação de maneira a poderem atingir os seus objectivos, que devem coincidir com os da Nação que representam.

Os conceitos de Geografia política, Geopolítica e Geoestratégia ajudam-nos, enquanto Nação organizada e representada por um Estado, a perceber o mundo passado, o mundo presente e as possibilidades futuras de sobrevivência e os objectivos a traçar com os recursos disponíveis em cada momento.

---

[4] *CF. Carvalho, Virgílio – Estratégia Global; Moreira, Adriano – Ciência Política; Couto, General Abel Cabral – CDN2003*

[5] *E já agora lembro que Portugal, o meu país, não tem um Plano Estratégico Nacional desde 1974.*

Mas vejamos então o enquadramento teórico sobre a Geopolítica e a questão do Mar e sua relevância para uma Nação-Estado**(6)**, que é o objecto deste trabalho.

Enunciados de Geografia Política, Geopolítica, Geoestratégia

Vários autores se têm debruçado sobre estes temas e sua definição. Relembram-se aqui apenas algumas dessas tentativas de definição:

Theodore Herman([7]) publicou em 1954 na «Geographical Rewiew» a afirmação de que *geografia política* é o estudo da organização e da expressão do poder político na superfície da terra;

Já no que diz respeito a uma definição de *geopolítica* Kjellen refere que é a ciência do Estado como organismo geográfico e como soberania, contrapondo Haushoffer**(8)** que é a ciência que trata da dependência dos

---

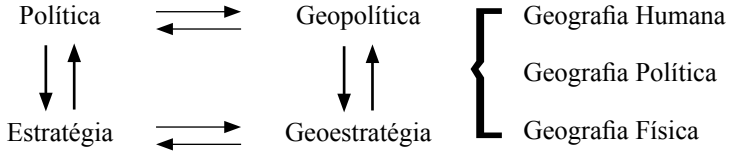
[6] *A cronologia da frase quer dizer isso mesmo. Por processo lógico, a Nação precede o Estado. É por vontade de uma Nação, (isto é um povo com interesses comuns, com língua própria, com história, com território, com sentimento de pertença a uma nacionalidade e passado comuns), independentemente do detonador - Elites, Povo, acontecimentos - ou de parte dela, que surge a construção de uma vontade de autogoverno e de independência, face a outras Nações, dando origem a um Estado Independente e Soberano. Esse Estado pode agrupar, ou não, o todo da Nação. Acresce ainda que existem Nações sem Estado. Mas nem sempre é assim. Há também o caso de Estados que agrupam várias Nações, (embora estes casos os considere como excepções e penso que no longo prazo, por indícios recolhidos de acontecimentos dos Séculos XVIII, XIX e XX, têm poucas possibilidades de sobrevivência i.e. URSS, Federação Jugoslava, Espanha e mesmo China). Cedo ou tarde, pelo menos com referência ao nosso tempo de vida, as Nações tendem a lutar pela sua autonomia, pela sua capacidade de autogoverno, pela sua independência, pela sua soberania. Nesta matéria estou em frontal desacordo com vários Ilustres Académicos e Politólogos que defendem que os Estados Nacionais estão a caminho da extinção. Ao contrário, e pela análise de vários casos, penso que as tendências de autonomização das Nações são crescentes, (i.e. Espanha (Galegos, Catalães, Bascos), Indonésia,* ex-Federação Jugoslava, Iraque e *Turquia (Curdos), Índia, Arménia) não obstante a vontade de várias élites, actuais, em verem construídos no planeta um Governo Mundial ou Governos Regionais por de cima das Nações constituídas em Estados.*

[7] *Citado na obra de Almeida, Políbio Valente de - Do Poder do Pequeno Estado – ed. Instituto de Relações Internacionais – Lisboa*

[8] *CF. Lopes, Ernâni – policopiado da cadeira, do mestrado em estudos europeus, de Geopolítica e Prospectiva da Europa Un. Católica – Lisboa 2002 - Carvalho, Virgílio – Estratégia Global – Instituto S. C. S. E Políticas – Lisboa - 1986; Moreira, Adriano – Ciência Política; Couto, Abel Cabral – apontamentos – CDN2003 – I. Defesa Nacional*

factos políticos em relação ao solo. Apoia-se na *geografia*, e em especial na *geografia política,* doutrina da estruturação espacial dos organismos políticos. Aspira a proporcionar as armas para acção e os princípios que sirvam de guia na vida política. A geopolítica, diz, é a base de actuação política na luta, de vida ou de morte, dos organismos estatais pelo espaço vital.

O Tenente-General François Martins**(9)** faz a distinção entre Geopolítica e Geoestratégia. Refere que esta distinção se pode fazer tendo por base a distinção entre Política e Estratégia. E propõe um esquema para explicar a sua visão sobre o tema:



Raymond Aron**(10)**, por outro lado, diz a propósito que o geopolítico vê no meio geográfico o terreno do jogo diplomático e militar. O meio, acrescenta, simplifica-se num quadro abstracto, as populações transformam-se em actores, aparecem e desaparecem sobre a cena do mundo(..)

Mais adiante, na sua obra, refere que as linhas de expansão, como as ameaças à Segurança, são desenhadas antecipadamente sobre a Carta do Globo.

Diz ainda que a *Geopolítica* combina uma esquematização geográfica das *relações diplomático-estratégicas* com uma *análise geográfico--económica dos recursos*, com uma *interpretação das atitudes diplomáticas* em função do modo de vida e do meio (sedentários, nómadas, terrestres, marítimos).

Já o criador da Geografia Política Frederico Ratzel (um determinista, tendencialmente organicista) teorizou sobre os espaços e sobre as leis do crescimento territorial dos estados.

Ratzel foi o primeiro a elaborar uma teoria geral tentando explicar a cultura social e política em função do meio físico, e demonstrar que *o Espaço é Poder.*

---

[9] *CF. Martins, François – policopiado da cadeira de Geopolítica e Geoestratégia – Universidade Lusíada – Lisboa – 1999.*

[10] *Aron, Raymond – Paix et Guerre entre les Nations – ed. Calmann-Lévy – Paris – reedição 1975 - pp 188/189 et 196/197*

Vejamos, então, o que, em síntese o enunciado da sua *teoria dos espaços* ([11]):

1 – O espaço é um factor primordial na grandeza dos Estados;

2 – Um largo espaço assegura a vida nos Estados por ser uma força e não um mero veículo de forças políticas;

3 – Um grande território incita à expansão e ao crescimento do seu povo e actua como força que imprime nova vida ao sentimento de nacionalidade;

4 – Em todos os tempos só foi poder mundial o que se fez representar em vastos espaços e, especialmente pela sua força, em todos os pontos e momentos críticos.

Passando, para já, por cima, (por não ser objecto deste trabalho), das teorias que se contrapuseram a Ratzel, nomeadamente a do geógrafo francês Vidal La Blanche, e buscando a síntese entre estas duas elaborada pelo Professor Universitário sueco Rudolf Kjellen,diria o seguinte:

As características estabelecidas por Ratzel referem-se sobretudo a um tempo em que as Nações buscavam, a anexação plena de mais espaço, que significava mais recursos e mais poder. Hoje isso, não estando ultrapassado, está um pouco esbatido, ou melhor, hoje já não é tão necessário ocupar para dominar.

Mas, mesmo assim, e no que interessa ao caso de Portugal, vejamos o seu grau de aplicabilidade na história mais recente do País.

Partamos então destes princípios.

1 – O espaço é um factor primordial na grandeza dos Estados;

no caso português e no que respeita à sua grandeza territorial poderemos distinguir três momentos:

a) da fundação à solidificação das fronteiras europeias, (de D. Afonso Henriques a D. João I);

b) do início das descobertas, e consequente conquista de territórios que vieram acrescentar dimensão a Portugal, até ao processo de descolonização, (de D.João I a Novembro de 1975);

[11] *Neto, João Pereira – Geopolítica Tropical - ed. Ass Académica, 1965 onde cita a obra de Ratzel "Uber di Gesstre der Raumlichen Wachstums der Ststen". Seguiu-se a tradução do Prof. Pereira Neto, CF também Martins, François Op.Cit*

c) a partir do regresso ao espaço continental e insular (este último o sobrevivente das descobertas, conquistas e ocupação territorial geradas pelos descobrimentos) - (desde 1975 ao presente);

Assim Portugal foi sucessivamente, em termos de espaço:

1) um pequeno Estado, do mundo eurocêntrico,

2) um grande Estado pluricontinental, chegando no Séc. XVI a ser a Potência dominante do Sistema Internacional,

3) acabando no último quartel do séc. XX por ser:

   a) na dimensão europeia: um médio Estado

   b) na dimensão internacional: um pequeno Estado.

2 – Um largo espaço assegura a vida nos Estados por ser uma força e não um mero veículo de forças políticas;

Sobre este pilar de Ratzel poderíamos dizer que, Portugal, enquanto foi um Estado de grande dimensão pluricontinental, nem sempre aproveitou na sua plenitude este facto por falta de dimensão dos recursos humanos do país, necessários a uma eficaz ocupação dos territórios conquistados; e, também, posteriormente por falta de visão dos sucessivos ocupantes do poder político.

Neste último caso poderia focar como medida deficiente, (dos governantes do final do séc. XIX e da primeira metade do séc. XX) o incentivo da emigração para o Brasil, quando o território já não era nosso, e para a Europa, ao invés de se criarem condições de ocupação efectiva da pluricontinentalidade territorial portuguesa remanescente. Quando foi dada atenção a esta questão (anos 1960) já foi tarde.

3 – Um grande território incita à expansão e ao crescimento do seu povo e actua como força que imprime nova vida ao sentimento de nacionalidade;

deste enunciado ficou, em alguns territórios, o último factor: o sentimento de nacionalidade expresso por factores não formais que todos conhecem e pelos factores formais mais importantes: o passado comum gerado por séculos de convivência, a língua, a cultura e o humanismo das relações interpessoais que caracterizam os portugueses.

4 – Em todos os tempos só foi poder mundial o que se fez representar em vastos espaços e, especialmente pela sua força, em todos os pontos e momentos críticos.

Portugal no séc. XV foi, claramente a potência dominante pois tinha as capacidades descritas **([12])**. Manteve-se como uma clara e importante potência internacional, do ponto de vista político, até meados do séc. XX, dada a sua dimensão territorial e o espaço económico daí resultante.

Segundo George Modelsky**([13])** através dos séculos as Potências Dominantes foram: Século XVI – Portugal; Século XVII – Holanda; Século XVIII e XIX – Grã-Bretanha; Século XX - Estados Unidos da América

Portanto, Portugal em diversas épocas (TEMPOS), teve uma configuração (ESPAÇO) e um poder internacional distintos entre si, que foi decisivo para os diferentes estádios de riqueza e bem-estar das suas populações e dos territórios que ocupou.

A sua projecção geográfica, e política, possibilitou uma projecção de Poder, em diferentes níveis de intensidade, no sistema internacional; sendo em diversos tempos: - um pequeno Estado, - uma potência dominante, - uma grande potência e novamente - um pequeno, ou médio Estado, isso não obstou a essa projecção no Mundo.

Em todas estas configurações houve um elemento fundamental: a importância dada aos Oceanos, ao Mar, pelos sucessivos ocupantes do Poder (HOMENS) em Portugal. Foi a sua força, o seu mecanismo de afirmação, até meados do século XX.

Vejamos então se o Mar é ou não importante na afirmação do poder de um Estado.

Têm os Estados Ribeirinhos mais poder que os Estados Continentais, ou alheados da sua condição marítima?

Deixemos de lado a história mais antiga.

O aproveitamento dos mares como factor de poder alternativo aos poderes continentais, só foi possível com o aparecimento das técnicas de domínio da navegação e as técnicas de material de guerra. No séc. XVII dizia-se que quem dominasse o mar, dominava o comércio mundial; quem dominasse o comércio mundial dominava as riquezas do mundo; quem dominasse as riquezas do mundo, dominá-lo-ia.

Este contraponto entre o poder Continental e o Poder Marítimo foi feito por vários autores dentre os quais Jacques Pirenne que estabeleceu

[12] *Modelsky, George – Long Cicles in World Politics – ed. Macmillan Press – 1987*
[13] *Idem*

uma comparação entre as características das Civilizações marítimas e continentais e o Almirante Alfred Thayer Mahan que dissertou sobre a estratégia naval e sobre os elementos do poder marítimo.

Jaques Pirenne **([14])** estabeleceu a seguinte grelha de comparação entre as características das Civilizações com Poder Marítimo e as com Poder Continental:

Civilizações Marítimas	**Civilizações Continentais**
- Extrovertidas, vivem em contacto com seus outras civilizações;	- Introvertidas, vivem para os próprios valores que tendem a sobrevalorizar;
- A Cultura é o resultado de sínteses resultantes das trocas de valores materiais e espirituais com outros Povos;	- Criam uma noção de superioridade, recusando aculturações;
- Sociedades constituídas por grupos sociais abertos em termos políticos e religiosos	- Constituídas por grupos sociais fechados, com uma estrutura coesa exclusivamente nacional
- Geram o individualismo e a concorrência, que embora gerando tensões produzem riqueza	- O indivíduo submete-se ao grupo e este pratica uma intolerância e disciplina fanáticas
- O poder é descentralizado tendendo para a democracia, liberalismo, tolerância	- O poder é centralizado e autocrático tendendo para o despotismo
- A sua riqueza baseia-se na troca, no comércio e na posse de bens perecíveis que, por isso mesmo, permitem uma elevada mobilidade social	- A sua riqueza reside na terra, na posse de bens de raiz, transmitidos de forma rígida e, por isso, criando clãs dominantes

[14] *Pirenne, Jaques – Les Grands Courants de l'Histoire Universelle – ed. de la Baconniére – Paris -1948*

- A sua expansão faz-se pelo contacto e dá lugar ao colonialismo, com vocação para a independência dos povos trazidos à convivência	- A sua expansão – i.e., a forma de criar mais riqueza - é por conquista e dá lugar ao satelitismo, com vocação para a incorporação final dos povos conquistados
- As suas relações com outros Povos fizeram-se de forma mais harmónica, a maior distância entre civilizações bastante desiguais, o que tudo contribuiu para um melhor e mais rápido conhecimento do Mundo	- A sua relação com outros povos faz-se de forma rígida e próxima provocando escassas mudanças culturais

As comparações deste autor são, como se pode verificar, de índole sociológica e vêm complementar outras de outros autores eminentes. Quase todas as características, descritas pelo autor, aplicam-se ao caso de Portugal, com maior ou menor grau de rigor.

O Almirante Mahan([15]), outro autor do Poder Marítimo, começava por quantificar o mar como uma superfície dominante do globo terrestre - 9/12 avos da superfície total do planeta – descrevendo-o como um excepcional meio de comunicação entre povos e civilizações, necessário à permuta de riquezas. Este meio apresenta, segundo o autor, vantagens múltiplas sobre as comunicações via terrestre, nomeadamente porque as comunicações via marítima são mais rápidas, menos dispendiosas e geradoras de maiores riquezas e de mais rápido progresso.

Mahan falava ainda das condições que afectam o poder marítimo, que para ele são: a posição insular, onde não há fronteiras terrestres a defender, o que possibilita ao Estado dispor dos seus efectivos mais livremente e com alta liberdade estratégica; e acrescentava que esta posição seria ainda mais favorável se situasse em áreas vitais como o domínio de estreitos e de rotas de passagem de comércio.

Como características físicas elencava como principais, agregadas às primeiras, a de possuir bons portos e rios profundos e navegáveis, condição necessária para se desenvolverem marinhas (de guerra e mercantis) neces-

[15] *Mahan, Alfred Thayer – The Influence of Sea Power upon History – Little Brown & Co. – London - 12ª Edição*

sárias à criação de riqueza, sem a qual não há poder. Por outro lado costas baixas e de fácil acesso, permitiriam às populações fixarem-se no litoral.

Um território não muito rico em recursos faria com que se buscassem riquezas no exterior e isso explica que Estados como a França não se tivessem atirado para a exploração marítima, dado ser rica em recursos naturais diversos.

O carácter nacional das populações é outro factor que Mahan refere como sendo importante. Diz que a aptidão de um Povo para o comércio é determinante para a conquista de poder através do mar. E cita, a este propósito, o exemplo dos portugueses e dos espanhóis, (por contraponto aos ingleses mais realistas e produtivos), dado que os primeiros buscavam riquezas sem que estas viessem a traduzir-se em reais benefícios para os respectivos estados. Não obstante a sua posição invejável, junto ao Atlântico e Mediterrâneo e a sua forte componente nacional, faltou-lhes, segundo o autor, bom planeamento e organização.

Descreve, também, o carácter de governo como essencial para a aquisição do poder marítimo e para a sua preservação. Elabora o seu pensamento à volta da possibilidade de o Estado Democrático ter mais condições para o domínio do mar. O que como sabemos não corresponde inteiramente à verdade do passado e portanto discutível.

Por outro lado Mackinder **([16])** discorrendo sobre este assunto estabeleceu um axioma que ficou famoso nas Relações Internacionais: partindo da hipótese de que se chegasse a haver uma potência que dominasse o "*Heartland*" , (que segundo ele poderia ser ou a Alemanha, ou a Rússia ou a China) e esta potência desenvolvesse, para além do seu poder terrestre, o poder naval, então poderia vir a conquistar a "Ilha Mundial" que seria constituída pela Eurásia e pela África e assim dominar todo o Mundo. E proferiu a célebre máxima de *"quem dominar o Heartland domina a Ilha Mundial e quem dominar a Ilha Mundial domina o Mundo"*.

Mas posteriormente, em 1943, já com a percepção de que a Rússia era a potência dominante na parte continental euro-asiática, afirmou que se os países marítimos ocidentais conseguissem fazer do Atlântico Norte uma via de cooperação e ligação entre a Europa e o Continente Americano (norte) seria possível conter a eventual potência dominante do "*Heartland*", no caso a União Soviética.

[16] *Mackinder, H. John. – Citado por Almeida, Políbio Valente – Do Poder do Pequeno Estado – Lisboa 1990, por Carvalho, Virgílio – op.cit. e por Martins, François – Geopolítica e Geoestratégia op.cit.*

O Universalismo de Portugal

Objectivamente e em termos geopolíticos, Portugal é uma área situada na periferia da Europa, à qual se encontra umbilicalmente ligado em termos geográficos, históricos, culturais, políticos e económicos**([17])**.

Portugal tem um perfil diferente dos demais Estados da Europa e do Noroeste Africano que partilham consigo uma zona a que alguns autores dão o nome de "Mediterrâneo Atlântico".

E diferente porque as suas matrizes ([18]) são:

Europeia - porque partilha os valores e a cultura base que desde sempre ajudou a definir e a consolidar – a civilização judaico-cristã. Afastado, pelos Pirinéus, de um contacto político mais estreito com os outros Estados europeus, desenvolveu em várias épocas uma política própria. Geobloqueado pela Espanha desenvolveu as suas acções políticas quase que exclusivamente através do mar, não deixando, no entanto, de influenciar e ser influenciado pelas políticas dos Estados Continentais Europeus.

Atlântica - identificando-se com o Oceano e fazendo do mar o seu principal suporte cultural e político. Boa parte da sua população dependia da orla marítima e por isso o mar influenciou a arquitectura, a pintura, a música, a literatura, as tradições orais. O seu papel, no séc. XX, como fundador da NATO e o seu empenhamento nos objectivos da Aliança Atlântica bem como o reconhecimento do valor estratégico que isso representa, são uma evidência de que quis ser um interventor activo nesta área vital para os países ocidentais. Acresce ainda o facto de, no mesmo século, ser também fundador da OCDE e da EFTA, organizações maioritáriamente europeias, no primeiro caso, e exclusivamente formadas por Estados desta região do globo, no segundo caso.

Mediterrânica - junto ás portas do Mediterrâneo pode controlar esta zona com custos mínimos. Este papel geoestratégico, é-lhe reconhecido internacionalmente. No entanto Portugal não tem sabido, ou querido, na actualidade, potenciar esse factor. Faltam os meios navais de guerra, considerados suficientes para o efeito e a vontade política de os adquirir.

Afinidades e Interesses em áreas que transcendem o seu simples posicionamento geográfico – fruto de uma convivência multisecular com outros

[17] *Almeida, Políbio Valente de - Do Poder do Pequeno Estado – ed. Instituto de Relações Internacionais – Lisboa – 1990 – pp 359*

[18] *idem pp 361 e 362*

povos, em que se trocaram valores, mercadorias, cultura, religião. E esse passado comum foi partilhado com índios, africanos, asiáticos e oceânicos, e que deixaram uma herança de relações valiosas, donde ressaltam os novos, e menos novos, Estados de Língua Oficial Portuguesa: Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné e Angola – na Costa Oeste de África; O Brasil – na costa leste da América do Sul; Moçambique – na Costa Leste de África e Timor-Leste – na Oceânia. Para já não falar das antigas possessões na Índia (Goa, Damão e Diu) onde ainda (boa parte dos cidadãos que aí vivem, sem qualquer ajuda de Portugal) hoje se tenta preservar o português, para além de Macau – na Ásia – que se encontra hoje integrado na República Popular da China. Ou seja sete países (com Portugal oito) distribuídos por quatro Continentes (5 se incluirmos Portugal) e três Oceanos (Atlântico, Índico e Pacífico).

Situação geográfica e geopolítica de Portugal em relação ao Mar

Geográficamente situado na parte mais ocidental do continente europeu, está inserido no oeste de uma Península ocupada por dois Estados de dimensão diferenciada, quer em tamanho de território, quer em termos populacionais.

O país tem um território, terrestre, relativamente pequeno e pobre em recursos naturais, pelo menos naqueles recursos que têm grande cotação nas bolsas internacionais de mercadorias.

Tem fronteiras terrestres com um único vizinho, cerca de cinco vezes maior em território e cerca de quatro vezes maior em população – a Espanha **([19])**.

Tem uma fronteira marítima de cerca de 800 Kms, no Continente, a que há que acrescentar as costas dos dois arquipélagos adjacentes, um no centro do Atlântico – os Açores, - outro na costa oeste do Norte de África, - a Madeira - que têm também o seu Mar Territorial e a sua Zona Económica Exclusiva.

O triângulo marítimo de Portugal: – Continente – Açores – Madeira - produziu a maior Zona Económica Exclusiva de mar da Europa, adjacente

[19] *Portugal – 90.000 kms2 no Continente e cerca de 10 milhões de habitantes; Espanha – 500.000 kms2 na Península e cerca de 40 milhões de habitantes.*

ao Mar Territorial. Vejamos as dimensões de uma e de outra das zonas marítimas, para situarmos melhor a questão **([20])**:

O Mar Territorial é constituído por uma área de 12 milhas náuticas a partir da linha de baixa mar**([21])** ao longo da costa.

A Zona Económica Exclusiva **([22])** é uma zona situada além do Mar Territorial, e a esta adjacente. Tem uma extensão de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial.

Nesta última faixa de oceano o Estado português tem direitos de soberania, nomeadamente, para fins de exploração e aproveitamento conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não, no leito do mar e no seu subsolo, incluindo a produção de energia a partir da água, das correntes e dos ventos e outros direitos e deveres consignados na referida Convenção de Direito Internacional. Por aqui se vê a grandeza da área disponível para Portugal explorar, se for capaz, numa zona de potencial ainda pouco conhecido.

Mas para explorar e defender os seus direitos, tanto no Mar Territorial, já de si muito grande, como na Zona Económica Exclusiva, Portugal teria que possuir uma Marinha de Guerra devidamente equipada e com dimensão suficiente, (o que não acontece actualmente), e uma Marinha Mercante, que foi progressivamente desfeita desde há trinta anos a esta parte. Assim o potencial está lá mas não é explorado.

Não temos meios de vigilância e de defesa do nosso Mar, contra a exploração abusiva por parte de agentes económicos de outros Estados.

Não tendo esses meios, sobretudo de índole Mercante, (pescas, transporte de mercadorias (cabotagem e de alto mar), transporte de pessoas) não estamos a aproveitar a "auto-estrada" marítima que possuímos e a sua ligação com outros Estados, nomeadamente com os de língua portuguesa, e não estamos a potenciar o valor de algumas linhas de águas interiores.

Não estamos a aproveitar o factor económico nem logístico que esta dimensão de Portugal nos poderia proporcionar. Porquê? Por falta de vontade política? Por falta de visão e planeamento estratégico das elites, nomeadamente dos detentores do poder político? Por falta de uma política de desenvolvimento? Por falta de um Plano Estratégico Nacional?

---

[20] *Estas definições foram instituídas pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, (inserida no Direito Internacional Público) elaborada em Genebra entre 1958 e 1960.*

[21] *Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar – Genebra 1960 – Art.º 3, 4 e 5, da Secção II, da Parte II*

[22] *idem - Art.º 56 e seguintes da Parte V*

Desde o famoso Despacho n.º 100, da autoria do Almirante Américo Thomaz, que o país não tem mecanismos de expansão e de incentivo ao aparecimento e manutenção de uma Marinha suficiente para este efeito.

O facto de o Ultramar se ter autonomizado de Portugal é razão suficiente? Os milhões de quilómetros quadrados de mar em que Portugal detém a soberania plena – o Mar Territorial – e parcial – a Zona Económica Exclusiva – não têm a importância que parecem ter?

Dada a evidência de os custos de transporte por via marítima serem, em comparação com outros meios, mais baixos; dada a morfologia favorável dos nossos portos de mar; dada a dimensão das nossas costas; dadas as suas características que facilitam a fixação das populações junto ás mesmas; não se justificaria ter uma Marinha de Transporte de Mercadorias e de Pessoas de grande dimensão?

A dimensão das águas e seus recursos económicos, não são suficientes para que Portugal incentive, a exemplo do seu vizinho terrestre, por exemplo, uma Marinha de Pesca em consonância com essa dimensão, negociando com a força da razão em Bruxelas?

Os nossos portos, dotados de uma política de enquadramento organizativo, alvo de alguns investimentos de modernização e de racionalização operacional, não seriam atractivos aos operadores nacionais e internacionais?

Os estaleiros de construção e de reparação naval não poderiam ser incentivados e apoiados, com medidas de enquadramento reais e efectivas, a melhorar as suas performances em matéria de organização, meios e colocação no mercado internacional dos seus serviços?

Para reflexão adicional: - A Espanha, com uma menor Zona Económica Exclusiva, tem prosseguido uma política de expansão da suas marinhas de guerra, de pescas e de transportes, para além de proceder sistematicamente a uma melhoria dos seus portos de mar e incentivar a sua indústria de construção e reparação naval.

Estarão errados os governantes espanhóis, das várias tendências políticas, que têm ocupado o poder político no país vizinho? Estarão errados nas suas opções estratégicas de ocupação do mar e do seu aproveitamento intensivo em favor da Economia Espanhola? Estarão errados no seu posicionamento Geoestratégico no Sistema Internacional?

Passado da relação de Portugal com o Mar

Portugal sempre teve um relacionamento europeu. A graduação deste relacionamento e a importância que os diversos decisores políticos atribuíram às suas vertentes atlântica, africana e europeia, através dos diversos tempos, é que foram diferentes. Qualquer destas vertentes sempre fez parte da nossa cultura e da nossa história e foram, e são, elementos importantes na formação continuada, e consolidação, da nossa identidade nacional.

É que de uma clara opção Atlântica e Africana, - (motivada pelo geobloqueamento terrestre de Portugal, pela Espanha, e pela existência da barreira pirenaica) - dos regimes da Monarquia, da 1ª República (1910/1926) e da 2ª República (1926/1974), (pelos motivos atrás expostos e por motivos do relacionamento com os territórios do ultramar) se passou, na 3ª República – (1974...) a dar mais importância à vertente continental europeia. Este facto foi, e é realmente, uma novidade em termos das prioridades da Política Externa de Portugal, desde os tempos do Rei D. João I.

Isto é, na Monarquia e nas 1ª e 2ª Repúblicas, Portugal tendo um relacionamento normal com a Europa, não lhe atribuiu o estatuto de prioridade. A prioridade era Atlântica e Africana.

Na 3ª República, Portugal ficou praticamente "colado" ao Continente e só no inicio do século XXI recomeçou, embora timidamente, a tratar da diversificação das suas dependências, ou alianças, nomeadamente com os EUA e os Palop's.

Portugal deve sentir-se muito á vontade no Sistema Internacional. Tem uma história invejável de contactos com países do mundo inteiro e por isso deve recapturar parte, e em moldes diferentes, da sua vocação atlântica e africana de forma a não ficar espartilhado no seu caminho de progresso.

Citando o Prof. Políbio Valente de Almeida: "*Ao longo da História, Portugal enfrentou desafios implacáveis que pareciam excessivos para a sua dimensão. Teve que enfrentar a Espanha e fez-se respeitar; teve que enfrentar o mar desconhecido e transformou-o num instrumento de ligação entre os homens. Teve que enfrentar a pobreza material e usou-a para o engrandecimento moral; aconteceu-lhe conviver com outras raças e crescem Brasis; foi marginalizado pela Europa e, no entanto, a sua estratégia foi decisiva para o aparecimento de um novo equilíbrio mundial. A perda recente de algumas funções históricas seculares e a mudança brusca de dimensão física obrigaram-no a reconciliar-se com o presente e a assumir-se como um pequeno estado que, pelo reforço dos seus valores espirituais*

e pelo sentido que for capaz de dar à sua responsabilidade ecuménica, poderá vir a posicionar-se entre as médias potências".**(23)**

Portugal está hoje inserido na União Europeia **(24)**. É uma evidência e uma necessidade estratégica do nosso país. Somos um dos países que a integram actualmente. Seremos um dos vinte e sete, ou trinta, que a integrarão futuramente.

Não sendo territorialmente, e populacionalmente, dos maiores países do Continente, não somos dos mais pequenos. Na Europa temos países mais pequenos que nós: Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Suíça, para dar só alguns exemplos de países localizados no centro do Continente. Populacionalmente, estamos com os de média dimensão.

Economicamente, estamos atrasados face aos nossos parceiros mais desenvolvidos, mas ainda assim somos mais desenvolvidos do que alguns dos que entraram ou estão para entrar, na organização denominada de União Europeia. Mas é bom recordar que quando alguns dizem que estamos atrasados fazem-no por comparação, apenas e só, com os países mais ricos desta região do planeta.

É bom não esquecer que se fizermos a comparação entre Portugal e a totalidade do Sistema Internacional de Estados Soberanos, que conta com cerca de 200 Estados, então podemos afirmar, (e as estatísticas internacionais assim o afirmam), que Portugal está no Clube dos Países mais ricos do Mundo.

Tecnologicamente, estaremos na média da Europa alargada. No aspecto educacional e de preparação dos recursos humanos temos muito por fazer. Neste aspecto por causa da falta de objectivos claros e por falta de organização e métodos.

Em termos de influência política, tudo depende da capacidade dos nossos governantes, em particular, e das elites, em geral. Porque ao nível da política pura, o que tem sido evidenciado é, antes de mais, a necessidade de um pequeno Estado**(25)**, como Portugal, "afrouxar os modelos tradicionais de interdependência, muito formais e rígidos, e estabelecer o maior número possível de ligações informais com o maior número possível de Estados

[23] *In Almeida, Políbio Valente de Op. Cit. pp. 372-373*

[24] *Chaves, Miguel de Mattos – Portugal e a Construção Europeia – ed. Sete Caminhos – Lisboa 2005*

[25] *Pequeno Estado – esta noção refere-se sobretudo às dimensões do território, da população e dos recursos. CF – por exemplo: Carvalho, Joaquim de – apontamentos da cadeira de Sistema Internacional, Políbio Valente de Almeida – do Poder do Pequeno Estado, Moreira, Adriano – Ciência Política e do mesmo autor – Teoria das Relações Internacionais.*

potencialmente colaboradores".**([26])** As ligações informais são menos onerosas que as formais e podem ser um bom ponto de partida para aprofundamentos formais posteriores que conduzam à formalização sustentada das relações.

Mas o que deveríamos colocar na primeira linha de pensamento é a questão de como, quando e de que forma nos poderemos tornar relevantes no sistema internacional.

O eixo geográfico, político e económico da comunidade europeia está-se a deslocar para o Leste europeu. Por haver mais seres humanos aí a residir. Por haver maior proximidade e facilidade de deslocação e comunicação entre um número alargado de pessoas. Por o "coração económico e político" aí se situar.

Donde, temos de encontrar formas de não nos deixarmos afundar em pessimismos e derrotismos e ver como poderemos ter um papel na actual e futura construção europeia e no Mundo em geral. O Mundo já não é eurocêntrico e existem várias possibilidades de expansão da projecção de Portugal em várias zonas do planeta.

Não obstante a nossa actual ligação á Europa Continental importa não esquecer, como lembra o Prof. Borges de Macedo, que Portugal não pode aderir a nenhuma solução externa exclusiva, (opção continental ou marítima) dado que ambas as situações são de considerar, até porque o interesse dos países do centro europeu pelo seu extremo ocidental ou o seu abandono se pode verificar. Portugal tem que reunir na sua composição nacional a permanente capacidade de escolher, em cada momento, em qual se deve apoiar, tem que manter ambas as opções em aberto.

Erros sempre foram cometidos pelos Estados e continuarão a sê-los. É próprio do ser humano. E é ao ser humano que compete governar o Estado, entidade abstracta representativa da Nação, por delegação desta. O que interessa é, sobretudo para um país pequeno, cometer cada vez menos erros.

A utilização das rotas marítimas e a livre fruição dos acessos marítimos, desempenharam, e devem desempenhar, num país tão ligado ao mar como Portugal, um papel relevante. Esse papel evoluiu ao longo dos tempos. Nos séculos XV e XVI Portugal, como já se referiu, foi a primeira potência marítima da Europa e do Mundo. Criou rotas marítimas oceânicas

[26] *In Almeida, Políbio Valente de Op. Cit. pp. 358*

e sobre elas estabeleceu o primeiro império marítimo de dimensão mundial **([27]).** Foi a "superpotência" da época.

Até 1974 e apesar de ter deixado de ser uma Potência marítima, as rotas oceânicas sempre tiveram uma importância estratégica para Portugal por quatro razões:

1 - primeira, garantiam as ligações económicas e militares com o ultramar português;

2 - segunda, garantiam-nos a liberdade do comércio marítimo como alternativa ao comércio por terra, mais caro e passível de ser controlado pela Espanha;

3 - terceira, garantiam-nos a possibilidade de socorro militar por parte de um aliado;

4 - quarta, davam-nos a possibilidade de retirar por mar o Poder Político, e parte do Poder Militar, em caso de invasão terrestre, obtendo deste modo uma profundidade estratégica que a configuração do território continental europeu não possui.

5 - e por fim, Portugal desde o século XVII até à Segunda Guerra Mundial teve como aliado a nação que se tornou na principal potência marítima, a partir do século XVIII**([28])**: a Grã-Bretanha.

Destas condições estratégicas mudou de configuração parcial a quarta. A primeira mudou de cambiante. Mas esta, a primeira, permanece como possibilidade de ligação privilegiada com os países de língua oficial portuguesa, se o soubermos fazer, com evidentes benefícios económicos, financeiros e também culturais e políticos.

Quanto aos outros factores, acima apontados, eles permanecem verdadeiros. Evidentemente que em tempo de paz no território europeu, alguns destes factores tendem a ser desvalorizados. Mas podemos afirmar que temos garantida a paz eterna?

[27] *In Martins, François – Geopolítica e Geoestratégia, Bloco VI, Lisboa, Universidade Lusíada, 1999, pp. 147*

[28] *Modelsky, George – Long Cicles in World Politics – ed. Macmillan Press – 1987 - os cinco ciclos do Poder Mundial desde 1494 até à actualidade*

O Séc. XX

A partir de 1949, a potência marítima dominante passou a ser a NATO onde pontificava, e pontificam, os EUA, sendo certo que com a cada vez mais escassa dimensão da nossa marinha mercante, (acentuada a partir da década de 1980, inclusivé), essa aliança se tem vindo a tornar mais irrelevante para estes.

Isto é, com a dimensão actual dos nossos meios navais, (civis e militares), Portugal arrisca-se a chegar a um quadro de se tornar absolutamente irrelevante no seio do sistema de alianças, que nos interessam e que deveríamos manter e, nalguns casos, aprofundar.

Após 1974, com a descolonização, boa parte das mais valias marítimas de Portugal deixaram de existir passando a liberdade do comércio marítimo a fazer-se em plano de igualdade com qualquer Estado dependente do mar, já que no plano militar e político esse direito estava, desde 1949 a ser exercido quase que exclusivamente no quadro na NATO.**([29])**

Mas sendo Portugal um membro de pleno direito dessa organização, e fundador da mesma, tem obrigações de nela participar efectivamente; isto é, por exemplo, contribuir com meios navais que assegurem o cumprimento dos objectivos dessa organização, para além de, naturalmente, prosseguir os seus próprios, sob pena de se tornar descartável.

Até à queda do Império Soviético (1989/1991) os interesses ligados às nossas posições geoestratégicas foram:

- velar pelo controlo do Atlântico Norte e dos acessos ao Mediterrâneo,
- garantir o trânsito entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul
- apoiar as ligações transatlânticas, em especial o "*Reforço Rápido*" do SACEUR, sobretudo para o nosso aliado EUA.

Estas posições, que maioritariamente são asseguradas no seio da NATO, fizeram de Portugal um parceiro relevante, dada a sua situação geográfica.

O que mudou entretanto? Os EUA consideram que a projecção do seu próprio poder para o Próximo e Médio Oriente faz-se, também, através dos Açores. Foi assim durante o período da Guerra Fria e continua hoje a sê-lo. A comprová-lo estão as evoluções no quadro do Médio Oriente, onde Palestinianos e Israelitas não se entendem; e a agravar este quadro, as sucessivas

[29] *Martins, François op.cit. – pp. 148*

crises no Iraque de que não se vê um fim à vista, pese embora os discursos oficiais.

Donde, embora existam algumas mudanças, geradas por novos equipamentos, sobretudo aéreos, que parcialmente reduzem a importância estratégica da nossa localização geográfica, não é certo que a mesma se tenha desvalorizado ao ponto de sermos descartáveis pelos nossos aliados.

Mas para não o sermos, teremos que dar mais importância aos meios de vigilância e defesa do nosso espaço, (marítimo e aéreo, insular e continental), de forma a podermos ser considerados parceiros credíveis, pelos mesmos.

O Presente e o Futuro

Interesses de Portugal de médio e longo prazo

Mas este quadro do Atlântico Norte, em que Portugal ocupa ainda, e apesar de tudo, uma posição de destaque, está a mudar e a Espanha, através da sua diplomacia e das suas relações crescentes com os EUA, está a tentar mudar os dados do problema em nosso desfavor, embora sem grande sucesso até ao presente. E no futuro? A Espanha tem investido na ocupação efectiva do Mar, e será que esse facto não terá, num futuro próximo, importância na reavaliação do seu papel na Aliança, jogando a nosso desfavor?

Portugal precisa não só de recuperar o seu pensamento geopolítico mas também as componentes cultural e económica do seu Poder Marítimo**([30])** que é essencial ao seu desenvolvimento, ao seu prestígio, á sua coesão e á sua liberdade de acção. Para tal precisa de recuperar e aprofundar as suas ligações com os Estados Unidos da América.

Para o futuro, Portugal terá de eleger o seu desenvolvimento económico sustentado, e o consequente crescente bem-estar da sua população, como primeira prioridade.

E é razoável pensar que o Mar poderá ser um factor estratégico e altamente coadjuvante se, entretanto, lhe for dada a importância adequada, consubstanciada na tomada de medidas concretas de fomento. Seria provávelmente uma "revolução" positiva.

Os agentes principais dessa "revolução" terão de ser, em primeiro lugar o Estado, ou melhor o poder político que o ocupa, através da constru-

[30] *Carvalho, Virgílio – op.cit. pp 81*

ção de políticas de fomento de exploração e de defesa do mar territorial e da zona exclusiva, para além do incentivo ao reaparecimento de uma marinha mercante com a dimensão suficiente para ser económica e financeiramente viável.

Em segundo lugar, terão de ser as empresas (sejam elas detidas por empresários ou por negociantes - dado que são os protagonistas centrais do processo de globalização competitiva) a ter um papel decisivo nesta matéria; são os "novos navegadores", no sentido de serem os principais factores motrizes de mobilidade. Não podem deixar de se adaptar aos novos campos de acção, sob pena de desaparecerem ou de serem incorporadas em redes de empresas mais potentes onde não podem aspirar a ter posição de domínio**. ([31])**

É neste ponto que tem especial importância a irrelevância do mercado português face ao mercado integrado europeu. Num pequeno mercado, não é muito provável que se desenvolva uma entidade empresarial de dimensão continental (o que não quer dizer que seja impossível). Também não é provável que associações de empresas nacionais possam organizar redes internas que sejam capazes de atingir dimensão continental.

Assim, com o incentivo e o devido enquadramento estruturado, caberá aos agentes económicos privados a prossecução, na área da marinha mercante e nos seus segmentos (pescas, transporte de mercadorias e de pessoas, na navegação de costa ou na navegação em mar alto), levar a efeito e pôr na prática este desiderato e explorar devidamente as capacidades potenciais do mar e das linhas de água interiores.

Um pequeno parêntese **([32])** para referir que ou os detentores do capital das empresas portuguesas (empresários ou negociantes) ultrapassam a sua tendência para o individualismo exacerbado, o que faz com que não queiram verdadeiramente associar-se em projectos de internacionalização,[a menos que o Estado (ser mal querido, mas de quem todos exigem tudo) os financie], ou não poderão queixar-se de não adquirirem dimensões críticas para o sucesso sustentado, também nesta área estratégica.

E sem isso será muito difícil conquistar protagonismo estratégico no contexto da globalização competitiva. **([33])**

[31] *In SaeR – Estratégia Económica e Empresarial de Portugal em África, Vol. VI, Lisboa, Saer/ Fernave, Junho de 2001, pp. 30*

[32] *Chaves, Miguel de Mattos – op.cit.*

[33] *In Saer – op.cit*

O Mar é uma oportunidade para o adquirir. Mas também é uma ameaça. Se não for aproveitado por Portugal alguém, mais tarde ou mais cedo, o fará.

Para Portugal, no geral, e para as empresas, em particular, esta é uma oportunidade estratégica. Integrado no espaço europeu, o mercado português e as suas empresas correm riscos de periferização e de subordinação, nomeadamente ao centro regional ibérico, em que a nossa dimensão em termos do número de consumidores potenciais é de apenas cerca de 21%.

Portugal deverá, assim, *diversificar as suas dependências*, formais ou informais, de maneira a não estar excessivamente dependente de um só bloco, tentando passar a ter outro "espaço de manobra" que lhe permita alguma voz internacional, que lhe permita poder tentar maximizar os seus interesses.

Nesta linha de pensamento existe uma oportunidade, se soubermos explorá-la, para Portugal se tornar algo relevante no seio do Sistema Internacional, em geral, e no europeu, em particular e que tanto tem a ver com o Mar, embora não exclusivamente:

- explorar os recursos marinhos á sua disposição;
- explorar as "auto-estradas marítimas", sobretudo as que nos ligam aos países de língua oficial portuguesa;
- ajudar a sedimentar e fortalecer um bloco Lusófono, de que tanto têm falado, quer o Prof. Adriano Moreira quer o Prof. Ernâni Lopes, que nos permita, se bem articulado, ser a "ponte" entre esses dois mundos, ou espaços, para o qual já se deram os primeiros passos, embora na minha opinião tímidos, através da constituição da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa);

Para isso, além de bloco cultural, dado ser a base imediata de união possível, terá de evoluir para os campos económico, político e mesmo militar.

Se Portugal conseguir ser, em linguagem simplificada, "o embaixador" do bloco lusófono na União Europeia e na Aliança Atlântica e ser ao mesmo tempo "o embaixador" da União Europeia e da Aliança Atlântica nesse bloco, adquirirá uma importância internacional bem superior à detida actualmente, por motivos óbvios.

As potencialidades estão aí: mesma língua, a mesma matriz cultural, embora com algumas diferenças, a experiência de séculos no contacto com esses povos, a nossa conhecida capacidade de diálogo e de estabelecer

pontos de convergência de interesses. Já o fizemos na nossa história, poderemos fazê-lo outra vez, embora com um novo modelo.

Modelo de cooperação entre Estados Soberanos, que identifiquem interesses comuns, face aos cenários e blocos internacionais deste século XXI. Para isso, os países integrantes terão de se dispor a construir uma base comum que lhes permita, a todos, terem um papel na cena internacional.

Portugal, como matriz dessa potencial comunidade, deverá ser capaz de ajudar à sua organização, à reflexão estratégica que será necessário desenvolver, para chegar à formação desse bloco.

A Portugal deverá caber um papel de levantamento, motivação e de articulação dessas capacidades comuns. Para isso deverá formular um plano estratégico que englobe não só os países africanos mas também o Brasil, na futura organização mais profunda, cuja génese se encontra construída.

Deveria conceber programas de apoio operacional aos agentes económicos portugueses que lhes permitissem avançar na direcção da internacionalização efectiva nesses mercados, simplificando ao mesmo tempo os procedimentos administrativos, fazendo inserir a política de cooperação no modelo de modernização de Portugal e assumir que ao Estado português deveria caber uma acção de "motor" e de "mobilizador", tanto das vontades internas como das vontades dos seus congéneres, membros da CPLP **([34])**.

O desenvolvimento das relações com a África e o Brasil, numa óptica de inserção na economia global, poderia funcionar para Portugal como o mecanismo básico de criação de vectores de compensação que nos permitissem estabelecer um sistema de equilíbrio estratégico onde o vector de modernização (a UE) fosse incorporado, tentando proporcionar novas possibilidades estratégicas de afirmação de Portugal no seio do Sistema Internacional, em geral, e no da União Europeia, em particular**([35])**.

Como exemplo daria ainda mais algumas sugestões para serem objecto de um estudo aprofundado:

1) fomento e incentivos ao reaparecimento da Marinha Mercante portuguesa, quer de cabotagem, quer de longo curso, na minha opinião vitais para um país com as nossas características geopolíticas.
2) investimento no desenvolvimento da área dos transportes (pessoas e mercadorias), criando "pooles" entre as companhias (aéreas e marítimas) das várias nacionalidades para a exploração de rotas e

[34] *Cf – Saer /Fernave – Op. Cit.*
[35] *Idem*

apoio às actividades de trocas entre os vários países da comunidade Lusófona;

3) investimentos na área das Telecomunicações e das Novas Tecnologias de Informação, que facilitassem as comunicações e a circulação da informação integrada entre os vários espaços;

Temos de encontrar forma de pôr em marcha um *Plano Global Estratégico de Política Externa, resultante do Plano Estratégico Nacional,* que nos permita aceitar o que é de aceitar, e recusar o que é de recusar na frente comunitária, e saber alargar a nossa rede de interesses, fora da União, sem colocar em causa a nossa inserção na mesma, dando ao Mar a importância e a valorização efectiva da posição estratégica que detém.

É sobre tudo isto que teremos em conjunto, independentemente da filiação partidária, de reflectir, para que Portugal possa ser o que todos queremos que seja: um país relevante na cena internacional, tendo em mente a nossa dimensão e as nossas capacidades.

E boa parte da nossa dimensão está no mar. Assim consigamos adquirir as capacidades para o explorar nas suas várias vertentes: *comunicacional, transportes, exploração de recursos e defesa.*

Assim, se houver vontade e discernimento político, se houver um envolvimento claro das elites de que o país dispõe na discussão construtiva, na busca de soluções, poderemos encontrar o caminho adequado.

Basta, para tal, que os portugueses envolvidos na necessária (e por fazer) reflexão estratégica, (de médio e longo prazo), assumam a História de Portugal na sua plenitude e os seus ensinamentos, percebam qual a importância decisiva da posição Geoestratégica e Geopolítica do país e se deixem de complexos de inferioridade, planeando o futuro com realismo mas também com ambição.

O Povo Português precisa de verdadeiras elites, aquelas que juntam o pensamento á acção.

Adere e é motivável por grandes projectos. O que é necessário é que apareçam pessoas que pensem o país e que tenham projectos para Portugal que sejam capazes de motivar a passagem das palavras á operacionalização destas.

BIBLIOGRAFIA consultada e/ou utilizada neste trabalho:

- **Almeida, Políbio Valente de** - *Do Poder do Pequeno Estado* – ed. Instituto de Relações Internacionais – Lisboa – 1990
- **Carvalho, Joaquim de** – *apontamentos da cadeira de Sistema Internacional* – Universidade Lusíada – Lisboa – 2000
- **Carvalho, Virgílio de** - *Estratégia Global* – ed. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Lisboa – 1986.
- **Chaves, Miguel de Mattos** – *Portugal e a Construção Europeia* – ed. Sete Caminhos – Lisboa – 2005.
- **Couto, Abel Cabral** – policopiado - *apontamentos – CDN2003* – Instituto da Defesa Nacional – Lisboa 2003
- **Howarth, David** – *The Dreadnoughts* – Amsterdam – 1979
- **Kennedy, Paul** – *The Rise and Fall of British Naval Mastery* – Penguin Books – London – 1976
- **Lopes, Ernâni Rodrigues** – *Policopiado – apontamentos da cadeira de geopolítica* – Universidade Católica – Lisboa – 2002
- **Lopes, Ernâni Rodrigues** – *policopiado da cadeira, do mestrado em estudos europeus, de Geopolítica e Prospectiva da Europa* - Universidade Católica – Lisboa 2002
- **Mahan, Alfred Thayer** – *The Influence of Sea Power upon History – Little Brown & Co.* – 12ª Edição
- **Martins, François** – Apontamentos de Geopolítica e Geoestratégia, Bloco VI, Lisboa, Universidade Lusíada, 1999
- **Modelsky, George –** *Long Cicles in World Politics* – ed. Macmillan Press – 1987
- **Moreira, Adriano** – *Ciência Política* – ed. Almedina – Coimbra 1995
- **Moreira, Adriano** – Teoria das Relações Internacionais – ed. Almedina – Coimbra - 1996
- **Neto, João Pereira** – *Geopolítica Tropical* - ed. Associação Académica, Lisboa – 1965
- **Pirenne, Jaques** – *Les Grands Courants de l'Histoire Universelle* – ed. de la Baconniére – 1948
- **SaeR** – *Estratégia Económica e Empresarial de Portugal em África*, Vol. VI, Lisboa, Saer/Fernave, Junho de 2001

- **Seara, Fernando e outros** – *Direito Internacional Público* – Un. Lusíada – Lisboa 1995
- **Unidas, Nações -** *Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar* – Genebra 1960
- **Vallera, João** – *Notas de Reflexão sobre o futuro da União Europeia*, policopiado, Lisboa 2002.




Justitia et pax osculatae sunt

A "ONU da Paz" - Cidadania e Direitos Humanos[1]

Prof. Adriano Moreira[2]

Uma atenção à evolução da semântica na história da estruturação das relações entre os seres humanos e o poder político que de origem os submete e orienta, ou que precede de uma decisão tomada pelos seres humanos que lhes estão submetidos, talvez ajude a esclarecer a fluidez da atual relação entre ambos os problemas que as referidas expressões identificam. Em primeiro lugar o termo *cidadão* passou a ser usado, depois das Revoluções Francesa e Americana, com firme sentido de condenação do termo *súbdito* que lembrava submissão a um poder em cuja formação e fiscalização a pessoa não intervinha.

A palavra *cidadão* exigia a existência de uma Constituição que definia os seus direitos e deveres. Por isso foi um conceito apoiado pelos teóricos do *Contrato Social*, a notável corrente que, partindo de Platão, incluiu Hobbes, Rousseau, e modernamente Rawls (Theory of Justice, 1971). Como, desde Platão, a distinção entre *poder* e *autoridade* está sempre presente na análise do que chamamos Estado de Direito, foi o conflito entre ambas as realidades que deu atualidade ao pensamento de Henry David Thoreau (1817-1862), em Civil Desobedience (1849), defendendo a desobediência a um Estado que praticava a escravatura, e que depois Mahatma Gandhi em 1920 alar-

[1] Texto da Conferência proferida na Universidade de Coimbra, em 03JUL2018 e disponibilizado pelo autor para publicação no Boletim "Roteiros", referente a 2018;

[2] Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa. Presidente da Academia Internacional de Cultura Portuguesa. Presidente e co-fundador do Instituto Dom João de Castro. Membro Honorário da Academia de Marinha. Presidente Honorário da Sociedade de Geografia de Lisboa;

gou, no Congresso Nacional Indiano para terminar com o poder imperial britânico, e que agora inspira a contestação da violação da legalidade por qualquer Estado, desobediência que do lado dos ativistas é um movimento de Civil Rights, como o que levou ao Civil Rights Act de 1964 nos EUA, respeitante à discriminação dos negros.

A distinção entre a lei e a realidade da sua obediência é que exigiu, na evolução ocidental, que o todo jurídico fosse garantido pela Constituição democrática, em que releva um poder judicial independente. Esta evolução ocidental, foi contrariada quer pelo famoso Weber que atribuiu a principal causa do conflito social à diferença entre credores e devedores (*The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism, 1920-21*), quer pelo marxismo que viu antes a causa na dinamização do conflito entre capitalismo e trabalhadores, apenas solúvel não pela simples desobediência, mas pela Revolução.

Estas simplificadas lembranças servem-nos apenas para por em evidência que esta conflituosa evolução começou a ter forma e força ocidental com a realidade do Estado de Direito Democrático, mas que neste ano de 2018 um novo conflito se tornou dominante: a dignidade humana, sobretudo depois das duas terríveis Guerras Mundiais, colocou em evidência a frágil validade dos – Direitos Humanos –, ao mesmo tempo que a invenção das hierarquias dos Estados obrigou, pelo globalismo, a pensar na efetivação desses direitos humanos, independentemente de a conciliar com um Estados ou com a falta dele, e até com a total inexistência de uma governança desse globalismo a que chegamos. Já não se trata do conflito semântico expresso pela distinção entre *súbdito* e *cidadão*, trata-se do homem e da terra morada comum de todos os homens, com o Estado Soberano de Jean Bodin (1530--1596) desafiado pela ciência e técnica sob o poder de instâncias privadas sem fronteiras, da capacidade de o fraco vencer o forte, de mais de metade dos cerca de duas centenas de Estados da ONU não terem meios para responder aos ataques da natureza, de a desordem em vários Estados, designadamente muçulmanos, promoverem revoluções e desencadearem movimentos de emigrantes que afetam o principio da terra casa comum dos homens, que colocam em conflito os deveres de hospitalidade e a segurança dos procurados Estados de destino, o renascimento de conflitualidade orientada por mitos raciais, o enfraquecimento das instituições internacionais como a ONU, centros de poder ou desconhecidos ou sem cobertura legal.

A própria União Europeia, com os projetos de fortalecimento propostos pelo Presidente da atual Comissão, pedindo um Ministro das Finanças, um Ministro da Guerra, um Ministro dos Negócios Estrangeiros, e um Presidente eleito por sufrágio universal, que subordinaria o Conselho, parece

sustentar, para enfrentar o globalismo, um governo sem Estado, fazendo lembrar o comentário de Fukuyama, em *As Origens da Ordem Política*, sobre a *Igreja Transformada em Estado*. A evidência é que o Estado, mesmo aberto à forma democrática ocidental, não escapa à circunstância mundial de procurar e colaborar na busca de uma alternativa para conseguir uma governança global.

O problema para a sustentação dos Direitos Humanos, que guiam a democracia dos governos, é claro ao demonstrar a incapacidade dos Estados falhados, e também a espécie de bloqueio que atinge progressivamente as instituições multilaterais, a começar pela ONU, bastando lembrar a impotência do Conselho de Segurança em relação ao desastre da Síria, a desordem das respostas da União Europeia às migrações, a fragilização do Acordo de Paris em vista das desequilibradas decisões do Presidente dos EUA, o Brexit da Inglaterra, sendo que a crise parece sobretudo causada pelo facto de, em cada uma das instituições, cada membro contestar o respeito pela representatividade equitativa; o pensamento único (*There is no alternative*) apoiado desde 1980 pela senhora Thatcher, está desafiado por alternativas exigidas pela crise económica e financeira mundial, o desenvolvimento do poder da informação mundial coloca a aparência sustentada a impedir o acesso ao conhecimento da realidade, os populismos parecem apontar por repor a memória do passado contra a mudança exigente dos valores que os Direitos Humanos representam, a corrupção atinge os governos em todas as latitudes, os neonacionalismos ameaçam as unidades estaduais.

A novidade talvez mais visível nesta anarquia, é a que Catherine Somary, economista conselheira da *Associação para a taxação, para as transações financeiras e para a cidadania*, estudos sob o nome de *altermundialismo*, juntando no conceito as várias resistências às agressões sociais, ambientais, guerreiras, em suma "libertárias". Coloca a sua origem no "*encontro intercontinental para a humanidade e contra o neoliberalismo*" que juntou representação de 42 países, que responderam à convocação de Marcos, dirigente do exército zapatista de libertação nacional (EZLN), que em 1 de Janeiro de 1994 se levantara contra o Acordo assinado entre os EUA, o Canada, e o México; acrescenta a Marcha das Mulheres no Quebeque em 1995 contra a pobreza, a ideia vinda de Tóquio da Marcha Mundial das Mulheres contra a pobreza e a violência contra elas, as Marchas europeias de 1996 contra o desemprego, e a lista continua. Termina com esta pergunta: "depois de meses de diálogos e de consultar centros de organizações e movimentos aderiram em 2017 à proposta e criação de um Coletivo brasileiro para o FSM da Baia em 2018, tendo por tema central "os povos,

os territórios, e os movimentos de resistência", visando uma "construção coletiva, criativa e transformadora, face ao grave e ao incerto contexto brasileiro, latino-americano e planetário". (Para uma nova mudança?

In L'Etat du Monde, 2018, pg. 200). A questão é que, não apenas por mãos ocidentais, se encontram afetados pela conclusão dos analistas de que há guerras em toda a parte, em que mais de metade dos Estados existentes são incapazes, como disse, de responder aos ataques da natureza, que os antigos Estados dominantes ocidentais e emergentes começam a viver um conflito entre o presente e a lembrança do passado, o que nada contribui para facilmente encontrar a governança viável do globalismo em que nos encontramos. Este esses ocidentais encontram-se hoje os EUA, que ainda se consideram a Casa no Alto da Colina, mas agora se subordinam ao voto da "America First", enfraquecendo a ONU com o abandono da Comissão de Direitos Humanos, enfraquecendo a UNESCO com a saída por a sua Presidência não saber o que é o Património Imaterial da Humanidade, enfraquecendo a defesa do globo abandonando o Tratado de Paris, enfraquecendo a NATO com um critério contabilístico, agravando a instabilidade da Palestina com a assumida capacidade de declarar que Jerusalém é uma cidade única capital de Israel, provocando as inevitáveis mortes, agravando a rutura dos Direitos Naturais de multidões que procuram, e não encontram, lugar na "terra casa comum dos homens", e que a organização coletiva ONU, e os seus Estados membros, não encontrem forma de assegurar o "Mundo Único", isto é, sem guerras.

A Carta da ONU foi organizada para se preservar as gerações futuras do flagelo da guerra, que duas vezes durante uma vida infligiu à humanidade sofrimentos indizíveis, e ignorando a nossa proclamada *Declaração Universal dos Deveres Humanos*, proposta do InterAction Council de 1 de Setembro de 1997, destinada no fundo a assegurar o cumprimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos", porque, segundo declara, "o reconhecimento de direitos iguais e inalienáveis para todos os povos requer o estabelecimento da liberdade, justiça e paz – mas também é preciso que os direitos e os deveres recebam uma importância igual a fim de se criar uma base ética para que todos os homens e mulheres possam viver juntos e em paz atingindo o máximo do seu potencial". O facto é que o grande sonho da ONU e da Declaração Universal de Direitos Humanos, documentos escritos sob a ambição do "nunca mais" das guerras, foram atingidos por se pôr de lado a tradição diplomática para lidar designadamente com a Coreia do Norte, pondo em perigo o desencadear da cascata atómica que qualquer leviandade pode originar, com a mesma Presidência separando arbitraria-

mente mães de filhos menores que ainda consideram os EUA uma terra de refugio, tornando enfim evidente que não há Estados, ou poderes não estaduais mas evidentes, que sejam inocentes neste enfraquecimento de projetos que procuravam a igual dignidade dos homens e conseguirem um mundo, pela primeira vez na história, nas mãos de governantes incapazes de praticar qualquer das imprudências que, no ensinamento de Bismark, podem desencadear desastres irresponsáveis.

Por isso são oportunas as chamadas aos princípios de uma ética universal, nome da Fundação do ilustre Hans Kung, em busca dos pressupostos universais que unam as diferentes etnias, culturas, e crenças, para que em paz, e não em conflito, consigamos estabelecer as bases de que depende tornar efetivos os Direitos Humanos que nós ocidentais formulámos, de que nós ocidentais estamos a ajudar a violação crescente, que vozes de origem tão diferente, como a do Dalai Lama que vem do Oriente, e a do Bispo de Roma, Papa da Igreja Católica, condenem e se encontrem na mesma exortação. O primeiro, quarenta anos depois de ser exilado pela invasão chinesa do Tibete, e da destruição irreparável de tesouros da sua cultura, vem declarar que "não tem inimigos", e acrescenta, aos responsáveis políticos e sociais, que "vejo cada vez mais claramente que o nosso bem estar espiritual não depende da religião, mas da nossa natureza humana inata", acrescentando que "o século XXI tem de ser moldado pelos valores interiores.

O nosso século tornar-se-á então no século da paz e do diálogo". E por seu lado o Papa Francisco, um dos Papas pela quinta vez chamado a falar à Assembleia Geral da ONU, declarou que "não pode haver paz verdadeira, se cada um reclama sempre e somente o próprio direito, sem se preocupar com o bem dos outros". No seu magistério lembra que na única oração que Cristo nos deixou, não disse "meu pai", disse "Pai nosso". Isto é, de todos. Uma leitura que a ONU, quando a fizer, passará a chamar-se "ONU da Paz". Lembrarei, para terminar, a insólita intervenção da antiga "Casa no Alto da Colina", em Jerusalém, chamando-lhe leviandade para amenizar o caso.

Os factos surpreendentes que se multiplicam, e que agravam a situação de risco da circunstância mundial, fazem repetidamente lembrar uma advertência do príncipe Otto von Bismarck (1815-1898), um dos doutrinadores e praticante da chamada Real politik, conceito formulado por Ludwing von Rochau, quando definiu e realizou o projeto de unificação da Alemanha. Adotando a prudência do possível, advertia que uma simples leviandade poderia facilmente produzir uma catástrofe, designadamente militar, embora o uso da força militar não seja a única força capaz de produzir iguais efeitos. Ainda hoje, há doutrina que apoia o entendimento de que

o conceito da Carta da ONU (artigo 2) não incluiu apenas agressão com uso da força armada, mas qualquer intervenção no espaço da soberania de outra potência, embora pareça mais numeroso o apoio da interpretação restritiva no sentido de que apenas tem em vista o uso da força armada.

De qualquer modo o teor do valor dominante da Carta da ONU é a paz, e não é uma interpretação excessiva entender que é reprovada qualquer intervenção exterior que afete a ordem interna de um Estado, ou região com estatuto internacional reconhecido, como foi o caso da frutuosa utilização das Cidades autónomas, como foi por exemplo o caso de Tanger cuja administração esteve em mãos portuguesas com êxito reconhecido. Também foi o modelo que recebeu apoio e propostas de responsáveis, quando a sonhada formação de dois Estados na Palestina implicou a importância e preocupação internacional com Jerusalém, um património das várias religiões, e não apenas de judeus e muçulmanos, sendo destacável o que representa para os cristãos de todas as tendências.

Acontece que a decisão do atual Presidente dos EUA, no sentido não apenas de colocar em Jerusalém a Embaixada do seu país, foi também acompanhada da sua proclamação declarando que tal ato significava que a Cidade de Jerusalém, na sua totalidade, era a capital de Israel. Extinguindo assim o regime proposto de servir também de capital da autoridade palestina, longamente à espera, paga com sacrifícios, de finalmente ter um reconhecimento internacional geral de Estado, com a inerente proteção internacional. Como era de esperar, pela evidência histórica do longo problema, os conflitos, com o preço dos mortos inevitáveis, foi um resultado imediato, provocado pela insólita decisão, dos confrontos entre as duas comunidades, que o processo de instalação da Embaixada, era impossível não provocar.

Mas o que não era de prever era que um estadista responsável entendesse que tinha o poder de declarar legalmente o efeito da sua decisão, que ela fosse internacionalmente acatada, naturalmente festejada em Israel, embora com amortecida crítica internacional, que a rodeou, embora seja seguramente mais surpreendente que o Conselho de Segurança não assumisse que a circunstância exigia a sua intervenção. O facto de tal decisão com tais efeitos ser feita pelo governante de um Estado com direito de veto, isso não inclui no privilégio a imunidade da intervenção do Conselho quando é a paz, e a vida, que estão em causa.

Ocorre lembrar o incidente da tentativa do Reino Unido – França, ambas as potências com direito de veto, e que ficaram impedidas de conseguir o êxito que esperavam fácil, quando procuraram impedir Nasser de nacionalizar o Suez. Que a atual decisão não tenha ainda provocado a sufi-

ciente reação contra as perdas de vidas que sublinham e responsabilizam o autor do acontecimento, não impede porém assumir já como suficientemente evidente e preocupante que se tratou de uma leviandade, no prudente conceito de Bismark. Não é de esperar que as várias religiões, para as quais o carater sagrado da cidade está acima do pragmatismo de qualquer política consagradora de regra maquiavélica segundo a qual quando a ilegalidade da ação provocou o efeito desejado, está justificada, deixem de unir-se na defesa do valor comum que partilham. Mas também é de esperar que mais uma vez seja fortalecido o movimento vindo não apenas de entidades políticas, mas também de sociedades civis, independentemente de partilharem alguma das crenças religiosas, para que a presente ONU seja suficientemente reformulada no sentido de poder e dever chamar-se ONU da Paz.

Até esta data não parece que esse objetivo seja partilhado pelo autor da audaciosa intervenção numa área que não é apenas do seu interesse, nem exclusivamente do interesse dos palestinos, nem dos cristãos que hoje são objeto de perseguições e sacrifícios não ignoráveis, trata-se de um lugar de encontro de valores cimeiros de várias crenças que ali encontram o ponto mais valioso da sua comunhão em paz e cooperação.




Justitia et pax osculatae sunt

Cooperação entre a República Portuguesa e o Imamat Ismaili[1]

Prof. Adriano Moreira[2]

Para ajudar a compreender as relações da República Portuguesa com o Imamat Ismaili, mais conhecido do grande público pela projeção internacional do atual Aga Khan (Comandante Chefe) dos ismaelitas, é útil conhecer a importância da comunidade em Moçambique, antes e depois descolonização, e a cooperação e lealdade que caraterizaram a sua presença, sempre com respeito por Portugal. Eu próprio conheci o pai do atual Príncipe, que foi embaixador do Paquistão na ONU, quando pertenci à delegação portuguesa à Assembleia Geral da mesma, organizada pelo Professor Paulo Cunha, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, do qual fui aluno. Durante a "guerra colonial" muitos ismaelitas vieram para Portugal, e integraram-se fácil e completamente na comunidade nacional.

Quando, em 1996, o Príncipe Amyn Aga Khan, esteve em Portugal, recebendo do atento Presidente Mário Soares as atenções que lhe eram devidas, pessoalmente pela sua posição no já então difícil encontro pacífico e cooperante das diferentes áreas culturais, incluindo as religiosas, mundiais, quer pela intervenção que a sua comunidade voltara a ter sobretudo em Moçambique, membro da CPLP, e pela plena integração em Portugal dos que para aqui tinham vindo durante o doloroso processo da descolonização.

[1] Trabalho disponibilizado pelo autor para publicação no Boletim anual "Roteiros 2018", editado pelo Instituto Dom João de Castro;

[2] Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa. Presidente da Academia Internacional de Cultura Portuguesa. Presidente e co-fundador do Instituto Dom João de Castro. Membro Honorário da Academia de Marinha. Presidente Honorário da Sociedade de Geografia de Lisboa;

Daqui partiu a primeira decisão que levou à instalação em Lisboa da Fundação Aga Khan Portugal.

Entretanto, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Luís Amado, sempre atento aos problemas que têm expressão no princípio orientador do projeto ONU, que considera a terra "casa comum dos homens", e portanto bom conhecedor da importância e especificidade da minoria Xiita liderada pelo Príncipe, acompanhando cerca de 15 milhões de seguidores, convidou-me para presidir à representação portuguesa na Comissão mista que acompanharia a ação da referida primeira Fundação, tendo bem presente, designadamente, a definição que o irmão do Aga Khan, Príncipe Karim, fez, numa entrevista, da função do líder: "No Islão sunita e xiita, o imã é o responsável pela qualidade da vida daqueles que olham para ele como guia para supervisionar a prática da fé. Não há divisão como, por exemplo, na interpretação cristã, entre o material e o espiritual. A responsabilidade do imã cobre ambos os domínios".

Exerci com agrado a função para que fui nomeado, durante estes vários anos, sem qualquer remuneração, apenas por considerar um serviço às convicções que tenho sobre a evolução do globalismo e do interesse do nosso país, este fortemente dependente da circunstância que nos aconteceu viver neste século sem bussola. Dei-me conta, pelos noticiários, das deslocações do Príncipe ao Canadá, que aliás julgo ser o único país que tem um Ministro para as minorias, e que a questão era a sede da liderança ismaelita. Depois de estar seguro do que estava em questão, decidi pedir uma audiência ao Professor Cavaco Silva, Presidente da República, que prontamente a marcou. Elaborei um Memorando sintetizando a questão que lhe queria submeter, e que foi o seguinte:

"O Representante da AKDN, Comendador Nazim Ahmad partilhou comigo que na ocasião da recente visita em Fevereiro de 2014 de Sua Alteza o Aga Khan ao Canadá a convite do Primeiro Ministro Stephen Harper, o governo do Canada convidou S.A. o Aga Khan a estabelecer a Sede do Imamat Ismaili no Canadá.

- Como Presidente da Comissão Paritária de Coordenação entre o Governo de Portugal e o Imamat Ismaili, e conhecedor do histórico das relações institucionais entre Portugal e o Imamat Ismaili, que se têm desenvolvido consistentemente ao longo dos últimos 30 anos, nomeadamente com a assinatura de diversos acordos e respectivas iniciativas, como sejam:

1. Actividade da Fundação Aga Khan em Portugal desde os anos 80, tendo a Fundação sido reconhecida por Decreto Lei como Fundação Portuguesa em 1996.
2. O Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Portuguesa e o Imamat Ismaili, assinado a 19 de Dezembro de 2005 e publicado em Diário da República a 15 de Março de 2006.
3. O Protocolo de Cooperação Internacional entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa e o Imamat Ismaili, assinado a 11 de Julho de 2008.
4. O Acordo entre a República Portuguesa e o Imamat Ismaili, assinado a 8 de Maio de 2009 e publicado em Diário da República a 24 de Setembro de 2010.

Surgiu-me a hipótese de Sua Alteza o Aga Khan contemplar em alternativa a este convite do Canadá, a possibilidade de transferir a Sede do Imamat Ismaili para Portugal, caso surgisse um convite de igual natureza, por parte das mais altas instituições Portuguesas.

- Considerando o potencial que esse estabelecimento em Portugal poderia representar para Portugal, não só em termos financeiros - devido à transferência de bens para Portugal, mas também em termos de visibilidade, estratégicos e geopolíticos.
- E considerando a ocasião da visita de Sua Alteza o Aga Khan em Junho de 2014 a Portugal a propósito da entrega do Prémio Norte Sul na Assembleia da República
- Estimo oportuno contemplar a possibilidade do Governo de Portugal nessa ocasião convidar Sua Alteza o Aga Khan a considerar o estabelecimento da Sede do Imamat Ismaili em Portugal."

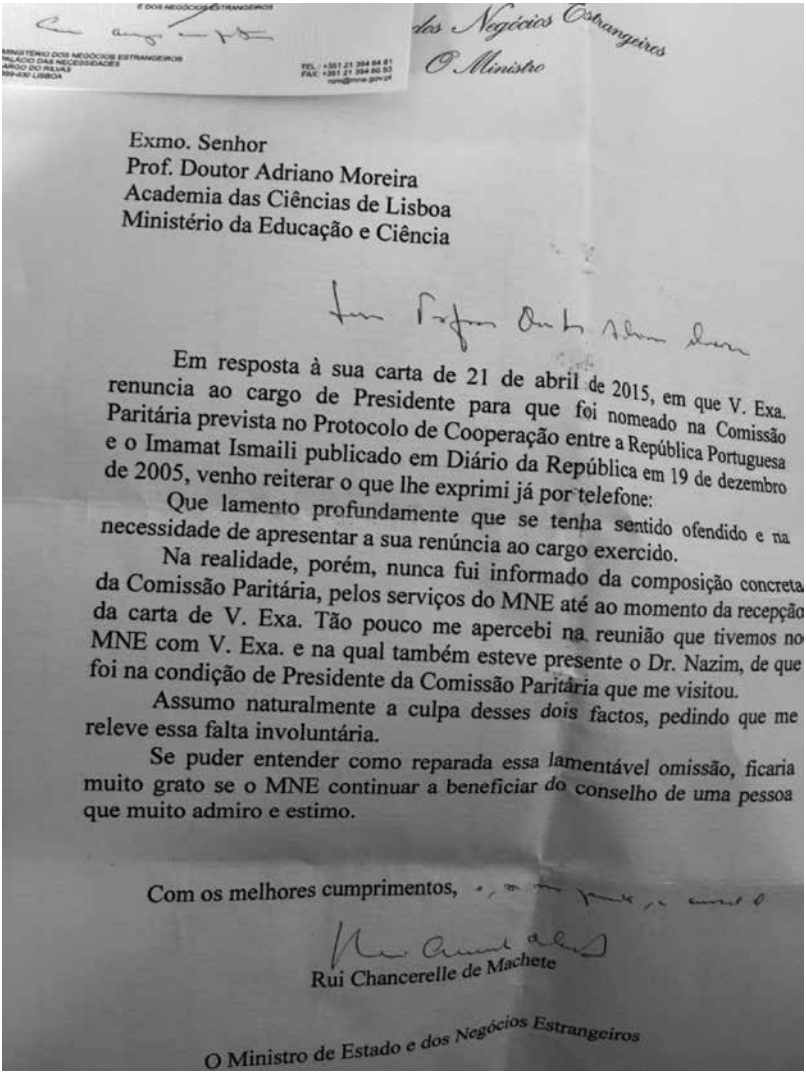
Recordo que, finda a leitura, o Presidente fez este comentário: "o senhor surpreendeu-me". Pedi-lhe então para expor as razões porque considerava que era a ele Presidente que primeiro covinha expor a questão. O estatuto a negociar com o Príncipe, no caso de aceitar instalar a sede em Portugal, além das questões gerais do direito internacional exigirem avaliações de estatutos vigentes na estrutura legal portuguesa que implicariam questões de equidade.

Para esta delicada negociação seria necessário escolher um representante com grande e segura experiência diplomática, o que me parecia exigir uma avaliação e contribuição primeira do Chefe de Estado. Concor-

dou, e poucos dias passados fui chamado a uma audiência com o Primeiro Ministro Passos Coelho, que, referindo a intervenção do Chefe de Estado, informou-me que iria entregar a questão ao Ministério das Finanças. Insisti, com o cuidado de não ferir suscetibilidades, que o tema exigia experiência diplomática, considerações delicadas do direito internacional, e de estatutos vigentes, pelo que o Ministro dos Negócios Estrageiros pessoalmente me parecia o mais indicado, e essa fora uma das razões que me levara a pedir a prévia ponderação do Presidente da República.

Pelo andamento do processo, verifiquei que o Primeiro Ministro tinha ponderado a questão, e decidido entregar a questão ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, então Dr. Rui Machete. Acompanhei sempre todas as questões, que exigiam tempo, mas também não perder tempo, porque o Canadá estaria sempre no horizonte, e nesse processo acompanhei o representante do Príncipe em Lisboa, Dr. Nazim Ahmad, e pareceu-me que este poderia argumentar melhor em relação às dificuldades, e eu próprio, sendo responsável pelo início do processo, claramente apoiava uma rápida solução, tendo em conta as dúvidas, e, pelo que me pareceu, algumas ultrapassáveis diferenças de objetivos, pelo que assumi a responsabilidade de apresentar um Parecer, e um dos efeitos, segundo me dei conta pelo que a seguir referirei, foi que o Ministro não sabia sequer quem era o Presidente "pro bono" da representação portuguesa na Comissão Paritária que acompanhava a ação da Fundação existente. Feito isso, decidi que não me competia informar o senhor Ministro da organização do Estado nesta área, mas também não tinha experiência de consentir intervir como anónimo intrometido em questões de tão alta importância, que na minha opinião ameaçavam não ir pelo melhor caminho.

Mandei uma carta a informar que renunciava ao cargo, bastando-me, o que não tinha a ver com governos, continuar a interessa-me pelo andamento da questão. O senhor Ministro enviou-me uma resposta que era correta quanto ao conteúdo, mas não considerei possível mudar a minha decisão. Julgo que é justo deixar registo dessa correspondência. A carta do Ministro Rui Machete é a seguinte:



dos Negócios Estrangeiros
O Ministro

Exmo. Senhor
Prof. Doutor Adriano Moreira
Academia das Ciências de Lisboa
Ministério da Educação e Ciência

Em resposta à sua carta de 21 de abril de 2015, em que V. Exa. renuncia ao cargo de Presidente para que foi nomeado na Comissão Paritária prevista no Protocolo de Cooperação entre a República Portuguesa e o Imamat Ismaili publicado em Diário da República em 19 de dezembro de 2005, venho reiterar o que lhe exprimi já por telefone:

Que lamento profundamente que se tenha sentido ofendido e na necessidade de apresentar a sua renúncia ao cargo exercido.

Na realidade, porém, nunca fui informado da composição concreta da Comissão Paritária, pelos serviços do MNE até ao momento da recepção da carta de V. Exa. Tão pouco me apercebi na reunião que tivemos no MNE com V. Exa. e na qual também esteve presente o Dr. Nazim, de que foi na condição de Presidente da Comissão Paritária que me visitou.

Assumo naturalmente a culpa desses dois factos, pedindo que me releve essa falta involuntária.

Se puder entender como reparada essa lamentável omissão, ficaria muito grato se o MNE continuar a beneficiar do conselho de uma pessoa que muito admiro e estimo.

Com os melhores cumprimentos,

Rui Chancerelle de Machete

O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

A minha resposta foi a seguinte:



Academia das Ciências de Lisboa
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Ex.mo Senhor
Doutor Rui Machete
Ilustre Ministro dos Negócios Estrangeiros
Palácio das Necessidades
1399-030 LISBOA

Lisboa, 27 de Maio de 2015

Senhor Doutor Rui Machete, Ilustre Ministro dos Negócios Estrangeiros:

Agradeço a carta de V. Ex.ª e também o convite para retirar a minha renúncia à função de representante do governo, pro bono e depois de vários anos, junto da Imamat Ismaili em Portugal. Desejo que fique claro que não se trata de qualquer problema de respeito pessoal, pelo que não tenho razão para receber pedido de desculpas: trata-se antes de diferenças de perceção do interesse nacional, que defini no projeto que primeiro submeti ao senhor Presidente da República, e que originou o processo, agora dependente, segundo creio, do senhor Primeiro Ministro. Como a minha contribuição não dependeu nunca de qualquer interesse pessoal, a minha renúncia, por coerência, é irreversível. Nada disto afeta a consideração pessoal que sempre lhe dispensei ao longo dos anos.

Com os melhores cumprimentos,

(Prof. Doutor Adriano Moreira)

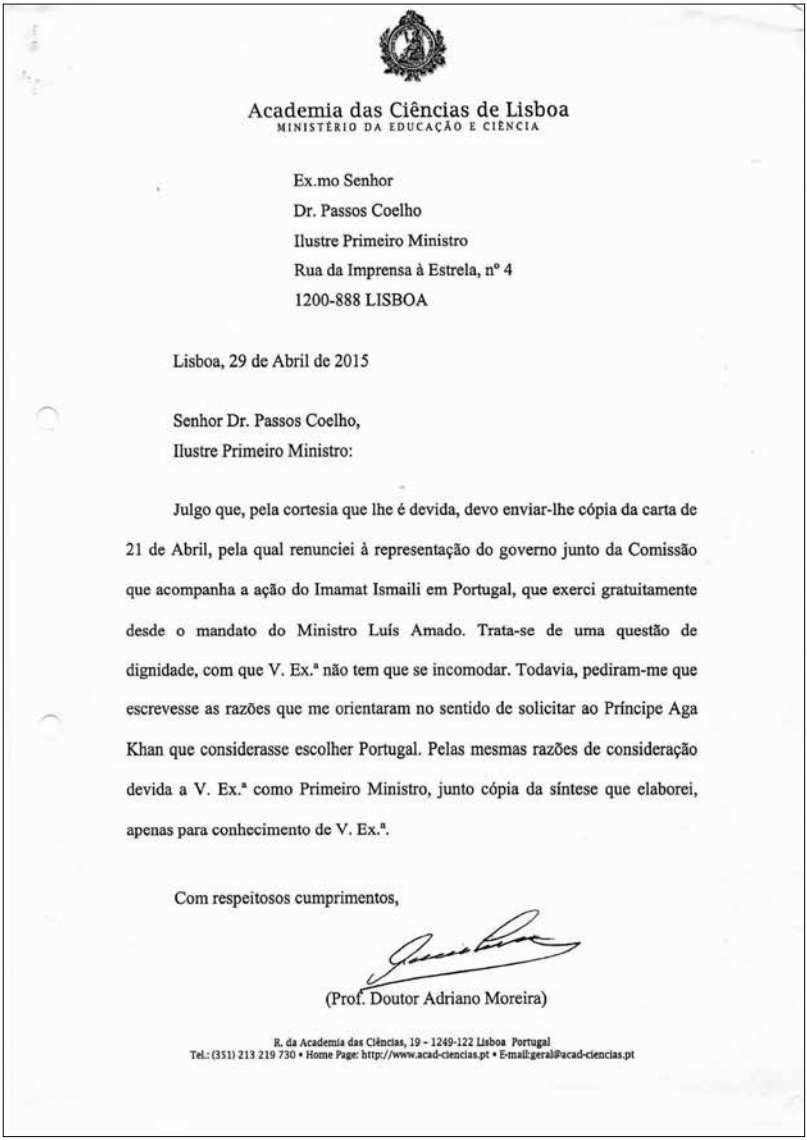
R. da Academia das Ciências, 19 – 1249-122 Lisboa Portugal
Tel.: (351) 213 219 730 • Home Page: http://www.acad-ciencias.pt • E-mail:geral@acad-ciencias.pt

Não voltei a intervir na questão, que em todo o caso não deixei de seguir com atenção. O acordo foi assinado a 3 de Junho de 2015, intervindo o Primeiro-ministro Dr. Passos Coelho e o Ministro Rui Machete, aprovado com amplo aplauso pela Assembleia da República, apenas com a abstenção do Partido Comunista Português. Os benefícios esperados desta decisão eram e podiam ser avaliados, com o exame do conteúdo do Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Portuguesa e o Imamat Ismaili, aprovado em Conselho de Ministros de 26 de Janeiro de 2006, sendo Presidente da República o Dr. Jorge Sampaio, o Protocolo de Cooperação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Imamat Ismaili, assinado pelo Ministro Luís Amado e pelo Aga Khan em 11 de Julho de 2008. Considerei de bom início de cooperação, depois da ratificação pelo Presidente da República em Outubro, o Protocolo de Cooperação entre o Imamat Ismaili e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da República Portuguesa, em Ciência e Tecnologia, assinado logo em Maio de 2016 "Reconhecendo o interesse comum do Governo de Portugal e do Imamat Ismaili em promover o bem-estar das populações nos países de língua Portuguesa e noutros locais de áfrica e em desenvolver a investigação científica dirigida ao progresso da qualidade de vida (QOL) em África."

A última intervenção que tive depois da promulgação, foi ir visitar o Prof. Cavaco Silva, em fim de mandato do Presidente da República, para o felicitar por esse fim de mandato ser marcado por uma intervenção que espero de grande benefício, para Portugal, sobretudo em plena crise de globalismo sem governança. Nos importantes atos de consagração pública do Acordo, não me recordo de ter visto qualquer referência a essa intervenção que pedi, e que julgo ter exigido a sua atenção permanente e esforços para que a complexidade internacional e nacional do projeto não afetasse o equilíbrio com o estatuto de outras instituições fundamentais da cultura e identidade portuguesa. O facto de ter assinado a promulgação passado o prazo constitucional, que neste caso não estabelece sanção, deu para mim sentido ao seu comentário de que tinha sido difícil.

ANEXOS

Carta para o Dr. Passos Coelho, Primeiro Ministro:



Academia das Ciências de Lisboa
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Ex.mo Senhor
Dr. Passos Coelho
Ilustre Primeiro Ministro
Rua da Imprensa à Estrela, nº 4
1200-888 LISBOA

Lisboa, 29 de Abril de 2015

Senhor Dr. Passos Coelho,
Ilustre Primeiro Ministro:

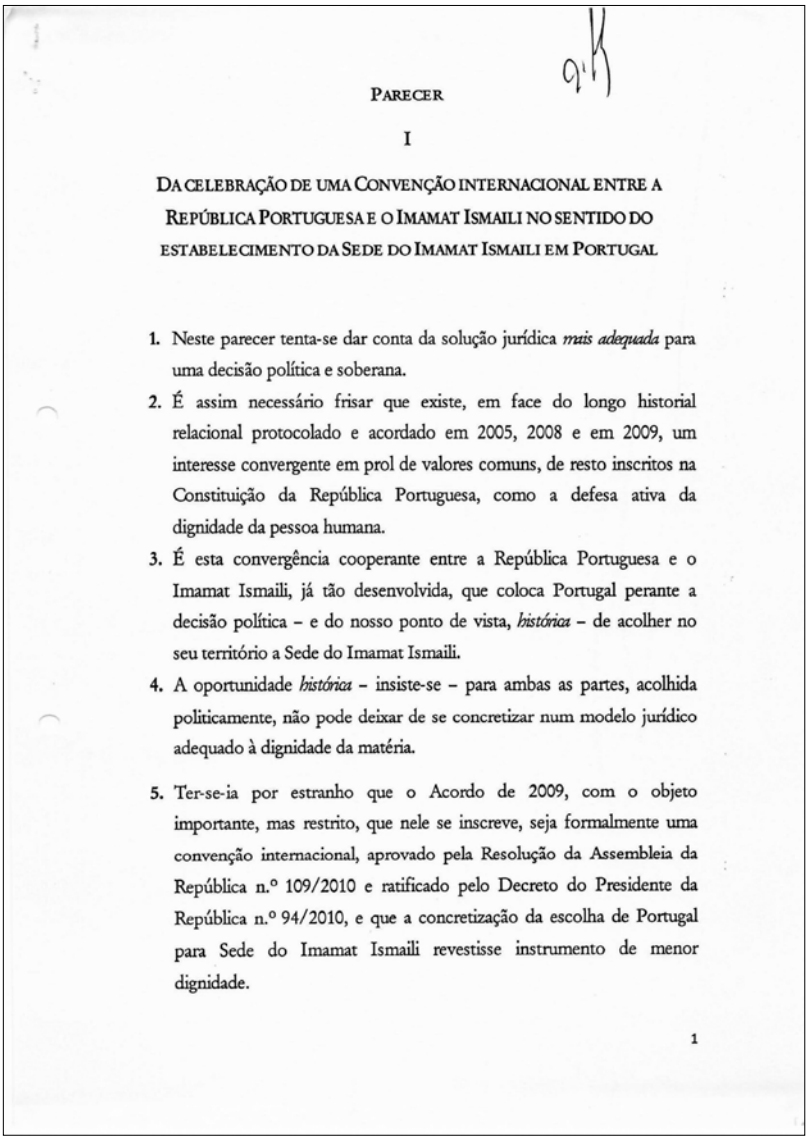
Julgo que, pela cortesia que lhe é devida, devo enviar-lhe cópia da carta de 21 de Abril, pela qual renunciei à representação do governo junto da Comissão que acompanha a ação do Imamat Ismaili em Portugal, que exerci gratuitamente desde o mandato do Ministro Luís Amado. Trata-se de uma questão de dignidade, com que V. Ex.ª não tem que se incomodar. Todavia, pediram-me que escrevesse as razões que me orientaram no sentido de solicitar ao Príncipe Aga Khan que considerasse escolher Portugal. Pelas mesmas razões de consideração devida a V. Ex.ª como Primeiro Ministro, junto cópia da síntese que elaborei, apenas para conhecimento de V. Ex.ª.

Com respeitosos cumprimentos,

(Prof. Doutor Adriano Moreira)

R. da Academia das Ciências, 19 - 1249-122 Lisboa Portugal
Tel.: (351) 213 219 730 • Home Page: http://www.acad-ciencias.pt • E-mail:geral@acad-ciencias.pt

Parecer referido no texto:



PARECER

I

DA CELEBRAÇÃO DE UMA CONVENÇÃO INTERNACIONAL ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E O IMAMAT ISMAILI NO SENTIDO DO ESTABELECIMENTO DA SEDE DO IMAMAT ISMAILI EM PORTUGAL

1. Neste parecer tenta-se dar conta da solução jurídica *mais adequada* para uma decisão política e soberana.
2. É assim necessário frisar que existe, em face do longo historial relacional protocolado e acordado em 2005, 2008 e em 2009, um interesse convergente em prol de valores comuns, de resto inscritos na Constituição da República Portuguesa, como a defesa ativa da dignidade da pessoa humana.
3. É esta convergência cooperante entre a República Portuguesa e o Imamat Ismaili, já tão desenvolvida, que coloca Portugal perante a decisão política – e do nosso ponto de vista, *histórica* – de acolher no seu território a Sede do Imamat Ismaili.
4. A oportunidade *histórica* – insiste-se – para ambas as partes, acolhida politicamente, não pode deixar de se concretizar num modelo jurídico adequado à dignidade da matéria.
5. Ter-se-ia por estranho que o Acordo de 2009, com o objeto importante, mas restrito, que nele se inscreve, seja formalmente uma convenção internacional, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 109/2010 e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 94/2010, e que a concretização da escolha de Portugal para Sede do Imamat Ismaili revestisse instrumento de menor dignidade.

1

6. E nem se diga que o Acordo Internacional de 2009 não reveste tal qualidade ou sofre de algum problema de validade por força de o mesmo não ter sido registado na Organização das Nações Unidas (ONU).
7. A Convenção de Viena vem estabelecer a obrigatoriedade do registo de todos os tratados independentemente de as partes serem ou não membros da ONU, omitindo a consequência de falta de registo. É o artigo 102º/2 da Carta das Nações Unidas que esclarece a questão: uma convenção internacional, como a *supra* referida de 2009, não registada, releva apenas para efeitos de *oponibilidade*. As partes não podem invocar a convenção perante os órgãos da ONU, incluindo o Tribunal Internacional de Justiça (cf. Jorge Miranda, *Curso de Direito Internacional Público*, p. 81 e ss.).
8. A falta de registo não levanta os receios relativos aos chamados *tratados secretos* a que se quis pôr termo logo aquando da formação da Sociedade das Nações. A falta de registo de uma convenção internacional não invalida a natureza da mesma.
9. Está assente, portanto, que a República Portuguesa e o Imamat Ismaili celebraram em 2009 uma convenção internacional (termo jurídico que abarca indiferenciadamente tratados e acordos).
10. Nessa convenção internacional, que revestiu a forma de *acordo internacional* aprovado pela Assembleia da República e ratificado pelo Presidente da República, **o artigo 1º reconhece a personalidade jurídica do Imamat Ismaili**, como expressão máxima da comunidade dos muçulmanos Shia Imami Ismaili, entendendo, no nº 2, por Imamat Ismaili a instituição (ou gabinete) do Imam dos muçulmanos Shia Imami Ismaili, escolhido através de designação sucessória nos termos da lei consuetudinária aplicável.

2

11. Estando o termo *personalidade jurídica* inserido num acordo *internacional*, manda a boa lógica jurídica que não restem dúvidas quanto ao facto de ter sido um reconhecimento da personalidade jurídica *internacional*. Para menos, bastaria um notário, permita-se a expressão. De resto, mal se compreenderia um acordo internacional com uma pessoa coletiva interna.

12. Assim, Portugal já reconhece o Imamat Ismaili como sujeito de direito internacional, no que toca às suas relações recíprocas, porque qualquer reconhecimento, mesmo de um Estado, não carece de aprovação por terceiros.

13. O Estado é o principal ator no cenário internacional e, por conseguinte, o mais importante sujeito de direito internacional. Mas há outros atores que, ao dispor de algumas daquelas capacidades, são vistos como detentores de personalidade internacional, embora em menor grau (Cf., Brownlie, Ian. *Principles of Public International Law*, Oxford, 2003, p. 58 e ss.).

14. É precisamente o caso do Imamat Ismaili à luz do Acordo de 2009. É, em suma, no que diz respeito a Portugal, um sujeito de direito internacional, como o pode ser uma organização internacional diferente, e como o são entidades *sui generis* como a Santa Sé ou a Ordem de Malta.

15. A questão da *capacidade jurídica* é, salvo melhor opinião, uma não-questão. A insistente distinção entre personalidade e capacidade, habitualmente reservada para o direito civil interno, migrou, de facto para o plano do direito internacional. Mas entende-se que a capacidade jurídica é apenas a *medida* da personalidade jurídica e é precisamente neste campo que as Partes chegam a um acordo, nomeadamente no que toca a privilégios e imunidades.

3

16. Certo, parece, é que uma decisão *histórica* como a que se aventa não se coaduna com instrumentos jurídicos que, não tendo a dignidade da mesma, acabam por trair as Partes nas suas intenções.
17. Exemplificando, um acordo *sui generis* apenas cingido a princípios, que remeta para legislação posterior a sua pormenorização, é uma solução *burocrática* que se compreenderia se estivesse em causa a criação de uma escola, por exemplo.
18. Está em causa, nem mais, nem menos, do que o Imamat Ismaili passar a ter a sua Sede em Portugal, o que obriga à elevação jurídica de uma convenção internacional coesa, sem dependências de atos internos e ciclos eleitorais, na qual se afirme, com o pormenor usual, os antecedentes da mesma, o estatuto do Imamat Ismaili, os termos da fixação da Sede, os privilégios e imunidades e os restantes direitos e deveres.
19. No que toca aos privilégios e imunidades, não é de resto difícil encontrar uma solução razoável. Para tanto, basta que as Partes, nas negociações, num espírito pragmático, se inspirem em casos *sui generis*.
20. Para dar um exemplo, uma base de partida possível será verificar o estatuto da Cruz Vermelha Portuguesa, que é apenas uma pessoa coletiva de direito privado e de utilidade pública administrativa que goza de todos os benefícios inerentes às instituições de utilidade pública e instituições particulares de solidariedade social.
21. Entre aquele ponto de partida e tudo o que está previsto na *Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Nações Unidas*, cabe às Partes chegar a um acordo adequado à natureza da matéria, sendo certo que um Estado soberano pode reconhecer o que bem entenda.
22. Um último argumento no sentido da celebração de uma convenção internacional densificada entre a República Portuguesa e o Imamat Ismaili prende-se com as consequências do mesmo para o futuro.

4

23. Não está em causa uma estadia temporária, mas uma decisão sem termo, que pode marcar as Partes a todos os níveis, não sendo possível ignorar o papel que este novo enquadramento pode vir a ter na dinamização da CPLP.
24. Basta conhecer a história e a prática quotidiana do Imamat Ismaili para saltar *aos olhos* que as relações de Portugal com os países da CPLP podem vir a ser altamente potenciadas por esta parceria, o que naturalmente beneficia ambas as Partes e o bem-comum.

II

CONCLUSÃO

1. O Acordo de Sede entre a República Portuguesa e o Imamat Ismaili deve revestir a forma de convenção internacional densificada.
2. O Acordo de 2009, ainda que não registado, é uma convenção internacional.
3. Essa convenção internacional reconhece a personalidade jurídica internacional do Imamat Ismaili.
4. A *capacidade jurídica* é apenas a *medida* da personalidade jurídica e é precisamente neste campo que as Partes devem chegar a um acordo.
5. No que toca a privilégios e imunidades, entre casos *sui generis* já existentes e tudo o que está previsto na *Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Nações Unidas*, cabe às Partes chegar a um acordo adequado à natureza da matéria, sendo certo que um Estado soberano pode reconhecer o que bem entenda.
6. Não está em causa uma estadia temporária, mas uma decisão sem termo, que pode marcar as Partes a todos os níveis, não sendo possível ignorar o papel que este novo enquadramento pode vir a ter na dinamização da CPLP.

5

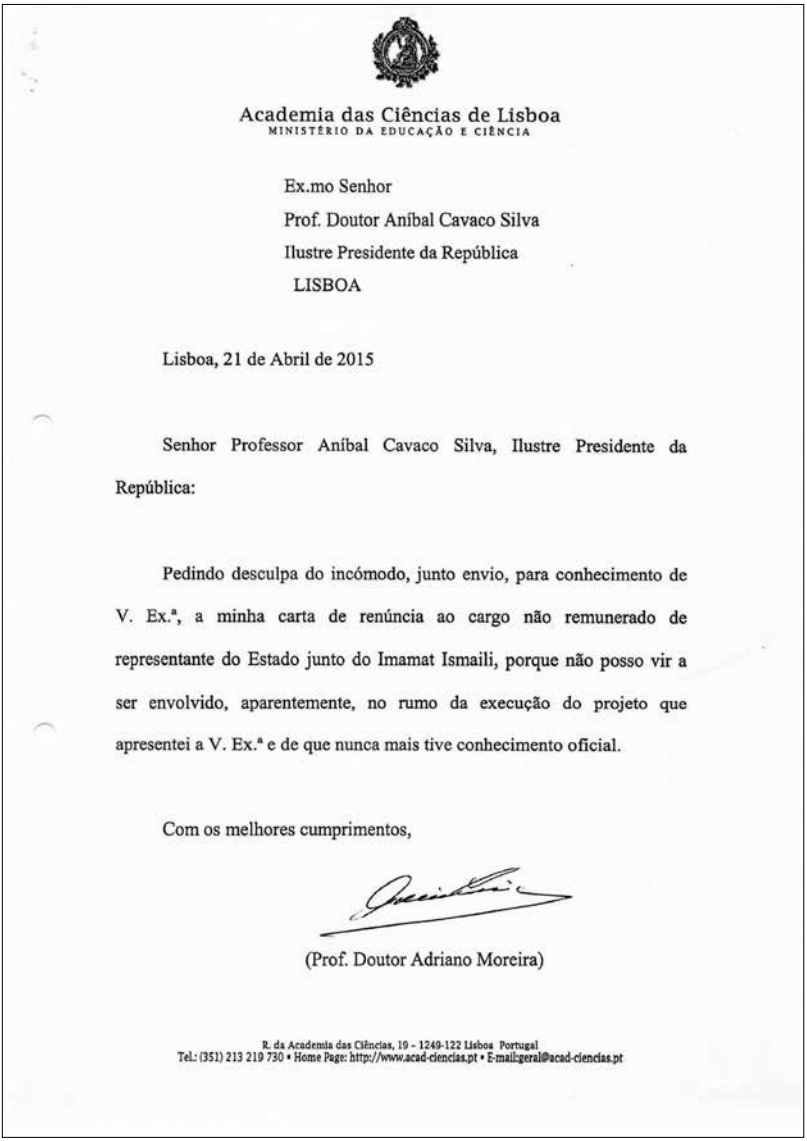
Este, salvo melhor opinião,
o parecer que aprovei.

Lisboa, 29 de Abril de 2015

Adriano Moreira

6

Carta para o Prof. Doutor Aníbal Cavaco Silva, Presidente da República:



Academia das Ciências de Lisboa
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Ex.mo Senhor
Prof. Doutor Aníbal Cavaco Silva
Ilustre Presidente da República
LISBOA

Lisboa, 21 de Abril de 2015

Senhor Professor Aníbal Cavaco Silva, Ilustre Presidente da República:

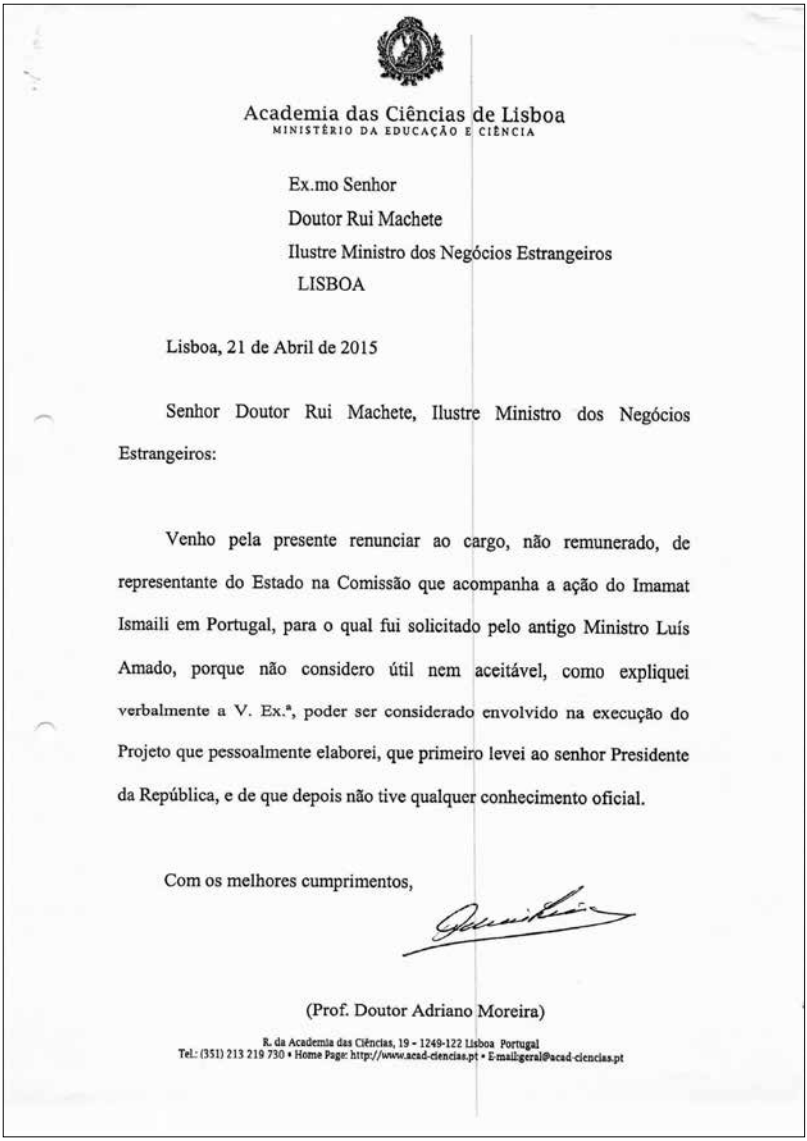
Pedindo desculpa do incómodo, junto envio, para conhecimento de V. Ex.ª, a minha carta de renúncia ao cargo não remunerado de representante do Estado junto do Imamat Ismaili, porque não posso vir a ser envolvido, aparentemente, no rumo da execução do projeto que apresentei a V. Ex.ª e de que nunca mais tive conhecimento oficial.

Com os melhores cumprimentos,

(Prof. Doutor Adriano Moreira)

R. da Academia das Ciências, 19 - 1249-122 Lisboa Portugal
Tel.: (351) 213 219 730 • Home Page: http://www.acad-ciencias.pt • E-mail:geral@acad-ciencias.pt

Carta para o Doutor Rui Machete, Ministro dos Negócios Estrangeiros:



Academia das Ciências de Lisboa
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Ex.mo Senhor
Doutor Rui Machete
Ilustre Ministro dos Negócios Estrangeiros
LISBOA

Lisboa, 21 de Abril de 2015

Senhor Doutor Rui Machete, Ilustre Ministro dos Negócios Estrangeiros:

Venho pela presente renunciar ao cargo, não remunerado, de representante do Estado na Comissão que acompanha a ação do Imamat Ismaili em Portugal, para o qual fui solicitado pelo antigo Ministro Luís Amado, porque não considero útil nem aceitável, como expliquei verbalmente a V. Ex.ª, poder ser considerado envolvido na execução do Projeto que pessoalmente elaborei, que primeiro levei ao senhor Presidente da República, e de que depois não tive qualquer conhecimento oficial.

Com os melhores cumprimentos,

(Prof. Doutor Adriano Moreira)

R. da Academia das Ciências, 19 - 1249-122 Lisboa Portugal
Tel.: (351) 213 219 730 • Home Page: http://www.acad-ciencias.pt • E-mail:geral@acad-ciencias.pt

A Marinha Portuguesa na Grande Guerra (1914-1919)[1]

CMG José Rodrigues Pereira[2]

Resumo

Palavras-chave
Portugal, Grande Guerra, Marinha Portuguesa
História Marítima, Guerra Naval

As actividades da Marinha começaram logo em 1914 com a necessidade de garantir a defesa dos portos e escolta e o transporte de tropas para África.

Com a Declaração de Guerra alemã, foi necessário mobilizar numerosos meios materiais e humanos para enfrentar a guerra submarina, a única que a Alemanha conseguia trazer até ao Atlântico e ao Mediterrâneo.

A Armada requisitou mais de 30 navios para a defesa dos portos, a escolta de navios mercantes e o transporte de tropas.

---

[1] Conferência proferida pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Rodrigues Pereira, na sessão de 24MAI2018, do Instituto Dom João de Castro;

[2] Oficial de Marinha. Entrou para a Escola Naval em 01SET1966, sendo promovido a Capitão-de-Mar-e-Guerra em 27JUL1999. Passou, a seu pedido, à Reserva, em 07JUN2005, e à Reforma em 30DEZ2010. Director do Museu de Marinha de 2006 a 2010.Mestre em Estratégia pelo ISCSP EM 1990. Foi professor efectivo de História Naval da Escola Naval, de 1982 a 1990. Foi também professor da Universidade Autónoma de Lisboa, no Mestrado em Arqueologia Náutica e História Marítima, da Escola Naval, na pós-graduação em História Marítima e do ex-Instituto de Estudos Superiores Militares, hoje Instituto Universitário Militar. Colaborador do Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração, desde 2012. Académico Emérito da Academia de Marinha. Académico honorário da Academia Portuguesa da História.

A Marinha de Comércio recebeu a maioria dos 72 navios apresados à Alemanha.

À patrulha das aproximações aos portos de Lisboa e do Mindelo (Cabo Verde) prioritárias desde 1914, juntaram-se em 1916 a defesa dos portos de Leixões, Lagos, Funchal e Ponta Delgada.

Foram muitos os encontros entre navios portugueses com submarinos alemães nas águas do Atlântico; perderam-se, em 28 meses, mais de uma centena de navios mercantes nas águas do Atlântico e do Mediterrâneo, o equivalente a cerca de 90% da tonelagem disponível em 1915.

O último recontro, ocorrido a 14 de Outubro de 1918, teve como consequência o afundamento do NRP ***Augusto de Castilho***.

Abstract

Key words
Portugal, World War, Portuguese Navy

Maritime History, War at Sea

Portuguese Navy and Merchant Marine activities began as early as 1914 with harbour protection, escort missions and transport of troops to Africa,

Following Germany's Declaration of War on the 9th March 1916, Portugal became a belligerent nation and the Portuguese Navy was forced to face new missions.

Portuguese Navy requested more than 30 ships for harbour defense, escorting merchant ships and troop transport.

The Merchant Marine received the majority of the 72 ships seized from Germany.

The patrol of the approaches to Lisbon and Mindelo (Cape Verde) being a priority since 1914, were joined in 1916 by the defense of Leixões, Lagos, Funchal and Ponta Delgada harbours.

There were a lot of encounters between Portuguese ships and German submarines in the Atlantic; Portugal lost, in 28 months of war, over a hundred merchant ships in the Atlantic and Mediterranean, equivalent to about 90% of the available tonnage in 1915.

The last clash, occurred on the 14th October 1918, resulted in the sinking of the Portuguese Navy Ship ***Augusto de Castilho***.

A Marinha na Grande Guerra. Teatros de Operações do Atlântico e do Mediterrâneo

1914-1919

1.- Preâmbulo

O Século XX iniciou-se sob o espectro do confronto entre o Império Britânico e o Império Alemão, pela hegemonia mundial.

A unificação alemã levada a cabo pelo chanceler Bismarck tornara aquele império numa grande potência desejosa de expansão dentro e fora da Europa.

A sua vitória contra a França, em 1870, expandira as suas fronteiras na Europa, enquanto as conclusões da conferência de Berlim lhes permitiram tomar posse de alguns territórios ultramarinos, em África – Camarões, Togo, Sudoeste Africano e Tanganica – e alguns arquipélagos no Pacífico; mas nada que se assemelhasse às dimensões dos impérios francês e britânico.

A Alemanha projectava alargar os seus territórios coloniais, criando uma África Central Alemã, unindo os territórios do Togo, dos Camarões e do Sudoeste Africano, com os do Tanganica, através da anexação de territórios da África Equatorial Francesa, do Estado Livre do Congo (Congo Belga), de Angola e de Moçambique.

Para apoiar estes projectos a Alemanha iniciou a construção de uma Armada que pudesse enfrentar a *Royal Navy* britânica.

Numa tentativa para acalmar os ímpetos germânicos, a Grã-Bretanha negociara secretamente com a Alemanha, a divisão do Império Ultramarino Português, caso Portugal não conseguisse pagar os empréstimos concedidos pela banca internacional, e que a instabilidade política portuguesa fazia prever. Os *Acordos de Angola de 1898* e a *Convenção Anglo-Alemã de 1912* previam a atribuição à Alemanha dos territórios do Sul de Angola e do Norte de Moçambique.

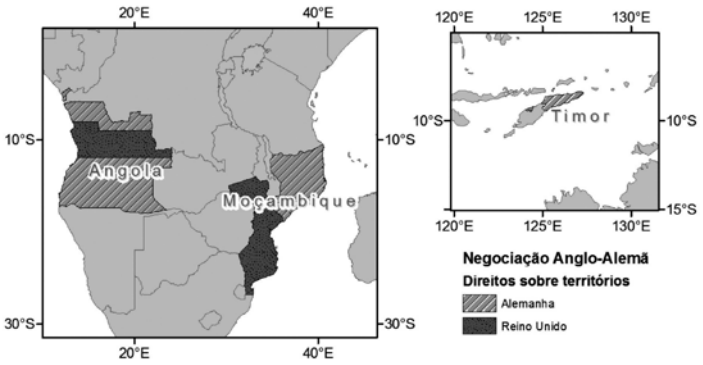


Figura 1.- A Divisão dos Territórios Portugueses segundo a Convenção Anglo-Alemã de 1913. Desenho de José Manuel Cabrita.

Mas estes factos não foram suficientes para que os sucessivos governos portugueses (da monarquia e da república) pusessem em execução, apesar das muitas propostas elaboradas, um programa de reequipamento militar e naval que dotasse o país de capacidade de intervenção nos seus domínios ultramarinos.

Quando em Agosto de 1914 rebentou o conflito que ficaria conhecido como a *Grande Guerra*, a Grã-Bretanha exerceu uma pressão diplomática sobre o Governo Português para que se mantivesse como não-beligerante; tal possibilitava-lhe a utilização dos portos portugueses para apoio e abastecimento dos seus navios.

Em Portugal, as opiniões dividem-se e não há consenso sobre a participação portuguesa. Defendiam alguns, os chamados *não intervencionistas*, a manutenção da neutralidade por o país e as Forças Armadas não estavam preparados militar e economicamente para um conflito de tal intensidade.

O grupo dos beligerantes ou intervencionistas, defendia a participação portuguesa no conflito, ao lado da Grã-Bretanha, como forma de cumprir a aliança Luso-Britânica, impor internacionalmente o regime republicano e, no final do conflito, ter assento nas negociações de paz, para garantir a soberania das Colónias, especialmente as que tinham fronteiras com os territórios alemães.

O Exército conseguiu, com o chamado *milagre de Tancos*, organizar um Corpo de Exército para actuar no teatro de operações da Europa, a Marinha teve muita dificuldade em preparar-se porque, como já dizia o padre Fernando de Oliveira, no Século XVI, uma *Armada não pode improvisar-se*.

A Armada Portuguesa contava em 1914, com um conjunto de unidades navais muito heterogenias, totalizando 25.000 toneladas de deslocamento, que a rápida evolução dos armamentos navais, verificada nos primeiros anos do Século XX, tornara obsoletos.

Algumas das unidades de menor porte, utilizadas nas Estações Navais do Ultramar, tinham sido transferidas para a *Marinha Colonial* – criada em 1912 – e dependiam do Ministério das Colónias; apesar de guarnecidas por pessoal da Armada, actuavam sob as ordens dos Governadores dos territórios onde se encontravam.

Os navios estavam vocacionados para o combate de superfície, num período em que a ameaça submarina, a mina e o torpedo já representavam um novo e importante dado na guerra naval. A única unidade naval capaz de executar missões de guerra submarina era o ***Espadarte***, um submersível encomendado ainda no tempo da monarquia e que entrou ao serviço em 1912. A sua eficácia operacional levou logo à encomenda de mais três unidades semelhantes, que seriam entregues em finais de 1917.

Os efectivos da Armada rondavam os 4.000 homens (cerca de 300 oficiais e 3.700 sargentos e praças)[3].

Um episódio estranho deste período foi o caso do contratorpedeiro ***Liz***. Este navio encomendado a Itália pelo governo Chinês, antes da guerra foi posto à venda pelo estaleiro, já depois do início do conflito, por falta de pagamento do comprador.

Portugal adquiriu-o, aumentou-o ao serviço da Armada em 20 de Dezembro de 1914, e trouxe-o para Portugal. Passados poucos meses o navio foi levado para Sesimbra onde foi entregue a uma guarnição britânica que o levou, baptizado como ***Arno***. Foi abatido ao efectivo, oficialmente em 23 de Maio de 1915.

A Marinha de Comércio portuguesa, desenvolvida a partir da década de 1880 possuía, em 1914, 473 navios com 142.241,57 toneladas de arqueação bruta, dos quais, cerca de metade, eram navios de vela.

A situação de neutralidade nunca foi assumida oficialmente pelo Governo Português, no início do conflito, afirmando apenas que se mantinha na expectativa.

Em África, e apesar da não-beligerância portuguesa, as forças militares alemãs hostilizavam as guarnições portuguesas nas fronteiras.

[3] Segundo a Lista da Armada de 31 de Dezembro de 1909 o quadro de pessoal embarcado era de 274 oficiais e 3515 sargentos e praças; na mesma data de 1914 eram 218 oficiais e 2794 sargentos e praças.

A 24 de Agosto de 1914, forças alemãs atravessam o rio Rovuma (Moçambique) e atacam o posto de Maziua, massacrando a pequena guarnição: seis soldados africanos da *Companhia do Niassa*, comandados pelo sargento de Marinha Eduardo Rodrigues da Costa, que seria o primeiro militar português morto no conflito.

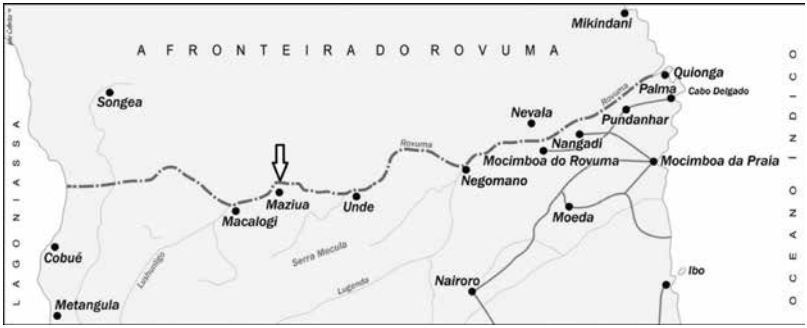


Figura 2.- O Posto de Maziúa, na fronteira Norte de Moçambique. Desenho de José Manuel Cabrita.

A 18 de Outubro há um confronto entre militares portugueses da guarnição do forte de Naulila e uma patrulha alemã que penetrara em território angolano, junto ao rio Cunene.

A 31 de Outubro de 1914, o posto de Cuangar, nas margens do rio Cubango (Angola) foi atacado e a sua guarnição chacinada.

A 18 de Dezembro um forte contingente militar alemão, com cerca de 500 homens, atacou o forte de Naulila, provocando a morte de 160 militares portugueses e obrigando ao abandono das posições fronteiriças.

2.- A Entrada na Guerra

Foram tarefas da Armada, assumidas logo em 1914:

- Assegurar a escolta aos transportes de tropas para África:
- Participar na defesa do Ultramar, com forças navais e batalhões constituídos para actuar em terra com as forças do Exército.

Um dos actos desempenhados pela Armada, neste conturbado período e que viria a ter significativas consequências, ocorreu a 14 de Maio de 1915

quando, sob o comando do Capitão-de-fragata Leote do Rego e conjuntamente com forças do Exército, depôs o Governo Ditatorial do General Pimenta de Castro – opositor da entrada de Portugal no conflito – e restabeleceu o Regime Constitucional, subindo ao poder os partidários da intervenção portuguesa.

A 5 de Julho do mesmo ano seria criada a *Divisão Naval de Defesa e Instrução*, sob o comando de Leote do Rego, embarcado no cruzador ***Vasco da Gama***, e constituída por mais dois cruzadores (***Almirante Reis*** e ***Adamastor***), dois Contratorpedeiros (***Guadiana*** e ***Douro***), dois Torpedeiros ***Nº 1*** e ***Nº 2***), um submersível (***Espadarte***) e um vapor (***Lidador***).

Com a entrada formal de Portugal na Grande Guerra, a Armada foi chamada a assumir, para além das que já vinham sendo desempenhadas desde 1914, as seguintes tarefas:

- Assegurar a escolta aos numerosos transportes de tropas para França:
- Assegurar a escolta dos navios mercantes nacionais para o Ultramar e as Ilhas adjacentes;
- Patrulhar e defender o litoral metropolitano, a barra do Tejo e as barras do rio Douro e de Leixões e a baía de Lagos;
- Estabelecer barreiras anti-submarinas, rocegar minas na entrada dos portos principais e lançar campos de minas defensivos;
- Patrulhar e defender as águas dos arquipélagos dos Açores, Madeira e Cabo Verde.

Sendo esperado, pelo menos desde Maio de 1915, data da subida ao poder dos partidos *intervencionistas* ou *guerristas*, que Portugal participasse directamente no conflito não houve qualquer esforço para reforçar os meios materiais e humanos da Marinha para enfrentar as novas ameaças da guerra naval: o submersível e a mina.

Leote do Rego, comandante das *Divisão Naval de Defesa e Instrução* apenas se preocupou em manter preparadas e aprontadas as grandes unidades navais de superfície – cruzadores e contratorpedeiros – que, desde 1914 vinham assegurando algumas escoltas aos Transportes de Tropas com destino a África.

A política do Governo passava por mostrar a esquadra em Lisboa, para efeitos de propaganda e dissuasão de qualquer revolução.

Quando Portugal entrou na Grande Guerra, a ameaça naval alemã estava limitada à guerra submarina e às minas, pois os corsários de superfí-

cie já tinham sido neutralizados e a *Grande Esquadra* estava retida na sua base do Mar do Norte.

Apesar dos êxitos da guerra submarina e das minas marítimas, desde 1914 – e que justificariam o pedido britânico de apresamento dos navios mercantes alemães – nada estava feito em Portugal para enfrentar essas ameaças quando, em 9 de Março de 1916, o Império Alemão declarou guerra ao Governo Português.

Só em 29 de Fevereiro o Comandante Leote do Rego iniciara os preparativos para a protecção do porto de Lisboa e de outros portos nacionais; anteriormente, apenas o Mindelo (Cabo Verde) tinha sido dotado de uma estrutura de defesa: o *Destacamento de Marinha Expedicionário a Cabo Verde* e a montagem de várias peças de artilharia, logo em 1914.

A 27 de Março de 1916 foi determinada a subordinação da *Direcção-Geral de Marinha* e da *Administração dos Serviços Fabris* à *Majoria-Geral da Armada*, criando-se uma improvisada organização de tempo de guerra.

Em Abril do mesmo ano foi criada a *Superintendência do Serviço Naval de Defesa Marítima* cuja missão era a realização de estudos de preparação para a guerra e a elaboração dos programas de instrução de pessoal.

Um Decreto de Maio de 2016 determina a mobilização de 27 navios e embarcações de comércio e de pesca para o serviço da Armada, além de um número indeterminado de embarcações de recreio.

Mas a mobilização destes navios era *um pau de dois bicos* num país deficitário de meios marítimos – de comércio e de pesca; assim, a mobilização das embarcações de pesca fazia diminuir as capacidades de captura da frota nacional. E o mesmo se pode dizer da dos navios de comércio; mas dos 27 navios mobilizados 21 eram arrastões e traineiras.

Para os guarnecer foram necessários meios humanos extraordinários que se foram buscar às actividades civis: marinha de comércio, pesca e membros dos clubes náuticos.

Vai aqui surgir ainda outro problema; com a requisição dos 72 navios alemães e austro-húngaros – duplicando a tonelagem do armamento nacional – não havia tripulantes em número suficiente para, de repente, tripular tantos navios, pelo que foi necessário proceder à sua formação acelerada; e a mobilização para a Armada ainda mais aumentou essa insuficiência.

Em 1914 havia 487 oficias da Armada em serviço efectivo mas com a mobilização das Reservas e de voluntários, conseguiram obter-se 750 oficiais. Quanto a Sargentos e Praças era oficial e publicamente reconhecida a carência de efectivos destas categorias.

Pelos motivos apontados, as tripulações dos navios ex-alemães entregues aos *Transportes Marítimos do Estado*, foram maioritariamente constituídas por pessoal sem experiência o que teria consequências quanto ao seu comportamento em situações de perigo, como foi o caso do vapor ***Barreiro*** em que uma parte da tripulação em pânico correu para os salva-vidas logo que soaram os primeiros tiros contra o navio.

Também o ***Moçâmedes*** protagonizou, em Janeiro de 1917, um episódio de revolta quando, ao regressar de África, a tripulação e os passageiros civis se recusaram a largar de São Vicente sem que lhes fosse garantida a escolta por um navio militar.

Para a integração dos voluntários, cuja incorporação se iniciou apenas em Agosto de 1916, foi criada a *Secção de Auxiliares da Defesa Marítima (ADM)* cujos elementos foram maioritariamente utilizados nas guarnições dos navios mobilizados para a Defesa Marítima dos Portos e a escolta de navios mercantes.

Numa tentativa para aumentar o número de oficiais disponíveis, a *Escola Naval*, deu por findos os 2º e 3º anos e os seus alunos incorporados imediatamente, no quadro de oficiais.

Em Junho de 1916 são estabelecidos os cursos intensivos na *Escola Naval* e na *Escola Auxiliar de Marinha*, enquanto aumentava o recrutamento nas *Escolas de Alunos Marinheiros*.

O *Arsenal da Marinha* desenvolveu esforços para terminar as construções em curso – os contratorpedeiros ***Vouga*** (iniciado em 15OUT14 viria ser terminado em 31DEZ20) e ***Tâmega*** (iniciado em 16NOV14 viria ser terminado em 19AGO24) e as canhoneiras ***Bengo*** (JAN10 – 3JUL17) e ***Mandovi*** (FEV13 – 19JUN18) – reparar as unidades existentes – nomeadamente o contratorpedeiro ***Tejo*** (18JUL12 – 19JUN16) – e pôr a navegar os navios apresados aos alemães e que tinham sido sabotados pelas tripulações.

Este esforço viria a ser dificultado pelo incêndio que a 18 de Abril de 1916 deflagrou no Arsenal da Marinha e que destruiu parte das suas instalações fabris, nomeadamente a Sala do Risco[4], e as instalações da Escola Naval e do Museu de Marinha. Além do valioso património do Museu perderam-se os arquivos e o material escolar da Escola Naval, cujo funcionamento foi seriamente afectado por esta ocorrência.

[4] A *Sala do Risco*, com 80x18 metros, estava situada no extremo Oeste dos edifícios pombalinos, onde hoje estão as messes das Instalações Centrais de Marinha. Em 1969, quando ali estava instalado o Instituto Hidrográfico, foi novamente destruída por um incêndio.

Segundo a imprensa da época, a sua responsabilidade foi atribuída a *agentes alemães*. Hoje sabe-se que o agente alemão Hermann Wuppermann (cujo nome de código era *Arnold*) actuou em Portugal naquele ano tendo destruído fábricas e depósitos militares e planeado um ataque com gases químicos (*antrax*), antes de fugir para a América do Sul.[5]

3.- Os Transportes de Tropas

3.1.- Para África

O Governo Português mandou preparar logo em Agosto de 1914, duas expedições militares com destino aos territórios, onde existiam extensas fronteiras com a Alemanha: Angola e Moçambique.

A 11 de Setembro largaram de Lisboa os paquetes ***Moçambique*** e ***Durhan Castle***[6] e o vapor ***Cabo Verde*** com os *Corpos Expedicionários do Exército* destinados a Angola e a Moçambique, escoltados pelo cruzador ***Almirante Reis*** e pelas canhoneiras ***Beira*** e ***Ibo***.

No ***Moçambique*** seguiam os 1.300 homens e alguma carga da expedição comandada pelo Tenente-Coronel Alves Roçadas com destino ao Sul de Angola; o gado e a restante carga seguiria, no vapor ***Cabo Verde***. As tropas desembarcaram em Moçâmedes a 1 de Outubro, pouco antes dos incidentes de Naulila (18OUT14) e do Cuangar (31OUT14).

No ***Durhan Castle*** embarcaram os 1.500 homens da *1ª Expedição Militar para Moçambique* comandada pelo coronel Massano de Amorim; chegados a Lourenço Marques em 16 de Outubro, os militares são transferidos para o ***Moçambique*** (28OUT) que os levou para Porto Amélia onde chegaram a 1 de Novembro[7].

A 1 de Outubro partiu o paquete África com mais militares do *Corpo Expedicionário para Angola*. Sendo o navio escoltado pelo cruzador ***São Gabriel***.

---

[5] GONZÁLEZ CALLEJA, Eduardo e ALBERTA, Paul. *Nidos de Espias. España, Francia e la Primera Guerra Mundial 1914-1919.* Alianza Editorial, 2014.

[6] Os paquetes ***Durhan Castle*** (britânico) e ***Britannia*** (francês) foram os únicos navios estrangeiros utilizados no transporte de tropas para África.

[7] Aqui surge uma prova da falta de planeamento; o ***Moçambique*** veio de Moçâmedes a Lourenço Marques vazio e a expedição foi obrigada a mudar de navio. Podia ter vindo de Lisboa directamente no ***Moçambique*** e o paquete britânico ter deixado as forças em Angola e regressado a Lisboa.

Um *Batalhão de Marinha Expedicionário a Angola* destinado a operar em terra, composto por 545 militares (18 oficiais, 33 sargento e 512 praças), embarcou a 5 de Novembro, no paquete ***Beira***, chegando a Moçâmedes a 23 de Novembro.

Em 22 de Novembro de 1914 a Marinha enviou para Cabo Verde, embarcado no vapor ***Cazengo*** o seu segundo contingente para o Ultramar; a *Força Expedicionária de Marinha para Cabo Verde*, de 90 homens (1 oficial, 9 sargentos e 80 praças), para efectuar a vigilância e defesa dos cabos submarinos e do porto do Mindelo.

A 1 de Dezembro de 1914 largaram de Lisboa os paquetes ***Ambaca*** e ***Peninsular*** com as restantes forças destinadas a Angola, sob a escolta do cruzador ***Vasco da Gama***. Nas Canárias a escolta passou para o cruzador ***São Gabriel***.

A Marinha empenhava os seus mais poderosos meios navais – os cruzadores – para a escolta dos transportes de tropas.

É extensa a lista dos transportes de tropas para África nos anos de 1915 e 1916. no primeiro partiram para Angola cinco navios e para Moçambique dois (expedição do major Moura Mendes).

A 20 de Janeiro de 1915 largou de Lisboa o cruzador ***Vasco da Gama*** escoltando os paquetes ***Moçambique*** e ***Zaire*** com tropas para Angola, onde chegaram a 5 de Fevereiro.

A 3 de Fevereiro de 1915 largaram de Lisboa os paquetes portugueses ***Ambaca*** e ***Portugal*** e o francês ***Britannia***[8], com tropas para Angola, escoltados pelo cruzador ***Adamastor***.

A 20 de Setembro de 1915 o *Batalhão de Marinha Expedicionário a Angola* reduzido a metade dos seus efectivos, foi retirado da área de operações, regressando a Lisboa a bordo do ***Zaire***, a 15 de Outubro de 1915

Em 7 de Outubro de 1915 largou de Lisboa o paquete ***Moçambique*** com a *2ª Expedição Militar para Moçambique*, sob o comando do Major Moura Mendes; seguia também no mesmo vapor o novo Governador-Geral Capitão Álvaro de Castro. Chegaram a Lourenço Marques cerca de um mês depois.

Reforços de pessoal e material para a expedição do Major Moura Mendes foram enviados depois de Lisboa em 1 de Fevereiro de 1916, no paquete ***Portugal***, tendo chegado a Moçambique em Março de 1916.

[8] Os paquetes ***Durhan Castle*** (britânico) e ***Britannia*** (francês) foram os únicos navios estrangeiros utilizados no transporte de tropas para África.

No ano de 1916 partiram dois navios para Angola (onde as operações tinham praticamente terminado) e cinco para Moçambique (com a expedição do General Ferreira Gil).

Em 28 de Maio de 1916 largou de Lisboa o paquete ***Portugal*** com as primeiras forças da expedição do General Ferreira Gil, com destino a Moçambique. Seguiram-se o ***Moçambique*** (3 de Junho), ***Zaire*** (24 de Junho), ***Machico***[9] (28 de Junho) e ***Amarante***[10] (8 de Julho), cujas chegadas a Palma se iniciaram a 5 de Julho. Era a *Terceira Expedição Militar para Moçambique*, com 4.650 homens, 945 solípedes e 159 viaturas.

Em 9 de Setembro de 1916 o cruzador ***São Gabriel*** foi mandado largar de Cabo Verde para Luanda, acompanhando dois transportes de tropas: o ***Peninsular*** e o ***Moçambique***.

Mas este esforço de transporte esbarrou na falta de infraestruturas nos portos próximos das frentes das operações militares: Sul de Angola e Norte de Moçambique.

Mesmo depois do início das operações militares, nunca os governadores se empenharam na criação de condições logísticas para o esforço militar.

Em Moçambique, por exemplo, os homens eram desembarcados para *pangaios* (pequenas embarcações locais), em grupos de 20 ou 30, e depois, já próximo de terra, levados às cavalitas dos nativos, até porem o pé em seco.

Sem embarcações ou jangadas para efectuar o desembarque, afastado da praia largas centenas de metros, o ***Machico*** protagonizou o famoso desembarque de 625 solípedes, atirados ao mar para nadarem para terra, e que desapareceram no mato, mal chegaram à praia!

As perdas em material eram assustadoramente elevadas! Um esquadrão de cavalaria ficou apeado porque o caixote onde eram transportados todos os arreios, caiu ao mar no transbordo!

Em 1917, ano da partida do *Corpo Expedicionário para França*, o envio de militares é efectuado através dos navios da *Carreia de África*, não utilizados exclusivamente como transportes de tropas.

O ***Lourenço Marques***[11] foi o único navio mobilizado, em 1918, como transporte de tropas; levando a bordo o *Batalhão de Marinha Expedicionário a Moçambique*, largou de Lisboa a 17 de Junho de 1918, escoltado pelo contratorpedeiro ***Tejo*** até às Canárias, e chegou a Lourenço Marques a 22 de Julho.

[9] Ex-alemão ***Belmar***.

[10] Ex-alemão ***Württemberg***.

[11] Ex-alemão ***Admiral***.

3.2.- Para França

O Exército Português preparou, em Tancos, um *Corpo de Exército*, com cerca de 55.000 homens, para participar na luta em França. A deslocação do *Corpo Expedicionário Português (CEP)*, seria feita quase totalmente por via marítima, uma vez que a neutralidade espanhola impedia o uso do transporte ferroviário através daquele país.

Apesar da disponibilidade dos navios mercantes apresados aos alemães[12], Portugal não contava com navios capazes de assegurar o transporte daquele contingente, tendo os britânicos colocado à disposição do Governo Português sete grandes navios de transporte – ***Bellerophon***, ***City of Benares***, ***Inventor***, ***Bohemian***, ***Rhesus***, ***Flávia*** e ***Laomedon*** -- que, conjuntamente com os cruzadores auxiliares ***Pedro Nunes*** e ***Gil Eanes***, o vapor francês ***Rome*** e o navio dos *Transportes Marítimos do Estado* ***Gil Vicente***, assegurariam os transportes para Brest.

No entanto, estes transportes não estavam adaptados às necessidades do CEP, pois estavam preparados para as curtas travessias do Canal da Mancha e não para as viagens de 2 ou 3 dias que faziam entre Lisboa e Brest; foi necessário, inclusivé, montar cozinhas de campanha a bordo.

O destino dos navios também não seria o melhor, porque obrigava a uma longa travessia ferroviária depois do desembarque em França; mas os portos junto da Frente, estavam saturados com os transportes que vinham da Grã-Bretanha e, foi assim decidido que o CEP desembarcaria em Brest, longe da Frente.

O transporte do CEP foi iniciado em 30 de Janeiro de 1917 e terminaria, após 125 viagens, em 11 de Fevereiro de 1920, com o repatriamento dos seus últimos militares.

Os transportes eram habitualmente escoltados pelos contratorpedeiros ***Douro*** e ***Guadiana*** e por 14 contratorpedeiros britânicos que efectuaram 98 viagens[13], mas várias vezes, o ***Pedro Nunes***, pela sua velocidade, efectuou viagens sem escolta; por esse motivo ficaria conhecido em Brest como o *navio-fantasma*.

---

[12] De referir que o ***Trás-os Montes*** ex-***Bulow*** era um paquete de luxao com instalações pasra montar artilharia; ou seja capaz de servir como transporte de tropas, foi um dos navios fretados aos britânicos.

[13] Eram os contratorpedeiros ***Owl*** (4 viagens), ***Midge*** (8), ***Garland*** (3), ***Oxford*** (10), ***Acasta*** (1), ***Tigress*** (14), ***Hydra*** (6), ***Racoon*** (12), ***Jackal*** (7), ***Mosquito*** (9), ***Scourge*** (13), ***Grasshopper*** (5) e ***Grohawk*** (4).

Mas este transporte teve alguns problemas, pela falta de meios e de escoltas – os britânicos mandaram retirar os seus navios no final de 1917 -- para os utilizarem no transporte do Exército americano que, entretanto tinha sido mobilizado.

A situação obrigou a longas e demoradas trocas de notas diplomáticas para se conseguirem meios de transportar a totalidade do CEP para França. Maurício de Oliveira refere-se a este facto afirmando: *Todas estas dificuldades tinham derivado da falta de quatro contratorpedeiros! Os tais contratorpedeiros da série* **Douro** *que deveria ter sido continuada e que só o foi muito mais tarde! Por causa da falta de quatro contratorpedeiros, trocámos notas diplomáticas com a Inglaterra, demorámos a completamento do nosso Corpo de Exército e demonstrámos mais uma vez pobreza, a pobreza derivada da manifesta imprevidência! Tudo por causa de quatro contratorpedeiros! É triste!*

Recordemos que estavam em construção no *Arsenal da Marinha*, desde 1914, dois contratorpedeiros, estava mais um em reparação desde 1912 e vendêramos outro à Grã-Bretanha em 1915.

No total, foram transportados para França, em 1917 e 1918, 59.383 militares, 7.783 cavalos, 1.501 viaturas e 312 camiões.

No regresso entre 1918 e 1920 foram transportados 49.738 militares, 4.250 cavalos, 1.916 viaturas, utilizando-se os cruzadores auxiliares ***Pedro Nunes*** e ***Gil Eanes***, e alguns navios dos *Transportes Marítimos do Estado*.

3.3.- Para os Açores

Em Maio de 1918 foram desembarcados no porto da Horta efectivos militares do *Campo Entrincheirado de Lisboa* para reforçar a defesa daquela ilha onde tinha sido instalada uma Estação Meteorológica que enviava, através do cabo submarino, informações sobre o tempo no Atlântico Central.

No total, foram transportados, por via marítima, para os Teatros de Operações 121.500 militares [18.400 militares para Angola, 30.700 para Moçambique, 59.400 para França e mais 13.000 para outros territórios (Ilhas, Cabo Verde, Índia e Timor)].

4.- Participação nas Operações Militares

4.1.- Angola

A fronteira Sul de Angola era uma região inóspita com escassas forças militares para o policiamento da fronteira com a colónia alemã do Sudoeste Africano. Com vias de comunicação primitivas e escassas, era habitada pelos insubmissos povos Cuanhamas que, aliciados e armados pelos alemães, exploravam as vulnerabilidades da ocupação portuguesa na região.

Recordemos que os alemães dispunham, no Sudoeste Africano Alemão (Namíbia) de 16.000 militares, para além das tribos Cuanhamas e Cuamatos que tinham equipado e armado com o mais moderno armamento ligeiro, para lutarem contra os portugueses.

Após os incidentes de Naulila (19OU1914) e dos massacres de Cuangar (31OUT1914), e Naulila (18DEZ14), foram evacuados todos os postos militares e povoações da fronteira Sul.

A primeira missão das *Forças Expedicionárias Portuguesas* era ocupar e pacificar a região, e reforçar os postos fronteiriços.

Para cooperar nestas operações foi preparado, um *Batalhão de Marinha Expedicionário a Angola*, composto por 545 militares (18 oficiais, 33 sargento e 512 praças). O Batalhão embarcou a 5 de Novembro, no paquete ***Beira***, com destino a Angola.

Chegado a Moçâmedes a 23 de Novembro, seguiu de imediato para o interior, integrando-se nas forças do General Pereira d'Eça, primeiro por caminho-de-ferro até à serra da Quilamba; e dali, numa penosa marcha sob Sol abrasador e com falta de água, carregando um equipamento individual que pesava 37 kg. A subida daquela serra marcou o início da dura campanha e provocou um enorme desgaste nos homens e nos animais, registando-se logo ali as primeiras baixas.

Após o massacre de Naulila, o *Batalhão de Marinha* foi enviado, em 22 de Dezembro, em marchas forçadas para os Gambos, em socorro das forças do exército que se julgava virem perseguidas por forças alemãs e indígenas Cuanhamas armados.

O Batalhão teve de enfrentar as difíceis condições da campanha, com temperaturas a variar entre os 39º C (de dia) e a 4ºC (de noite), a falta de abrigos apropriados, a deficiente alimentação e, muito especialmente, a falta de água ou a má qualidade da existente que provocou numerosas baixas – o

tifo, a disenteria e o paludismo reduziram os efectivos a 15 oficiais e 314 praças[14].

Durante seis meses os homens do *Batalhão de Marinha* foram dispersos pelos vários postos avançados entre Gambos e Tchicusse.

A 28 de Maio de 1915, o Superior da missão de Tchipelongo (Humbe) solicitou ao 1º Tenente Afonso Cerqueira que o auxiliasse na retirada do pessoal e material daquela missão, ameaçada pelos nativos que já tinham atacado as populações vizinhas. Pela gravidade da situação, Cerqueira toma a iniciativa de preparar uma força de um oficial, 4 sargentos e 48 praças do batalhão de Marinha e mais 2 oficiais, 2 sargentos, 3 praças europeias e 38 indígenas da *15ª Companhia de Landins* de Moçambique para sair nesse mesmo dia em direcção à Missão, onde chegou na manhã do dia seguinte após percorrerem 54 quilómetros quase sem descanso e sob sucessivos ataques dos nativos.

A coluna portuguesa sofreu vários ataques que neutralizou, evitando sempre o seu envolvimento pelos inimigos e, chegadas ao destino, permitiram a evacuação em segurança do pessoal e dos seus bens; procedeu-se ainda à apreensão e recolha de muito gado pertencente aos revoltosos. A 30 iniciou-se o regresso da coluna que atingiu o seu destino sem novidades.

Esta foi a primeira acção de combate das forças comandadas pelo General Pereira d'Eça.

A pequena, mas importante vitória de Tchipelongo, moralizou as forças portuguesas que decidiram avançar para Sul em direcção ao Cuamato e Cuanhama.

Sob o comando do General Pereira D'Eça, as forças portuguesas avançaram para Sul e ocuparam o Humbe, sem resistência, em 7 de Julho. Em 11 de Agosto partem daqui três colunas militares; a coluna do Cuanhama, sob o comando do próprio general, era constituída pelo *Batalhão de Marinha*, agora comandado por Afonso de Cerqueira, o *Batalhão de infantaria 17* e a *15ª Companhia de Landins* de Moçambique.

Após penosas marchas onde se perdeu muito gado, por sede e cansaço – obrigando a abandonar os carros com munições, a coluna acampou a 17 de Agosto na pequena *chana* da Môngua, com a mata a apenas 300 metros do quadrado português.

[14] Destes destacam-se o Comandante Coreolano da Costa e o Primeiro-Tenente Carvalho Araújo.

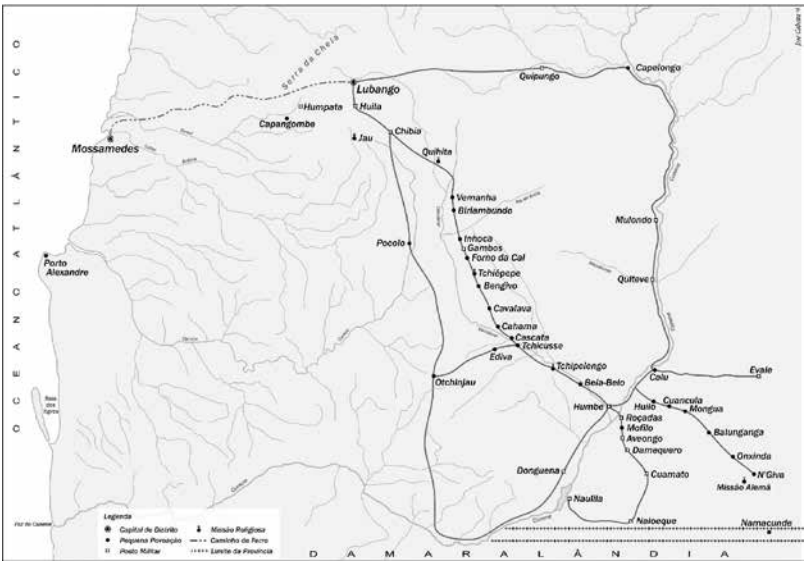


Figura 3.- As Operações Militares no Sul de Angola.
Desenho de José Manuel Cabrita.

No dia 18 a força portuguesa é atacada por cerca de 40.000 guerreiros -- que dispunham de mais de 12.000 modernas espingardas *mauser* – e que lançavam sobre os portugueses toda a espécie de projécteis, desde zagalotes até balas *dum-dum*.

Rechaçados pelas forças portuguesas -- que além das espingardas dispunham de 16 metralhadoras e 8 peças de artilharia – o inimigo afastou-se após duas horas de combate

Voltaram no dia seguinte (19 de Agosto) e voltaram a ser rechaçados ao fim de quatro horas de luta; mas a situação no quadrado português começava a mostrar-se dramática pelo cansaço, a sede e a perspectiva da falta de munições. Nessa noite, um pelotão de Marinha participou num assalto que desalojou o inimigo das cacimbas próximas, permitindo o abastecimento de água. Neste assalto distinguiu-se o 1º Tenente Raul Cascais *pela valentia e sangue frio tendo cabido à sua companhia avançar, em 19 de Agosto,*

para as cacimbas de Môngua, como guarda avançada do destacamento do Cuanhama[15]

Na manhã do dia 20, o soba Mandimba, lança novo ataque sobre a face do quadrado onde estava o *Batalhão de Marinha*. O combate durou das 7h00 até às 17h00 e tornava-se necessária uma acção que o terminasse; como não havia cavalos suficientes para uma carga de cavalaria, foi decidido efectuar uma carga à baioneta por um pelotão de Marinha e outro de Infantaria 17. Mas todo a 2ª Companhia do Batalhão saltou do quadrado[16]. O inimigo, surpreendido pelo arrojo da iniciativa portuguesa, recusou a luta corpo-a-corpo, e debandou definitivamente.

O *Batalhão de Marinha* teve, neste combate, 74 feridos ficando reduzido a metade dos militares que o compunham inicialmente. Esta força partiu em 2 de Setembro para Sul a fim de ocupar a povoação de N'Giva (mais tarde Vila Pereira D'Eça) a escassos quilómetros da fronteira.

O objectivo foi atingido dois dias depois apesar dos sucessivos ataques dos Cuanhamas que foram prontamente repelidos apesar *das tropas, já gastas e cansadas dos anteriores esforços, mal puderam suportar tão longa marcha agravada pela falta de abastecimentos de água. Das unidades apoiadas destacaram-se, mantendo-se continuamente nos seus lugares e suportando os horríveis sacrifícios de sede e da fadiga, o Batalhão de Marinha e parte da 2.ª Bateria de Artilharia de Montanha*[17].

O soba e os seus súbditos iriam depois entregar-se às autoridades britânicas na Donga.

A força de Marinha deixou N'Giva a 13 de Setembro dirigindo-se para Moçâmedes de onde regressou a Lisboa a bordo do ***Zaire***, a 15 de Outubro de 1915.

Sobre a acção desta força de Marinha, referimos o que sobre ele escreveu o general Pereira D'Eça: *Foi uma unidade de elite, cuja têmpera fica definida dizendo que foi a mais resistente nas marchas e a mais esforçada nos combates.*

Mais tarde, em Novembro de 1917, o General Pereira d'Eça legou a sua espada ao *Corpo de Marinheiros da Armada* a qual se encontra actualmente exposta no Museu de Marinha junto ao Estandarte Nacional, conde-

[15] Extracto do louvor atribuído pelo General Pereira D'Eça. Transcrito de Leiria Pinto, *Participação da Marinha em África na Grande Guerra*.

[16] E só não saiu todo o Batalhão, porque Cerqueira energicamente se opôs.

[17] Do relatório do Coronel António Veríssimo de Sousa, Comandante do Destacamento de N´Giva. Citado por Leiria Pinto, *participação da Marinha em África na Grande guerra (1914-1918)*.

corado com a Medalha Militar da Torre e Espada e duas Cruzes de Guerra, e que sempre acompanhou o Batalhão de Marinha.

4.2.- Moçambique

O Norte de Moçambique confinava com o Tanganica (África Oriental Alemã), numa extensão de 900 quilómetros, e era, em 1914, administrado pela *Companhia do Niassa*; a presença militar portuguesa, tal como a população europeia eram praticamente inexistentes; existiam apenas alguns postos militares.

As ambições alemãs sobre a região já foram referidas e materializaram-se logo em 1894 com a ocupação do chamado *Triângulo de Quionga*, uma estreita faixa de terreno na margem Sul do Rio Rovuma e que dominava a barra daquele rio, onde montaram um posto alfandegário.

Os alemães tinham, na África Oriental Alemã (Tanganica) cerca de 1.600 militares europeus e 13.000 *Askaris* (tropas nativas bem treinadas) sob o comando do coronel Paul von Lettow (1870-1964). Este desenvolveu naquele território uma luta de guerrilha muito eficaz, contra as forças aliadas; britânicas no Norte, belgas a Oeste e portuguesas a Sul. Foi a única força alemã que, em 1918 se rendeu sem ter sido derrotada.

De referir que a colónia alemã do Togo fora ocupada por forças franco-britânicas logo a 28 de Agosto de 1914 e as forças alemãs do Sudoeste Africano, entregaram-se ao General sul-africano Botha, em 9 de Julho de 1915. Em 18 de Fevereiro de 1916 renderam-se as forças alemãs nos Camarões.

O cruzador ***Adamastor*** que, partira de Lisboa, em 15 de Dezembro de 1915 a caminho da Índia; encontrava-se em Lourenço Marques em Março de 1916, quando da declaração de guerra alemã e foi decidido que ali ficaria para se juntar à canhoneira ***Chaimite***, nas operações contra os alemães no Norte daquele território

No dia 27 de Maio de 1916 depois de um intenso bombardeamento pela artilharia dos navios e pelo posto da Namaca, uma força do Exército Português, incluindo soldados africanos, embarcados nos escaleres dos navios, iniciou a travessia do rio para ocupar a margem Norte.

Recebidos por intenso fogo de metralhadoras, as forças portuguesas foram rechaçadas com elevadas baixas. Da Marinha faleceram o Guarda-marinha Rodrigues Janeiro e 10 praças, ficando feridos o Guarda-marinha Maia Rebelo, 1 sargento e 7 praças.

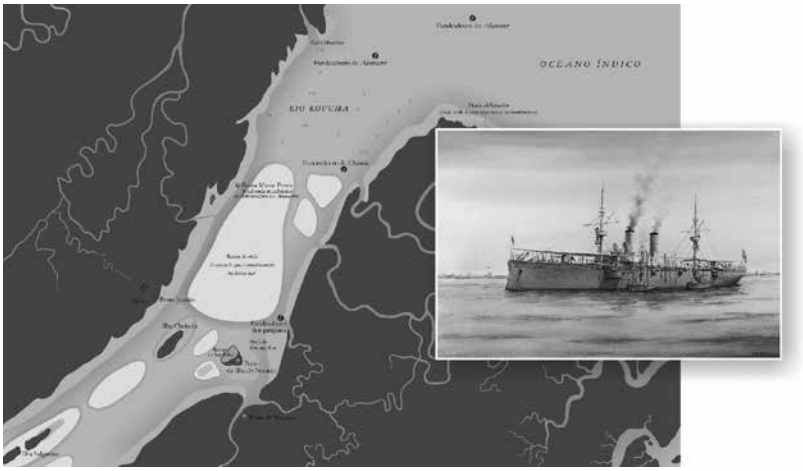


Figura 4.- As Operações Militares no Rio Rovuma em 1916.
Desenho de José Manuel Cabrita.

Ficou ainda prisioneiro dos alemães o Primeiro-tenente Matos Preto, comandante da ***Chaimite***, quando tentava, no rescaldo da acção, resgatar possíveis sobreviventes portugueses nos bancos de areia da margem alemã. Matos Preto só seria libertado a 29 de Setembro de 1917.

No dia 19 de Setembro de 1916, o ***Adamastor*** e a ***Chaimite*** iniciaram novo bombardeamento das posições alemãs, para preparar a travessia do Rovuma pelas forças portuguesas que desta vez ocuparam as posições alemãs da margem Norte daquele rio.

Em 20 de Fevereiro de 1917, a lancha-canhoneira ***Tete*** foi afundada por uma explosão na caldeira provocada, segundo se julga, por explosivos colocados a bordo, misturados na lenha, por agentes alemães. Morreram 12 pessoas, incluindo o comandante, a esposa e dois filhos e ficaram feridas mais 9 pessoas.

Em 1917, uma revolta, instigada pelos agentes alemães; seria subjugada por uma força de Marinha de 14 praças, comandada pelo Guarda-marinha Prestes Salgueiro. No Barué também esteve em acção uma força de Marinha desembarcada do cruzador ***Adamastor***. As lanchas-canhoneiras da *Esquadrilha do Zambeze* ***Salvador*** e ***Zamba***, também tiveram papel de relevo na defesa da região de Tete.

Os alemães invadiram Moçambique em Novembro de 1917; neutralizando o posto de Negomeno, progrediram para Sul, sem encontrar oposição, e atingiram, em 1 de Julho, a povoação de Namacurra, a escassos 40

quilómetros de Quelimane, prevendo-se depois dele, um ataque alemão contra a cidade. Esta foi guarnecida com 100 civis armados e 230 marinheiros desembarcados do cruzador ***Adamastor***.

As mulheres e crianças foram recolhidas a bordo dos navios mercantes e os bancos e as casas comerciais de Quelimane depositaram os seus fundos – cerca de 100.000 libras esterlinas – a bordo do ***Adamastor***. Porém os alemães limitaram-se a saquear as regiões da *Companhia do Boror*, levando consigo armamento, munições, mantimentos e medicamentos que lhes permitiram continuar a combater durante mais um ano.

Em face do agravamento da situação militar em Moçambique, o Ministro da Marinha, Comandante Carlos da Maia, mandou preparar um *Batalhão de Marinha Expedicionário a Moçambique*.

O Batalhão era constituído por 3 companhias e uma bateria de seis metralhadoras, com 22 oficiais e 986 praças incluídos os quatro Guardas-marinhas dos cruzadores ***Adamastor*** e ***São Gabriel*** e os 240 praças que tinham sido deportadas para aquele território, na sequência do falhado Golpe Militar contra o Major Sidónio Pais e poderiam assim voltar ao serviço da Armada.

Chegado a Moçambique a 1 de Agosto, seguiu o *Batalhão de Marinha* para Quelimane, a bordo do ***Luabo***, por se aguardar um ataque dos alemães à cidade, e que já referimos atrás.

Uma companhia do *Batalhão de Marinha*, comandada pelo Primeiro-tenente João Capelo, embarcou no vapor ***Capitania*** a 23 de Setembro em direcção a Regone e Gilé, onde a passagem dos alemães deixara as populações sublevadas. Ali permanecerem durante cerca de três meses, pacificando toda a região, e regressando a Quelimane a 22 de Dezembro. Nesta cidade, onde grassava um surto de pneumónica, o Batalhão sofreu 23 mortos, incluindo dois oficiais.

Regressou o *Batalhão de Marinha* a Lisboa, em Abril de 1919, a bordo do paquete ***Lourenço Marques***, muito reduzido pelas numerosas baixas provocadas pela pneumónica e a malária.

Para além do enorme valor do inimigo que combatíamos neste teatro de operações, a intervenção das forças expedicionárias em Moçambique foi muito negativa face aos sucessivos e repetidos desentendimentos entre políticos e militares, para além das manifestas insuficiências na preparação das forças expedicionárias.

Durante o conflito ponderou-se ainda o envio para França de um terceiro *Batalhão de Marinha*, mas a falta de efectivos, nomeadamente oficiais, inviabilizou o projecto.

5.- A Guerra Submarina

As condições meteorológicas da costa portuguesa, com a sua habitual vaga de vento e as neblinas ou nevoeiros, davam vantagem aos submarinos alemães, que aqui conseguiram afundar alguns navios portugueses e aliados.

Mesmo antes da declaração de guerra, foram afundados por submarinos alemães o vapor ***Cisne***, o lugre ***Douro*** e o iate ***Vasco da Gama***.

Depois da declaração de guerra foram afundados, ao largo do cabo de São Vicente, ainda em 1916, o vapor ***Espinho*** (01JUN16), e o lugre ***Brizela*** (09DEZ16); em 1917 foi a vez de mais 34 navios e embarcações serem afundados pelos alemães. Em 1918 realizaram-se mais 19 ataques a navios portugueses ao largo da costa do continente.

A 17 de março de 1917, um mês depois de decretada pelos alemães a *guerra submarina sem restrições*, o ***UC-67*** afundava a mais insignificante vítima portuguesa desta guerra; o caíque ***Primeira Flor de Abril***, de 20 TAB foi afundado 15 milhas a Oeste do cabo da Roca; o mesmo submersível destruiu ainda, no mesmo local, os caíques ***Senhora do Rosário*** (22 TAB), ***Restaurador*** (25 TAB) e ***Santa Rita*** (27 TAB).

Apesar de todas as dificuldades, a Armada organizou, durante o conflito, um total de 148 comboios, representando cerca de 500.000 toneladas de carga transportada e mais de 60.000 milhas percorridas, executados por 18 navios da Armada, sem uma única perda, apesar dos 17 encontros com os submersíveis inimigos; 1 em 1916, 4 em 1917 e 12 em 1918.[18]

O primeiro logo a 24 de Agosto de 1916, ao largo de Lisboa, quando o ***U-20***[19] disparou um torpedo contra a canhoneira ***Ibo*** que lhe passou junto à proa; atacado a tiro pelo navio português, acabaria por mergulhar.[20]

A 24 de Abril de 1917, o vapor ***Galgo***, da *Esquadrilha Fiscal do Algarve*, armado com uma peça de 37 mm, atacou a tiro o submersível ***U-35*** ao largo do cabo de São Vicente e recolheu dezoito embarcações com 138 náufragos dos seis vapores e um veleiro que aquele afundara.[21]

A 30 de Setembro de 1917 o rebocador ***Minho***, armado com uma peça de 37 mm, largou da Fuzeta em socorro de um vapor francês armado, atacado por um submersível; atacado pelos dois navios o alemão submergiu.

---

[18] INSO, Jaime Correia do. Op. cit. P. 91-92.

[19] O ***U-20*** era comandando por Walther Shwieger que, em Maio de 1915, dirigira o ataque que afundou o paquete britânico ***Lusitania***.

[20] INSO, Jaime Correia do. Op. cit. P. 105.

[21] INSO, Jaime Correia do. Op. cit. P. 106. SALGADO, Augusto Alves e RUSSO, Jorge. Submarinos Alemães na costa Portuguesa. O Caso do U-35. P. 188

A 13 de Outubro de 1917 a canhoneira ***Bengo*** avistou um submersível ao largo do cabo Espichel que desapareceu à aproximação do navio português. Dias mais tarde surgiram na barra do Tejo algumas minas que se julga terem sido lançadas por aquela unidade.

Em 24 de Novembro de 1917 o contratorpedeiro ***Douro***, em viagem para Brest, avistou, junto ao cabo Finisterra um submersível, tendo aproado na sua direcção; o inimigo mergulhou e não voltou a ser visto.

Em Janeiro de 1918 o ***Gil Eanes***, escoltado pelo ***Douro***, seguia a caminho de Brest com pessoal e material para o CEP, quando foi atacado a torpedo, mas a rápida guinada efectuada pelo oficial de quarto evitou que ele atingisse o alvo.

A 23 de Março de 1918, o paquete ***Luanda*** que seguia de Lisboa para o Funchal, escoltado pelo patrulha-de-alto-mar ***Augusto de Castilho***, foi atacado por um submarino alemão; a reacção do navio da escolta obrigou o inimigo a abandonar o ataque e mergulhar.

Em 15 de Março de 1918, o navio de salvação ***Patrão Lopes*** quando seguia para Bordéus com a barca ***Portugal*** a reboque, e escoltado pelo patrulha francês ***Capucine*** avistou um submersível ao largo de Gijon; abrindo fogo com a peça de 47 mm, o inimigo mergulhou e não voltou a ser visto, apesar de o comboio navegar a apenas 2 nós.

Em 26 de Abril de 1918, partiu do Tejo o cruzador ***São Gabriel*** com destino a Moçambique e que, 100 milhas a Noroeste da Madeira, teve um encontro com um submersível alemão que, atacado a tiro, submergiu. Dias mais tarde aportaria a Las Palmas um submersível alemão danificado num *recontro com um cruzador inglês*.

A 24 de Julho de 1918, a canhoneira ***Limpopo***, em patrulha na barra de Lisboa, avistou os periscópios de um submersível cerca de 4 milhas a Sul do Cabo da Roca e a uma milha da canhoneira; foram disparados sete tiros e o inimigo mergulhou e não voltou a ser avistado.

Em 21 de Agosto de 1918, o patrulha-de-alto-mar ***Augusto de Castilho***, sob o comando do Primeiro-tenente Oliveira Pinto, escoltando o vapor ***San Miguel*** do Funchal para Lisboa, com nevoeiro denso, avistou nas proximidades do Cabo Raso, um grande submarino alemão em meia imersão; rompendo fogo contra ele, atingiu-o com três granadas, duas na torre e uma no costado, fazendo-o adornar para bombordo e desaparecer rapidamente. No dia 23 do mesmo mês e ano, novamente perseguiu outro submarino até que, decorridos pouco mais de dois meses, em 14 de Outubro, sob o comando do 1º Tenente José Botelho de Carvalho Araújo, escoltando nova-

mente o ***San Miguel***, com passageiros e carga, da Madeira para os Açores, foi bombardeado e afundado.

Em 1 de Setembro de 1918 o cruzador-auxiliar ***Pedro Nunes***, em viagem da Horta para o Funchal, escoltado pelo contratorpedeiro ***Tejo***, avistou um submersível que, por duas vezes terá tentado posicionar-se para atacar o navio. A rápida reacção dos navios, abrindo fogo contra o inimigo, terá impedido a concretização dos seus intentos.

A 5 de Setembro de 1918 o rebocador ***Bérrio***, a navegar, em serviço de patrulha entre o Guincho e o Cabo Raso, ouviu tiros vindos de Sul; ao aproximar-se avistou o caça-minas ***Baptista de Andrade*** a ser atacado pelo submersível alemão ***U-22***; o ***Bérrio*** aproou ao inimigo, tentando abalroá-lo; mas este mergulhou e desapareceu.

Avistaram-se depois o iate ***Prateado***, completamente desmantelado pelo ataque do submersível, que afundara ainda o rebocador ***Vila Franca*** e um batelão que trazia a reboque. O ***Bérrio*** recolheu os náufragos e rebocou o desmantelado iate para Lisboa.

A 6 de Outubro de 1918 o caça-minas ***Celestino Soares*** escoltava o paquete ***San Miguel*** de Ponta Delgada para o Funchal avistou o vulto de um submersível; aproando ao mesmo aquele desapareceu, mergulhando.

O último foi a 14 de Outubro de 1918 quando o U-139 atacou o paquete San Miguel que seguia escoltado pelo ***Augusto de Castilho***.

Em 4 de Setembro de 1918, também o vapor ***Desertas***, encalhado na Costa Nova, a Sul de Aveiro, foi alvejado pelo submarino alemão ***U-22***, com 36 tiros.

6.- O Patrulha de Alto-Mar Augusto de Castilho

O ***Augusto de Castilho***, era o arrastão de pesca a vapor ***Elite*** que fora requisitado pelo Governo Português, para serviço durante a guerra; seria classificado como patrulha de alto-mar e armado com uma peça de 65 mm e outra de 47 mm. Foi um dos navios portugueses que teve mais encontros com submarinos alemães, sendo no último afundado.

Chegou ao Funchal em 11 de Outubro de 1918, procedente de Lisboa, escoltando o vapor ***Beira***. A 13 do mesmo mês o ***Augusto de Castilho*** recebeu instruções para escoltar o paquete ***San Miguel*** da *Empresa Insulana de Navegação*, que transportava 206 passageiros e carga diversa com destino aos Açores.

Pelas 6 horas da manhã do dia 14 de Outubro de 1918, numa posição 180 milhas a Noroeste da ilha da Madeira, o submarino ***U-139***, armado com duas peças de 150 mm, cujo alcance era muito superior às do navio português, atacou o paquete; colocando-se entre o ***San Miguel*** e o submarino, o ***Augusto de Castilho*** permitiu, com a sua acção, que aquele se afastasse do local do combate.

Durante duas horas travou-se um combate desigual entre o submarino alemão e o pequeno navio português, que tentava evitar a perseguição ao navio mercante, que conseguiu escapar.



Figura 5.- O Combate do N.R.P. **Augusto de Castilho** *com o* **U-139**.
Quadro de F. Namura, Museu de Marinha, Lisboa.

Finalmente, com as munições esgotadas, o navio português pára e inicia-se o seu abandono pela guarnição, sob o fogo do inimigo. Depois de saqueado pelos alemães (levaram mesmo uma das peças de artilharia), o navio seria afundado por cargas explosivas que estes colocaram a bordo. Assim acabou o navio que escoltara 22 navios, e percorrera 7.020 milhas em apenas 20 meses de serviço na Armada.

O paquete conseguiu escapar e viria a encontrar-se, a 30 milhas de Ponta Delgada, com a canhoneira ***Ibo*** que, alertada por rádio, dali saíra para o local do combate.

Os sobreviventes do combate, alguns deles feridos, embarcaram no salva-vidas e no bote do navio, conseguindo percorrer as cerca de 200 milhas que os separavam da ilha de São Miguel e de Santa Maria.

Morreram neste combate para além do comandante, 1º Tenente Carvalho Araújo, um aspirante, 5 praças e um civil, ficando feridos mais 20, de uma guarnição de 38 homens.

7.- A Defesa dos Portos

A intervenção da Armada foi também relevante na defesa dos portos de Portugal continental, ilhas adjacentes e arquipélago de Cabo Verde[22].

A defesa marítima do porto de Lisboa, o principal porto português, foi desenvolvida, como já referimos, a partir de 1916, com o auxílio da *Royal Navy*, e passou a ser constituída por duas esquadrilhas de patrulha e uma parelha de caça-minas.

Uma das esquadrilhas vigiava a Norte a área entre o cabo Raso e Cascais e a outra a área a Sul entre o cabo Espichel e o Bugio.

Na barra do porto de Lisboa e nas suas aproximações, os caça-minas ***Roberto Ivens***, ***Azevedo Gomes*** e ***Hermenegildo Capelo*** procederam à árdua e perigosa missão de rocegar minas, mantendo aberto e seguro o mais importante porto nacional. Por várias vezes foram encontradas minas lançadas por submarinos inimigos.

Foram montadas duas barragens anti-submarinas uma exterior e outra interior à *linha de entre-torres*[23], cujo funcionamento de abertura e fecho era garantido por embarcações de apoio.

Foram também instalados postos de vigilância no cabo da Roca, em Cascais (equipado com um projector) e no cabo Espichel; colocou-se um hidrofone ao largo de Cascais e baterias de artilharia, guarnecidas por pessoal de Marinha, entre o cabo Raso e Cascais, junto ao Bom Sucesso e em Porto Brandão.

[22] Sobre a defesa de Cabo Verde, ver *Revista Militar* II Século – 66º Volume – Nº 5, Maio de 2014, p.459-471.

[23] Designação atribuída à linha que une os faróis de São Julião da Barra e do Bugio e define a foz do rio Tejo.

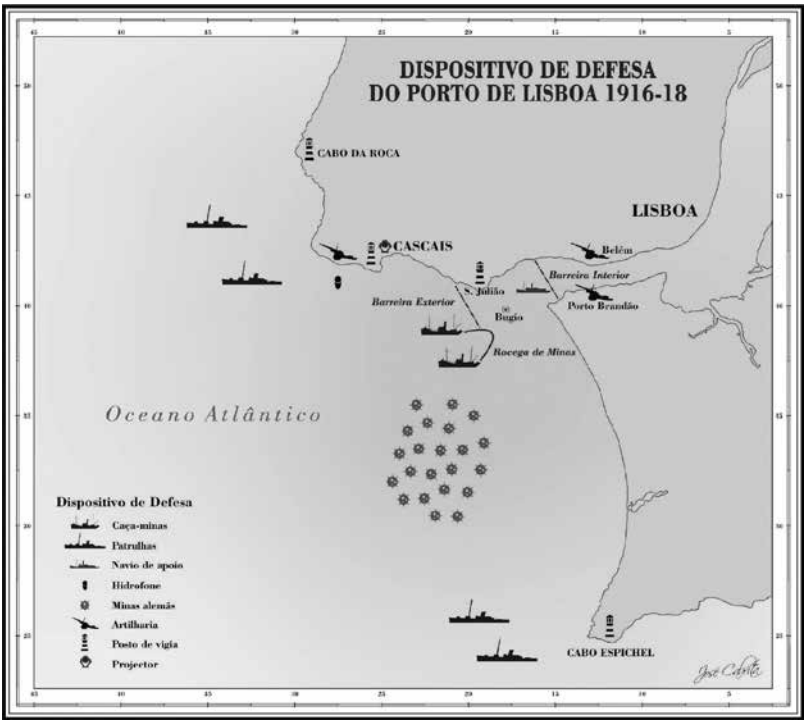


Figura 6.- Esquema da Defesa Marítima do Porto de Lisboa.
Desenho de José Manuel Cabrita.

Na tarde do dia 26 de Julho de 1917, o caça-minas ***Roberto Ivens*** embateu contra uma mina e afundou-se 6 milhas a Sudeste de Cascais; morreram neste incidente, para além do comandante do navio, Primeiro-tenente Raul Alexandre Cascais, mais 14 militares, de uma guarnição de 22 homens.

Das cerca de 100 minas largadas ao largo da barra do Tejo, foram rocegadas 14, uma afundou o cargueiro norueguês ***Terje Viken***[24] (17ABR16) e uma fez explodir e afundou o caça-minas ***Roberto Ivens***. Outras 55 seriam levantadas no final do conflito com a colaboração da *Royal Navy* que dispunha dos registos alemães com os lançamentos de minas em águas portuguesas. As restantes nunca foram encontradas.

[24] Lançada pelo ***UC-73***, segundo Augusto Salgado, *British Naval Aid to Portugal During the First World War* (2016)

A defesa do porto de Leixões foi reforçada em 1917 quando, face às limitações dos meios nacionais, ali se instalou uma base naval para navios franceses[25] que passaram a patrulhar e a escoltar os navios mercantes entre o Cabo Mondego e o cabo Finisterra, sendo auxiliados pelos hidroaviões da base da aviação naval instalada em São Jacinto.

A Armada manteve a presença dos caça-minas ***Açor*** e ***Margarida Vitória*** que rocegavam o canal de navegação e apoiavam a segurança do porto, enquanto o Exército instalou baterias em Ródão, Lavadouros e no molhe Sul do porto.

A *Esquadrilha Fiscal da Costa*, com sede em Faro acumulou estas funções com a de fiscalização da pesca e a vigilância marítima. As suas limitações levaram franceses e britânicos a instalarem bases em Lagos e na Baleeira para patrulhar as aproximações ao cabo de São Vicente. Os franceses dispunham de dois submersíveis e um caça-minas e os britânicos um cruzador auxiliar e dois torpedeiros.

Apesar disto, foram afundados ao largo da costa do Algarve seis navios aliados em 1916, 15 em 1917 e um em 1918.

A cidade do Funchal foi atacada a 03 de Dezembro de 1916, pelo submarino alemão ***U-38***, tendo sido afundados a canhoneira ***Surprise*** e o navio lançador de cabos submarinos ***Kangoroo***, de nacionalidade francesa e o navio de apoio a torpedeiros britânico ***Dacia***. A reacção das baterias de terra fez afastar o inimigo.

Foram enviados para a Madeira três patrulhas (***Dory***, ***Dekade I*** e ***Mariano de Carvalho***) e uma lancha armada, mas a 17 de Dezembro de 1917 o cruzador-submarino ***U-155*** voltou a bombardear a cidade provocando baixas na população civil apesar da pronta reacção dos dois patrulhas ***Dekade I*** e ***Mariano de Carvalho*** que ao largo da ponta do Garajau abriram fogo, durante mais de duas horas contra o inimigo; as baterias de terra não chegaram a fazer fogo. A defesa foi mais uma vez reforçada, enviando-se de Lisboa, o caça-minas ***Celestino Soares***.

A cidade de Ponta Delgada foi também atacada pelo submarino alemão ***U-155*** em 4 de Julho de 1917, antes de ali ter sido instalada uma base naval americana para apoiar os comboios com transportes de tropas para a frente europeia e que, a caminho de Marselha, navegavam a Sul daquele arquipélago.

[25] Foram inicialmente seis *Chalutiers* destindos a escoltar pequenos comboios costeiros com destino ou origem nos portos franceses.

O porto do Mindelo (Cabo Verde) era um importante ponto de amarração dos cabos submarinos, fundamentais, na época, para as comunicações telegráficas da Europa com a América e a África; o Mindelo era também naquela época um estratégico porto abastecedor de carvão para a navegação, e para a esquadra britânica em serviço naquela área do Atlântico. Foi o primeiro porto português que viu organizada a sua defesa marítima, logo em 1914.

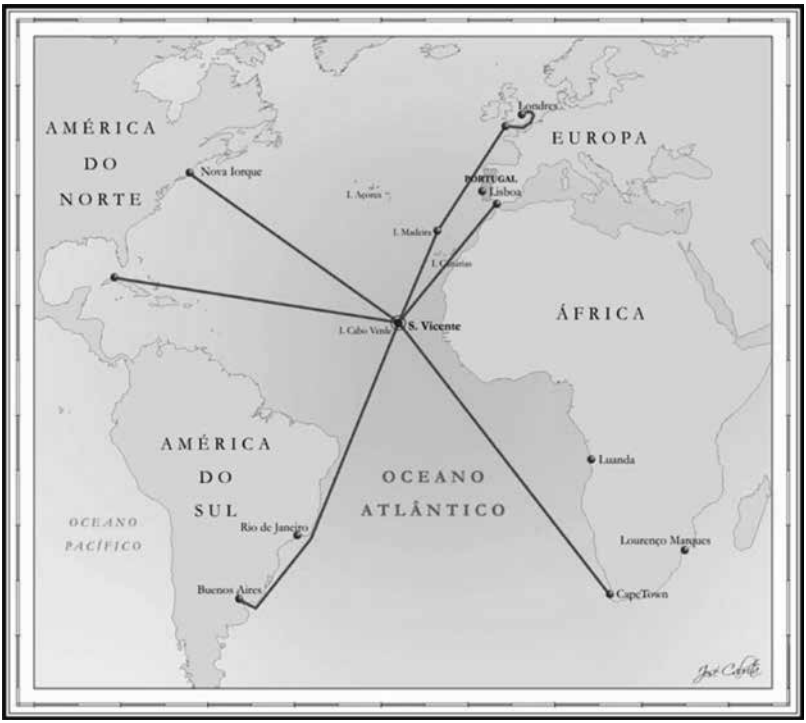


Figura 7.- As amarrações dos cabos submarinos em Cabo Verde. Desenho de José Manuel Cabrita.

Para ali foram deslocadas A Força de Marinha Expedicionária a Cabo Verde, com 90 homens, e o cruzador ***São Gabriel*** e depois as canhoneiras ***Beira*** e ***Ibo*** e o patrulha ***Brigadeiro Barreiros*** que com mais dois vapores armados, e utilizados como patrulhas, garantiram a defesa marítima daquele porto e a defesa dos cabos submarinos, em colaboração com a *Força Expedicionária de Marinha para Cabo Verde*, de 90 homens (1 oficial, 9 sargentos e 80 praças).

Foram também montadas 12 peças de artilharia [2 peças Krups 76mm, 2 peças Armstrong de 150 mm (desmontadas da fragata ***D. Fernando II e Glória*** e da canhoneira ***Zambeze***), 1 peça Hotchkiss de 90 mm e 3 Hotchkiss de 47mm, guarnecidas por pessoal da Armada e 4 peças de montanha *Canet* de 47 mm guarnecidas por pessoal do Exército].



Figura 8.- O Porto do Mindelo na ilha cabo verdiana de São Vicente. Desenho de José Manuel Cabrita.

O porto foi sujeito a vários ataques de submersíveis alemães; a 4 de Dezembro de 1916, o ***U-47*** tentou entrar na baía do Mindelo onde se encontrava o paquete ***Moçambique*** com 500 militares a bordo e numeroso material de guerra; detectado pelos vigias da canhoneira ***Ibo***, foi atacado a tiro e obrigado a mergulhar ainda dentro do porto e sair em imersão.

A canhoneira ***Beira***, que também se encontrava no Mindelo, largou em auxílio da ***Ibo*** e, quando o inimigo voltou à superfície, já fora da baía,

estava próximo daquela que o atacou com a sua artilharia obrigando-o a mergulhar novamente.

Em Fevereiro de 1917 é tentado outro ataque ao Mindelo, frustrado pela pronta reação da canhoneira ***Ibo***.

Outro ataque foi efectuado em 2 de Novembro de 1917 pelo cruzador-submarino ***U-151***, que torpedeou os vapores brasileiros ***Guahyba*** e ***Acary***; os dois torpedos foram disparados de fora da baía a cerca de 300 a 450 metros dos dois navios que atingidos na linha de água se afundaram. A reacção da ***Ibo***, que largou logo em sua perseguição, fez o inimigo abandonar o ataque e mergulhar.

A 7 de Novembro o mesmo submersível entrou na baía a coberto da noite e acostou ao navio mercante holandês ***Kennemerland***, que actuava como navio espião alemão; mas o navio tinha sido ocupado por forças militares portuguesas e a sua tripulação presa; atacado a tiro pelos militares de bordo e pela ***Ibo***, foi obrigado a largar e a mergulhar.

A 14 do mesmo mês voltou a atacar a baía do Mindelo, após o que abandonou a região; dois dias depois atacou, junto à ilha da Madeira, o navio americano ***Margaret L. Roberts***.

Com a chegada da canhoneira ***Beira***, em Janeiro de 1918, vieram e foram instaladas as primeiras barreiras submarinas e mais peças de artilharia em terra.

Em Setembro de 1918 o *Almirantado Britânico* solicitou a colaboração da *Divisão Naval de Operações de Guerra* da Marinha brasileira, então estacionada em Dakar, para a patrulha das águas adjacentes ao arquipélago de Cabo Verde, onde tinham sido avistados vários submersíveis inimigos.

Os navios brasileiros debatiam-se com a epidemia da *Gripe Espanhola* (pneumónica) e apenas os contratorpedeiros ***Piauí*** e ***Santa Catarina*** ainda dispunham de guarnições suficientes para navegar; foi determinado pelo Comandante-chefe brasileiro, Almirante Frontin, que aqueles navios largassem para São Vicente a 8 de Setembro[26].

Mas epidemia alastrou-se a bordo do ***Santa Catarina*** e apenas o ***Piauí*** se fez ao mar. Mas a gripe acompanhou-o e quando dois dias depois atingiu o Mindelo e fundeou junto às canhoneiras portuguesas ***Beira*** e ***Bengo***, o número de doentes existentes impossibilitavam o navio de continuar a navegar.

Enquanto a guarnição brasileira melhorava, a epidemia atacou as guarnições dos navios portugueses. Seria o navio brasileiro quem, até 19 de Outubro, garantiu a vigilância da entrada do porto do Mindelo, enquanto as

[26] Segundo Prado Maia, *DNOG, uma Página Esquecida da História da Marinha Brasileira*.

guarnições portuguesas recuperavam da epidemia que lhes provocou nove mortos (8 na ***Beira*** e 1 na ***Bengo***)[27].

8.- A Aeronáutica Naval

Neste conflito mundial, também no ar se desenrolou a acção da Marinha. A arma aérea era vital nas novas técnicas de guerra; a sua elevada velocidade e o seu alcance visual, permitiam-lhe detectar antecipadamente o inimigo, especialmente os submersíveis, pela facilidade com que os localizava em imersão e a possibilidade de os bombardear, antes deles se abrigarem em maiores profundidades, o que lhes dava elevada eficácia. Também na detecção de minas, os meios aéreos se mostraram muito úteis, pelo que a Armada Portuguesa se preparou e equipou com este tipo de arma.

Em 1916, adquiriram-se os primeiros três hidroaviões *FBA (Franco--British-Aviation)*, mas só em 28 de Setembro de 1917, foram criados e instalados na Doca do Bom Sucesso em Lisboa, os *Serviços de Aviação Naval*. Até ao final do conflito foram adquiridos mais 22 aparelhos (18 *Donnet-Denhaut-8*, 2 *Teller-3* e 2 *Georges-Levy-40*), dos quais dez (8 *DD8* e 2 *GL-40*) nunca chegaram a ser utilizados. Chegou também a equacionar-se, em 1916, o envio de um destacamento aéreo para o Norte de Moçambique, mas a falta de material impediu a sua concretização.

Em São Jacinto foi instalado em 1917, como já foi referido atrás, o *Centro de Aviação Marítima de Aveiro*, comandando por um oficial da Armada Francesa e com aparelhos daquela nacionalidade, tendo como adjuntos oficiais da Armada Portuguesa. Um outro *Centro de Aviação Marítima* esteve previsto para a Ilha da Culatra, no Algarve, mas não chegou a entrar em actividade por ter terminado a guerra.

Em 11 de Julho de 1918, unidades da *Aviação Naval* detectaram um campo de minas entre o Cabo Raso e a barra do porto de Lisboa que os caça-minas se encarregaram de levantar, e por várias vezes aqueles hidroaviões deram notícia de submarinos inimigos, nas proximidades da entrada do Tejo.

A 23 de Agosto de 1918, um *Tellier* tripulado pelo Primeiro-tenente Azeredo e Vasconcelos largou para o mar em busca de um submarino avistado do Cabo da Roca, tendo desaparecido no mar.

[27] Faleceram ainda, naquele fatídico mês de Outubro de 1918, mais nove militares do Exército, dos quais, dois oficiais.

9.- A Viagem dos Submersíveis

A Armada organizou, em plena guerra, a viagem de La Spezia (Itália) para Lisboa, dos três novos submersíveis portugueses – ***Foca***, ***Golfinho*** e ***Hidra*** – que tinham sido construídos nos estaleiros daquela cidade.

Escoltados pelo navio de salvação ***Patrão Lopes***, os três submersíveis largaram de La Spezia na madrugada de 15 de Dezembro de 1917, e depois de uma tormentosa, desgastante e perigosa viagem, fundearam em Paço de Arcos pelas 22h35 do dia 10 de Fevereiro de 1918.

Apesar de ter sido previsto o aumento da capacidade militar do ***Patrão Lopes*** – instalando-lhe duas peças de 90 mm no lugar da única de 47 mm – não foi possível efectuar esse trabalho antes da viagem, aumentado a perigosidade da missão.

Recorde-se que atravessaram o Mediterrâneo em plena guerra, debaixo de mau tempo e navegando à superfície por zonas infestadas de submersíveis inimigos.

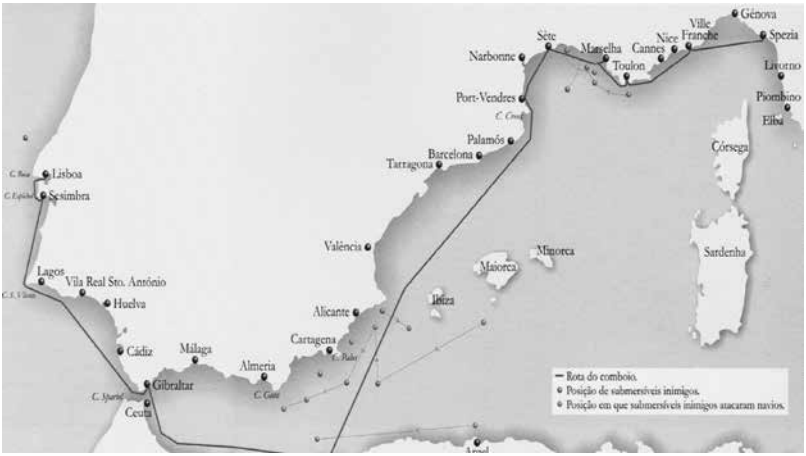


Figura 9.- A Viagem dos Submersíveis Foca, Golfinho e Hidra de Itália para Portugal em 1918. Desenho de José Manuel Cabrita.

10.- A Marinha de Comércio

O notável serviço desempenhado pela Marinha de Comércio, durante a guerra tem de ser aqui referido; os seus navios, para além de conduzirem as forças militares para os teatros de operações, também transportaram

passageiros e mercadorias, que representaram muitas horas de navegação e de perigo que nunca poderão ser esquecidos.

Desenvolvida, como já referimos, a partir da década de 1880 com a criação da *Empresa Nacional de Navegação* e *da Mala Real Portuguesa*, a Marinha de Comércio portuguesa possuía, em Agosto de 1914 uma frota de 473 navios, representando 142.241,57 toneladas de arqueação bruta, dos quais 246 (cerca de metade) eram veleiros como a barca ***Ferreira*** (ex-***Cutty Sark***) e a galera ***Viajante*** (construída em Damão em 1850). Com mais de 1.000 toneladas existiam apenas 32 navios que representavam 81.549,47 toneladas de arqueação bruta (mais de metade do total).

Existiam ainda, registados nos clubes e associações náuticas, 391 embarcações de recreio e desportivas, das quais apenas 65 eram motorizadas.

Estes valores mostravam-se insuficientes para garantir as necessidades de abastecimento do país e as ligações entre os seus territórios insulares e ultramarinos.

10.1.- A Carreira de África

Nos anos que antecederam o conflito, as ligações marítimas com os territórios ultramarinos portugueses eram assegurados não só pela frota nacional como por navios alemães, britânicos e holandeses.

A tonelagem de navios estrangeiros utlizada nos anos de 1910-1914 correspondia a cerca de 50% da tonelagem total disponibilizada para Moçambique; para a Índia os transportes eram assegurados apenas por navios ingleses e, para Macau por navios alemães e holandeses.

De acordo com os registos dos navios saídos do porto de Lisboa os movimentos dos navios da Carreira de África foram os constantes no quadro que projectamos.

Apesar das dificuldades, a Marinha Mercante garantiu o abastecimento das províncias e das ilhas além do transporte e abastecimento das forças militares deslocadas para Cabo Verde, Angola e Moçambique.

No início do conflito, a deslocação de forças militares para os territórios ultramarinos de Angola, Cabo Verde e Moçambique, levou a um aumento da tonelagem disponibilizada para a *Carreira de África* que no caso de Angola, passou de 31 navios com 95.000 toneladas de arqueação bruta em 1913, para os 15 navios e 47.000 apenas nos últimos quatro meses de 1914.

No caso de Moçambique passou-se de 20 navios e 94.000 toneladas (em 1913) para os 12 navios com 37.000 nos meses de Setembro a Dezem-

bro de 1914; manteve-se a média de 7.800 toneladas/mês, mas agora sem a participação dos seis navios alemães que representaram 42% da tonelagem; na prática verificou-se uma duplicação do esforço de transporte dos armadores portugueses.

No ano de 1915 – já com campanhas militares a decorrer em Angola e em Moçambique -- a tonelagem destinada a Angola atinge as 133.000 toneladas distribuídas por 45 navios; para Moçambique seguiram 125.000 toneladas em 30 navios.

No ano de 1916, ano da entrada de Portugal na Guerra, os movimentos foram de 20 navios (1,7/mês) para Angola e 18 navios (1,5/mês) para Moçambique, representando, respectivamente 65.000 e 92.000 toneladas. Uma diminuição provocada pelo esforço de ligação a outras rotas e que se agravaria ainda, no ano seguinte (1917) com a mobilização para França e a participação de navios portugueses – agora reforçados com os navios apresados – nas rotas do Mediterrâneo.

Em 1917 foram para Angola 13 navios (1,08/mês) com 45.000 toneladas e para Moçambique 17 navios (1,41/mês) com 90.000 toneladas; era em Moçambique que ainda se desenrolavam operações militares contra os alemães. No último ano de guerra foram enviados de Lisboa para Angola 16 navios (1,25/mês) e 4 apenas para Luanda, com 47.861 toneladas; para Moçambique seguiram 17 navios (1,41/mês) correspondendo a 88.674 toneladas.

Também para São Tomé, índia e Macau largaram navios durante aquele período (1914-1918).

No ano do repatriamento, 1919, seguiram para Angola 13 navios e para Moçambique 16.

10.2.- A Carreia das Ilhas

O abastecimento dos arquipélagos da Madeira e dos Açores foi também garantido pela Marinha de Comércio nacional, com uma frequência média de apenas um navio por mês disponibilizando cerca de 3.000 toneladas por viagem.

Durante o período do conflito – Agosto de 1914 a Novembro de 1918 – largaram de Lisboa 133 navios com destino às ilhas (31 navios com destino ao Funchal e 102 com destino às diversas ilhas do Açores, especialmente São Miguel e Faial).

Apesar de, à partida de Lisboa se distinguirem os destinos – Açores ou Madeira – a maioria dos navios faziam *viagens redondas* visitando sucessivamente vários portos dos Açores e o Funchal ou vice-versa.

A carência de abastecimentos terá levado a que, logo em Janeiro de 1919, largassem de Lisboa para as ilhas 8 navios (6 para o Funchal e 2 para os Açores), dos quais 3 eram britânicos, com um total de 16.500 toneladas.

10.3.- Os Navios Mercantes Alemães

O início da guerra surpreendeu no mar numerosos navios da marinha mercante alemã, levando-os a procurar abrigo em portos neutros, para evitar que fossem apresados pela *Royal Navy*. Nos portos portugueses encontravam-se imobilizados, desde o início da guerra, 70 navios de comércio alemães e dois austro-húngaros, totalizando 250.000 toneladas.

A falta de navios mercantes para garantir a manutenção do comércio marítimo, levou o Governo Português a encarar a utilização daqueles navios para suprir as faltas, de tonelagem disponível para a navegação comercial nacional ou integrá-los na Armada.

A partir de 1915 o Governo Português tentou negociar com os armadores alemães o afretamento daqueles navios para suprirem as necessidades nacionais; não se tendo chegado a qualquer acordo – Portugal não dava garantias de não ceder os navios aos britânicos – os navios seriam requisitados, no início de 1916, levando à Declaração de Guerra da Alemanha.

Dos 72 navios apresados 5 foram aumentados ao efectivo da Armada e da Marinha Colonial, 4 cedidos a empresas de navegação nacionais[28] e os restantes incorporados nos *Transporte Marítimos do Estado*, garantindo um *superavit* de tonelagem disponível.

Em Julho de 1916 foi assinado um acordo que permitiu afretar à companhia britânica *Furness Whithy*, 42 navios com tripulações e bandeira portuguesas.

A Grã-Bretanha utilizou 13 navios e reafretou 23 navios à França, 14 à Itália e 3 à Bélgica.

Sob o controlo directo de Portugal ficaram apenas 20 navios.

Muitos dos navios portugueses seriam utilizados na *Rota de Salónica*, um percurso no Mediterrâneo entre Marselha e aquele porto grego, para abastecimento das forças aliadas que combatiam nos Dardanelos e considerada, pelas Marinhas aliadas, a rota mais perigosa daquela guerra pela frequência dos ataques dos submersíveis alemães e austríacos.

[28] O paquete ***Extremadura*** (ex-***Santa Úrsula***) foi entregue à Empresa Nacional de Navegação como compensação pela requisição do ***Malang***e, e do ***Luanda***, transformados nos cruzadores auxiliares ***Pedro Nunes*** e ***Gonçalves Zarco***.

Aqui se perderam muitos navios e muitas vidas de portugueses, como foram, entre outros, os casos do ***Alentejo*** (4.312 TAB), ***Caminha*** (7.763 TAB), ***Cascais*** (835 TAB), do ***Sagres*** (2966 TAB) e ***Diu*** (5.585 TAB).

Alguns navios portugueses participaram também no transporte de tropas dos Estados Unidos da América para a Europa, quando aquela nação entrou no conflito.

No final do conflito, os britânicos também não cumpririam os prazos de devolução dos navios; devendo fazê-lo nos seis meses seguintes ao final do conflito apenas dois navios regressaram naquele prazo: o ***Figueira da Foz*** e o ***Fernão Veloso***. Dos restantes foram entregues 16 em 1920 e os últimos dois – ***Sines*** e ***Inhambane*** – só foram entregues em 1921.

10.4.- Os Contributos da Marinha Mercante

O contributo da marinha mercante teve, como seria de esperar, custos materiais e humanos muito elevados; perderam-se 129 navios, sendo 75 navios de mais de 200 toneladas TAB e 54 embarcações com menos de 200 toneladas TAB; perderam-se ainda, entre tripulantes e passageiros, 336 vidas humanas.

Em 1915 perderam-se 3 navios, mesmo antes da entrada na guerra, como já se disse. Depois perderam-se 9 navios em 1916, 65 navios em 1917 e 52 navios em 1918.

Dos navios perdidos 23 – representando 79.451 toneladas – eram antigos navios alemães apresados, dos quais 15 (52.919 ton) estavam ao serviço da Grã-Bretanha e da França.

As perdas de guerra totalizaram 135.706 toneladas TAB, cerca de 35% da tonelagem disponível (390.117 ton) mas, quase o valor (95%) da tonelagem nacional anterior à integração dos navios requisitados.

Por outras causas perderam-se ainda mais 40 navios e embarcações representando 23.621 toneladas TAB.

Navios Perdidos (1914-1918)

Navios	Número	Tonelagem TAB	Obs
Acções de Guerra	129	135.706	62 a motor
Até 100 toneladas TAB	25	1.310	64 veleiros
Entre 101 e 200 tons TAB	28	4.339	
Mais de 2.500 tons TAB	24	95.155	23 ex-alemães
Outras Perdas	40	23.621	

A *Marinha de Pesca* manteve, apesar dos perigos, o abastecimento do país; perdeu 12 dos seus melhores navios em 1915 – vendidos a interesses britânicos para serem utilizados como caça-minas – teve mais 21 unidades mobilizadas pela Armada com a mesma finalidade e viu ainda uma vintena de outros navios serem afundados por submersíveis alemães. Muitos dos seus recursos humanos foram mobilizados pela Armada ou matriculados em navios de comércio. A pesca longínqua na Terra Nova também manteve a sua actividade, partindo anualmente 40 navios para aquela faina, dos portos de Lisboa (14) Figueira da Foz (10), Aveiro (4), Porto (9), Viana do Castelo (2) e Ponta Delgada (1); apenas no ano de 1917, não partiram navios portugueses para aquela região.

A *Marinha de Recreio* teve muitas das suas embarcações e dos seus recursos humanos mobilizadas para o serviço da Armada.

Da acção da Marinha de Comércio merecem ser citados os casos do ***Machico***, do ***Sagres***, do ***Alentejo***, do ***Horta*** e do ***Moçambique***.

O ***Machico***, ex-alemão ***Belmar***, de 6.118 TAB navegava a Norte das Canárias quando, pelas 09h00 do dia 13 de Novembro, foi atacado por um submersível.

Utilizando toda a potência possível da máquina o navio conseguiu colocar-se fora do alcance das peças do submersível e foi abrigar-se entre as ilhas do Arquipélago das Canárias, evitando a sua destruição; chegaria a Lisboa pelas 11h00 do dia 19 de Novembro.

Por esta acção o capitão Afonso Vieira Dionísio, o Segundo-piloto Henrique Ciríaco Gouveia e o Primeiro-maquinista António Linho e Sousa, foram agraciados com a medalha da Torre e Espada.

O vapor ***Sagres***, ex-alemão ***Taygetos*** de 2.966 toneladas e 42 tripulantes, pertencia aos *Transportes Marítimos do Estado* e foi um dos 23 navios disponibilizados, ao Governo Francês que o artilhou com algumas peças de tiro rápido e classificou como *cruzador auxiliar de 1ª classe*.

Depois de várias viagens na *Rota de Salónica* e ter sofrido alguns ataques nos comboios em que ia integrado, o navio foi torpedeado, em 16 de Abril de 1917, pelo ***UC-37*** ao largo do Cap Blanc na Tunísia quando a caminho de Bizerta tendo falecido 36 tripulantes e 100 soldados franceses que iam a bordo. Salvaram-se apenas 6 tripulantes e 9 militares.

O ***Alentejo***, ex-alemão ***Uckermark***, de 4.312 toneladas, foi também utilizado na *Rota de Salónica*. Quando carregava em Marselha material de guerra, especialmente granadas de artilharia, com destino àquela cidade, deflagrou um incêndio a bordo que não foi possível debelar. Numa acção corajosa o comandante foi encalhar o navio em local onde não colocava em

perigo os restantes navios no porto. Mais tarde concluiu-se que a carga fora sabotada pelos estivadores – prisioneiros de guerra alemães – para provocar o incêndio.

O seu comandante viria a ser agraciado com a *Ordem Militar da Torre e Espada* pelo seu corajoso comportamento.

O ***Horta***, ex-alemão ***Schaumburg***, de 3.472 toneladas, dos *Transportes Marítimos do Estado*, foi também utilizado no transporte de material entre Marselha e Salónica; sofreu oito ataques de submersíveis alemães e austríacos e teve duas tentativas de sabotagem por parte dos prisioneiros de guerra alemães utilizados na estiva e que lhe provocaram incêndios a bordo. Viria a ser atingido por um torpedo disparado pelo ***UC-73*** a 9 de Agosto de 1918 que provocou o seu afundamento e a morte de seis tripulantes.

O paquete ***Moçambique*** da *Empresa Nacional de Navegação*, largou de Lourenço Marques a 25 de Setembro de 1918, com cerca de 1085 pessoas a bordo (952 passageiros e 133 tripulantes) tendo ocorrido a bordo um surto de pneumónica que vitimou 191 passageiros e dois tripulantes; o navio viajou, sem escalas, da cidade do Cabo até Lisboa, onde chegou a 20 de Outubro, ficando de quarentena em São José de Ribamar. Pela sua enorme coragem e profissionalismo, o Capitão Alberto Herberts foi agraciado com a medalha da *Ordem Militar da Torre e Espada*.

De referir que os capitães destes navios foram todos agraciados com a Medalha Ordem Militar da Torre e Espada.

11.- As Indemnizações de Guerra

No final da Guerra a Armada e o Governo da República tinham imensa esperança que se pudessem obter, como compensação de guerra, alguns navios da esquadra alemã, permitindo dotar a Armada com os meios navais há muito desejados.

Pensava-se em Portugal que tendo as potências vencedoras excedentes em material naval, seria fácil obter os tão desejados navios alemães.

Tal não foi conseguido pelo ambiente que se criou no seio da Conferência de Versalhes; levando mesmo o representante da Armada – comandante Botelho de Sousa -- a pedir a demissão da Delegação Portuguesa.

Os nossos aliados Britânicos dificultaram as negociações e puseram mesmo em causa as perdas que Portugal apresentava, nomeadamente as baixas nos confrontos em África.

No final a Armada Portuguesa receberia apenas um caça-minas alemão – que seria a canhoneira ***Raul Cascais*** – e seis torpedeiros austríacos – que seriam os navios da classe ***Ave***.

A Armada receberia ainda verbas para o início da construção das instalações do Alfeite – *Arsenal do Alfeite*, *Base Naval de Lisboa*, *Escola Naval* e *Corpo de Marinheiros da Armada*. Mas o seu pagamento seria suspenso em 1933 e as obras terminadas, com verbas nacionais, três anos mais tarde.

12.- Conclusões

Os combates tinham terminado a 11 de Novembro de 1918 com a assinatura do Armistício e a paz foi concluída em Versalhes a 28 de Junho de 1919.

Os serviços do Estado estavam desorganizados e, no caso da Marinha, o material estava desgastado pelo esforço de guerra.

A participação da Marinha Portuguesa na Grande Guerra foi, em absoluto, de pequena monta; no entanto, foi enorme relativamente aos seus poucos recursos e passou muito despercebido devido, entre outras causas, ao ambiente político interno que envolveu a nossa participação no conflito.

No entanto, como em outros períodos da história, a sua acção foi fundamental para a defesa dos interesses nacionais e os marinheiros portugueses podiam orgulhar-se do trabalho realizado.

Sem o caminho do mar não teria sido possível o abastecimento do *Corpo Expedicionário Português* na Flandres, a acção mais visível da participação portuguesa na Grande Guerra, nem a defesa do Ultramar, afinal uma das razões para a nossa participação naquele conflito.

Bibliografia

- **BARATA**, Gen. Manuel Themudo e **TEIXEIRA**, Nuno Severiano. *Nova História Militar de Portugal (5 volumes)*. Círculo de Leitores. Lisboa, 2003-2005.
- **CANN**, John P. *Moçambique, África Oriental Alemã e a Grande Guerra*. Revista Militar,
- *Angola e a Grande Guerra*. Revista Militar.
- **CARDOSO**, Edgar Pereira da Costa. *História da Força Aérea portuguesa*, Volume 2, 1984.
- **CORREIA**, Luís Miguel. *Paquetes Portugueses*, Lisboa, Edições INAPA, 1992.
- **COSTA**, Adelino Rodrigues da. *As Ilhas Quirimbas*. Edições Culturais da Marinha. Lisboa, 2003.
- *Dicionário de Navios e Relação de Efemérides*. Edições Culturais da Marinha, 2006.
- "Moçambique (1914-1918): o improviso, a doença e os alemães". In *Anais do Clube Militar Naval*, JUL-DEZ 2014.
- **DUARTE**, António Paulo; **FERNANDES**, António Horta (Coord.). *Grandes Estrategistas Portugueses*. Edições Sílabo, Lisboa, 2007.
- **FERRAZ**, Manuel Armando. *Relatório do Afundamento do Caça-Minas "Augusto de Castilho" em Outubro de 1918*. Manuscrito da Biblioteca Central de Marinha.
- **FERREIRA**, João José Brandão. *Evolução do Conceito Estratégico Ultramarino Português Da Conquista de Ceuta à Conferência de Berlim*. Atena. Lisboa, 2000.
- *Evolução do Conceito Estratégico Ultramarino Português Da Conferência de Berlim à Descolonização*. Hugin Editores. Lisboa, 2002.
- **FREIRE**, João. *Moçambique há um Século, visto pelos Colonizadores*. Edições Culturais da Marinha. Lisboa, 2009.
- **GONZÁLEZ CALLEJA,** Eduardo e **ALBERTA**, Paul. *Nidos de Espias. España, Francia e la Primera Guerra Mundial 1914-1919*. Alianza Editorial, 2014.
- **INSO**, Jaime do. *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*. Edições Culturais da Marinha. Lisboa, 2006.

- **JÚNIOR**, Costa. *Ao Serviço da Pátria. A Marinha Mercante Portuguesa na I Grande Guerra*. Editora Marítimo-Colonial. Lisboa, 1944.
- **KEENAN**, John. *Battle at Sea. From Man-of-war to Submarine*. Pimlico, London 2004.
- **LOUREIRO**, Carlos Gomes de Amorim. *Estaleiros Navais Portugueses. I - Arsenal da Marinha*. Lisboa, 1940.
- **MAHAN**, Alfred Thayer. *The Influence of Sea Power upon History 1660-1805*. Presidio. Greenwich (USA), 1987.
- **MAIA,** Prado. *D.N.O.G. Uma Página Esquecida da História da Marinha Brasileira*. Serviços de Documentação Geral da Marinha. Rio de Janeiro, 1961.
- **MENDES**, José Agostinho de Sousa. *Setenta e Cinco Anos no Mar (1910-1985) (17 Volumes)*. Edições Culturais da Marinha. Lisboa, 1989-2005.
- **MONTEIRO**, Armando da Silva Saturnino. *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa (8 Volumes)*. Sá da Costa Editora, Lisboa, 1990--97.
- **NUNES**, António Rafael Pereira. *Portugal na Grande Guerra. A Acção da Marinha*. Imprensa Nacional, Lisboa, 1923.
- **OLIVEIRA**, Fernando de. *A Arte da Guerra no Mar*. Edições Culturais da Marinha. Lisboa, 1983.
- **OLIVEIRA**, Maurício de. *Armada Gloriosa*. Parceria António Maria Pereira, Lisboa, 1936.
- *A Bordo do Navio Chefe*. Parceria de António Maria Pereira. Lisboa, 1943.
- *Os Submarinos na Marinha Portuguesa*. Editora Náutica Nacional Lda, Lisboa, 1988.
- *Allô! Allô! Patrão Lopes*, 2 volumes. Parceria António Maria Pereira. Lisboa, 1939.
- **PACHECO,** Bessa. "A Marinha na I Guerra Mundial". In *Anais do Clube Militar Naval*, JUL-DEZ, 2014.
- **PEMSEL**, Helmut. *A History of War at Sea*. Naval Institute Press. Annapolis, 1987.
- **PEREIRA**, José António Rodrigues. "Três Meses de Marinha Republicana". In *Revista Tridente*. Escola Naval. Alfeite, 1968.

- *"*A Marinha Portuguesa nos Conflitos Europeus dos Séculos XVII a XX*"*. In *Actas do III Colóquio de História Militar – Portugal e a Europa nos Séculos XVII a XX*. Lisboa, 1992.
- *Grandes Batalhas Navais Portuguesas*. Esfera dos Livros. Lisboa, 2009.
- *Marinha Portuguesa Nove Séculos de História.* Edições Culturais da Marinha. Lisboa, 2010.
- *Grandes Naufrágios Portugueses*. Esfera dos Livros. Lisboa, 2013.
- *A Marinha na Grande Guerra I (1914-1916)*. Anais do Clube Militar Naval , Vol CXLV, JAN-JUN 2015.
- *A Marinha na Grande Guerra II: Da Declaração de Guerra da Alemanha ao Fim do Conflito (Mar1916-Nov1918).*
- *A Marinha na Grande Guerra – O Teatro de Operações de África*. Revista Militar CLXVI, nº 5, MAI2014.
- *A Marinha na Mobilização Militar para África*. Revista Militar LCXVI, nº 8/9, AGO/SET2014.
- *A Marinha na Grande Guerra. Teatro de Operações da Europa, Atlântico e Mediterrâneo 1914-1919.* Revista Militar CLXVIII, nº 5, MAI2016.
- **PINTO**, José Luís Leiria. *A Viagem de La Spezia para Lisboa*. Colecção Documentos. Edições Culturais da Marinha. Lisboa, 2008.
- *Participação da Marinha em África na Grande Guerra*, Comunicação à Academia de Marinha, em 14 de Outubro de 2014.
- **SALGADO,** Augusto Alves. "A Secção de Auxiliares da Defesa Marítima. Criação e Acções na 1ª Guerra Mundial", In *XXIII Colóquio de História Militar*. Comissão Portuguesa de História Militar, 2014.
- **SALGADO,** Augusto Alves. **RUSSO**, Jorge. "Submarinos Alemães na Costa Portuguesa. O Caso do U-35", in *Actas do Colóquio Internacional "A Grande Guerra Um Século Depois"*. Academia Militar, 2015.
- **SALGUEIRO**, António. *"A Evolução da Marinha de Guerra Portuguesa nos Últimos 50 Anos (1890-1910)"*. In Revista de Marinha nº 132 a 137. Lisboa, Outubro/Novembro de 1941.
- **SANTOS**, José Ferreira dos. *Navios da Armada Portuguesa na Grande Guerra*. Academia de Marinha. Lisboa, 2008.

- **SELVAGEM**, Carlos. *Portugal Militar*. Imprensa Nacional. Lisboa, 1931.
- **SENA**, Camilo. *Marinha de Guerra Portuguesa*. Apontamentos para a sua História. Separata da Revista Militar. Lisboa, 1926.
- **SILVA**, Fernando Augusto Pereira da. *O Nosso Plano Naval*. Biblioteca da Liga Naval Portuguesa, Lisboa, 1909.
- **SILVA, "**Fernando David e. "A Marinha e a "Paz Armada" – Planos Navais 1897-1916". In *Anais do Clube Militar Naval*, JUL-DEZ 2014.
- **SILVA**, Henrique Correia da Silva (Paço de Arcos). *Memórias da Guerra no Mar*. Imprensa da Universidade. Coimbra, 1931.
- **SILVA,** Joaquim Ferreira da. *A Marinha de Comércio na Grande Guerra (1914-18)*. Comunicação à Academia de Marinha em 28 de Outubro de 2014.
- **TADEU**, Viriato Augusto. *Quando a Marinha Tinha Asas...* Anotações para a História da Aviação Naval Portuguesa (1916-1952) Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 1984.
- **TELO**, António José (Coord.). *História da Marinha Portuguesa. Homens Doutrinas e Organização (1824-1974)*. Academia de Marinha. Lisboa, 1999.

Sítios da Internet

- www.uboat.net/wwi (consultado em Dezembro de 2015)
- naviosenavegadores.blogspot.com (consultado em Dezembro de 2015)
- http://momentosdehistoria.com/001-grande_guerra (consultado em Novembro de 2016)

Quadro I - Navios da Armada em 1914

Tipo	Nome	Data Aquisição	Deslocamento	Potência	Armamento	Guarnição
Cruzadores	***D. Carlos I*** (depois ***Almirante Reis***)	1898	4.253	12.730	4 peças de 150, 8 de 120, 14 de 47, 2 de 37, 3 metr. 5 tubos lança--torpedos	318
	Adamastor	1896	1757	4.000	2 peças de 150, 4 de 105, 2 de 65, 3 metralhadoras 3 tubos lança torpedos	237
	São Gabriel	1898	1838	3.000	2 peças de 150, 4 de 120, 8 de 47, 2 de 37, 2 metr. 1 tubo lança--torpedos	242
	Rainha D. Amélia (depois ***República***)	1899	1683	5.000	4 de 150, 2 de 100, 4 de 47, 2 de 37 2 tubos lança--torpedos	263
	Vasco da Gama	1876 1902	3030	6.000	2 peças de 203, 1 de 150, 1 de 76, 8 de 47, 4 metr.	259
Iate Real (depois Aviso de Esquadra)	***Amélia*** (depois ***Cinco de Outubro***)	1900	1365	1.800	2 peças de 47 e 4 de 37	74

Contratorpe-deiros	***Douro***	1913	670	11.000	1 peça de 100, 2 de 76 mm e 2 tubos lança--torpedos	73
	Liz[29]	1914	550		4 peças de 76 mm e 2 tubos lança-torpedos	75
Submersível	***Espadarte***	1912	300	650	1 peça de 76 mm e 2 tubos lança-torpedos	58
Canhoneira torpedeira	***Tejo***	1901	536	7.000	1 peça de 100, 1 de 65, 1 metralhadora 2 tubos lança--torpedos	111
Canhoneiras	***Rio Sado***	1875	645	500	2 peças de 105, 2 de 65, 1 de 37, 1 metralha-dora	107
	Zambeze	1886	616	510	3 peças de 100, 1 de 37 e 1 metralhadora	107
	Zaire	1884	558	500	2 peças de 100, 2 de 37 e 1 metralhadora	107
	Limpopo	1890	288	523	2 peças de 47 e 1 metralhadora	48
	Açor	1886	335	360	1 peça de 47 mm	53
	Chaimite	1898	341	480	2 peças de 47, 2 metralha-doras	31
	Lúrio	1907	305	500	2 peças de 47 e 1 metralhadora	55
	Save	1908	305	500	2 peças de 47 e 1 metralhadora	55
	Pátria	1903	636	1890	4 peças de 100, 6 de 47, 1 metralhadora	157

[29] Este navio seria cedido ao Reino Unido.

Lanchas Canhoneiras	***Sena***	1904	70	100	2 peças de 37 e 1 metralhadora	7
	Tete	1904	70	100	2 peças de 37 e 1 metralhadora	7
	Zagaia	1909			3 metralhadoras	27
	Flecha	1909			3 metralhadoras	27
	Macau	1909	135	250	2 peças de 57 mm e 3 metralhadoras	28
	Cacheu	1901	40	100	2 peças de 37 e 1 metralhadora	7
	Infante D. Manuel (depois ***Rio Minho***)	1904	38	64	1 peça de 37 mm	49
Torpedeiros	***Nº 1***	1882	54	450	1 peça de 37 mm 2 tubos lança torpedos	15
	Nº 2	1886	66	700	1 peça de 37 mm 2 tubos lança torpedos	17
	Nº 3	1886	66	700	1 peça de 37 mm 2 tubos lança torpedos	17
	Nº 4	1886	66	700	1 peça de 37 mm 2 tubos lança torpedos	17

Navios Escola	***D. Fernando II e Glória***	1843	1849	à vela	1 peça de 120, 2 de 105, 2 de 76, 4 de 47, 1 de 37, 2 metralhadoras	91
	Duque de Palmela	1869	750	à vela	1 peça de 76 e 1 peça de 47 mm	66
Transportes	***Salvador Correia***	1895	300	450	1 peça de 75, 2 de 37	47
Rebocadores	***Lidador***	1884	252	400	1 peça de 37 e 1 metralhadora	35
	Bérrio	1898	408	1070	---	42
Vapores	***Vilhena***	1882	159	80	1 peça de 80 mm	21
	Dilly	1909	---	---	---	---
	Vulcano	1910	179	412	1 tubo lança-torpedos	27
	Lince	1911	151	412	2 peças de 37 mm	17

Quadro II – Estrutura da Armada em 1914[30]

Ministro da Marinha
Major General da Armada
Comissão Permanente de Estudos do Estado Maior
Corpo de Marinheiros (5 Brigadas, Serviço de Reservas da Armada, Divisão de Reformados)
Tribunal de Marinha
Conselho Superior de Saúde Naval
Junta de Saúde Naval
Hospital da Marinha
Escola Naval:
    Escola Auxiliar da Marinha (anexa E.N.). Cursos de Máquinas Administração Naval, Pilotagem e Hidrografia
Escola de Alunos Marinheiros (Porto e Faro)
Serviço e Escola de Torpedos e Electricidade (Vale de de Zebro)
Escola Prática de Artilharia Naval (Fragata "D. Fernando II e Glória")
Direcção Geral da Marinha
Comissão Central de Pescarias
Departamentos Marítimos (Norte, Centro e Sul)
    Capitanias
    Delegações Martímas
Direcção dos Faróis
Instituto de Socorros a Náufragos
Administração dos Serviços Fabris
Direcção das Construções Navais
    (contratorpedeiros classe "Douro" e canhoneiras classe "Beira")

[30] Conforme CALM Leiria Pinto, *Participação da Marinha em África na Grande Guerra*, Academia de Marinha, OUT, 2014.

Fábrica Nacional de Cordoaria
Depósitos de Marinha
    Artefactos, Mantimentos
    Parque de Carvão
    Fardamento e Pequeno Equipamento
Conselho Administrativo
Direcção do Material de Guerra da Marinha
Comissões Técnicas:
    Do Serviço de Electricidade e Torpedos
    Do Serviço de Máquinas e Caldeiras
    De Artilharia Naval
Comissão Permanente Liquidatária de Responsabilidades
6ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Quadro III – Situação dos Navios em Agosto de 1914[31]

1 - DA MARINHA DE GUERRA

- Lisboa

Cruzador ***Almirante Reis*** (1898) (ex-***D. Carlos I***)
Cruzador ***S. Gabriel*** (1900)
Cruzador ***Adamastor*** (1896)
Cruzador ***Vasco da Gama*** (1897)
Cruzador ***República*** (1898) (ex-***Rainha D. Amélia***)
Aviso ***5 de Outubro*** (1901) (ex-iate real ***Amélia***)
Contratorpedeiro ***Douro*** (1913)
Canhoneira ***Ibo*** (1913)
Canhoneira ***Beira*** (1910)

- **Serviço de Administração dos Serviços Fabris**

Rebocador ***Bérrio*** (1897)
Rebocador ***Lidador*** (1884)

- **Escola de Torpedos e Electricidade**

Vapor ***Vulcano*** (1910)
Torpedeiro ***Nº 1*** (1882)
Torpedeiro Nº 2 (1886)
Torpedeiro Nº 3 (1886)
Torpedeiro Nº 4 (1886)
Submersível ***Espadarte*** (1912)

- **Escola Prática de Artilharia Naval**

Fragata ***D. Fernando II e Glória*** (1843)

- Serviço de Fiscalização

- Em Caminha

Lancha-canhoneira ***Rio Minho***" (1905) (ex-***Infante D. Manuel***)

- No Norte

Canhoneira ***Limpopo*** (1890)

- No Centro

Em Setúbal

[31] Adaptado de CALM Leiria Pinto, *Participação da Marinha em África na Grande Guerra*, Academia de Marinha, OUT, 2014.

Canhoneira ***Zaire*** (1884)

- No Algarve

Canhoneira ***Lúrio*** (1908)
Vapor ***Lince*** (1911)

- Nos Açores

Canhoneira ***Zambeze*** (1888)
Canhoneira ***Açor*** (1874)

2 - DA MARINHA COLONIAL

Guiné

Lancha-canhoneira ***Cacheu*** (1902)
Lancha-canhoneira ***Zagaia*** (1909)
Lancha-canhoneira ***Flecha*** (1909)

Angola

Canhoneira ***Save*** (1908)
Transporte ***Salvador Correia*** (1895)
Vapor ***Vilhena*** (1882)

Moçambique

Canhoneira ***Chaimite*** (1898)
Lancha-canhoneira ***Sena*** (1904)
Lancha-canhoneira ***Tete*** (1904)

Índia

Canhoneira ***Rio Sado*** (1875)

Macau

Canhoneira ***Pátria*** (1903)
Lancha-canhoneira ***Macau*** (1903)

Timor

Vapor ***Dilly*** (1909)

3 – NAVIOS EM CONSTRUÇÃO

Contratorpedeiro ***Tejo*** (1915) (reconstrução da canhoneira-torpedeira ***Tejo***);
Contratorpedeiro ***Guadiana*** (1915);
Contratorpedeiro ***Vouga*** (1920);
Contratorpedeiro ***Tâmega*** (1922)

Quadro IV – Transportes de Tropas para África 1914-1918

Data	Navio	Passageiros	Destino
11SET1914	***Moçambique***	1300 homens	Moçâmedes
11SET1914	***Durhan Castle***	1527 homens	Lourenço Marques
11SET1914	***Cabo Verde***	Carga e gado	Moçâmedes
01OUT1914	África	Reforços para Angola	Moçâmedes
05NOV1914	***Beira***	Batalhão de Marinha	Moçâmedes
22NOV1914	***Cazengo***	Força Expedicionária de Marinha	São Vicente
01DEZ1914	***Ambaca***	Reforços para Angola	Moçâmedes
20JAN1915	***Moçambique***	Reforços para Angola	Moçâmedes
20JAN1915	***Zaire***	Reforços para Angola	Moçâmedes
03FEV1915	***Ambaca***	Reforços para Angola	Moçâmedes
03FEV1915	***Portugal***	Reforços para Angola	Moçâmedes
03FEV1915	***Britannia***	Reforços para Angola	Moçâmedes
20SET1915	***Zaire***	Regresso do Batalhão de Marinha	Lisboa
07OUT1915	***Moçambique***	Segunda Expedição a Moçambique	Porto Amélia
01FEV1916	***Portugal***	Segunda Expedição a Moçambique	Palma
MAR1916	***Luabo***	Navio-Hospital	Palma

Quadro V – Navios da Carreira de África e do Oriente (1914-1919)

Ano	Angola	Cabo Verde	Estado da Índia	Guiné	Macau	Moçambique	São tomé
1914	15 navios 65.000 ton	4 navios 2.006 ton	1 navio 1.524 ton	3 navios 3.400 ton		12 navios 37.000 ton	2 navios 893 ton
1915	45 133.000 ton	8 1.997	1 2.305	12 11.242		30 125.000	4 3.108
1916	20 65.000	13 5.580		8 6.449		18 92.000	4 2.958

Quadro VI – Navios Apresados no Continente

Nome Original	Nome Português	Porto onde se Encontrava	Tonelagem
Achilles	***Cávado***	Lisboa	943
Antares	***Coimbra***	Lisboa	2.512
Arkadia	***Esposende***	Lisboa	1.781
Bulow	***Trás-os-Montes***	Lisboa	8.965
Casa Blanca	***Ovar***	Lisboa	1.650
Cheruskia	***Leixões***	Lisboa	3.245
Electra	***Cascais***	Lisboa	834
Enos	***Leça***	Lisboa	1.911
Euripos	***Caminha***	Lisboa	2.763
Galata	***Faro***	Lisboa	4.044
Girgente	***Gaia***	Lisboa	1.758
Jaffa	***Sacavém***	Lisboa	2.047
Lahneck	***Gil Eanes***	Lisboa	2.589
Lubeck	***Barreiro***	Lisboa	1.738
Mainland	***Viana***	Lisboa	1.749
Mazagan	***Trafaria***	Lisboa	1.744
Milos	***Sines***	Lisboa	2.823
Mina Schuldt	***Nazaré***	Lisboa	992
Mogador	***Minho***	Lisboa	1.271
Nargos	***Aveiro***	Lisboa	2.209
Newa	***Patrão Lopes***	Lisboa	467
Phoenicia	***Peniche***	Lisboa	3.566
Picador	***Granja***	Lisboa	765
Pluto	***Sado***	Lisboa	1.481
Prinz Heinrich	***Porto***	Lisboa	6.636
Rhodes	***Belém***	Lisboa	1.925
Rolandseck	***Mira***	Lisboa	1.663
Rotterdam	***Figueira***	Lisboa	2.168
Santa Ursula	***Estremadura***	Lisboa	3.771
Shofie Richmerz	***Berlenga***	Lisboa	3.548
Taygetos	***Sagres***	Lisboa	2.986

Triton	***Setúbal***	Setúbal	1.758
Uckermark	***Alentejo***	Lisboa	4.312
Vesta	***Foz do Douro***	Porto	1.677
Westrwald	***Lima***	Lisboa	3.091
Wurtlemberg	***Amarante***	Lisboa	7.678
Szechenyi	***Lagos***	Lisboa	1.773

Quadro VII – Navios Apresados na Madeira

Nome Original	Nome Português	Porto onde se Encontrava	Tonelagem
Colmar	***Machico***	Funchal	6.184
Guhayba	***Porto Santo***	Funchal	2.801
Hochfeld	***Desertas***	Funchal	3.689
Petropolis	***Madeira***	Funchal	4.792

Quadro VIII – Navios Apresados nos Açores

Nome Original	Nome Português	Porto onde se Encontrava	Tonelagem
Margretha	***Graciosa***	Ponta Delgada	2.276
Max	***Flores***	Horta	1.980
Sardinia	***São Jorge***	Horta	3.601
Shiiffbek	***Santa Maria***	Ponta Delgada	2.663
Schwarzburg	***Ponta Delgada***	Ponta Delgada	3.354
Schaumburg	***Horta***	Horta	3.472

Quadro IX – Navios Apresados em Cabo Verde

Nome Original	Nome Português	Porto onde se Encontrava	Tonelagem
Beta	***Maio***	Mindelo	2.179
Burgmeister--Hachmann	***Ilha do Fogo***	Mindelo	4.314
Dora Horn	***São Nicolau***	Mindelo	2.679
Heimburg	***Santo Antão***	Mindelo	4.196
Santa Barbara	***Santiago***	Mindelo	3.763
Theoder Wille	***Boavista***	Mindelo	3.667
Fogo	***Brava***	Mindelo	3.184
Wurzburg	***São Vicente***	Mindelo	5.085

Quadro X – Navios Apresados em Angola

Nome Original	Nome Português	Porto onde se Encontrava	Tonelagem
Adelaide	***Cunene***	Luanda	5.898
Ingbert	***Porto Alexandre***	Luanda	2.699
Ingraban	***Congo***	Luanda	3.077

Quadro XI - Navios Apresados em Moçambique

Nome Original	Nome Português	Porto onde se Encontrava	Tone-lagem	OBS
Admiral	***Lourenço Marques***	Lourenço Marques	6.355	
Hessen	***Inhambane***	Lourenço Marques	5.099	
Hof	***Gaza***	Lourenço Marques	4.715	
Kalif	***Fernão Veloso***	Moçambique	5.105	
Kronsprinz	***Quelimane***	Lourenço Marques	5.689	Navio--hospital
Linda Woermann	***Pungué***	Beira	1.377	Entregue à Marinha Colonial
Zieten	***Tungué***	Moçambique	8.021	
Salvador	***Salvador***	Rio Zambeze	37	Lancha que pertencia à missão jesuíta austríaca de Boror

Quadro XII – Navios Apresados no Estado da Índia

Nome Original	Nome Português	Porto onde se Encontrava	Tonelagem
Brisbane	***Damão***	Mormugão	3.557
Kommodore	***Mormugão***	Mormugão	6.064
Lichtenfels	***Goa***	Mormugão	5.606
Marienfels	***Diu***	Mormugão	5.556
Numantia	***Pangim***	Mormugão	4.503
Vorwaertz	Índia	Mormugão	5.990

Quadro XIII – Navios Nacionais Requisitados

Nome Original	Nome Atribuído	Tonelagem	Classificação
Açor	***Açor***	244	Caça-minas
Alda Benvinda	***Baptista de Andrade***	296	Patrulha de Alto-Mar
Albatroz	***Almirante Paço de Arcos***	332	Patrulha de Alto-Mar
América	***América***	116	Patrulha auxiliar
Azevedo Gomes	***Manuel Azevedo Gomes***	245	Caça-minas
Capitania	***Capitania***	250	Transporte
Carregado	***Carregado***	107	Patrulha auxiliar
Chinde	***Chinde***	1.470	Transporte
Condestável	***Tenente Roby***	103	Patrulha auxiliar
Douro	***Tomás Andrea***	310	Patrulha de Alto-Mar
Elite	***Augusto de Castilho***	513	Patrulha de Alto-Mar
Galgo	***Galgo***	83	Patrulha auxiliar
Laura	***Quionga***	197	Patrulha de Alto-Mar
Luanda	***Gonçalves Zarco***	3.333	Cruzador auxiliar
Lordelo	***Roberto Ivens***	281	Caça-minas
Luabo	***Luabo***	1.453	Transporte de Tropas
Macedo e Couto	***Macedo e Couto***	214	Patrulha
Malange	***Pedro Nunes***	5.574	Cruzador auxiliar
Margarida Vitória	***Margarida Vitória***	206	Caça-minas
Maria Luísa	***Hermenegildo Capelo***	228	Caça-minas
Minho	***Minho***	125	Patrulha
República	***República***	340	Patrulha de alto Mar
São Tomé	***São Tomé***		Patrulha auxiliar
Serra da Agrela	***Celestino Soares***	250	Patrulha de Alto Mar
Três Irmãos	***Três Irmãos***		Patrulha auxiliar
Varzinense	***Guarda-marinha Janeiro***		Patrulha auxiliar
Zamba	***Zamba***		Lancha-Canhoneira

Nota: Foram ainda requisitadas algumas embarcações de recreio, nomeadamente em Lisboa, depois utilizadas na patrulha da barra e no serviço de redes e barragens.

Quadro XIV – Lotação dos Transportes de Tropas

Navio	Letra de Código	País	Tonelagem	Passageiros	Carga
Bellerophon	**A**	GB	8.954	35 oficiais 2.000 praças	60 viaturas 30 camiões
City of Banares	**B**	GB	6.984	50 oficiais 1580 praças	
Inventor	**C**	GB	8.290	14 oficiais 1.480 praças	40 viaturas 20 camiões
Bohemian	**D**	GB	8.555	127 oficiais 1.980 praças	14 viaturas
Rhesus	**E**	GB	6.704	10 oficiais 436 praças	393 solípedes
Flavia	**F**	GB	9.291	40 oficiais 392 praças	750 solípedes 60 viaturas
Laomedon	**G**	GB	6.693	11 oficiais 272 praças	464 solípedes
Pedro Nunes		PT	2.500	39 oficiais 626 praças	
Gil Eanes		PT	1.680	4 oficiais 244 praças	

Quadro XV – Transportes de Tropas para França (1916-1919)[32]

Data	Navio	Letra de Código	País	Passageiros e carga	Destino Data	Escolta
30JAN1917	***Bellerophon*** ***City of Banares*** ***Inventor*** ***Bohemian***		GB GB GB GB	209 of, 88 sar, 6.080 pr 457 solipedes, 140 viaturas, 60 camiões	Brest 02FEV1917	
08FEV1917	***Pedro Nunes***		PT	35 of., 25 sarg. e 515 praças	Brest 21FEV1917	***CT 31*** (GB)
16FEV1917	***Rhesus*** ***Flavia*** ***Lasmedon*** ***Gil Eanes***		GB GB GB PT	50 of, 22 sar, 1.060 pr 891 solipedes, 107 viaturas	Brest 19, 20 e 21FEV1917	***Guadiana***
23FEV1917	***Bellerophon*** ***City of Benares*** ***Inventor*** ***Bohemian***		GB GB GB GB	155 of, 277 sar, 5.333 pr. 147 viaturas	Brest 25 e 26FEV1917	
16MAR1917	***Pedro Nunes*** ***Rhesus*** ***Flavia*** ***Lasmedon***		PT GB GB GB	36 of, 41 sar, 613 pr 68 of, 118 sar, 1.196 pr. 1850 solípedes, 111 viaturas, 38 camiões	Brest 19 e 21MAR1917	
23MAR1917	***Bellerophon*** ***City of Benares*** ***Inventor*** ***Bohemian***		GB GB GB GB	195 of, 316 sar, 4.690 pr. 158 viaturas, 50 camiões	Brest 26 e 27MAR1917	

[32] Adaptado de Augusto Salgado, "A caminho de França. O transporte do CEP", *A Marinha e a Grande Guerra: Política e Poder Naval, Congresso Internacional*, Escola Naval, 14 a 16 OUT1915 e Relação dos Comboios Dados Desde 1915 até ao Armistício. AHM Processo 446-4-XII-5-1/3.

15ABR1917	***Pedro Nunes***		PT	38 of, 26 sar, 600 pr	Brest 18ABR1917	
	Rhesus		GB	63 of, 139 sar, 1.312 pr.		
	Flavia		GB			
	Lasmedon		GB	1.332 solípedes,35 viaturas		
22ABR1917	***Bellerophon***	A	GB	217 of, 6.844 pr.	Brest 25ABR1917	
	City of Benares	B	GB			
	Inventor	C	GB	168 viaturas		
	Bohemian	D	GB			
16MAI1917	***Gil Eanes***		PT	4 of, 10 sar, 244 pr.	Brest 19MAI1917	***CT 73*** (GB)
	Pedro Nunes		PT	38 of, 26 sar, 600 pr		
	Rhesus	E	GB	84 of, 90 sar, 1.469 pr.		
	Flavia	F	GB			
	Lasmedon	G	GB	1.607 solípedes, 140 viaturas 62 camiões		
27MAI1917	***Bellerophon***	A	GB	225 of, 483 sar, 6.477 pr.	Brest 30MAI1917	
	City of Benares	B	GB			
	Inventor	C	GB	150 viaturas, 65 camiões		
	Bohemian	D	GB			
30JUN1917	***Gil Eanes***		PT	Carga diversa		
12JUL1917	***Pedro Nunes***		PT	41 of, 30 sar, 700 pr.	Brest 15JUL1917	
14JUL1917	***Bellerophon***	A	GB	73 of, 261 sar, 3.298 pr	Brest 17JUL1917	
	City of Benares	B	GB			
	Inventor	C	GB	350 sol, 15 cam.		
	Bohemian	D	GB			
17JUL1917	***Gil Eanes***		PT	210 carga	Brest 20JUL1917	***Guadiana***
25JUL1917	***Bellerophon***	A	GB	56 of, 186 sar, 2.950 pr.	Brest 28JUL1917	
	Inventor	C	GB	532 sol.		

08AGO1917	***Bellerophon*** ***Inventor***	A C	GB GB	53 of, 190 sar, 3.009 pr. 285 sol, 66 viat, 3 cam.	Brest 11AGO1917	
21AGO1917	***Bellerophon*** ***Inventor***	A C	GB GB	60 of, 87 sar, 3.274 pr. 239 sol, 85 viat.	Brest 24AGO1917	
26AGO1917	***Pedro Nunes***		PT	38 of, 26 sar, 713 pr.	Brest 30AGO1917	
26SET1917	***Bellerophon*** ***Inventor***	A C	GB GB	170 of, 281 sar, 2.663 pr. 240 sol, 70 viat, 3 cam.	Brest 29SET1917	
10OUT1917	***Inventor*** ***Pedro Nunes***	C	GB PT	21 of, 120 sar, 500 pr. 39 of, 39 sar, 711 pr.	Brest 13OUT1917	***Guadiana***
17NOV17	***Pedro Nunes***		PT	38 of, 26 sar, 713 pr	Brest 20NOV17	
09JAN1918	***Gil Eanes***		PT	4 of, 8 sar, 193 pr	Brest 15JAN1918	***Guadiana***
15JAN1918	***Rome***		FR	21 of, 21 sar, 550 pr[33]	Brest 18JAN1918	
14FEV1918	***Pedro Nunes*** ***Gil Vicente***		PT PT	10 of, 19 sar, 504 pr. 1.303 homens	Brest 17FEV1918	***Douro***
22FEV1918	Índia		PT	Carga diversa	Brest 25FEV1918	
26ABR1918	***Pedro Nunes***		PT	Carga diversa	Brest 29ABR1918	***Douro***
07JUN1918	***Pedro Nunes***		PT	32 of.	Brest 10JUN1918	***Douro***

[33] Pertenciam ao Corpo de Artilharia Pesada Independente (CAPI).

18JUN1918	***Gil Eanes***		PT	62 of. 15 viat.	Brest 22AGO1918	
08AGO1918	***Gil Eanes***		PT	76 of, 1 sar, 10 pr. 12 viat.	Brest 11AGO1918	
16SET1918	***Gil Eanes***		PT	22 of. 43 viat.	Brest 19SET1918	***Augusto de Castilho***
28SET1918	***Pedro Nunes***		PT	39 viat.	St Nazaire 01OUT1918	***Douro***
26OUT1918	***Gil Eanes***		PT	15 viat.	Brest 30OUT1918	
09DEZ1918	***Gil Eanes***		PT	2 of.	Brest 12DEZ	
12FEV1919	***Gil Eanes***		PT		Brest 15FEV1919	
08MAR1919	***Pedro Nunes***		PT		Brest 11MAR1919	
21ABR1919	***Pedro Nunes***		PT		Brest 24ABR1919	
Totais	***73 viagens***			2.122 of, 2.879 sarg, 54.382 pr 7.783 sol. 1.501 viat. 312 camiões		

Quadro XVI – Transportes de Tropas de França (1917-1920)[34]

Data	Navio	País	Passageiros	Doentes	Carga
01SET1917	***Inventor***	GB		3 of, 101 pr	
12NOV1917	***Pedro Nunes***	PT	5 of, 597 pr.		
22DEZ1917	***Pedro Nunes***	PT	9 of, 700 pr.		
10MAR1918	***Glengorn Castle***[35]	GB		3 of, 453 pr	
10ABR1918	***Pedro Nunes***	PT	12 of, 760 pr.		
10ABR1918	***Gil Eanes***	PT	245 pr.		
17MAI1918	***Wandilla***	GB		471 pr	
21MAI1918	***Pedro Nunes***	PT	242 pr.	1 of, 163 pr.	
19JUL1918	***Pedro Nunes***	PT	30 of, 625 pr.	85pr.	
23JUL1918	***Gil Eanes***	PT	7 of, 427 pr.	138 pr.	
29JUL1918	***Dunluce Castle***[36]	GB	7 of, 600 pr.	138 pr.	
25AGO1918	***Kursk***	GB	10 of, 1.241 pr.	134 pr	
08SET1918	***Gil Eanes***	PT	8 of, 557 pr.	18 pr.	8 sol.
13SET1918	***Czaritza***	GB	7 of, 1.181 pr.	204 pr	
04OUT1918	***Kursk***	GB	6 of, 1.331 pr.	43 pr.	
15OUT1918	***Gil Eanes***	PT	8 of, 564 pr.	6 pr.	134 sol.
28OUT1918	***Czaritza***	GB	21 of, 1.244 pr.	162 pr.	
23NOV1918	***Gil Eanes***	PT	455 pr.	64 pr.	
03JAN1919	***Pedro Nunes***	PT	33 of, 700 pr.	1 of, 10 pr.	
13JAN1919	***Dunluce Castle***[37]	GB	4 of, 567 pr.	58 pr.	
18JAN1919	***North Western Miller***	GB	29 of, 1.488 pr.	14 pr.	14 viat.
25JAN1919	***Gil Eanes***	PT	77 of, 511 pr.	13 pr.	
28JAN1919	***Hellenus***	GB	8 of, 1.274 pr.	23 pr.	
04FEV1919	***South Western Miller***	GB	21 oficiais 1.459 praças	24 praças	30 viat.
05FEV1919	***Hellenus***	GB	19 0ficiais 1.234 praças	23 praças	

[34] Adaptado de relatório do Presidente da *Comissão de Aprovisionamento dos Transportes de Tropas*, de 20 de Maio de 1920.. AHM Processo 446-4-XII-5-1/3.

[35] Navio hospital.

[36] Navio-hospital.

[37] Navio-hospital.

16FEV1919	***Orita***	GB	45 oficiais, 1.598 praças	7 praças	
28FEV1919	***Hellenus***	GB	20 of, 1.285pr.	27pr.	26 viat.
05MAR1919	***Goentoer***	GB	45 of, 1.555 pr.	3 pr	12 viat.
09MAR1919	***Hellenus***	GB	20 of, 1.125 pr.	1 pr.	23 viat.
20MAR1919	***Hellenus***	GB	20 of, 1.113 pr.	4 pr.	46 viat.
31MAR1919	***Hellenus***	GB	20 of, 1.122 pr.		44 viat. 5 aviões
03ABR1919	***Menominee***	GB	70 of, 1.098 pr.	1 pr.	700 sol.
04ABR1919	***Gil Eanes***	PT	23 of, 1 pr.		1 sol. 1 viat.
09ABR1919	***Pedro Nunes***	PT	21 of, 725 pr.	1 pr.	
15ABR1919	***Menominee***	GB	34 of, 1.163 pr.		799 sol.
19ABR1919	***North Western Miller***	GB	21 of, 1.594 pr.		65 viat.
24ABR1919	***Maryland***	GB	11 of, 280 pr.		589 sol.
30ABR1919	***Gascon***[38]	GB		2 0f, 310 pr.	
01MAI1919	***North Western Miller***	GB	18 of, 1.400 pr.	9 pr.	4 viat.
04MAI1919	***North Western Miller***	GB	14 of, 1.500 pr.		67 viat.
06MAI1919	***Maryland***	GB	10 of, 298 pr.		827 sol. 41 viat.
10MAI1919	***Gil Eanes***	PT	6 of, 168 pr.		290 viat.
14MAI1919	***Pedro Nunes***	PT	25 of, 474 pr.	1 of, 8 pr.	
16MAI1919	***Maryland***	GB	9 of, 288 pr.		538 sol. 96 viat. 2 aviões
19MAI1919	***North Western Miller***	GB	21 of, 1.547 pr.		60 viat. 2 aviões
28MAI1919	***North Western Miller***	GB	24 of, 1.600 pr.	9 pr.	
31MAI1919	***Maryland***	GB	10 of, 312 pr.		788 sol. 64 viat.
09JUN1919	***North Western Miller***	GB	30 of, 1.535 pr.	15 pr.	
17JUN1919	***North Western Miller***	GB	30 of, 1.524 pr.	26 pr.	
25JUN1919	***North Western Miller***	GB	30 of, 1.600 pr.		

[38] Navio-hospital.

29JUN1919	***Gil Eanes***	PT	5 of, 17 pr.		78 viat. 1 avião
08JUL1919	***North Western Miller***	GB	26 of, 1.593 pr.		
10JUL1919	***Pedro Nunes***	PT	14 of, 387 pr.	13 pr.	
12AGO1919	***Pedro Nunes***	PT	25 of, 424 pr.	26pr.	55 viat.
16SET1919	***Gil Eanes***	PT	2 of, 27 pr.		21 viat.
18OUT1919	***Pedro Nunes***	PT	7 of, 301 pr.	6 pr.	62 viat.
01NOV1919	***Mormugão***	PT	2 of, 12 pr.	1 pr.	228 viat.
08DEZ1919	***Gil Eanes***	PT			418 viat.
30DEZ1919	***Fernão Veloso***	PT	48 pr.	33 pr.	449 viat. 12 aviões
11FEV1920	***Pedro Nunes***	PT	7 of, 138 pr.		27 viat.
TOTAIS	60 viagens		1.014 of, 45.854 pr	11 of, 2.859 pr.	4.250 sol. 2.237 viat. 22 aviões

Quadro XVII - Navios Atacados na Costa Portuguesa

Data	Navios	TAB	Local
01JUN1916	Vapor ***Espinho***		Cabo de São Vicente
09DEZ1916	Lugre ***Brizela***		Cabo de São Vicente
17MAR1917	Caíque ***Primeira Flor de Abril***	20	Cabo da Roca
1917	34 navios atacados e afundados	4.400	Continente
1918	18 navios afundados 1 navio danificado	5.130 5.556	Continente Aveiro

Quadro XVIII – Navios Mercantes Afundados (1914-1918)

Data	Navio Tonelagem	Tipo	Atacante	Tipo de Acções	Área do ataque	Baixas
03ABR15	***Douro***	Vapor				
29MAI15	***Cysne***	Vapor	U-41	Torpedeado	Golfo da Biscaia	
1915	***Vasco da Gama***	Iate			Costa portuguesa	
03ABR16	***Douro*** 249	Lugre	U-??	Canhoneado	Costa britânica	
01JUN16	***Espinho*** 740	Vapor	U-??	Torpedeado	Costa do Algarve	
16NOV16	***São Nicolau*** 3.697	Vapor	UC-26	Canhoneado	46º 20' N 03º46' W Canal da Mancha	19
17NOV16	***Emília*** 1.159	Barca	UC-20	Canhoneado	Las Palmas	
09DEZ16	***Brizella*** 282	Lugre	U-38	Canhoneado e dinamitado	65 milhas a Oeste de Cascais	
14DEZ16	***Leça*** 1.911	Vapor	UC-18	Canhoneado	46º 54' N 02º 38' W Biscaia	

17DEZ16	***Cascais*** 835	Vapor	UC-18	Canhoneado	45º 53' N 01º 32' W Bordéus	
1916	***Constância***	Pesqueiro			Biscaia	
1916	***Beira alta*** 101	Chalupa			Açores	
03JAN17	***Valadares 2º*** 124	Chalupa	U-79	Canhoneado	12 milhas WNW das Berlengas	
20JAN17	***Alice*** 41,9	Vapor	U-??	Canhoneado e dinamitado	Golfo da Biscaia	
22JAN17	***Minho*** 179	Lugre	U-57	Canhoneado	260 milhas Oeste do Finisterra	15
28JAN17	***Foz do Douro*** 1.677	Vapor	U-43	Canhoneado	55 milhas W de La Corunha	
16FEV17	***Rosa Doroteia***	Escuna	U-21 (?)		Costa W de Portugal	
17FEV17	***Lima*** 108	Palhabote	U-21	Canhoneado	Junto ao cabo Espichel	
17FEV17	***Emília I*** 25	Canoa de pesca	U-21	Canhoneado	Costa W de Portugal	
18FEV17	***São José*** 110	Palhabote	U-21(?)	Canhoneado	Costa W de Portugal	
05MAR17	***Guadiana*** 326	Lugre	UC-44	Canhoneado	Costa W de Portugal	
07MAR1917	***República*** 108	Iate		Bombas	Costa Sul de Espanha	
10MAR17	***Angola*** 4.297	Vapor	U-61	Torpedeado	112 milhas W de Beshop Rock. Costa britânica	1
17MAR17	***Senhora do Rosário*** 22	Caíque	UC-67	Bombas	15 milhas W do Cabo da Roca	

17MAR17	***Santa Rita Segunda*** 27	Caíque	UC-67	Bombas	15 milhas W do Cabo da Roca	
17MAR17	***Primeira Flor de Abril*** 20	Caíque	UC-67	Bombas	15 milhas W do Cabo da Roca	
17MAR17	***Restaurador*** 25	Caíque	UC-67	Bombas	15 milhas W do Cabo da Roca	
22MAR17	***Rio Ave*** 161	Iate	U-??	Canhoneado	Em viagem de Ponta Delgada para Lisboa	
23MAR17	***Argo*** 1.663	Galera	U-46	Canhoneado e dinamitado	47º 46' N 10º 45' W	
25MAR17	***?***	Embar-cação de pesca	U-?		Junto ao Cabo de São Vicente	
25MAR17	***?***	Embar-cação de pesca	U-?		Junto ao Cabo de São Vicente	
29MAR17	***Porto Santo*** 2.800	Vapor	U-??	Torpedeado		
07ABR17	***Caminha*** 2.763	Vapor	UC-71		Embocadura de Gironda	1
14ABR17	***Três Mastros*** 163	Escuna a motor	U-52		Sul do Cabo de Santa Maria	
16ABR17	***Sagres*** 2.986	Vapor	UC-37	Torpedeado	16 milhas ao largo de Bizerta. Cap Blanc.	36 trip 100 pass.
19ABR17	***Senhora da Conceição*** 217	Escuna	U-52		N do Cabo Finis-terra	
01MAI17	***Barreiro*** 1.738	Vapor	UC-69	Canhoneado e torpedeado	Golfo da Biscaia	2

14MAI17	***Tejo*** 201	Lugre--patacho	U-34	Canhoneado	38º 58' N 00º 18' E Costa de Espanha	
09JUN17	***Anfitrite*** 179,46	Lugre	UC-48	Canhoneado e dinamitado	40 milhas do Cabo Prior	
10JUN17	***Ligeiro*** 285	Lugre	UC-53		40 milhas NW de Viana do Castelo	
10JUN17	***Santa Maria 2ª*** 303	Lugre--escuna	UC-53	Torpedeado	6 S das Berlengas	
15JUN17	***Espinho*** 740	Vapor	U-39		37º 34' N 09º 06' W	
24JUN17	***Cabo Verde*** 2.261	Vapor	UC-69	Torpedeado	Ao largo do Cabo Vilano – Corunha	
13JUL17	***Luanda*** 141	Escuna	UC-54		50 milhas W do Cabo da Roca	
26JUL17	***Venturoso*** 420	Lugre	UC-69	Torpedeado	A W de Vila do Conde	
26JUL17	***Berta*** 200	Iate	UC-69	Torpedeado	A W de Vila do Conde	
08AGO17	***Berlenga*** 3.598	Vapor	UC-77	Torpedeado	Sul de Ushant	
17AGO17	***Açor*** 182,82	Palhabote	U-??	Dinamitado	Junto ao Cabo de São Vicente	
17AGO17	***Terra Nova*** 303,18	Lugre	U-??	Torpedeado	40 milhas a Oeste de Aveiro	25
20AGO17	***Serra do Marão*** 74	Iate	UB-48	Canhoneado	Costa ocidental portuguesa	
20AGO17	***Serra do Pilar*** 65	Vapor de pesca	UB-48	Canhoneada	Costa ocidental portuguesa	

25AGO17	***Ovar*** 1.650	Vapor	U-93	Torpedeado	46º 05' N 11º 17' W	15
07SET17	***Casablanca*** 31	Iate	UB-49		Ao largo de Larache	
13SET17	***Correio de Sines*** 32	Iate	UB-50	Bombas	Junto ao cabo de Sines	
13SET17	***Gomizianes da Graça Odemira*** 33	Iate	UB-50	Dinamitado	6 milhas a norte do Cabo de Sines	
14SET17	***Sado*** 233	Lugre--patacho	UB-50		15 milhas a sudoeste do Cabo de Sines	
28SET17	***Alentejo*** 4.312	Vapor		Explosão por sabotagem	Porto de Marselha	
02OUT17	***Viajante*** 377	Barca	U-151		35º 40' N 15º 10'W	12
02OUT17	***Trafaria*** 1.744	Vapor	U-89	Canhoneado	45º 35' N 09º 53' W	4
09OUT17	***Maria Alice*** 110,8	Chalupa	U-??		Costa ocidental portuguesa	
13OUT17	***Diu*** 5.556	Vapor	U-57	Torpedeado	4 milhas a Sul de Tuskar Rock Irlanda	
13NOV17	***Machico*** 6.784	Vapor	U-??	Canhoneado	29º 38' N 14º 00' W	
13NOV17	***Aida*** 106	Chalupa	U-??		Ao largo de Vila nova de Milfontes	
23NOV17	***Trombetas*** 235	Lugre	U-151		35º 30' N 20º 40' W	
27NOV17	***Tungué*** 8.066	Vapor de passageiros	UB-51	Torpedeado	120 milhas de Port Said	6

30NOV17	***Veloz*** 138,48	Iate	U-??		50 milhas de Vigo	
03DEZ17	***Henriques*** 237	Lugre	U-??		59º 03' N 03º 20' E	6
03DEZ17	***Ondina*** 647,53	Lugre	?	Colisão com mina	Em viagem do México para Lisboa	7
11DEZ17	***Portuguesa*** 107	Chalupa	UB-55		Ao largo do porto de Leixões	
11DEZ17	***Virgeira*** 25	Embarcação de Pesca	UB-55		Ao largo do porto de Leixões	
11DEZ17	***Argus*** 100	Embarcação de pesca	UB-55		Ao largo do porto de Leixões	
13DEZ17	***Ligeiro*** 25	Rebocador	UB-55		Ao largo do porto de Leixões	
16DEZ17	***Makololo***	Lugre	U-??		Costa ocidental portuguesa	
17DEZ17	***Açoriano*** 312,22	Lugre	U-156		35º 10' N 18º 20' W	
21DEZ17	***Boa Vista*** 3.667	Vapor	U-89	Torpedeado	46º 37' N 02º 33' W	2
23DEZ17	***Ambaca*** 2.868,07	Vapor	U-??	Torpedeado	A 3 milhas do Cabo Torimana	
26DEZ17	***Lídia*** 302	Lugre	U-157	Dinamitado	Golfo da Biscaia	
26JAN18	***Serra do Gerês*** 257	Vapor de Pesca	U-152	Canhoneado e dinamitado	Ao largo da Figueira da Foz	
26JAN18	***Germano*** 236	Vapor de pesca	U-152	Canhoneado e dinamitado	30 milhas a Oeste da Figueira da Foz	
28JAN18	***Neptuno*** 321		U-152		A 140 milhas de Lisboa	

17FEV18	***Estrela de Bissau*** 129		U-157		Ao largo de Freetown, África Ocidental	
23FEV18	***Humberto*** 273,84	Escuna	U-35	Dinamitado	10 milhas a Sudeste do Cabo Tortosa.	
06MAR18	***Elector*** 134	Palhabote	U-152		Ao largo do Rio do Ouro, África do Norte	
25MAR18	***Rio Ave*** 179	Iate	U-155	Canhoneado	A 100 milhas de Porto Santo	
26MAR18	***Beira Alta*** 101	Chalupa	U-154	Bombas	34º 10' N 14º 35' W	
29MAR18	***Porto Santo*** 2.801,00	Vapor	UC-37		Junto à ilha de Andimilos, Grécia	
29MAR18	***Índia*** 5.990	Vapor de passageiros	UB-57	Torpedeado	5 milhas a Nordeste de Owers LV	
01ABR18	***Lusitano*** 575,25	Lugre	U-155		Ao largo dos Açores	
10ABR18	***Aveiro*** 2.209	Vapor	UB-53	Torpedeado	36º 24' N 18º 06' E (Malta)	
23ABR18	***Restaurado*** 136	Iate	UB-105		A 5 milhas da Ericeira	
23ABR18	***Leonor*** 201	Vapor de pesca	UB-105	Bomba	45 milhas a Sul da Costa do Algarve	
28ABR18	***Damão*** 5.668	Vapor	U-91	Torpedeado	12 milhas a Oeste da ilha de Bardsey	
08JUL18	***Horta*** 3.472	Vapor	UC-73	Torpedeado	Estreito da Sicília. Malta	16
13JUL18	***Ponta Delgada*** 3.381	Vapor	UC-54	Torpedeado	A 50 milhas de Orão, Argélia	7
14JUL18	***Maria José*** 185		UB-65		A 25 milhas da ilha de Lundy.	

27JUL18	***Porto*** 1.128	Barca	U-140		39º 18' N 60º 40' W	
03AGO18	***Vouga*** 96	Reboca-dor	U-43		A Noroeste da costa espanhola	
20AGO18	***Magalhães Lima*** 203,95	Vapor	U-22		Costa do Algarve	
22AGO18	***Maria Luísa*** 148		U-22		Costa ocidental portuguesa	
23AGO18	***Lisbonense*** 200		U-??		A 40 milhas do cabo Prior. Biscaia	
24AGO18	***Graciosa*** 2.276	Galera	U-90	Canhoneado	59º 06' N 05º 00' W	
27AGO18	***Glória*** 120	Iate	U-157	Canhoneado	33º 24' N 16º 28' W	
31AGO18	***Norte*** 272	Vapor de pesca	U-22	Dinamitado	A 30 milhas de Safi, Marrocos	
31AGO18	***Gamo*** 343	Lugre	U-155	Canhoneado	46º 02' N 32º 32' W	5
01SET18	***Libertador*** 185	Vapor de pesca	U-22	Bombas	Costa do Algarve	
03SET18	***Brava*** 3.184	Vapor	UB-125	Torpedeado	50º 34' N 05º 06' W	17
04SET18	***Desertas*** 5.556,00	Vapor	U-152	Canhoneado	Praia da Costa Nova, Ílhavo	
04SET18	***Vouga*** 76	Iate		Canhoneado	Barra de Lisboa	
04SET18	***Prateado*** 23	Iate		Canhoneado	Barra de Lisboa	
04SET18	***?*** 80	Veleiro	U-22	Canhoneado	Costa ocidental portuguesa	
04SET18	***Santa Maria*** 48	Lugre	U-22	Canhoneado	Ao largo de Peniche	

04SET18	***?*** 300	Barca	U-22	Canhoneado	Ao largo de Lisboa	
04SET18	***Vila Franca*** 46	Reboca-dor	U-22	Canhoneado	Ao largo de Lisboa	
05SET18	***Rio Mondego*** 734	Lugre	U-53	Canhoneado	40 milhas ao Sul de Lands End	
07SET18	***Sofia*** 162	Pa-lhabote	U-155	Canhoneado	Grandes Bancos da Terra Nova	
09SET18	***Santa Maria*** 2.663	Vapor	U-??		Costa portuguesa	
12SET18	***Leixões*** 3.245	Vapor	U-155	Torpedeado	A 200 milhas da Terra Nova	10
22SET18	***Gaia*** 278	Lugre	U-157	Canhoneado	37º 13' N 23º 19' W	6
30SET18	***Atlântico*** 336	Lugre	UB-112	Canhoneado	49º 50' N 06º 35' W	
02OUT18	***Rio Cávado*** 301	Lugre	U-139	Canhoneado	290 milhas a No-roeste do Cabo Prior	
07OUT18	***Madeira*** 4.792	Vapor	UB-105	Torpedeado	A 8 milhas de San Pietro, Sardenha	21
08OUT18	***Cazengo*** 3.009	Vapor	U-91	Torpedeado	Ao largo do Cabo Breton	3
19OUT18	***Aida*** 93	Chalupa	U-43	Dinamitado	Na costa norte de Espanha	
05NOV18	***Maria Emília*** 1.041,35	Lugre	U-??		Ao largo das ilhas Bermudas	
1918	***Esposende***	Lugre		Bombas	Biscaia	
1918	***Machado III*** 18	Trai-neira			Cascais	
?	***Maria***	Lugre		Bombas	Açores	
?	***Torres Vedras***	Lugre		Canhoneado	Mediterrâneo	

Quadro XIX - Ataques aos Portos Portugueses

Data	Acção	Local
03DEZ1916	***U-83*** afunda o ***Surprise***, o ***Kangoroo*** e o ***Dacia*** na baía do Funchal	Madeira
04DEZ1916	***U-47*** tenta atacar o paquete ***Moçambique*** e as canhoneiras ***Beira*** e ***Ibo***, na baía do Mindelo, sem resultado	Cabo Verde
04JUL1917	***U-155*** bombardeia a cidade de Ponta Delgada (Açores)	Açores
26JUL1917	Uma das minas deixada pelo ***UC-54*** em 14JUL, atinge o caça-minas ***Roberto Ivens*** que se afunda em poucos minutos.	Barra de Lisboa
02NOV1917	***U-151*** torpedeia e afunda os navios brasileiros ***Guahyba*** e ***Acary*** na baía do Mindelo	Cabo Verde
07NOV1917	***U-151*** entra na baía do Mindelo para acostar ao navio holandês ***Kennemerland*** detectado pela ***Ibo***, foi obrigado a deixar o porto em imersão	Cabo Verde
14NOV1917	***U-151*** tenta novamente entrar no Mindelo, mas foi detectado pela ***Ibo*** e teve de retirar em imersão.	Cabo Verde
17DEZ1917	***U-155*** ataca a cidade do Funchal, sendo repelido pelos patrulhas ***Dekade*** e ***Mariano de Carvalho***.	Madeira

Quadro XX - Escoltas Efectuadas pela Armada Portuguesa

Combóios Efectuados	Tonelagem Transportada	Milhas Percorridas	Navios Utilizados
148	500.000	60.000	18

Quadro XXI - Ataques de Submersíveis a Navios da Armada

Datas	Navios	Acção	Local
26JUL1917	Caça-minas ***Roberto Ivens***	Afundado por uma mina deixada pelo ***UC-54***	Barra de Lisboa
30SET1917	Rebocador ***Minho***	Atacou a tiro um submersível com um navio mercante francês armado, obrigando-o a mergulhar	Fuseta
13OUT1917	Canhoneira ***Bengo***	Atacada a torpedo por um submersível	Cabo Espichel
24NOV1917	Contratorpedeiro ***Douro***	Atacou um submersível	Cabo Finisterra
JAN1918	Cruzador auxiliar ***Gil Eanes*** Contratorpedeiro ***Douro***	Atacados a torpedo por um submersível.	Cabo Finisterra
15MAR1918	Navio apoio ***Patrão Lopes***	Atacado a tiro por um submersível	Gijon
23MAR1918	Patrulha ***Augusto de Castilho*** Paquete ***Luanda***	Atacados por um submersível a navegar para a Madeira	Madeira
JAN1918	Cruzador auxiliar ***Gil Eanes*** Contratorpedeiro ***Douro***	Atacados a torpedo por um submersível.	Cabo Finisterra
15MAR1918	Navio apoio ***Patrão Lopes***	Atacado a tiro por um submersível	Gijon
23MAR1918	Patrulha ***Augusto de Castilho*** Paquete ***Luanda***	Atacados por um submersível a navegar para a Madeira	Madeira
23AGO1918	Patrulha ***Augusto de Castilho***	Atacou um submersível em viagem para o Funchal	Norte da Madeira

01SET1918	Cruzador auxiliar ***Pedro Nunes*** Contratorpedeiro ***Tejo***	Foram atacados, sem resultado, duas vezes em viagem da Horta para o Funchal	Norte da Madeira
04SET1918	Vapor ***Desertas***	Atacado a tiro pelo ***U-22*** quando encalhado.	Costa Nova
05SET1918	Rebocador ***Bérrio*** Patrulha ***Baptista de Andrade***	Atacaram o ***U-22***	Barra de Lisboa
06OUT1918	Caça-minas ***Celestino Soares*** Paquete ***San Miguel***	Atacados, sem resultado em viagem de Ponta Delgada para o Funchal	Norte da Madeira
14OUT1918	Patrulha ***Augusto de Castilho*** Paquete ***San Miguel***	Atacados pelo submersível ***U-139*** a navegar para os Açores; o patrulha foi afundado	Norte da Madeira




Justitia et pax osculatae sunt

Homenagem ao Herói Soldado Milhões[1]

Dr. Guilhermino Pires[2]

Introdução

Exmo. Sr. Ten.-General João Nuno Vaz Antunes, Chefe da Casa Militar, representando S. Ex.ª o Presidente da República; (Sr. Major General, A. Reis, em representação do Chefe do Estado-Maior do Exército; (Sr. Coronel Farinha, do RI 13 de Vila Real, Sr. Major André Barros do RI 19 de Chaves, Sr. representante do IR 15 de Tomar*)*... Sr. General Alípio Tomé Pinto, dedicado consócio desta Casa; senhores Oficiais aqui presentes.

Sr. Dr. Jorge Santos, Juiz Desembargador, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da CTMAD; Sr. Presidente da Direção executiva da CTMAD, Dr. Hirondino Isaías,

Membros da família do herói soldado Milhões,
Senhores Autarcas de Murça e de Valongo de Milhais,
Senhores Convidados,

[1] Conferência realizada na Casa de Trás os Montes e Alto Douro (CTMAD), em 14ABR2018, por ocasião das Comemorações do Centenário da I Guerra Mundial e da desastrosa Batalha de La Lys;

[2] Nascido (1936) em Porrais, freguesia Candedo, concelho de Murça, distrito de Vila Real. Estudou nos Salesianos de Lisboa, Porto e Manique. Autor de algumas peças de teatro e artista gráfico, com gosto pela pintura, desenho e gravura. Faz parte da "Conferência dos Directores do Ensino Superior das Artes Gráficas da União Europeia". Desde 1987, coordenador do primeiro e único curso português, por si estruturado, de bacharelato em Tecnologia e Artes Gráficas, da Escola Superior de Tecnologia de Tomar, tendo sido eleito, em 1990, Director do seu correspondente Departamento;

Membros dos Corpos Sociais desta Casa,
Prezados consócios,

Minhas Senhoras e meus senhores. Boa tarde a todos.

Mais do que prazer é um privilégio e uma honra estar aqui para dirigir umas palavras que apenas têm por objetivo a MEMÓRIA.

Não sou historiador nem dotado de criatividade ficcionista. Vou cingir-me à simplicidade do testemunho sincero, despretensioso e sintético, isento de sentimentalismo (se for capaz), dado o parentesco, ainda que afastado, e a muita amizade que, desde sempre, me ligou àquele '*meu primo Aníbal de Valongo'* - como dizia o meu saudoso pai, Zé de Murça, lavrador, casado e residente em Porrais.

Estamos aqui hoje para recordar uma Guerra; e, dessa Grande guerra, uma muito infeliz batalha, para homenagearmos quem nela se distingui, arriscando denodadamente a vida para salvar outras vidas: - **Aníbal Augusto Milhais** - '*um homem de coragem que contrariou o destino'...* (da contracapa do livro de F. Galope).

Sou um dos muitos cidadãos que ainda o conheceram, estimaram e admiraram. Honro-me do meu transmontanismo 'murcence'. E fui incumbido de falar na qualidade de associado desta vetusta instituição regional, que em Lisboa congrega os transmontanos e alto-durienses 'da diáspora', como diz o Sr. Prof. Adriano Moreira….

Por isso, também dou as boas-vindas a quem está, com pena de quem queria estar, mas não pôde.

Como gostava de dizer o saudoso Eng.º Tomás R. Espírito Santo, antigo Governador Civil de Vila Real, cientista, político e emérito dirigente desta Casa (eu cito): '*sendo pequena e modesta * a casa em que entrais, * fica grande, fica em festa * com a honra que lhe dais'.*

Obrigado, por terem vindo, bem-haja por estarem aqui.

1. Do centenário da Batalha de La Lys e dos atos corajosos do soldado 'Murça', integrado no IR 15 (de Tomar) na I Grande Guerra Mundial.

Nestes últimos dias, certamente acompanhámos e vivemos, com maior ou menor interesse e até com alguma intensidade as comemorações do Centenário da 1.ª Grande Guerra Mundial (de 1914 a 18).

E lastimámos a terrível e desastrosa Batalha de La Lys. O passado dia 9 deste mês foi cheio de sons e de luzes que trouxeram para a ribalta com efémera focagem de factos e de figuras, distinguindo, com ênfase, alguns heróis deste 'nobre povo'…, Nação valente e imortal'.

Lembraram-se, fugazmente, os que tombaram, os que foram aprisionados e regressaram à Pátria para viverem quase no anonimato e os relegados para o ingrato esquecimento.

Houve momentos de pesar, recordando que há 100 anos, só no dia 9, numa faixa de 11 quilómetros voltada para o inimigo naquela planície pantanosa do Lys, ficaram **1.341 mortos; 1.932 desaparecidos; 4.626 feridos e 7.440 prisioneiros.** O próprio Presidente da República, há pouco, considerou aquele dia como o segundo desastre de Alcácer Quibir… Poucos foram os que regressaram ilesos daquele tétrico cenário cheio de cadáveres, envolto em fumo escuro e cheiro a pólvora.

Hoje, aqui, cabe-me apontar o *holofote* para a figura do **herói soldado Milhões** encaixado entre os sulcos das trincheiras, a 'fingir' de batalhão e a **obrigar os 'boches' a recuarem…** deixando dezenas de mortos e feridos… com as balas de uma *Lewis* (Luísa)… disparadas por um incógnito ou 'encoberto'…

Os nossos OCS (os *'media'),* a nível nacional e regional, (sobretudo das nossas terras (Bragança, Chaves, Tomar e Vila Real), fizeram jus à sua missão, descrevendo, comentando com alguma imprecisão e fidelidade histórica e deontológica, divulgando o quê, quem, quando, onde… Às vezes buscando (e inventando) os enigmáticos porquês da guerra e até - porque não dizê-lo - até das mesmas celebrações do centenário (com mais ou menos pompa e circunstância), solenizadas não só em Portugal e na França (em torno de *La Lys, La Couture, Huite Maisons, Cemitério de Richebourg,* etc.,) sempre com a presença de altos dignitários do Estado.

Vimos e ouvimos na Rádio Televisão Portuguesa, e nos vários canais emissores TV e da rádio (renascença e outras), com alguma relevância para o impacto das 'redes sociais'.

Merece ser salientado o muito que a RTP, transmitiu, especialmente no Programa AGORA NÓS, e no programa A PRAÇA do passado dia 9. Deliciaram-se os espetadores com interessantes testemunhos e referências bem construídas e fundamentadas nas vivências da verdadeira história do soldado português, que não é lenda e não pode ficar 'fora da caixa'...

Em boa hora, os CTT emitiram selos comemorativos do Centenário, levando a figura do herói nacional *Milhões* para o mundo filatélico… Isto é:

'Vemos, ouvimos e lemos. Não podemos ignorar'... (Sofia de Melo Breyner)

Contudo, do que sabemos e mais justifica estarmos aqui, é que justa, histórica e logicamente, não se pode falar da 1.ª GG e da sangrenta Batalha de La Lys, que sacrificou o CEP, sem se fazer referência destacada a quem**, sozinho, e por iniciativa própria, arriscando a vida, cobriu a retirada do nosso exército, *desobedecendo às ordens de retirada,* mas evitando que fosse ainda maior o número de portugueses mortos nesse dia fatal.**

***Na vida, a questão mais importante e premente é:* o que estás a fazer pelos outros?** – *Martin Luther King (1929,1968) ativista afro-americano dos direitos humanos.*

Um camponês iletrado, que desde sempre conheci inteligente, sábio, humilde, prestável e deu origem a muitas conversas e diversos comentários (alguns desdenhosos, com laivos de inveja sem fundamento); e também a alguma escrita…

Está connosco um bom historiador e conceituado jornalista, *Francisco Galope*, que é o Autor do livro ***'O Herói Português da 1.ª Guerra Mundial** – de anónimo nas trincheiras a herói nacional, a história de Aníbal Milhais, **o soldado Milhões***.

Pela investigação que levou a cabo, pela isenção e historicidade com que *séria e criteriosamente* aprofundou e abordou o tema da Guerra, do CEP, da Batalha de La Lys, e desvendou o real **caráter** da figura fascinante de Aníbal Milhais, merece muita consideração. Não só da família, mas de quem preza a verdade e os valores humanos e rácicos, tão nossos.

Teremos o prazer de o ouvir dizer algo de quanto descobriu através dos testemunhos recolhidos, definindo a firme personalidade do honrado camponês, sobre quem soube escrever tão bem. Não faço propaganda, mas recomendo: não deixem de o ler o livro!... (é da editora Matéria-prima). Com os nossos parabéns, peço para ele uma salva de palmas…

Continuando a não fazer publicidade intencional…, ocorre-me tocar o sino para alertar que está em exibição nos cinemas desde o dia 12 - e até é provável que pelo menos alguns dos presentes já tenham visto - o Filme

SOLDADO MILHÕES, realizado por *Jorge Paixão da Costa e Gonçalo Galvão Teles*. Vem oportunamente a propósito, trazendo brilho e enlevo memorável para se perpetuar a efeméride, reavivando e abrindo esclarecidos conceitos de história.

O filme tem um extraordinário elenco de Artistas. Cito só alguns dos nomes, sem menosprezo de ninguém: *João Arrais e Miguel Borges, Lúcia Moniz, António Pedro Cerveira, Tiago Teotónio Pereira,* etc., etc.

Além de ser atual, moderno, com recurso às novas tecnologias digitais, o filme contém uma envolvência de expressivo realismo, próximo da autenticidade, com que os realizadores e atores souberam dar vida às cenas de amor e morte, de religiosidade, de compaixão e fúria, de ternura e bondade (com grande contributo enriquecedor de ficção e romantismo cinematográfico aceite e louvável).

Corresponde a um inesperado e meritório elemento sociológico para a análise dos acontecimentos bem capaz de acordar a consciência adormecida dos portugueses. Até por que apenas se mantinha (ou tem) 'uma vaga ideia' - e só em alguns - como referencial de uma **lenda de glória,** ignorando os factos e até o nome… deste herói nacional do séc. XX.

Em nome pessoal, dos familiares, dos naturais das nossas terras 'para lá do Marão', congratulando-nos com *Mário Botequilha* que argumentou, com quem realizou e representou, subindo na fasquia da 7.ª arte, e somando mérito, tão prestigiante documento do cinema português atual, desejamos todo o sucesso a este empreendimento na pessoa do excelente cineasta, *Gonçalo Galvão Teles,* que aqui nos quis honrar com a sua presença. Também ele nos dirá uma palavra. Os nossos parabéns. E o nosso aplauso.

E congratulo-me, também, com os Órgãos Sociais da CTMAD, especialmente com o Presidente da Direção desta Casa - que é a casa de todos os transmontanos e alto-durienses residentes na Grande Lisboa - por terem aceitado o desafio para se celebrar este evento. Outra coisa não era de esperar, dado o compromisso 'intrínseco' decorrente do estatuído e não só, para se homenagearem figuras notáveis da nossa Região. É o caso.

Esta efeméride – porque *efémera* - comporta dois valores – que em boa verdade são contraditórios ou antagónicos – (como se houvesse contradição de valores !?)… É que, uma Guerra, não é um Valor, mas pode criar valorosos; e a Batalha de La Lys em Huite Maisons – pela enorme catástrofe que foi, permitiu, só no batalhão do IR15 o martírio de mais de quatro centenas de militares portugueses, o sofrimento e a prisão de outros e a prova de valentia excecional de uns poucos.

Estamos, pois, a celebrar de modo especial, a excecional heroicidade de um desses. Simples camponês, honesto cidadão, valente soldado, combatente intrépido, dotado de corajosa garra transmontana/lusitana...

A ele se podem ajustar os versos do épico Camões:

«*Em perigos, e guerras esforçados,*
Mais do que prometia a força humana…»

e desafia a considerar:

«Cale-se de Alexandre, e de Trajano
A fama das vitórias que tiveram,
Que eu canto o peito ilustre lusitano,
A quem neptuno e marte obedeceram.»

2. O PERFIL humano de um Herói

Os heróis não nascem. Fazem-se. O heroísmo não surge num momento, treina-se!...

(Por defeito, dizem que sou 'animal comunicativo'. Não afirmo nem nego. Levo mais de 60 anos a comunicar…)

Durante algum tempo com alguma ousadia juvenil, comecei a escrever e a publicar, arriscando no treino, com temeridade, um arremedo e despretensioso jornalismo. E fiz algumas entrevistas. Também, a quem todos na terra chamavam o *ti-Milhões.*

Ele subtraia-se, mas o cunhado, o *ti-Zé Alberto*, eterno Regedor, acolitou-me minimizando a ousadia, por ser ingénua…

Estávamos nos anos 60 do séc. XX.

Numas férias, cavalguei até à vila e fui a pé para Valongo passar uns dias. Já não ia lá desde a morte, em Murça, dos meus centenários avós paternos (ela teria 103 e ele 104 anos), ambos parentes do Aníbal e da Teresa. Esta mulher fantástica que lhe deu 11 filhos e zelou pelo bem-estar da família com incomparável dedicação

Levei, de Porrais, um gravador *'geloso'* e tudo… que tinha comprado em Itália. As cassetes de fita magnética ainda as tenho, já convertidas em CDs, com a voz do Milhões; extratados os textos foram integrados na rubrica 'Academia dos imortais' e editados em artigos parcelares durante alguns meses, na revista 'Juventude' das Edições Salesiana, do Porto.

(Temos a sorte de poder projetar uma das últimas entrevistas conduzida por Carlos Cruz num dos programas da RTP, pouco antes da morte do Milhões, e que está acessível na Internet)

Naquela altura consegui recolher e coordenar num pseudo arquivo (grande álbum de cartolina 35cm x 50cm) alguns 'recortes' de jornais, páginas de revistas e fotografias que, sobretudo as filhas Adelaide e Leonida, especialmente esta, zelosamente coligiram e conservaram como 'documentos/pergaminhos' de memória (relíquias) com referências ao pai. Esse Álbum ainda existe em Murça e terá servido para algumas consultas de curiosos, jornalistas e historiadores em busca de 'fontes', sobre o que a imprensa foi publicando a respeito do nosso herói.

Devo dizer que estou, com muita honra e incontida vaidade, a repetir, quase, aquilo que proferi em 1972, na sede da CTMAD, ao Chiado, dois anos após a morte do Milhões. Então falei do **perfil psicossociológico do 'murça'** (a quem chamaram *João-Ninguém*, por ser de pequena estatura física) com coração de gigante, o **soldado português mais condecorado.**

Nessa homenagem promovida pela CTMAD, veio brindar os sócios, celebrando a Missa e fazendo doutrinal homilia, na Igreja do Loreto, o Bispo de Vila Real, D. António Cardoso e Cunha. E de Murça vieram duas das netas do Aníbal A. Milhais, cabendo-lhes descerrar a fotografia que até hoje figura na galeria da Casa.

(Também hoje estão connosco essas e o um seu irmão, Rev. P. José Aníbal, Provincial dos Salesianos Portugueses. E estão outros netos e netas e até alguns trinetos. Peço para todos eles uma ovação)

Ora, então, para quem não se lembra ou sabe pouco deste herói português, deixo algumas notas a esmo, fruto mais do meu privilegiado convívio pessoal com o Milhões e a sua família - que sempre considerei minha – em reciprocidade de afetos - do que de estudo aprofundado das suas atitudes comportamentais: desde Valongo *(a servir);* à Flandres *(a lutar);* do Brasil *(tentar melhor nível de vida);* até Lisboa *(a partir de 1924, em apoteoses – onde até o Presidente da República, Manuel Teixeira Gomes, à falta outro valor para lhe oferecer, lhe enfiou no dedo o anel de curso…);* até ao Porto e a muitas terra de Portugal *(usado e abusado como joguete ou mascote do regime, após 1928) …*

(No texto da badana de entrada do livro de Francisco Galope, nas suas notas e noutra bibliografia que já é alguma e na Wikipedia…, podem confrontar-se e encontrar algumas respostas para as interrogações que não fiz…)

Temos a sorte de poder ouvir ainda a voz do Milhões, se for projetada uma das últimas entrevistas conduzida por Carlos Cruz num dos programas da RTP, pouco antes da morte do Milhões. Está acessível na Internet).

3. Alguns dados biográficos. Convido a ver o póster da genealogia do Milhões, exposto à entrada.

Devo esclarecer, antes de mais, que este meu testemunho se fundamenta em conversas mantidas (e repetidas) com contemporâneos e familiares seus (e meus) que bem o conheciam desde pequeno, e, especialmente, com ele próprio, nos colóquios em privado, na sua casa em Valongo.

Aníbal Augusto Milhais nasceu a 9 de julho de 1895, na aldeia de Valongo, do concelho de Murça, distrito de Vila Real.

Com tenra idade, ficou órfão de pai e de mãe. Criaram-no os familiares que o consideravam uma criança normal e adolescente de bom feitio e generoso, sempre disposto a ajudar os outros e até a partilhar uma côdea com quem a não tivesse. Adolescente e jovem, manteve como qualidade a perseverança nas mesmas atitudes de solidariedade, muito próximo dos mais carentes.

Partilhava o que tinha; condoía-se com quem sofria, ajudava quem precisasse. Perante os fanfarrões, ousava defender os menos possantes, sendo ele um *fraca-chichas,* mas não bom de assoar. Impunha-se. Era teimoso.

E esta forte caraterística vai mantê-la toda a vida.

Porém, como para qualquer moço da sua idade, na aldeia, a faina agrícola não estimulava a frequência da escola. E o Aníbal não aprendeu a ler.

Mais tarde conseguirá a fazer a sua assinatura…. Pois tinha de assinar o vale para receber os ***15 paus*** **da pensão mensal** que a condecoração lhe conferiu…

(Numa circunstância feliz, num 10 de junho (1952), quando já ganhava ***60 escudos por jeira…*** *e perdia o dia para ir a Murça levantar aquelas 15… consegue subscrever o requerimento que lhe atribuirá 480 escudos em vez dos 15$00…)*

Adestrado no amanho do campo, a pastorear o gado, a regar a horta, a cavar, a semear e a colher… Foi a praticar que se tornou um exímio técnico de pode e enxertia. E começou a ganhar **2 mil reis por dia**, com todo o merecimento. Desde a adolescência que se prestava a levar para o pasto e a trazer os animais de algum vizinho que precisasse e ajudava na lavoura sem

esperar recompensa. Essa boa vontade - índole de voluntarioso - vai estar patente até ao momento de arriscar a própria vida para salvar a dos outros.

4. Do trabalho do campo ao campo da guerra

Os heróis não nascem. Fazem-se. O heroísmo não surge num momento, treina-se!...

Chegou o tempo de ir assentar praça ou tirar sortes, e lá foi à inspeção militar, donde quase ninguém escapava. Por via da Guerra que tinha começado e Portugal acabara de estar envolvido nela, todos os mancebos serviam… mesmo os que não tinham mais de metro e meio de altura…

(Apurado para a tropa, o namoro com a Teresa começa a deixar os dois corações em sobressalto. As orações a Nossa Senhora na capelinha do Vale de Veigas, emprestará serenidade e uma inabalável esperança para o regresso feliz ...)

O Aníbal iniciou o serviço militar no R.I. 30 de Bragança em 13\05\1916; foi transferido para o R.I.19 de Chaves em 16\06\1916; integrou o R.I.15 de Tomar e de lá partido para França, como membro do C.E.P., a 23\05\1917.

A simpatia irradiante que desfrutava na aldeia, levou-a contagiando de bom humor a caserna. Esse bom feitio, as façanhas, mais que peripécias e vicissitudes por que passou, ainda antes da sua epopeia em *La Couture,* já lhe tinham granjeado amizade e estima dos camaradas que apelidaram de **'Murça'** o 1.º metralhadora, dominador magistral da *Lewis,* com que iria desbaratar os *'boches'* e os fez recuar, permitindo a retirada dos seus camaradas para a base do CEP.

Quando regressou ao aquartelamento depois de vários dias, sem rumo, atordoado pelos gases, desorientado pela sede e pela fome - *'mais morto do que vivo'* - foi recebido em festa, pois julgavam terem perdido o amigo. E foram muitas e sinceras as expressões de emotiva gratidão **'sem ti, ó Murça, teríamos morrido todos'…**

Mas, não foram só os 'nossos' do 15 (do CEP) a dever-lhe a vida. Com a sua metralhadora ***Lewis*** (traduzida por ele: Luísa – e chamava-lhe a sua ***Luisinha)***, não ouvindo mais tiros nem vendo qualquer movimento, andava e desandava a espreitar, dentro dos regos da trincheira. Sem luz e ao frio, encharcado, passou o resto do dia e a noite. Quando pôde, saiu da cova e vagueou por uma área despovoada e em ruínas, quase sempre à borda do rio onde boiavam cadáveres e corria sangue. A fome e sobretudo

a sede atormentavam-no. Mesmo assim, com o ***restito*** **de amêndoas** retiradas húmidas dos bornais dos corpos que jaziam na lama, enganava a fome, molhando os lábios ressequidos na água dos charcos…. Cambaleia mas não cai. Dizia ele que como era pequeno, o tombo nunca era grande…

Há coincidências onde a bondade se prova. Foi o caso que mais me emocionou ao contar-me o seu regresso ao encontro da Companhia.

Continuando sem orientação a caminhar, surpreende-se, estranha e estremece com os lamentos que ouve de uma criança que nem chorar mais pode, encostada aos escombros de uma casa destruída pelo bombardeamento alemão. Reage. Comove-se. Vai buscá-la, consola-a como pode, sem uma palavra em francês, exceto '*má-de-mazele'* – a 'chiste' atirado pela guarnição como 'galanteio' a qualquer 'cachopa' à vista, em período de descanso …

Pega na menina sem forças, fria, de cara inchada de tanto ter chorado, põe-na à *carrachita.* Carrega aos ombros a sua *Luisinha,* as cartucheiras com munições que pode… e lá foi *'por aí fora'*… até à entrada de uma povoação onde encontrou alguém que lha recebeu, com gratidão e amargura… Deram-lhe água e comida. Queriam dar-lhe dinheiro, mas recusou. *(Disse-me ele que aí, até chorou também).*

5. Do relato do feito épico, à atribuição da coroa de louros

No entanto, o reconhecimento do maior 'feito' do soldado *'Murça'*, ignorado pela guarnição do CEP, virá verdadeira e incontestavelmente provada.

Será um oficial escocês, Major, Médico, ferido em combate, com uma perna esfacelada e um braço partido, incapaz de se arrastar e sair sozinho dos juncais da borla do Lys, onde se refugiara durante os tiroteios do dia 9, que dará testemunho. Assistira e vivera donde não se podia mexer nem fazer ouvir, o drama que se passara dentro da trincheira, perto dele. E atestou quanto o soldado raso português, provou de fortaleza e voluntarismo, apostando em cobrir a retirada, a sua valentia guerreira e a sua bondade cristã.

O Major remeteu-se ao silêncio, não fosse chamar a atenção dos *boches*.

E o soldado nunca ouvira qualquer voz nem advertido qualquer sinal. Ele tinha visto os alemães disfarçados de portugueses e não lhes perdoou a ousadia. Agora que estava junta à margem do rio, surgia-lhe um desconhe-

cido, esfarrapado, agitando a fralda do resto da farda que não era alemã nem portuguesa… e a repetir: «*Camone!... Camone!*»... Parou.

Depois de se certificar que não era um *'boche'* tira o dedo do gatilho e vai prestar socorro ao *'camone'* sem entender nada do que el dizia. *'Faz o bem sem olhar a quem'* – era uma sua divisa – lema de vida.

Certo é, porém, que o soldado do IR 15, guardou eterna gratidão ao *'camone',* pois foi esse Oficial do Exército Aleado que por gestos o orientou e ajudado por ele, lá foram ambos, arrastando-se, como puderam, até à Base onde estavam os portugueses.

(No seu livro, o Francisco Galope regista melhor que eu os elementos da sua investigação histórica, identificando esse oficial escocês e os superiores militares que lhe prestaram os primeiros socorros e ouviram, atónitos, a sua descrição)

Foi, portanto, o Major, quem relatou circunstanciadamente aos oficiais portugueses do CEP o que testemunhara, confessando admiração e agradecimento. E deve ter sugerido que fosse reconhecida a valentia daquele corajoso combatente.

Como sabemos, do comandante da sua companhia, major Ferreira do Amaral, recebeu o nome pelo qual ficou conhecido Soldado Milhões. Foi após ter escutado aquele oficial do Exército Aleado, que o 'Murça' salvara, além da prova dos que ali estavam vivos, graças à sua generosa decisão de lhes cobrir sozinho a retirada, mantendo em respeito o inimigo, horas e dias a fio…

Reconhecendo seus feitos, ao ouvir o seu nome, o oficial diz-lhe: **"Tu és Milhais mas vales Milhões".** E a proposta para a condecoração foi por ele apresentada e levou a melhor apesar de alguma inveja e contestação.

Foi Sidónio Pais quem autorizou em 1919 a atribuição do colar da Ordem honorífica de **Torre e Espada**, condecoração que nunca teve nenhum soldado raso…

6. Do troar dos canhões à tranquilidade da vida campestre - *Do campo de guerra ao campo da paz*

De regresso a casa, retoma a sua vida rural, como se nada tivesse acontecido… Vai a Vale de Veigas agradecer à sua 'Santinha'. Continua a cultivar a terra como jornaleiro e dá asas ao amor, unindo-se para sempre ao amor da sua vida, a Teresa, que encherá o lar de alegria com muitos filhos. Começam a nascer… *(Serão 11; vingaram 8; ainda está vivo um).*

Foi preciso trabalhar arduamente. Mas a jorna era pequena. Pensa emigrar. Amealhou dinheiro para a passagem e embarcou para o Brasil.

Já lá tinha familiares.

(Lembro-me do Joãozinho, da Moreninha e das duas filhas, de outros parentes mais que visitei no Rio de janeiro, do Moacir e da mãe E. Mateus, que estiveram uns tempos em Valongo)

Rebentara um escândalo: onde é que se vira um herói nacional ter de emigrar para sobreviver?

Foram mais os compatriotas do que os familiares que o forçaram a regressar à Pátria. Encheram-se de razões e de indignação por Portugal negar tratamento condigno depois de condecorado com a Torre e Espada… Em pouco tempo, cotizaram-se, pagaram a viagem, deram-lhe o dinheiro que conseguiram angariar e recambiaram-no. Valongo era o seu lugar de destino.

Pela Lei n.º 1618, de 5\07\1924, a aldeia onde nasceu passou a denominar-se Valongo de Milhais.

Sendo soldado raso recebeu as mais altas condecorações de que são exemplo a Torre e Espada, Cruz de Guerra 1ª Classe, Cruz Leopoldo da Bélgica... e outras, hoje expostas no Museu Militar do Porto.

Na sua caderneta Militar pode ler-se *"Revelou extraordinária bravura e coragem efetuando o exemplo vivo da valentia, e, realizando voluntariamente a defesa do seu pelotão em Huite Maison, atacando com grande vigor o avanço inimigo, não abandonando o seu posto senão quando Portugueses e Escoceses já tinham retirado, salvando alguns deles de caírem nas mãos do inimigo, pois protegeu a retirada de todos,*

manejando a sua metralhadora com valor, lealdade e mérito, indiferente á artilharia e metralhadoras inimigas."

E que mais se pode dizer, sem maçar Vossa Excelências?

Diria que **resta uma dívida por pagar ao herói** soldado Milhões!

7. PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA a casa do MILHÕES em VALONGO DE MILHAIS

Há quase cinco anos, afixámos aqui na Sede da CTMAD um pequeno 'manifesto' com a fotografia da Casa onde viveu e morreu Aníbal Augusto Milhais. E deixaram-se à disposição dos associados e amigos de Trás-os--Montes a Alto Douro algumas folhas com o objetivo de recolher muitas assinaturas que subscrevessem uma petição, enquanto era tempo…

Com esse 'abaixo-assinado' pretendia-se fazer chegar a quem de direito, incluindo o Governo e a AR, uma veemente chamada de atenção para que não se deixasse desmoronar a casa do Milhões.

… Já nessa altura havia a intenção de comemorar o centenário da Batalha de La-Lys, oferecendo a Portugal, em Valongo de Milhais, algo que tornasse perene a memória do heróico soldado transmontano.

Mas, perante a inoperância ou desinteresse dos Governantes e a incapacidade do Município de Murça para impedir a progressiva degradação daquela casa, que até constituía a maior referência da povoação, houve uma tentativa de conjugar sinergias para superar a restrições impostas no 'bem próximo, mas passado' período de 'austeridade'.

E foi-se deixando cair um dos **pilares da memória**, uma referência que não pertence apenas ao plano arquitetónico, mas é também o lugar do homem cujo nome a terra adotou.

Sabe-se que muitos foram os artistas, soldados, médicos, professores, jornalistas, historiadores, agricultores e tantos outros heróis que viram crescer a economia e a cultura através da preservação da memória travando cada dia, cada um a seu modo, batalhas bem duras e dignas.

Por este País fora as **casas reconstruídas** contam a história de uma Nação que teima em não usar o passado e a memória para alicerçar o presente e trazer outras gentes ao futuro, pese embora, a certeza de que a cultura atravessa os tempos através das referências e experiências vividas.

Pelo mundo são vários os reflexos da 1.ª Grande Guerra Mundial. Temos visto exemplos que para celebrar o centenário se multiplicaram…

Contudo, Trás-os-Montes e Alto Douro, parece ter ouvido o rufar dos tambores e o toque dos clarins que, já não sendo anúncios de guerra começaram a ser entendidos como apelos para que seja lapidado o diamante em bruto que em Valongo de Milhais se escondeu.

A história de um agricultor que enfrentou o destino e trouxe nome para a sua terra enobrecendo-a com a maior prova de valentia e coragem, mereceu edições de livros (como do Jorge Letria, do Francisco Galopa)… e a realização do filme Soldado Milhões, de Jorge Paixão da Costa e Gonçalo Galvão Teles…

Mas… a casa do soldado Milhões, por ele construída, ameaça ruir. E com ela poderá cair mais um pedaço da memória não só de uma terra como de um povo e de um País, que é o nosso.

Homens sábios dizem que "...vivemos num mundo que nos foi emprestado pelos nossos filhos". Cientes desta grande verdade acreditamos ser nosso dever reabilitar, manter e legar aos vindouros, com um projeto

melhorado, todo o património que de nossos maiores recebemos e no qual se incluem pessoas, valores, referências, estórias, vivências, memórias, as histórias e a História.

Neste contexto se faz apelo para que não se deixe cair e seja recuperada a **casa do Milhões**. Que este bem patrimonial, já cedido pela família à autarquia, seja conveniente e inteligentemente tratado para enriquecimento do local, por forma a permitir perpetuar um **'memorial'** condigno que valorize e honre exemplarmente esta geração, projetada para o futuro, como ato de preservação, desenvolvimento e vivência da história, como a cultura portuguesa precisa e bem merece.

Com a finalidade de se tornar um **local de interesse público** - colocado ao serviço da comunidade, ganha Valongo, ganha Murça. Ganha a região transmontana, ganha Portugal. Nele se poderão reviver e incutir valores de lealdade, coragem, altruísmo, trabalho e tantos outros que sempre

nortearam um modesto cidadão que da lavoura se ergueu, tornando-se afamado herói nacional. Desse sítio irradiará o seu exemplo de honradez e coragem; referência para os vindouros. E contribuirá, ao mesmo tempo, para dinamizar, estimulando e gerando, com conjugação de sinergias, apoio ao desenvolvimento, também turístico que a todos beneficiará.

O recado não é só para a Autarquia (embora acusada por alguma negligência) mas para o Governo (Cultura e Turismo). Oiçam-se e aceitem-se as sensatas sugestões vindas por bem. Dê-se atenção aos apelos antes que seja tarde de mais. As demoras só trazem maior prejuízo. Conjuguem-se sinergias. Passe-se à prática da realização de um projeto válido.

Poderá não ser singular o esforça para obtenção de um bem comum, plural. Mas o resultado satisfará a quem for capaz, souber ser, dar e fazer algo pelo bem comum…

Em resposta à questão mais premente da vida, como dizia Luther King: - *que estás a fazer pelos outros?* - o Aníbal Augusto Milhais *valeu milhões,* não pelo que deu, exemplarmente, mas **pelo que fez, *dando-se, pelos outros!***



Neste capítulo são apresentados dois depoimentos sobre o Professor Universitário José Barata-Moura, como contribuição, entre muitas outras, de seus dois amigos, para o Livro de Homenagem com que a Universidade de Lisboa decidiu distinguir o seu ilustre docente e Reitor, no assinalamento do ano de jubilação por ocasião do seu 70º aniversário em 2018

José Barata-Moura, o Humanismo do "Militante anónimo comunista"[1]

Prof. Adriano Moreira[2]

Não é necessário salientar a contribuição científica e pedagógica de Barata-Moura para o prestígio e enriquecimento da Universidade, não apenas portuguesa, porque já tem um lugar evidente e reconhecido na história de um período difícil para o sistema de ensino e investigação superiores num Estado em que as Humanidades sofreram a desatenção imposta pela mudança de paradigma mundial, a caminho da glorificação da inteligência artificial, isto é, do risco da ciência sem consciência.

A sua bibliografia é notável, a intervenção científica e pedagógica que o elevou à Reitoria da Universidade de Lisboa, garante-lhe um lugar de referência e exemplo na história do ensino superior em Portugal.

[1] Depoimento (ABR2018) para o Livro de Homenagem ao Prof. Dr. Barata-Moura, lançado pela Universidade de Lisboa, aquando da sua jubilação (26JUN2018);

[2] Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa. Presidente da Academia Internacional de Cultura Portuguesa. Presidente e co-fundador do Instituto Dom João de Castro. Membro Honorário da Academia de Marinha. Presidente Honorário da Sociedade de Geografia de Lisboa;

Mas há uma circunstância que merece relevo, na querela de intelectuais sobre a relação do marxismo com o humanismo, aqui traduzida na relação do "militante anónimo" do Partido Comunista Português, "como um dia se definiu com a ironia discreta que pratica, mas também com a clareza com que evidência a sua disputa permanente para clarificar a utopia que preside ao labor do intelectual que não desiste de encontrar a "ilha maravilhosa" onde o sonho esteja livre de impurezas, persistindo até ao esgotamento do mistério que chamamos vida.

Nesta vida de José Barata-Moura, cada livro é uma caravela dessa aventura, e destaco a inquietação com o seu Uma Critica da "Filosofia dos Valores" (1982), ou A Reivindicação de uma Ontologia Materialista com Projeto (2013), e a longa investigação e meditação para a clarificação do pensamento evolutivo de Marx, em busca de saber a que lideranças, se podemos empregar a palavra sem equívocos, foi entregue a mensagem, que leitura foi diversamente feita pelos destinatários, e que presença tem na arena em que se traduz o que chamamos globalismo em que nos encontramos.

Filósofo criador, manteve sempre o repúdio do que tenho chamado o "verbo eu", para andar sempre acompanhado pela perplexidade do "verbo nós". E neste "verbo nós" se encontra o que fez com gerações sucessivas de estudantes que, com a liberdade que a pedagogia que ele sempre praticou lhes proporcionou, escolheram caminhos diversos, mas convergem em que a memória enriquecida não o esquece.

É por isso que dou especial relevo ao seu talento e amor que toda a vida dedicou às crianças, expressos nas canções e na música que o celebrizaram, pela espontaneidade que nasce do coração, e condiciona a fogueira interior dos raros que são beneficiados com essa espécie de carisma, que também consolida a inquebrantável amizade e admiração com que o rodeiam tantos, entre os quais me encontro, sem diferença de orientações. É o agradecimento à sua autenticidade da vida.



Prof. José Barata-Moura, um adversário no futebol universitário e um amigo na vida[3]

V/Alm. REF Rebelo Duarte[4]

Pediram-me para produzir umas breves palavras acerca do amigo Prof. Barata-Moura. Vindo de quem veio (a sua amiga Prof.ª Luísa Cerdeira) e, ainda por cima, destinado a quem é (o meu antigo adversário da equipa da Faculdade de Letras nos campeonatos de futebol universitário de Lisboa … oh, meu Deus, quantos anos já lá vão), só poderia ter uma atitude: perder a vergonha e pôr o coração a falar, porque a personagem em causa é isso que merece – autenticidade e sentimento.

Correria, julgo eu, o ano lectivo de 1966-67, quando nos calhou ou encalhámos (para usar uma metáfora do nosso Cardeal-Patriarca, na referenciação do país) em disputa futebolística entre as equipas da Escola Naval (a que eu pertencia desde 02 de Setembro de 1963, ano de admissão, como cadete do 1º ano) e da Faculdade de Letras (cuja posição de guarda-redes estava confiada ao jovem estudante universitário e futuro filósofo).

Foi aí, no estádio do velho CDUL, que nos viemos a conhecer, melhor dito, a estabelecer os primeiros contactos e onde pude verificar que o desportivismo do jovem guardião superava facilmente o incómodo dos resultados pouco conseguidos pela sua equipa de "Letras" no confronto com as congéneres "militares", incluindo a Academia Militar, uma potência futebolística daquela época.

[3] Depoimento para o Livro de Homenagem ao Prof. Dr. Barata-Moura, lançado pela Universidade de Lisboa, aquando da sua jubilação (26JUN2018);

[4] Presidente da Direcção do Instituto Dom João de Castro;

Se a memória não me atraiçoa, o resultado nesse nosso primeiro confronto foi, em seu desfavor, de três golos sem resposta, logo esquecido pelos jogadores de ambas as equipas no percurso até ao merecido banho nos modernos balneários de um clube fundado, em 1952, pelo Eng. Vasco Pinto de Magalhães. Essa superioridade manifestava-se, também, em relação a outras faculdades, até que Medicina começou, no final daquela década de sessenta, a jogar com os seus "contratados" alunos estrangeiros, vindos do outro lado do Atlântico, numa política de porta aberta aos candidatos brasileiros, que viriam a desafiar a normal hegemonia militar no domínio desportivo.

Este foi de facto o meu primeiro encontro com o "Zé", diminutivo que os tempos dourados da nossa juventude estudantil me abalançaram a utilizar, desde cedo, no trato com o então adversário, amigo e, também, um aliado no entretenimento dos filhos em momentos de maior desassossego familiar, o distinto Prof. Barata-Moura,

Entretanto, ficámos "em suspenso" desses tempos de juventude por vários anos. Eu debutei a minha vida profissional de "marujo", com comissões de embarque nos Açores e em África, e o Zé cuidando dos primeiros passos na docência, depois de haver concluído a sua licenciatura em Filosofia, no Verão de 1970, culminada com o doutoramento uma década depois. Este foi um passo marcante na sua carreira, confirmando a forma distinta que caracteriza todo o seu percurso académico, valorizado ainda mais com o exercício, em dois mandatos, entre 1998 e 2006, do cargo de Reitor da Universidade de Lisboa (UL) que bem conhecia e onde se afirmou como personalidade de alicerçada cultura e grande capacidade de comunicação, segundo relatos de muitos colegas seus e meus amigos alguns.

E assim foi decorrendo até que voltámos a "tropeçar", agora por força das nossas condições e deveres profissionais, com a juventude já deixada para trás. Em 2000 assumi o cargo de comandante da Escola Naval, estatuto que me incluía na lista de convidados para as cerimónias solenes de abertura dos anos lectivos das instituições universitárias e me impunha a retribuição desses convites aquando de eventos similares na minha própria "casa".

Ainda hoje recordo a entrada na Reitoria da UL onde fui alguns anos recebido fidalgamente pelo Magnífico Reitor e a sua excelente e solidária equipa. E para que acreditem que esta não é uma valoração de cariz diplomático, recordo alguns desses nomes, reputados não só em saberes, mas também em simpatia e arte de bem receber, com muita estima e consideração pessoal, que integraram os dois mandatos (1998/2002 e 2002/06), e com quem convivi amiúde, como foi o caso dos Professores Marques de

Almeida (infelizmente já falecido e que aproveito para uma justa homenagem por feliz recordação e doce lembrança), Sousa Lopes, Vasconcelos Tavares, sem esquecer a Prof.ª Luísa Cerdeira.

Também deu para admirar e sentir, na altura, a empatia, consistência e unidade dessas equipas, numa perfeita sintonia pela causa partilhada da formação superior de jovens, mulheres e homens, além de um claro empenho e partilha estratégica com o seu "capitão", motivados pela declaração final da conferência da Unesco sobre o ensino superior para o século XXI, onde se advogava a criação de condições para a formação contínua, tendo em particular a preocupação de fazer progredir os conhecimentos através da investigação, e bem se esforçando nessa rota, contra ventos e marés "orçamentais" que, aliás, persistem até hoje, quiçá de feição mais adversa e intensa.

Foi este relacionamento que tive a felicidade de ver transformado numa fraterna e mais regular convivência com o Zé Barata-Moura e a sua notável equipa, em benefício das instituições de que fui responsável nas derradeiras etapas profissionais, a Escola Naval e o entretanto extinto Instituto Superior Naval de Guerra (ISNG). Neles tive o privilégio de receber – e os alunos e auditores o benefício de escutar – o conferencista Prof. Barata-Moura.

Depois, já desligado do serviço activo na Marinha e à frente do Instituto D. João de Castro – associação dedicada às questões culturais, geopolíticas e estratégicas, fundada pelo Prof. Adriano Moreira e o já falecido Padre Joaquim Aguiar –, pudemos contar de novo com a sua total disponibilidade, animando uma ou outra das suas sessões de periodicidade mensal (em regra, na última 5ª feira de cada mês) e que contam com uma interessada audiência de associados. Recordo a última participação do ilustre conferencista Barata-Moura, apresentando o tema da língua portuguesa no contexto da comunidade da CPLP.

Mas o nosso relacionamento e convívio não se ficaram por aí. Com a fusão dos três institutos de ensino superior militar e o consequente fecho do ISNG, abriu-se uma nova janela de oportunidade, com a institucionalização de uma tertúlia que tem mantido viva a alma académica e o ambiente de grande cordialidade e estima que ao longo do tempo foi frutificando entre os elementos militares e civis que as vidas naval e académica fizeram cruzar, no velho edifício da Junqueira ou na Academia.

Assim viria a nascer o grupo "CIMIL", que se reúne regularmente em almoços de confraternização, composto por oito elementos (quatro civis – Luísa Cerdeira, Adriano Moreira, Barata-Moura e Joaquim Aguiar – e outro

tanto de oficiais de Marinha, os Almirantes Vieira Matias e Vidal Abreu, o Vice-almirante Pires Neves e o autor deste simples depoimento). Por vezes juntam-se outros "confrades" procurando-se na convocatória respeitar o critério do "*balanced mix*", sempre num continuado espírito de grande comunhão e amizade que o tempo foi solidificando, com regalo de todos os presentes, ambiente e sentimento que julgo partilhado por todos os parceiros.

Devo confessar que estes almoços prolongados, onde vamos confrontando as novidades e matando saudades mútuas, por norma no Clube Militar Naval, são deliciosos pelos debates e discussões que se geram durante a degustação. Têm como grandes animadores, entre outros, os Professores Adriano Moreira e Barata-Moura e o Alm. Vieira Matias, ao confrontarem os temas e cenários que o Dr. Joaquim Aguiar leva para a mesa, aproveitando, algumas das vezes e astutamente, a crítica da pequena amostra de "opinião pública" em relação aos seus constructos políticos de ordem interna e internacional. São momentos de puro deleite, em que o cenarista nem sempre consegue reunir a adesão da "plateia" para as suas teses, sendo glosado pelo facto de, por vezes, nos confundir com algumas alegóricas abstracções e subterfúgios prudenciais, acerca do congeminado modelo prospectivo.

Mas o grupo também já saiu da capital. Recordo aqui uma deslocação cultural e turística a Vila Real, durante um fim-de-semana de Maio de 2016, onde o grupo, a pretexto da participação num jantar-debate integrado no ciclo de conferências "*Portugal e os caminhos do futuro*", convidado pelo Dr. Horácio Negrão, proprietário do Restaurante "CAISDAVILA", junto à Estação ferroviária, aproveitou para desfrutar durante o restante tempo, a plenitude da beleza única da turística região duriense.

No referido encontro cultural, relembro a contribuição, para o debate da problemática das duas janelas portuguesas – de oportunidade e liberdade, como sejam o Mar e a CPLP –, proporcionada pelas comunicações de Vieira Matias (com comentários de Vidal Abreu e Pires Neves), e de Adriano Moreira (Barata-Moura, Joaquim Aguiar e eu próprio, nesse mesmo papel de anotadores).

Concluiria estas breves palavras com a transferência do laudatório, para o nosso homenageado do momento, o Zé Barata-Moura. O apreço e admiração que granjeou no nosso grupo e na comunidade militar em geral, tem uma simples razão de ser: não estando em condições de lhe reconhecer todos os atributos e competências que a população universitária, docentes e estudantes, lhe outorga, certamente temos espaço e posição para descortinar muitas facetas da sua personalidade e percurso académico que se apreen-

dem logo nos contactos iniciais. É esse capital de admiração e estima que o tornam imprescindível nos nossos convívios, porque revigora os confrades e enriquece a confraternização com uma tripla seiva: cultura, tolerância e bonomia.

Por isso não admira que valorizemos e muito este "sócio" pelo que nos acrescenta em termos intelectuais, de inteligência, cultura, saber, solidariedade e experiência de vida. A nós militares, cativa-nos também muito o perfil humanista e de carácter, a simplicidade e sobriedade com que se apresenta perante a sociedade e os concidadãos, uma dupla costela bem saliente no tronco do Zé Barata-Moura. Amigo do seu amigo, humano para com o outro, igualmente respeitador dos que o acompanham ideologicamente ou não, homem de cultura que não precisa de exibir e, essencialmente, uma pessoa que, acreditando no que pensa, acredita ainda mais no tal outro, o Homem e o Amigo.

Quando me cruzei contigo no relvado do Campo Universitário de Lisboa, já antevia esta tua personalidade de implícita bondade … ao não te agastares com a vitória do adversário. Mas mais do que esse espírito altruísta, o que te torna uma figura ímpar é algo que não se pode clonar: a inteligência inquilina da integridade de carácter, razão de sobejo para te teres alcandorado a posição icónica da nossa vida cívica, intelectual, científica e académica.

Desde os encontros com mais regularidade, o magnetismo do calor humano do Zé e a sua sinceridade, constituem um dos principais polos de atracção a que os seus amigos não resistem, mesmo aqueles que não comungam a mesma cartilha ideológica, mas que não prescindem de uma relação com alguém que lhes proporciona um diálogo civilizado e frutuoso, que só almas superiores estão em condições de oferecer. É essa aura que faz dele um ser excepcional e um íman de irresistível amizade, porque de flagrante genuinidade. Por isso lhe estou grato e envaidecido por me ter como seu amigo. Obrigado Zé e parabéns pelo teu exemplo de vida.

Termino este testemunho de expressiva amizade, respeito e admiração, apesar das nossas duas divergências nunca conflituantes: opção clubista e preferência ideológica, mas deixo-te asseverado quanto te agradeço, mais do que por ser teu amigo, aceitares sê-lo meu. Obrigado Zé Barata-Moura e conta sempre com o meu humilde préstimo servido em bandeja de pura amizade.


Justitia et pax osculatae sunt

INSTITUTO DOM JOÃO DE CASTRO

ÓRGÃOS SOCIAIS

CONSELHO DE FUNDADORES

Prof. Doutor Adriano José Alves Moreira – *Presidente*

ASSEMBLEIA-GERAL

Prof. Doutor Adriano José Alves Moreira – *Presidente*
Prof.ª Doutora Maria Regina M. Flor e Almeida – *Vice-Presidente*
Vice-Almirante João Manuel Lopes Pires Neves – *Secretário*

DIRECÇÃO

Vice-Almirante António Carlos Rebelo Duarte – *Presidente*
Margarida Lima Mayer – V*ogal*
Amaro de Oliveira Santos – *Vogal*
Prof. Doutor José Fontes – *Vogal*
Vice-Almirante José Manoel Penteado e Silva Carreira – V*ogal e Secretário-geral*

CONSELHO FISCAL

Prof. Doutor António Maria Pinheiro Torres – *Presidente*
Dr. João Maria Abrunhosa Sousa – *Vogal*
Dr. José Luís Pereira Seixas – *Vogal*


Justitia et pax osculatae sunt

O Boletim Roteiros conta com o apoio:

FUNDAÇÃO ENG. ANTÓNIO DE ALMEIDA

FUNDAÇÃO MILLENNIUM BCP